

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS
CAMPUS DE ARARAQUARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

Roberto Donato da Silva Júnior

**Etnoconservação,
formulação teórica e suas possibilidades de intervenção sócio-ecológica**

**Araraquara - SP
2008**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS
CAMPUS DE ARARAQUARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

Roberto Donato da Silva Júnior

**Etnoconservação,
formulação teórica e suas possibilidades de intervenção sócio-ecológica**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Araraquara, com vistas à obtenção do título de mestre em Sociologia.

**Araraquara - SP
2008**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS
CAMPUS DE ARARAQUARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

Roberto Donato da Silva Júnior

**Etnoconservação,
formulação teórica e suas possibilidades de intervenção sócio-ecológica**

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Profº Dr. Sérgio Gertel – UNESP

Membro Titular: Profº Dr. Edmundo Peggion – UNESP

Membro Titular: Profª Dra. Maria Elisa de Paula Eduardo Garavello – USP

**Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara**

SILVA JÚNIOR, R. D. **Etnoconservação, formulação teórica e as suas possibilidades de intervenção sócio-ecológica**. 2008. 207 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara – SP, 2008.

Resumo

Esse estudo tem como objetivo a análise sobre a problemática decorrente das relações entre os grupos conservacionistas e as populações comumente denominadas “tradicionais”, a partir da construção de políticas públicas do setor não-governamental no Brasil. O foco é compreender como organizações não-governamentais, adeptas ao postulado teórico da *etnoconservação*, formulam as estratégias de implantação do modelo junto às unidades de conservação e às populações tradicionais nas quais atuam. Pretende-se demonstrar as linhas de ação transformadora dos agentes conservacionistas sobre esses grupos, a partir das relações de poder e as estratégias de ação daí decorrentes. Para tanto, a pesquisa se orientou por meio de três objetivos fundamentais: (1) o estabelecimento de uma discussão teórica sobre o conceito de etnoconservação em seus princípios fundamentais e constitutivos, assim como uma reflexão sobre as concepções e conceitos que lhe dão fundamentação; (2) analisar a experiência de implantação do modelo de gestão participativa da ONG Fundação Vitória Amazônica junto à população ribeirinha localizada na unidade de conservação Parque Nacional do Jaú/AM; e (3) elaborar uma intersecção entre *postulados conceituais* e *práticas* que constroem as possibilidades da etnoconservação.

Palavras-chave: etnoconservação, desenvolvimento sustentável, relações de poder, organizações não-governamentais, populações tradicionais.

Abstract

The aim of this study is analyze the derived problems of the relationship between conservationist groups and the communities commonly named “traditional” from the public policy-making developed inside the Brazilian non-governmental sector. The focus is to understand how non-governmental organizations, affiliated to the ethno conservation theoretical postulate, formulate the establishment strategies of this model to execute in the conservation units, inside the traditional communities where they perform their functions. This study intends to demonstrate the transforming operation ways used by conservationist agents on “traditional” groups from power relationships and the resulting operation strategies. Therefore, three main objectives guided the course of this research: (1) the establishment of an ethno conservation theoretical discussion about its fundamentals and constitutive principles as well as an analysis of the conceptions and concepts that base it. (2) the analysis of the establishment model on participative administration of the *Vitória Amazônica* Foundation, a non-governmental organization, (ONG, by its initials in Portuguese) experienced inside the river margin living population in the conservation unit located in the Jaú National Park in the Amazonas State; and (3) find the linkage between theoretical postulates and practice, constitutive elements of ethno conservation opportunities.

Key Words: Ethno conservation, Sustainable Development, Power Relationships, Non-governmental Organizations, Traditional Communities.

Sumário

Agradecimentos.....	2
Lista de Siglas.....	6
Introdução – Etnoconservação e as possibilidades de análise sociológica.....	7
Capítulo I – Caminhos metodológicos para uma pesquisa sobre etnoconservação.....	16
Capítulo II – Etnoconservação e o conceito de relações de poder.....	24
1 – Foucault e as relações de poder.....	25
2 – A análise da etnoconservação sob a perspectiva das relações de poder.....	36
Capítulo III – Etnoconservação: o conceito em sua construção teórica.....	41
Capítulo IV – Etnoconservação e desenvolvimento sustentável.....	67
1 – Desenvolvimento sustentável e seus caminhos conceituais.....	67
2 – A noção de desenvolvimento e sua inseparabilidade da lógica de produção capitalista.....	74
3 – A Etnoconservação orienta-se pelos princípios do desenvolvimento sustentável?...	79
Capítulo V – Organizações não-governamentais e populações tradicionais como sujeitos constitutivos da etnoconservação.....	83
1 – O conceito de organizações não-governamentais.....	83
2 – O conceito de populações/comunidades tradicionais.....	93
3 – Complementaridade, conflito ou superação?.....	110
Capítulo VI – A Fundação Vitória Amazônica e o Parque nacional do Jaú.....	119
1 – O Parque Nacional do Jaú e seus sujeitos.....	119
2 – O processo de elaboração do plano de manejo do Parque Nacional do Jaú.....	143
3 – Os limites da mediação.....	179
Capítulo VII – O diálogo entre o ideal e o possível.....	186
1 – A etnoconservação e a Fundação Vitória Amazônica.....	186
Bibliografia.....	204

Agradecimentos

Toda página de agradecimentos é, em última instância, uma tentativa de escapar aos rigores dos tratados científicos. Uma forma de evitar o descolamento entre o produto final (a própria dissertação) e a vida social do pesquisador. Por isso, realizo com muito gosto esta exigência da vida em relação aos procedimentos acadêmicos.

Esse estudo deve muito aos meus pais, Maria Zélia e Roberto Donato, e às minhas irmãs e irmãos, Patrícia, Aline, Márcio e Matheus. No momento em que o mestrado exigiu a renúncia de aspectos importantíssimos de minha vida, foram eles que assumiram as responsabilidades. Além disso, todos os princípios norteadores da minha conduta, e que estão inevitavelmente presentes nas páginas a seguir, são frutos da tarefa árdua que eles tiveram ao me orientar nos caminhos e descaminhos da vida. A eles, a minha devoção e meu profundo agradecimento.

Agradeço a Sérgio Gertel, orientador dessa pesquisa, pela grande liberdade e confiança que me concedeu na elaboração desse estudo.

Aos amigos e irmãos, Fábio Ocada, Alberto Brunetta e Fábio de Pieri. A convivência e o aprendizado com eles foram tão intensos, que não sei por onde começar a agradecer. Foi no nosso cotidiano como família universitária que esse estudo nasceu. Na categoria “amigos e irmãos”, também incluo os agradecimentos a Fábio Augusto Pacano, Adinan Zayat, Flávio Bersi, Rangel e Silvia. Fábio me ensinou a ser professor e pesquisador. Adinan, companheiro e amigo de tantos anos e muitos caminhos, me deu pouso e solidariedade. Flávio, minha referência de retidão. Rangel e Silvia, companheiros de capoeiragem, foram também fundamentais nos momentos mais difíceis da fase de elaboração dessa pesquisa. Não posso deixar de agradecer o amigo e companheiro de mestrado e orientação, Ivan Manoel, pelo apoio e incentivo.

Agradeço também, José de Almeida Filho, o Mestre Zequinha. Homem de grande sabedoria, me ensinou (e ensina) o caminho do equilíbrio entre corpo e mente, bem e mal, brincadeira e seriedade. Muitos princípios constitutivos dessa dissertação nasceram de sua postura e de suas palavras.

Gostaria de agradecer aos muitos professores universitários, que direta ou indiretamente, tiveram influência na construção dessa dissertação de mestrado. Em especial agradeço a Norma Felicidade (UFSCar) e Lucila Scavone (UNESP). De suas disciplinas emergiram os elementos teóricos estruturantes dessa pesquisa. Aos Professores Maria Elisa (ESALQ/USP) e Edmundo Peggion (UNESP), pela participação nas bancas examinadoras e pelas contribuições valiosas que em muito enriqueceram essa dissertação. Também ao Prof. Antônio Carlos Diegues (NUPAUB/USP), pela leitura e apontamentos importantes nos resultados dessa pesquisa.

Aos colegas de trabalho Edson, André, Mariza, Rodilson, Dilvana e Simone. Por diversas vezes e maneiras, esses companheiros preencheram minhas lacunas, quando essas foram necessárias para o cumprimento das exigências do mestrado. Aos Amigos de Manaus, Ana Flávia (Fafá), Vinícius De Biase e Maiara Zanin, que me deram teto e carinho nos momentos decisivos da pesquisa de campo. Ana Barini e Sara, que contribuíram com a tradução de partes do texto. A Wellington, pela importante contribuição na redação desse trabalho.

Ao corpo de profissionais da Fundação Vitória Amazônica, mas principalmente a Carlos César Durigan e Raquel Ribeiro Lange. Fui muito bem recebido por eles nos dias de pesquisa na sede da instituição. Não posso deixar de sublinhar, também, o acesso irrestrito que tive aos documentos da FVA para a constituição da pesquisa. Espero, dessa maneira, demonstrar o meu profundo respeito pela seriedade da instituição, que não apresentou qualquer receio de disponibilizar seus arquivos a um pesquisador desconhecido. Meus agradecimentos a Marcelo

Bresolin, funcionário do IBAMA e chefe do Posto do Parque Nacional do Jaú, pela elucidativa entrevista.

Os moradores, ex-moradores e lideranças do Parque Nacional do Jaú e Novo Airão/AM: Sebastião Ferreira (Bá), João Queimado, Aldenor (STR), Sônia e Maria Derly (AANA), Betão (APNA), Ivanildes, (Comissão de Ex-Moradores do PNJ), Levi de Castro da Silva (AMOTAPI). A eles o meu respeito, admiração e agradecimento pelas valiosas e fundamentais entrevistas. Devo agradecimentos a Gilberto Ota, liderança comunitária do bairro Guapiruvu, em Sete Barras/SP. De suas palavras e experiência, emergiu o título de um dos capítulos desse texto.

Por fim, gostaria de agradecer especialmente a Laura De Biase, minha namorada, esposa e companheira. Laura participou de cada momento de realização desse estudo. Degustou cada palavra escrita nessas páginas. Aliviou os dias amargos e iluminou os dias deliciosos. Sem ela essa dissertação de mestrado não teria sido realizada. A única forma que encontro para retribuir tamanha entrega e dedicação é oferecendo-lhe o meu amor incondicional.

Esse trabalho é dedicado à Vitória Regia Barros Silva, minha filha.

*Vitória teve que abdicar, involuntária e inconscientemente,
do pai para a emergência do pesquisador.*

*Espero que os frutos desse estudo
contribuam para a construção
de seu caminho pelas dores
e delícias da vida.*

Lista de Siglas

AANA – Associação dos Artesãos de Novo Airão
AMORU – Associação dos Moradores do Rio Unini
AMOTAPI – Associação dos Moradores da Comunidade de Tapiira
APNA – Associação de Pescadores de Novo Airão
CNUMAD – Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz
FNS – Fundação Nacional de Saúde
FVA – Fundação Vitória Amazônica
GTA – Grupo de Trabalho Amazônico
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IMA – Instituto do Meio Ambiente
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPA – Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas
ITERAM – Instituto de Terras da Amazônia
ONG – Organização Não Governamental
PNJ – Parque Nacional do Jaú
SEMA – Secretaria Especial de Meio Ambiente
SIG – Sistema de Informações Geográficas
SNUC – Sistema Nacional de Unidade de Conservação
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UA – Universidade do Amazonas
UC – Unidade de Conservação
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
WWF – World Wildlife Fund (Fundo Mundial para Natureza)

Introdução – etnoconservação e as possibilidades de análise sociológica.

*“A questão ecológica é uma questão social;
e hoje a questão social pode ser elaborada
adequadamente apenas como questão ecológica”.*
Elmar Altvater – *O Preço da Riqueza.*

Este trabalho tem como objetivo fundamental compreender as relações entre concepção teórica e prática das entidades ambientalistas não-governamentais, em seus objetivos de construção de modelos de gestão em unidades de conservação, que levem em consideração a presença humana. O foco é compreender como foram construídas as estratégias de organizações não-governamentais para a implantação de projetos de etnoconservação, levando em consideração as intersecções relacionais entre a ação dessas entidades e a dos grupos inseridos nesse modelo de conservação. Pretende-se, assim, compreender em que medida a concepção teórica da etnoconservação interage e transforma a conduta desses grupos, a partir das relações de poder entre os referidos agentes sócio-políticos. Três objetivos norteiam a pesquisa: (1) estabelecer uma discussão teórica sobre o conceito de etnoconservação, a fim de vislumbrar seus princípios fundamentais e constitutivos, bem como a reflexão sobre as concepções e conceitos que lhe dão base e sustentação; (2) analisar uma experiência concreta de implantação da assim chamada *gestão comunitária dos recursos renováveis* por parte de uma organização não-governamental – a Fundação Vitória Amazônica – atuante junto à população localizada na unidade de conservação Parque Nacional do Jaú, no Estado do Amazonas; e, (3) elaborar uma intersecção entre *postulados conceituais* e as *práticas* que permeiam o universo da etnoconservação.

Assim, encontram-se no capítulo I os caminhos metodológicos percorridos para a estruturação da pesquisa; no capítulo II, a proposta de compreensão teórica da etnoconservação

sob a ótica do conceito de relações de poder; no capítulo III, a elaboração reflexiva sobre a constituição do conceito etnoconservação; no capítulo IV, situa-se a discussão crítica sobre as relações possíveis entre etnoconservação e desenvolvimento sustentável; no capítulo V, uma reflexão sobre a interpretação conceitual de organizações não-governamentais e populações tradicionais como sujeitos da gestão étnica conservacionista. Os aspectos empíricos dessa pesquisa encontram-se no capítulo VI, no qual se aborda a observação de uma *experiência prática* em etnoconservação. Nele discute-se a elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional do Jaú por parte da *Fundação Vitória Amazônica* (FVA), organização não-governamental sediada em Manaus/AM, e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) junto às comunidades que habitam o *Parque Nacional do Jaú*, unidade de conservação (UC) sediada no Estado do Amazonas. É importante ressaltar que este trabalho não contempla a atuação da citada organização estatal, restringindo-se apenas a análise da organização não-governamental e dos moradores do parque em sua *relação*. O conclusivo capítulo VII realiza a *intersecção entre os postulados conceituais e as práticas da etnoconservação*, como decorrência da interação entre os aspectos teóricos e empíricos da análise apresentada.

Vale ressaltar que a intenção dessa pesquisa não é estabelecer uma observação privilegiada das organizações não-governamentais como objeto específico da análise, mas do conjunto de relações entre concepções e práticas de um determinado discurso científico, com destaque para as relações de poder decorrentes das suas estratégias de ação. A organização não-governamental é compreendida aqui como o instrumento que viabiliza a passagem da teoria a práxis e estrutura as relações de poder inerentes ao processo. Do mesmo modo, não há, nesse estudo a compreensão da ação da comunidade ribeirinha frente à implantação da unidade de conservação em seu território.

Nesse sentido, essa pesquisa busca dar conta de uma certa antropologia das relações. Não se apresenta como um estudo teórico sobre o conceito de etnoconservação. Não tem, do mesmo modo, a pretensão de ser uma análise etnográfica da situação vivida por agentes ambientalistas e uma população ribeirinha, no interior de uma unidade conservação. A preocupação central desse estudo é analisar o caminho entre uma proposta teórica e sua materialização como práxis. Realiza-se, assim, um movimento que vai do geral (a discussão teórica) para o particular (a observação das relações no parque nacional do Jaú). Após esse empreendimento, pretende-se buscar, na observação etnográfica dessa configuração de relações, estímulo e contribuição para uma reflexão acerca das potencialidades da teorização não só em relação à etnoconservação como das relações entre humanidade e natureza.

Portanto, busca-se compreender a viabilidade de implantação da etnoconservação não na atuação das organizações ambientalistas ou nas populações tradicionais, mas na tensão dinâmica da relação entre elas. Do mesmo modo, ao analisar uma experiência de implantação da etnoconservação no PNJ, não se tenta evidenciar a atuação da Fundação Vitória Amazônica ou das comunidades ribeirinhas que ali residem. Seja na dimensão teórica ou na “realidade” etnográfica, o foco é compreender as estratégias e contra-estratégias de implantação da conservação étnica pelos sujeitos a ela expostos.

A etnoconservação é uma proposta político-acadêmica que, de maneira geral, defende a ação conservacionista a partir de uma implicação indissociável entre *populações tradicionais* e *paisagens*. Trata-se, portanto, de uma proposta de gestão compartilhada dos recursos naturais entre Estado, entidades ambientalistas e populações locais. Seu princípio fundamental é a orientação do manejo regido pela lógica, saberes, práticas e usos específicos das comunidades e povos tradicionais presentes em unidades de conservação. Para tanto, é necessária (1) a complementaridade de relações entre o conhecimento técnico-científico e o tradicional-

mitológico; (2) a constituição de formas de articulação de relações de poder provenientes das comunidades, tornado-se assim gestoras privilegiadas; e, (3) por fim, a garantia legal de posse da terra por parte das comunidades em questão.

A etnoconservação, como conceito, compõe a fundamentação de ações políticas que podem viabilizar a implantação de modelos de conservação da bio/sociodiversidade. Ou seja, a partir da construção de um saber sobre as populações tradicionais, os defensores da etnoconservação propõem uma intervenção política como forma de garantir a reprodução social desses grupos, para mantê-los em sua dinâmica própria. Essa garantia de reprodução das condições de existência sócio-cultural é vista pelos defensores da etnoconservação como meio apropriado de conservação biológica. Enfatizam, dessa maneira, a sustentabilidade do uso dos recursos por parte dessas comunidades.

Consideradas, pelos teóricos da etnoconservação, como organizações sócio-culturais diferenciadas e à margem da sociedade capitalista, as populações tradicionais englobam uma miríade de povos distintos entre si, tais como caiçaras, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas etc. – além das populações indígenas. Tem em comum, a organização de sua territorialidade de forma coletivo-comunitária orientada por princípios mitológicos, relações de parentesco ou hierarquia geracional; a constituição de uma identidade própria e diferenciada; e a relação com a natureza em padrões sustentáveis.

Essa sustentabilidade não se apresenta conscientemente como uma preocupação ecológica, no seu sentido ambientalista ocidentalizado. Mas antes, como uma forma de proceder coerente com a própria sazonalidade e ciclicidade apresentada pela dinâmica dos fenômenos naturais. Dessa forma, os territórios habitados por estas populações muitas vezes se confundem com áreas destinadas à conservação biológica pela comunidade científica. Daí a preocupação dos idealizadores da etnoconservação em relacionar a conservação da biodiversidade à

sociodiversidade, considerada, genericamente, de “tradicional”. Como proposta de prática política oriunda do mundo acadêmico e viabilizada, principalmente, por organizações não-governamentais, a etnoconservação se apresenta como tentativa de complementaridade entre os resultados da reflexão de disciplinas científicas comprometidas com o conservacionismo, por um lado, e a cognição/ação dessas particularidades étnicas, por outro.

Assim, essa pesquisa orientou-se por um conjunto de inquietações que emergiram a partir da reflexão sobre o tema. Na passagem do discurso teórico à práxis, pode ser questionada a materialização da cumplicidade entre o universo cientificista e o tradicional/étnico, a partir do estabelecimento inevitável de disputas pela gestão do território. Indaga-se, também, se a *etnoconservação* formulada em ambiente acadêmico, converge às concepções de sustentabilidade das populações tradicionais. Desse modo, chega-se ao questionamento sobre as possíveis relações de poder que se estabeleceriam entre as entidades conservacionistas e as populações tradicionais para a viabilidade da etnoconservação.

Ao propor uma investigação sobre as estratégias de implantação de um modelo de gestão em unidades de conservação, é preciso reconhecer que se discute, de forma geral, as possibilidades de intervenção nas relações entre determinados grupos sociais, em territórios específicos. Para tanto, recorreu-se a diferentes perspectivas teóricas na tentativa de compreensão da presente proposta de estudo. Desse modo, encontra-se nos capítulos I e II, os instrumentos metodológicos e teóricos escolhidos para a elaboração da pesquisa.

No capítulo I explicita-se os caminhos metodológicos utilizados ao longo da pesquisa. Buscou-se fundamentação na implicação de três instrumentos: leitura e interpretação da bibliografia referente ao tema, análise de documentos e observação de campo.

O *levantamento bibliográfico* foi o procedimento largamente utilizado na elaboração da dimensão teórica do presente estudo. A *análise de documentos* e a *observação participante* foram

os instrumentos utilizados para análise empírica da ação realizada pela Fundação Vitória Amazônica no Parque Nacional do Jaú. A análise documental teve como ponto de partida a leitura de dois documentos considerados centrais: o “Plano de Manejo do Parque Nacional do Jaú” (1998) e “A Gênese de um Plano de Manejo – O Caso do Parque Nacional do Jaú” (1998). A partir desses, buscou-se analisar outros documentos e relatórios referentes à ação da FVA junto à população residente no interior/entorno da unidade de conservação. O cruzamento de informações foi construído a partir de entrevistas realizadas com profissionais da FVA, técnicos do IBAMA e com representantes da comunidade local.

No capítulo II discute-se o conceito teórico escolhido para a análise da etnoconservação: as relações de poder, segundo a perspectiva de Michel Foucault. A utilização do conceito teve o objetivo de instrumentalizar o olhar analítico para compreender as estratégias de efetivação da etnoconservação na *práxis*. Levando em consideração que a capacidade de ação das populações tradicionais pode ser compreendida como um “campo de possibilidades”, aberto a inúmeras correlações de forças e interesses.

Sob esse ponto de vista, compreende-se a conservação étnica em disputa com outros modelos conservacionistas e atividades econômicas predatórias. Assim faz-se necessária a constituição de estratégias bem sucedidas para a orientação das condutas voltadas tanto para o afastamento de outras práticas e discursos, quanto para a materialização do seu próprio projeto. Daí a impossibilidade de se pensar relações de poder sem esquadriñar as estratégias de efetivação das mesmas. No entanto, não é possível discutir a perspectiva foucaultiana sobre as relações de poder sem também discutir a questão da constituição dos saberes.

É de extrema importância salientar que a característica fundamental dessa concepção sobre as relações de poder é o fortalecimento do seu caráter criativo e produtivo. O seu exercício só é possível num contexto de “liberdade”, pautando-se, fundamentalmente, numa interferência

sobre o campo de possibilidades do agir do outro. Assim, essas relações só podem estar relacionadas a possibilidades de produção, sejam elas materiais ou imateriais. Nessa conceituação, é muito importante dissociar as relações de poder da noção de repressão construída pela tradição psicanalítica; assim como da idéia de centralidade estatal elaborada pela concepção clássica da ciência política.

Portanto, a tríade saber/relações de poder/estratégia de ação se apresenta como o caminho teórico de elucidação da problemática proposta e dos objetivos delineados, sendo a análise da relação entre teoria e prática da etnoconservação a opção investigativa.

O conceito de espaço (SANTOS, 1997) é suporte, nos limites da pesquisa, como forma-conteúdo para compreensão das unidades de conservação a partir da interação dos componentes sociais que nela atuam (a população tradicional nela residente, a organização não-governamental, a ação estatal regulamentadora, etc.). Assim como os diferentes modos de ação sobre os recursos naturais existentes. Além disso, a implantação do modelo ancorado na etnoconservação pode ser compreendida com um corpo teórico de orientação para uma significação territorial, não só dos aspectos naturais como das relações sociais que determinam o uso desses recursos.

Com a apresentação das diretrizes metodológicas e teóricas de análise, parte-se para a interpretação do tema propriamente dito. No capítulo III encontra-se a elaboração conceitual da etnoconservação. Evidencia-se a sua constituição a partir de um histórico de contraposição político-acadêmica com a assim denominada biologia da conservação. Além disso, analisa-se a influência das duas perspectivas conservacionistas sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), legislação que normatiza as UC's existentes no território brasileiro. Dimensionam-se, assim, os elementos constitutivos da conservação étnica para a orientação da análise empírica realizada no capítulo VI.

No capítulo IV apresenta-se uma teorização sobre a relação da etnoconservação com o conceito de desenvolvimento sustentável. Como princípio orientador consensual das discussões sobre a relação entre humano/natureza, a idéia hegemônica de se construir a sustentabilidade a partir da readequação da noção de desenvolvimento parece, na perspectiva aqui adotada, tão encantadora quanto inconsistente. Pretende-se compreender seus limites de forma crítica, além de demonstrar que a etnoconservação pode, em potencialidade teórica a ser avaliada na práxis, contribuir para sua superação.

No capítulo V realiza-se a análise conceitual dos sujeitos sociais envolvidos na construção da etnoconservação: organizações não-governamentais (ONG's) e populações tradicionais. Encontra-se, também, um exercício de reflexão sobre as possibilidades de interação dialética entre os dois agentes em questão, contextualizados no interior do movimento social ambientalista. O objetivo desse empreendimento é problematizar a relação entre ONG's e comunidades tradicionais, através de questionamentos que orientem a observação das atividades da FVA sobre os moradores do PNJ.

A partir do tratamento teórico elaborado entre os capítulos II e V, foi realizada a pesquisa empírica situada no capítulo VI. Nele, analisa-se a ação da FVA junto ao Parque Nacional do Jaú e seus moradores. Tem como foco o processo político de elaboração do plano de manejo participativo do PNJ, entre os anos de 1993 e 1998. No entanto, foi constituído um breve histórico de constituição do parque, a partir de um pequeno reconhecimento dos três sujeitos fundamentais envolvidos: as agências estatais regulamentadoras – IBDF/IBAMA, a população ribeirinha presente no território e a própria Fundação Vitória Amazônica. No mesmo capítulo encontra-se uma pequena tentativa de interpretação das conseqüências da ação da FVA junto aos moradores do parque.

Na elaboração do texto que constituiu a análise empírica desse estudo, houve forte fundamentação na análise documental. No entanto, deve-se evidenciar que as atividades que compuseram a observação participante do pesquisador (entrevistas, visitas, diálogos, reuniões, etc.) foram fundamentais para a composição da pesquisa. A partir dela é que os documentos ganharam inteligibilidade. Além disso, não houve um relato e descrição direta dessa experiência devido aos limites formais que se enquadra o presente estudo, qual seja, uma dissertação de mestrado. É, inclusive com grande pesar por parte desse pesquisador que tal dimensão não tenha sido abordada de forma direta.

Por fim, o capítulo VII pretende promover uma reflexão sobre as potencialidades teóricas e práticas da etnoconservação. Oportunidade de refletir sobre as limitações teóricas que a realidade expõe. Assim como reconhecer os problemas que os sujeitos enfrentam para a implantação de uma proposta político-acadêmica inovadora no contexto do conservacionismo. Além disso, procura-se avaliar, a partir de uma experiência local, a dinâmica política entre entidades ambientalistas não-governamentais e povos tradicionais, em suas relações de conflito e complementaridade. Pretende-se, dessa maneira, evidenciar a riqueza de relações que a busca pela sustentabilidade oferece, para além do discurso harmonioso e adocicado do desenvolvimento sustentável.

Capítulo I – Caminhos metodológicos para uma pesquisa sobre etnoconservação.

Este capítulo tem como objetivo clarificar os caminhos metodológicos que possibilitem um contato apropriado com os grupos sociais que constituem a base empírica dessa pesquisa. O cuidado na seleção dessas vias guia-se por duas preocupações básicas: (1) a aproximação ética e responsável com os grupos sociais sobre os quais se constitui a observação; e (2) a possibilidade de estabelecer um contato produtivo em dados e informações para a pesquisa. Assim, ao mesmo tempo em que a atitude do pesquisador viabiliza uma relação equacionada com os grupos a serem estudados, vislumbra-se a constituição de um forte embasamento empírico para a pesquisa, medida de qualificação para qualquer reflexão teórica.

Como se sabe, a referida pesquisa tem como objetivo fundamental a análise de um modelo específico de gestão sócio-ecológica, denominado *etnoconservação*. O que se pretende é avaliar as potencialidades de utilização do conceito em questões relativas à gestão de espaços naturais habitados por povos e populações dotados de relativa especificidade sócio-cultural. Especificidade caracterizada, principalmente, por uma concepção não-capitalista de organização sócio-econômica e por relações coletivo-comunitárias fundamentadas nas relações de parentesco em determinado território. Esses povos são comumente denominados de tradicionais.

A implantação de uma gestão sustentável pautada no conceito de etnoconservação em unidades de conservação brasileiras é efetivada – em suas poucas experiências – por organizações não-governamentais. O foco de análise que se propõe aqui é observar que estratégias essas ONG's elaboram para a estruturação do seu campo de ação sobre as populações tradicionais nos espaços destinados à implantação do referido modelo de conservação. Ou seja, observar as condições em que uma elaboração conceitual acadêmica (etnoconservação) pode ser a

orientadora de ações políticas em determinados espaços territoriais e grupos sociais; captar sua potencialidade *teórico-prática*.

Para a viabilidade desse empreendimento teórico, os procedimentos metodológicos dessa pesquisa se constituem a partir da implicação de três instrumentos: (1) leitura e interpretação da bibliografia referente ao tema, de (2) análise de documentos, e (3) observação participante.

A perspectiva marxista é o principal ponto de referência para a elaboração dos procedimentos mencionados acima. Partindo do princípio de que essa pesquisa se orienta em apreender o nexo teórico-prático possível da etnoconservação, nada mais apropriado, em nossa perspectiva, do que se apoiar nos caminhos que Marx formulou no início de sua longa jornada intelectual (décadas de 40/50 do século XIX) em obras como “A Ideologia Alemã” (1996) e “O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte” (1990).

Vale ressaltar que a proposta não é tecer uma extensa reflexão sobre o materialismo histórico e dialético formulado pelo autor. Muito menos discutir o conteúdo explicativo que o mesmo elaborou sobre as relações sócio-políticas que permitiram a ascensão de Luis Bonaparte ao governo francês. Pretende-se, simplesmente, compreender as formas de acesso aos dados empíricos que Marx e Engels formularam, para utilizá-las como base orientadora das diretrizes metodológicas da pesquisa proposta nesse trabalho.

Os manuscritos compilados em “A Ideologia Alemã” executaram um deslocamento profundo na perspectiva do pensamento ocidental. Ao promover uma crítica feroz aos pensadores neohegelianos, a partir da denúncia de um pseudo-materialismo, Marx propõe a observação do fenômeno humano em sua radical materialidade. Observar as condições materiais de existência dos homens é, em sua perspectiva, o passo fundamental para compreender o processo de produção e reprodução sócio-histórica da totalidade social.

Assim, Marx propõe na II tese sobre Feuerbach:

A questão de saber se cabe ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas *prática*. É na práxis que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno do seu pensamento. A disputa sobre a realidade ou não-realidade do pensamento isolado da práxis – é uma questão puramente *escolástica* (1996, p. 12).

Ao confirmar a inter-relação indissociável entre pensamento e atividade humana em relação à natureza e à própria dinâmica social em que está imersa, Marx nos convida a centrar o foco de análise nas relações sociais que determinam o posicionamento dos indivíduos na organização sócio-econômica, bem como as ações políticas, culturais e ideológicas que se estruturam a partir dela e em relação dialética com ela.

A intensidade dessa idéia aparece com toda clareza na tese VIII: “Toda vida social é essencialmente *prática*. Todos os mistérios que levam para o misticismo encontram sua solução racional na práxis humana e na compreensão dessa práxis” (idem, p. 14). Portanto, a análise da sociedade, na perspectiva marxista, só encontra lucidez na medida em que os frutos do pensamento forem identificados às ações de manutenção e/ou alteração de dada dinâmica societária. Ou seja, que sua teia de relações possam ser compreendidas a partir ações políticas que possibilitem permanência/transformação da lógica vigente em determinado espaço social.

Esta maneira de considerar as coisas não é desprovida de pressupostos. Parte de pressupostos reais e não os abandona um só instante. Estes pressupostos são os homens, não em qualquer fixação ou isolamento fantásticos, mas em seu processo de desenvolvimento real, em condições determinadas, empiricamente visíveis. Desde que se apresente esse processo ativo da vida, a história deixa de ser uma coleção de fatos mortos, como para os empiristas ainda abstratos, ou uma ação imaginária de sujeitos imaginários, como para os idealistas (ibidem, p. 38).

Quais são, portanto, os procedimentos técnicos de pesquisa possíveis para o acesso a essa dimensão empírica dos processos constitutivos da sociedade? “O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte” (1990) talvez seja a obra em que Marx melhor demonstrou as potencialidades do seu

horizonte metodológico. Nas muitas edições da obra em língua portuguesa, é comum a presença de dois prefácios – o primeiro escrito por Marx em 1869 e o segundo por Engels, em 1885 – que são muito elucidativos em relação aos procedimentos procurados por essa reflexão.

É possível iniciar a discussão por meio da preocupação demonstrada pelos dois autores em relação ao embasamento teórico sobre o tema que a obra se dedica: a ascensão de Luis Bonaparte na política francesa de 1848 a 1852. Elaborada no calor dos acontecimentos, a reflexão de Marx não deixa de lado uma intensa pesquisa bibliográfica, tanto em relação à especificidade do tema, quanto do desenvolvimento histórico da sociedade francesa de uma forma geral.

Assim Marx justifica sua obra a partir da análise crítica do que já tinha sido escrito sobre o tema:

Dentre as obras que, aproximadamente da mesma época, tratavam o mesmo assunto, só duas merecem ser mencionadas: *Napoleão, o Pequeno*, de Victor Hugo, e o *Golpe de Estado*, de Proudhon. Victor Hugo limita-se a amargas e espirituosas invectivas contra o autor responsável do Golpe de Estado. O próprio acontecimento surge-lhe como um relâmpago num céu sereno. Apenas vê nele um golpe de força de um indivíduo. Não se dá conta que engrandece, em vez de o diminuir, atribuindo-lhe uma força de iniciativa pessoal sem precedentes na história. Proudhon esforça-se por apresentar o golpe com resultado de um desenvolvimento histórico anterior. Mas, sob sua pena, a construção histórica do golpe de estado se transforma numa apologia do herói do golpe de estado. Assim cai no erro que os nossos historiadores pressupostamente *objectivos* cometem (idem, p.10).

A força do embasamento histórico sobre a França, que confere tanta coerência à obra nos aparece através das palavras de Engels:

(...) para isso, era necessário o profundo conhecimento da história da França que Marx tinha. A França é o país onde, em cada caso, as lutas de classes foram levadas mais do que qualquer outro sítio, até a decisão completa, e onde, por conseguinte, as formas políticas instáveis, no interior das quais se movem e nas quais são resumidos os seus resultados, tomam os contornos mais nítidos. (...) Eis a razão por que Marx não só estudava com predileção especial a história do passado francês, mas também seguia detalhadamente a história atual, reunia materiais a serem utilizados mais tarde, e por isso nunca foi surpreendido pelos acontecimentos (ibidem, p.14).

É possível notar na citação acima – além do cuidado de Marx em constituir um levantamento bibliográfico qualificado – a necessidade da coleta e análise de documentos necessários para uma reflexão teórica bem fundamentada sobre o tema que foi discutido na obra.

Por outro lado, apesar do conceito “observação participante” ter sido claramente delineado apenas no início do século XX – com o desenvolvimento da antropologia funcionalista – é impossível não pensá-lo como meio metodológico utilizado por Marx em “O Dezoito”. O autor se encarrega de ressaltar que a obra “(...) nasceu sob pressão direta dos acontecimentos e que a matéria histórica de que trata não ultrapassa o mês de fevereiro de 1852 (ibidem, p.9)”. É perceptível, também, que autor valoriza em muito o olhar participativo como um dos traços constitutivos da originalidade da obra, chegando a afirmar que “(...) uma correção da obra que se segue ter-lhe-ia tirado o seu tom particular. Portanto, limitei-me a corrigir seus erros de impressão e a suprimir as alusões que atualmente seriam de difícil compreensão” (ibidem, p.10).

Engels expressa uma empolgação incontida ao comentar esse aspecto da obra:

“De fato era um trabalho genial. Imediatamente a seguir ao acontecimento que surpreendeu todo o mundo político como um relâmpago num céu sereno, (...) sendo para todos objeto de espanto e de incompreensão, Marx fez sobre ele uma exposição curta e epigramática (...) E o quadro estava esboçado com tal maestria que todas as revelações posteriormente feitas apenas constituíram novas provas da fidelidade com que reflete a realidade. Esta notável compreensão da história cotidiana viva, esta clara compreensão dos acontecimentos no preciso momento em que estes se desenrolam é, de fato, sem precedentes (ibidem, p.13-14).

Talvez seja possível, a partir dessa sucinta análise, extrair a fundamentação metodológica necessária para qualificação da presente pesquisa. Longe de qualquer pretensão em igualar a magnitude dos estudos marxianos, o objetivo aqui é demonstrar que a tríade *levantamento*

bibliográfico/ análise de documentos/ observação participante apresenta-se como um caminho de pesquisa seguro e produtivo para a análise sócio-antropológica.

Na presente pesquisa sobre a possibilidade teórico-prática da etnoconservação, o levantamento bibliográfico não se destina apenas à qualificação crítica do referido conceito. Mas, também, à formulação de um arcabouço conceitual explicativo para a teorização sobre a realidade observada, a partir do conceito de “relações de poder”, elaborado por Michel Foucault.

Vale lembrar que o foco dessa pesquisa é observação das estratégias que as organizações não-governamentais elaboram para a estruturação do seu campo de ação sobre as populações tradicionais a partir do conceito etnoconservação. Para cumprir tal objetivo é necessária a coleta de documentos que possibilitem a compreensão de todo o processo de implantação de tais projetos, quais sejam: relatórios de viagens e de atividades, documentação burocrática, relatórios de assessoria técnica, levantamento de dados populacionais, de atividades econômicas, etc.

A última fase metodológica da pesquisa, a observação participante, cumpre, dentro das limitações de tempo de uma pesquisa em nível de mestrado, os requisitos de complementação do entendimento da rede de relações sócio-políticas que se configuram na realidade observada. Entendimento que será previamente esboçado pelas duas fases anteriores do caminho metodológico proposto (levantamento bibliográfico e análise de documentos). A principal meta da observação participante nesse trabalho será o de captar a percepção dos agentes envolvidos no processo de constituição das relações que constituem o “objeto” da pesquisa.

A estratégia de aproximação para a viabilização da observação participante segue as referências propostas por Pierre Bordieu em “A Miséria do Mundo” (1997). Seu princípio é estabelecer uma *comunicação não-violenta* na relação entre pesquisador e pesquisado para evitar

ao “(...) máximo a violência simbólica que se pode exercer (...)” (idem, p.695). O autor propõe, como forma de minimizar uma inevitável arbitrariedade por parte do pesquisador, uma relação de

(...) escuta ativa e metódica, tão afastada da pura não-intervenção da entrevista não dirigida, quanto do dirigismo do questionário. Postura de aparência contraditória que não é fácil de colocar em prática. Efetivamente, ela associa a disponibilidade total em relação à pessoa interrogada, a submissão à singularidade de sua história particular, que pode conduzir, por uma espécie de mimetismo mais ou menos controlado, a adotar sua linguagem e adotar em seus pontos de vistas, em seus sentimentos, em seus pensamentos, com a construção metódica, forte, do conhecimento das condições objetivas, comuns a toda uma categoria (ibidem, p.695).

Além disso, o autor defende a idéia de que a proximidade social e a familiaridade são fundamentais para evitar os constrangimentos que uma relação não-simétrica pode suscitar:

A proximidade social e a familiaridade asseguram efetivamente duas das condições principais de uma comunicação não-violenta. De um lado, quando o interrogador está socialmente muito próximo daquele que ele lhe interroga, ele lhe dá, por sua permutabilidade com ele, garantias contra a ameaça de ver suas razões subjetivas reduzidas a causas objetivas; (...) por outro lado, encontra-se, também assegurado neste caso um acordo imediato e continuamente confirmado sobre os pressupostos concernentes aos conteúdos e às formas de comunicação: esse acordo se afirma na emissão apropriada, sempre difícil de ser produzida de maneira consciente e intencional, de todos os sinais não verbais, coordenados com os sinais verbais, que indicam quer como tal o qual enunciado deve ser interpretado, quer como ele foi interpretado pelo interlocutor (ibidem, p.697).

Assim, a escolha de fundamentação da observação participante dessa pesquisa a partir das referências propostas por Bordieu provém de uma necessidade empírica. Por um lado, boa parte dos quadros técnicos das organizações não-governamentais ambientalistas compõe-se de profissionais oriundos do universo acadêmico (biólogos, cientistas sociais, agrônomos etc.). Por outro lado, as indagações que alimentaram a elaboração dessa pesquisa surgiram a partir da experiência desse pesquisador como assessor técnico, nos anos de 1998 e 1999, de uma ONG

conservacionista de São Paulo/SP, que atuava em diversos projetos de natureza sócio-ambiental junto a grupos indígenas no estado de Rondônia.

Por fim, na condição de observador/pesquisador que já exerceu a posição do observado/pesquisado, a proposta de uma “escuta ativa e metódica” cumpre os requisitos básicos das condições de realização dessa pesquisa. Espera-se que esses requisitos possibilitem uma ação investigativa ao mesmo tempo responsável em relação aos seres humanos observados, e produtiva em relação à análise proposta.

Capítulo II – Etnoconservação e o conceito de relações de poder

Este capítulo tem como objetivo levantar algumas questões sobre as possibilidades de participação da sociologia contemporânea nas reflexões recentes sobre aspectos da tensão dialética entre homem e natureza. Nesse contexto propõe-se a refletir sobre a contribuição do arcabouço teórico do pensador Michel Foucault na análise da etnoconservação.

Consciente de que o tema em discussão não foi uma preocupação foucaultiana, o propósito aqui é avaliar as potencialidades de utilização do conceito de *relações de poder* em questões relativas à gestão de espaços naturais entre entidades ambientalistas e povos tradicionais dotados de relativa especificidade sócio-cultural. O que se propõe aqui é observar que estratégias dessas ONG's elaboram para a estruturação do seu campo de ação sobre as referidas populações.

Mesmo quando se leva em consideração que a etnoconservação tem como eixo fundamental a garantia de reprodução da organização dos próprios povos tradicionais para a conservação e uso da natureza, é preciso levar em conta a complexa teia de relações desses grupos com a sociedade circundante. A presença de forças político-econômicas atreladas às relações capitalistas de produção converge, em muitos casos, para a desarticulação do modo de vida dessas especificidades étnicas.

Assim, parte-se do pressuposto de que (1) a ação das entidades ambientalistas não pode ser realizada sem uma ação política – ou seja, sem o estabelecimento de relações de poder – que viabilize a orientação da etnoconservação sobre essas populações, a partir de uma concepção acadêmica pautada na observação e análise dessas mesmas populações. Além disso, (2) as medidas de implantação referem-se, também, a uma reorganização das relações entre o grupo e outros agentes sócio-econômicos integrados às relações capitalistas e inseridos na região, geralmente caracterizados por ações predatórias dos recursos destinados ao uso sustentável. A

eficiência de ação dessas ONG's, ao que parece, é validada pela capacidade de reordenação desses dois níveis de relação; o que implica, necessariamente, na constituição de estratégias para a cristalização das relações de poder.

1 – Foucault e as relações de poder.

Propõe-se, a partir de agora, a avaliação das possibilidades de utilização da elaboração conceitual de Michel Foucault como abordagem para o tema proposto. Assim, a discussão que se segue não visa formular uma visão geral e sistemática sobre o pensamento do autor, mas simplesmente, uma reflexão sobre os conceitos considerados pertinentes para os objetivos aqui explicitados.

Pensador francês que não encontrou abrigo teórico entre os paradigmas hegemônicos vigentes em meados do século XX – a fenomenologia e o estruturalismo –, Michel Foucault é considerado por Machado o construtor de “(...) um novo caminho para as análises históricas sobre as ciências” (1984, p. 295). Seguiu uma trajetória temática heterogênea para suas pesquisas, atendo-se à loucura, a criminalidade, a sexualidade, entre outras áreas. Sobre essa sustentação empírica, buscou compreender a articulação discurso/prática dos campos de racionalidade que se constituíam em torno e a partir desses temas. Sua preocupação era, de uma maneira geral, refletir sobre as formas de constituição da individualidade do sujeito, no contexto do(s) processo(s) de racionalização característico(s) da modernidade ocidental. Segundo o próprio autor, “(...) meu objetivo, (...), foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos” (FOUCAULT, 2000, p.231).

A despeito da busca pela origem dos fenômenos, imposto pela história dos historiadores que visam apreensão do supra-histórico, o autor se responsabiliza pela formulação de uma história efetiva, a partir da noção de acontecimento.

É preciso entender por acontecimento não um tratado, um reino, ou uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra os seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma ou outra que faz sua entrada mascarada. As forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta. (1984, p.28).

A visão de uma essência ideal, pura e portadora da verdade encontrada na origem das coisas é substituída por visão fortemente processual de que a ação da história é “(...) sem essência ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe são estranhas” (idem. p.18). Foucault tenta se afastar, assim, do ideal socrático-platônico de busca da metafísica das coisas e da idealização de uma origem como o estado de perfeição dos fenômenos; a intenção é reencontrar os “começos” em suas “meticulosidades e acasos”, suas multifacetadas configurações inacabadas sem, inclusive, tentar reconhecer aí o pedestal da verdade.

A partir dessa noção e de um reconhecimento do real como “uma miríade de acontecimentos entrelaçados” (ibidem, p. 29), Foucault propõe a “genealogia” como método apropriado de apreensão e análise histórica. Afasta-se, a partir daí, da história como ontogênese e privilegia os conceitos de *proveniência* e *emergência*, retiradas do universo filosófico de Nietzsche. A concepção de proveniência carrega em si essa formulação múltipla e vacilante dos “inícios”:

(...) não se trata de modo algum de reencontrar em um indivíduo, em uma idéia ou sentimento as características gerais que permitiram assimilá-los a outros (...), mas de descobrir todas as marcas sutis, singulares, subindividuais que podem se entrecruzar nele e formar uma rede difícil de desembaraçar; longe de ser uma categoria de semelhança, tal origem permite ordenar, para colocá-las à parte, todas as marcas diferentes (...). A proveniência permite também reencontrar sob o aspecto único de um caráter ou de um conceito a proliferação dos acontecimentos através dos quais (graças aos quais, contra os quais) eles se formaram. (ibidem p. 20).

Emergência, por sua vez, seria “o ponto de surgimento” como um “jogo casual das dominações” produzido

(...) sempre em um determinado estado das forças. A análise da *Herkunft* (emergência) deve mostrar seu jogo, a maneira como elas lutam umas contra as outras, ou seu combate frente a circunstâncias adversas ou ainda a tentativa que elas fazem – se dividindo – para escapar da degenerescência e recobrar o vigor a partir do seu próprio enfraquecimento (ibidem, p. 23).

Portanto, emergência pode ser definida como a reorganização de um estado de coisas a partir do conflito para a superação de suas forças autodestruidoras e degenerativas, que geram, por sua vez, novas formas de conflito e de auto-aniquilamento. Essa percepção está muito próxima da noção de agonismo muito utilizada nos escritos do autor¹. O método genealógico se caracteriza, portanto, na forma fragmentária de expor, a luz da análise histórica, a intercorrelação de forças que se confrontam e geram relações de poder no universo social.

Fazer genealogia dos valores, da moral, do ascetismo, do conhecimento não será, portanto, partir em busca da ‘origem’, negligenciando como inacessíveis todos os episódios da história; será ao contrário, se demorar nas meticulosidades e nos acasos dos começos; prestar atenção escrupulosa à sua derrisória maldade; esperar vê-los surgir, máscaras enfim retiradas, com o rosto do outro;(...). É preciso saber reconhecer os acontecimentos da história, seus abalos, suas surpresas, as vacilantes vitórias, as derrotas mal digeridas, que dão conta dos atavismos e das hereditariedades (...) (1984, p. 19).

A partir dessa base de concepção histórica construída ao longo de sua trajetória, o autor propõe um caminho epistemológico flexível que vai do estabelecimento de uma “arqueologia dos saberes” até a constituição de uma “genealogia do poder” que possibilitasse compreender a emergência do humano como sujeito.

¹ “(...) Mais do que um ‘antagonismo’ essencial, seria melhor falar de um ‘agonismo’ – de uma relação que é, ao mesmo tempo, de incitação recíproca e de luta; trata-se, portanto menos de uma oposição de termos que se bloqueiam mutuamente do que uma provocação permanente” (2000, p. 245).

Vale ressaltar, nesse momento, que a noção de *sujeito* para Foucault implica na compreensão da idéia de que os indivíduos se pautam pela ação – o ato criador –, portanto, como sujeito de determinada atividade; porém esse ato criador não é livre, mas pautado e orientado por práticas discursivas que tornam o indivíduo sujeito “a” realização de determinadas atividades. Nas palavras do autor, “(...) há dois significados para a palavra sujeito: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência e autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga a (algo)” (2000, p. 235).

Evitando, portanto, a construção de uma história constituída em epopéia, o autor esquadrinha uma análise dos fragmentos, dos resquícios que foram enterrados pelos sedimentos dos discursos oficiais e vitoriosos, a fim de encontrar o campo de luta em que os modelos de interpretações diferentes e múltiplos se colocaram em combate para estabelecer, segundo Machado, “como os saberes apareciam e se transformavam.(...) O que pretende é, em última análise, explicar o aparecimento dos saberes a partir de condições de possibilidades externas dos próprios saberes(...)” (1984, p.X).

O autor propõe, dessa maneira, formular uma visão da forma como os saberes positivos – os discursos científicos – dominaram e sufocaram a possibilidade de existência das outras formas de conhecimento, deslegitimando-as; descaracterizando as demais formas de conhecer, eliminaram, também, suas respectivas formas de agir. Assim, no decorrer histórico das hostilidades e lutas entre esses saberes, aquele que se sobrepõe formula, também, as relações de poder que vão domesticar, disciplinar as formas de ação do homem sobre o próprio homem.

A cada livro publicado por Michel Foucault, a intercorrelação entre saber e poder se impõe às suas preocupações teórico-metodológicas. História da Loucura (1961), O Nascimento da Clínica (1963), As Palavras e as Coisas (1966) são os marcos iniciais de uma relativa

(...) homogeneidade de instrumentos metodológicos utilizados até então, como o conceito de saber, o estabelecimento das descontinuidades, os critérios para datação de períodos e suas regras de transformação o projeto de inter-relações conceituais (notadamente o binômio saber-poder), articulação dos saberes com a estrutura social, a crítica da idéia de progresso em história das ciências, etc (idem, p. IX-X).

Procurando formular uma análise em áreas “não-privilegiadas” e periféricas do conhecimento – os comportamentos desviantes como o do louco, seu primeiro foco de análise – Foucault procurou demonstrar que o saber sobre esse “desvio” implicava, primeiro, num esmagamento das outras interpretações sobre a loucura; segundo, na formulação de uma forma de agir sobre ela; e, terceiro, na sua institucionalização como prática de saneamento e recuperação, agindo em prol do “retorno” à “normalidade”.

(...) temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimento são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas. Resumindo, não é a atividade do sujeito de conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o saber-poder, os processos e as lutas que o atravessam e o constituem, que determinam as formas e os campos de conhecimento possíveis do conhecimento (FOUCAULT, 1987, p. 27).

Além disso, a fundamentação desse saber-poder sobre os desvios está, segundo o autor, em plena conformidade com a estrutura sócio-econômica vigente, as relações capitalistas de produção, e com sua estruturação política maior, o Estado. É importante salientar, contudo, que o fato dessas formas articuladas de “saber-poder” encontrarem-se em plena conformidade com a macro-política estatal não significa ser apenas uma decorrência lógica das relações do poder estatal, ou meramente, uma de suas expressões. O autor insiste na autonomia de emergência e

proveniência das racionalidades na história, a partir da luta entre os vários saberes sem negar que esta autonomia é cooptada pela ação estatal.

Gradativamente, a questão sobre o poder vai chamando atenção nas suas análises, a ponto do autor chegar a ser reconhecido por muitos como um teórico sobre o poder. O que é um empobrecimento de sua trajetória intelectual, desprezando-se a reflexão sobre o sujeito, assim como outras possibilidades teóricas de sua produção. Contudo, Machado afirma que se há uma “(...) mutação assinalada por livros como *Vigiar e Punir*, de 1975, e *A Vontade de Saber* de 1976, primeiro volume da *História da Sexualidade*, foi a introdução das análises históricas da questão do poder como um instrumento de análise capaz de explicar a produção de saberes” (1984, p. X). Apesar de, tanto Machado² quanto o próprio Foucault³ negarem a existência de uma teoria geral sobre o poder, a formulação teórica sobre o poder com base nas idéias do autor ganhou uma grande visibilidade nos anos 60/70 do século XX. O próprio Machado admite que as análises genealógicas do poder

produziram um importante deslocamento com relação à ciência política, que limita ao Estado o fundamental de sua investigação sobre o poder. Estudando a formação histórica das sociedades capitalistas, através de pesquisas empíricas e minuciosas sobre o nascimento da instituição carcerária e a constituição do dispositivo da sexualidade, Foucault, a partir de uma evidência fornecida pelo próprio material de pesquisa, viu delinear-se claramente uma não sinonímia entre estado e poder (idem, p.XI).

Assim, também, Michel Foucault formula:

Será preciso uma teoria do poder? Uma vez que uma teoria assume uma objetivação prévia, ela não pode ser afirmada como uma base para um trabalho analítico. Porém este trabalho analítico não pode proceder sem uma conceituação dos problemas tratados, conceituação esta que implica um pensamento crítico – uma verificação constante (2000, p. 232).

² “Não existe em Foucault uma teoria geral do poder” (MACHADO, 1984, p. X).

³ Na introdução de um artigo em que o autor trata especificamente a relação entre sujeito e poder, ele afirma categoricamente: “As idéias que eu gostaria de discutir aqui não representam nem uma teoria nem uma metodologia” (FOUCAULT, 2000, p.236).

Por fim, o pensador propõe:

Gostaria de sugerir uma outra forma de prosseguir em direção a uma nova economia das relações de poder, que é mais empírica, mais diretamente relacionada à nossa situação presente, e que implica relações mais estreitas entre teoria e prática. Ela consiste em usar as formas de resistência contra as diferentes formas de poder como um ponto de partida. (...) Mais do que analisar o poder do ponto de vista de sua racionalidade interna, ela consiste em analisar as relações de poder através do antagonismo das estratégias (idem, p. 234).

Assim, pode se concluir que a teorização sobre as relações de poder tenha alguma viabilidade, desde que essa teoria seja conduzida e constantemente permeada pelo rigor do empírico, não para torná-la rasa e infecunda, mas justamente para fortalecê-la em termos dinâmicos, buscando evitar sua ossificação. Qual seria então, o rascunho de uma conceituação teórica, ainda que em forma de apontamentos sobre o poder, já que a idéia de um arcabouço teórico fundamentado e acabado causa tanta resistência em Michel Foucault?

Uma maneira segura de iniciar essa discussão seria indicar o que o poder não é. Uma coisa. Algo palpável. Poder não é uma instituição, apesar de sua realização acontecer por meio de instituições.

Daí a importante e polêmica idéia de que o poder não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade, que se possui ou não. Não existe de um lado os que têm o poder e de outro aqueles que se encontram dele alijados. Rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce e se efetua, que funciona. E que funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação (MACHADO, 1984, p. XIV).

O poder só acontece a partir do seu exercício; ou seja, não se detém poder, mas sim, exerce-se poder. Por isso, sua existência formula-se por meio de uma relação. Além disso, não se configura uma relação de poder o exercício de dominação sobre algo; sobre alguma coisa; aí

temos a noção de *capacidade técnica*. Não é poder, também, uma relação de comunicação, ou seja, a forma pela qual se “transmite uma informação através de uma língua, de um sistema, de signos ou de qualquer outro meio simbólico” (...), apesar de que, completa o autor, “(...) a produção de elementos significantes podem perfeitamente ter por objetivo ou por conseqüências efeitos de poder, que não simplesmente um aspecto dessas. Passando ou não por sistemas de comunicação as relações de poder tem sua especificidade” (FOUCAULT, 2000, p. 240).

O autor não faz essas distinções por mera casualidade. Ele afirma que esses três componentes são, antes, um conjunto que age em conformidade para a formação de um “bloco disciplinador”:

Trata-se de três tipos de relação que, de fato, estão sempre correlacionados, apoiando-se reciprocamente, servindo mutuamente de instrumento. A aplicação de capacidade objetiva, nas suas formas mais elementares, implica em relações de comunicação (...); liga-se, também, a relações de poder. As relações de comunicação implicam em atividades finalizadas (capacidades técnicas de transformação dos objetos) e induzem efeitos de poder pelo fato de modificarem o campo de informação dos parceiros. Quanto às relações de poder, elas se exercem através da produção e da troca de signos; e também não são dissociáveis das atividades finalizadas, seja daquelas que permitem exercer esse poder, seja daquelas que decorrem, para se desdobrarem, às relações de poder (ibidem, p. 241).

Por fim as relações de poder. O que seriam essas relações? Ou melhor, como se exerce as relações de poder em sua especificidade? Antes de qualquer coisa, é *a ação de uns sobre outros*, ou melhor, é *ação de uns sobre a ação de outros*, ou seja, para *determinar-lhes a ação dentro de um campo de possibilidades*. Antes de prosseguir, o autor nos adverte que, na sua concepção, não há espaço para consentimento dentro dessa conceituação;

(...) ele não é (o poder), em si mesmo, renúncia a uma liberdade, transferência de direito, poder de todos e de cada um a alguns (o que não impede que o consentimento possa ser uma condição para que a relação de poder exista e se mantenha); a relação de poder pode ser o efeito de um consentimento anterior ou permanente; ela não é, em sua própria natureza, a manifestação de um consenso (ibidem, p. 243).

Assim como o recurso de violência implica numa ação direta sobre o corpo, e não numa ação sobre a ação do outro: “(...) uma relação de violência age sobre um corpo, sobre as coisas; ela força, ela submete, ela quebra, ela destrói; ela fecha todas as possibilidades; (...) (ibidem, p. 243)”. Portanto a violência e o consentimento – dois fundamentos tão caros à teoria clássica sobre o poder – são colocados antes, em relação ao poder, como seus “(...) instrumentos ou efeitos, não constituem, contudo, seu princípio ou sua natureza” (ibidem, p. 243).

Foucault delimita, então, que sua natureza consiste num “modo de ação que não age direta e imediatamente sobre os outros, mas que age sobre sua própria ação. Uma ação sobre a ação, sobre ações eventuais, ou atuais, futuras ou presentes” (ibidem, p. 243). Essa ação sobre a ação dos outros

(...) se articula sobre dois elementos que lhe são indispensáveis por ser exatamente uma relação e poder: que “o outro” (aquele sobre o qual se exerce) seja inteiramente reconhecido e mantido até o fim como o sujeito de uma ação (ação governada, é certo) e que se abra, diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações efeitos, invenções possíveis(...); ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, coage e impede totalmente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir, Uma ação sobre ações (ibidem, p. 243).

Dessa maneira o ato de “conduzir condutas” que é próprio da relação de poder, se configura a partir da restrição do espectro de possibilidades de ação do dominado pelo dominador a uma ação, o que implica, então, em agir sobre a liberdade dos outros de modo a determiná-la segundo os interesses de quem exerce o poder. O poder, diz o autor, “só se exerce sobre “sujeitos livres”, enquanto livres – entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que tem diante de si um campo de possibilidades onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer” (ibidem, p.244).

Uma característica fundamental dessa concepção sobre as relações de poder é o fortalecimento do seu caráter produtivo. Se o seu exercício só é possível num contexto de “liberdade”, pautando-se, fundamentalmente, numa interferência sobre o campo de possibilidades do agir do outro, essas relações só podem estar relacionadas a possibilidades de produção, sejam elas materiais ou imateriais. É muito importante dissociar, nessa conceituação, a noção de repressão vinculada às relações de poder pela tradição psicanalítica.

(...) Ora, me parece que a noção de repressão é totalmente inadequada para dar conta do que existe justamente de produtor no poder. Quando se define os efeitos do poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica deste mesmo poder; identifica-se o poder a uma lei que diz não. O fundamental seria a força da proibição. Ora, creio ser esta uma noção negativa, estreita e esquelética do poder que curiosamente todo mundo aceitou. Se o poder fosse somente repressivo, se não se fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente não pesa só como uma coisa que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais que uma instância negativa que tem por função reprimir (idem, 1984, p. 8).

Por fim, falta-nos discernir as interações pelas quais as relações de poder se colocam no devir histórico. O espaço de constituição das relações de poder implica, necessariamente, na elaboração de formas de resistência por parte daqueles estão sujeitos à sua força orientadora. Assim, a relação tem condição de existência no jogo de relações estratégicas que impõe a lógica de obtenção de empreendimentos para a realização das lutas e possibilidades de reversão da própria relação. Nas palavras do próprio Foucault,

como não poderia haver relações de poder sem pontos de insubmissão, que, por definição, lhe escapam, toda intensificação e toda a extensão das relações de poder para submetê-los conduzem apenas aos limites do exercício do poder; (...). Em suma, toda estratégia de confronto sonha tornar-se relação de poder; e toda relação de poder inclina-se, tanto ao seguir sua própria linha de desenvolvimento quanto ao se deparar com resistências frontais, a tornar-se a estratégia vencedora (FOUCAULT, 2000, p. 248).

Qual o resultado desse empreendimento teórico? Em seu artigo “Genealogia e Poder” (FOUCAULT, 1984), o autor estabelece dois efeitos importantes de sua analítica pelo universo de confronto do saber-poder. Em primeiro lugar, o caráter local da crítica, que, “indica na realidade algo que seria uma espécie de produção teórica autônoma, não-centralizada, isto é, que não tem necessidade para estabelecer sua validade, da concordância de um sistema comum” (idem. p, 169).

Essa decorrência contribuiu para que as concepções teóricas clássicas que determinam tanto as formas de racionalização do Estado e da sociedade capitalista, quanto às tentativas de sua superação revolucionária, fossem permeadas por uma série de lutas e bandeiras periféricas. Paralelamente ao clássico movimento operário, fortaleceram-se as lutas específicas – o movimento estudantil, feminista, homossexual, racial, ambientalista, antimanicomial, etc. – como efeitos desse deslocamento da crítica às relações de poder e de sua ‘microfísica’.

Em segundo lugar, o retorno do saber, ou melhor, dos saberes ditos “dominados”, sejam eles os “conteúdos históricos que foram sepultados, mascarados em coerências funcionais ou em sistematizações formais” (ibidem, p.170) tanto quanto “uma série de saberes que tinham sido desqualificados como não competentes ou insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível requerido de conhecimento e de cientificidade” (ibidem, p.170).

Esse efeito contribuiu tanto para relativização da ciência como forma de conhecimento superior e inatingível – fortalecendo a luta contra o positivismo e o evolucionismo – quanto pela emergência dos saberes não institucionalizados pela ciência como válidos, dando nova ênfase, por exemplo, aos estudos antropológicos no processo de alargamento do objeto que essa ciência empreendeu a partir dos anos 70, enxergando vida não só nas “populações nativas e não ocidentais”, mas também nos subgrupos urbanos e nas relações de gênero.

2 – A análise da etnoconservação sob a perspectiva das relações de poder

A síntese da reflexão acima leva-nos a compreender a conceito de relações de poder a partir de alguns traços constitutivos fundamentais. Trata-se, portanto, de uma *ação de uns sobre a ação de outros dentro de um campo de possibilidades*, ou seja, o ato de *conduzir condutas*; ação guiada por discursos epistemológicos – *saberes*; a restrição do espectro de possibilidades de ação do dominado pelo dominador implica, então, em *agir sobre a liberdade de ação dos outros*; além disso, para Foucault, as relações de poder têm *caráter produtivo* para além do caráter repressivo tão caro à tradição psicanalítica; sua estruturação possibilita a emergência de *formas de resistência*; e, por fim, a dinâmica entre relações de poder e formas de resistência tem condição de existência num *jogo de relações estratégicas*, como possibilidade de realização das lutas e de reversão da própria relação.

A perspectiva que se propõe nessa pesquisa é, portanto, a análise do conceito de etnoconservação como orientador das relações entre organizações não-governamentais e populações tradicionais em unidades de conservação. Essa análise será conduzida pelo conceito de relações de poder exposto acima.

Vale ressaltar que a intenção desse projeto de pesquisa não é estabelecer uma observação privilegiada das organizações não-governamentais como objeto específico da análise, mas sim do conjunto de relações entre concepções e práticas de um determinado discurso científico, com destaque para as relações de poder decorrente das suas estratégias de ação. As organizações não-governamentais são compreendidas aqui como o instrumento que viabiliza a passagem da teoria a práxis, assim como estrutura as relações de poder inerentes ao processo.

Portanto é possível recorrer à perspectiva foucaultiana da necessidade de encontrar as relações de poder além ou aquém das próprias instituições que lhes dão sustentação, pois,

Ao analisarmos a relações de poder a partir das instituições, nos expomos de nelas buscar a explicação e a origem daquelas; quer dizer, em suma de explicar o poder pelo poder. (...) Não se trata de negar a importância das instituições na organização das relações de poder. Mas de sugerir que é necessário, antes, analisar as instituições a partir das relações de poder e não o inverso; e que o ponto fundamental destas, mesmo que nelas se incorporem e se cristalizem, numa instituição, deve ser buscado aquém (FOUCAULT, 2000, p.245).

Porém, ao propor uma investigação sobre as estratégias de implantação de um modelo específico de conservação em unidades de conservação habitadas por populações tradicionais, é preciso reconhecer, num primeiro momento, que se discute de maneira generalizada, as possibilidades de intervenção nas relações entre determinados grupos sociais e determinados espaços naturais localizados, por sua vez, em determinados territórios. Para isso, faz-se necessário, a utilização de conceitos geográficos como nexos de fundamentação conceitual à discussão teórica das formas de organização do espaço.

Para Milton Santos, o espaço pode ser definido como a totalidade das realizações sociais sobre a configuração dos objetos naturais. O encontro entre social e natural, solidificado por uma incessante movimentação dialética, sendo, pois, um dos fatores fundamentais da edificação da ação humana.

Consideramos o espaço com uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica. Isso significa que, como instância, ele *contém* e é *contido* pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida (...). Isso quer dizer que a essência do espaço é social. Nesse caso, o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais ou artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual (SANTOS, 1997, p. 1).

O espaço supõe uma imbricação entre a configuração natural e as forças sociais que nela incidem. Há uma dinâmica constante de significação social sobre as determinações geográficas, o que define as formas de intervenção humana sobre a natureza pela decorrência histórica.

Como as formas geográficas contêm frações do social, elas não são apenas formas, mas formas-conteúdo. Por isso estão sempre mudando de significação, na medida em que o movimento social lhes atribui, a cada momento, frações diferentes do todo social. Pode-se dizer que a forma, em sua qualidade de forma-conteúdo, está sendo permanentemente alterada e que o conteúdo ganha uma nova dimensão ao encaixar-se na forma (SANTOS, 1997, p. 2) .

O conceito de espaço é suporte, nos limites dessa reflexão, como forma-conteúdo para compreensão das unidades de conservação como territórios a partir da interação dos componentes sociais que nela atuam (as populações tradicionais, as organizações não-governamentais, a ação estatal regulamentadora, etc.) e os diferentes modos de ação sobre os recursos naturais existentes. Além disso, a implantação do modelo pautado na etnoconservação pode ser compreendida com um corpo teórico de orientação para uma significação territorial, não só dos aspectos naturais como das relações sociais que determinam o uso desses recursos.

Portanto, considerando que a implantação do modelo de *gestão comunitária dos recursos renováveis* pretende definir a ação humana nesse determinado espaço, é necessário estabelecer as estratégias de ação política que materializam essa (re)configuração do espaço social. É nesse sentido que a discussão sobre as relações de poder e suas estratégias adquire relevância, a partir do pressuposto de que a sociedade está imersa em uma complexa teia de relações de poder que viabilizam a ação e a orientação da condição humana.

A utilização do conceito de poder tem como objetivo principal instrumentalizar o olhar analítico para as formas de elaboração estratégica da efetivação do discurso da etnoconservação na *práxis*. Levando em consideração que a capacidade de ação das populações tradicionais que habitam áreas destinadas à preservação pode ser compreendida como um “campo de possibilidades”, aberto a inúmeras correlações de forças e interesses.

A efetivação de um manejo étnico, que se confronta na condução de sua ação com outros modelos conservacionistas, necessita de uma estratégia bem sucedida para a orientação das

condutas voltadas tanto para o afastamento de outras práticas e discursos, quanto para a materialização do seu próprio projeto.

(...) podemos chamar 'estratégias de poder' ao conjunto dos meios operados para fazer funcionar ou para manter um dispositivo de poder. Podemos também falar de estratégia própria das relações de poder na medida em que estas constituem modo de ação sobre a ação possível, eventual, suposta dos outros. Podemos então decifrar em termos de 'estratégias' os mecanismos utilizados nas relações de poder (FOUCAULT, 2000, p. 248).

Foucault nos alerta da impossibilidade de se pensar relações de poder sem esquadrihar as estratégias de efetivação das mesmas.

Ora o estudo dessa microfísica supõe que o poder não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma apropriação, mas disposições, a manobras, a táticas, a funcionamentos (FOUCAULT, 1987, p. 26).

Portanto, a tríade saber/relações de poder/estratégia de ação se apresenta como o caminho metodológico de elucidação da problemática proposta e dos objetivos delineados, sendo a análise da relação entre teoria e prática na etnoconservação a opção investigativa. Finalmente, ao se realizar tal abordagem, o que se procura evidenciar são as tramas de constituição de um discurso que não só atende às exigências acadêmicas, mas que principalmente, se orienta pela combatividade em relação a outros discursos – como a biologia da conservação. Essas práticas discursivas lutam pela legitimidade e hegemonia da ação conservacionista dentro do próprio domínio científico, salientando, dessa maneira, a opção pelas evidências constitutivas das formas de intervenção política, por meio da formação de relações de poder, capaz de determinar a conduta dos agentes conservacionistas em questão.

Finalmente, se a etnoconservação se apresenta como um conceito constituído pelo saber científico sobre os modos de vida não-ocidentais; se, a partir desse saber, propõe práticas

conservacionistas pautadas por modos étnico-tradicionais de manejo dos recursos naturais, importa saber *como* a etnoconservação deixa de ser tão somente uma proposta teórica para uma prática política. Interessa conhecer as estratégias de efetivação de seus pressupostos junto às unidades de conservação habitadas por populações tradicionais.

Como veremos no capítulo III, a legislação brasileira relativa às unidades de conservação é orientada hegemonicamente pela perspectiva da intocabilidade. Ou seja, de forma geral, a prioridade do modelo conservacionista é a da exclusão da presença humana das UC's. Esse é caso específico do Parque Nacional do Jaú, foco desse estudo, onde os moradores tradicionais não poderiam permanecer após sua criação. Nesse contexto, pretende-se compreender como a FVA reuniu condições para elaborar o Plano de Manejo do PNJ, levando em consideração a participação decisória dos moradores.

Capítulo III – Etnoconservação: o conceito em sua construção teórica.

O objetivo desse capítulo é refletir sobre as bases de formulação teórica da etnoconservação, conceito que se apresenta como uma das possíveis propostas de conservação de bio/sociodiversidade de territórios e áreas legalmente constituídas como Unidades de Conservação nos países periféricos, entre eles, o Brasil. A intenção é promover uma discussão sobre categorias e elementos epistemológicos que possibilitaram o desenvolvimento do conceito, assim como os debates e posicionamentos político-acadêmicos que o colocam como uma proposta alternativa de gestão de UC's, radicalmente diferenciada do modelo dominante de conservação biológica implantado no Brasil. Por fim, pretende-se desenvolver as linhas gerais constitutivas de viabilização de uma práxis orientada pela etnoconservação, no contexto da legislação vigente no Brasil relativa às medidas conservacionistas.

A definição de etnoconservação pode ser sintetizada como a “gestão comunitária dos recursos naturais” (ALEXANDRE 2002a). Sua idéia básica é a elaboração de uma forma de gestão em unidades de conservação que possibilitem a permanência de populações tradicionais e/ou indígenas historicamente concentradas nessas áreas. Além disso, propõe métodos de tomada de decisão compartilhada entre esses grupos sociais, técnicos e instituições conservacionistas, tendo como prioridade a reprodução da organização sócio-cultural do grupo como norteador da ação.

(...) Esses movimentos enfatizam (...) a necessidade de se construir uma nova aliança entre o homem e a natureza, baseada, entre outros pontos na importância das comunidades indígenas e não-indígenas na conservação das matas e outros ecossistemas presentes nos territórios em que habitam. A valorização do conhecimento e das práticas de manejo dessas populações deveria constituir numa das pilstras de um novo conservacionismo (...) (DIEGUES, 2000, p.41).

A etnoconservação propõe, de maneira geral, uma implicação indissociável entre as *populações tradicionais* e *ecossistemas*. Como garantia de viabilidade institucional deve-se contar com a proteção legal do Estado e a participação das organizações ambientalistas, a partir da premissa da gestão comunitária e compartilhada dos recursos naturais (ALEXANDRE, 2002b, p.3).

Leva-se em conta, nessa concepção, que a estratégia adotada para a conservação é a reprodução da própria lógica das comunidades que habitam historicamente as localidades a serem conservadas. Ou seja, a cosmovisão, as formas de elaboração de saber e experiência, assim como as estratégias de ação específicas das comunidades “tradicionais” em relação a ecodiversidade devem ser, também, conservados e priorizados como fio condutor do manejo sustentável, em detrimento da autoridade única do universo cientificista.

(...) Muitos agricultores entram em relação pessoal com o meio ambiente. A natureza deixa de ser um objeto, uma coisa, tornado-se um mundo complexo, cujos componentes vivos são freqüentemente personificados e deificados como mitos locais. Alguns desses mitos são construídos como base na experiência de gerações; a maneira como representam as relações ecológicas pode estar mais próxima da realidade do que o conhecimento científico. A conservação talvez não esteja presente no vocabulário, mas é parte integrante de seu modo de vida e de suas percepções do relacionamento humano com o mundo da natureza (GOMEZ-POMPA & KAUS, 2000, p.130).

O conhecimento científico e sua aplicação técnica limitam-se, nessa perspectiva, a “instrumentalizar” o conhecimento étnico de dispositivos mais eficazes para a sua própria afirmação. Numa divisão de papéis proposta como complementar ao norteamento das lógicas das tradicionalidades, o arcabouço técnico-científico pode, segundo os adeptos da etnoconservação, contribuir nos níveis macro e micro de sua articulação teórico-prática:

(...) Claramente, profissionais conservacionistas e a população tem potências e limitações. Conservacionistas e outros profissionais têm vantagens em dois níveis. No nível macro, sistemas de informação geográfica, apoiados por

computadores, podem permitir que os ecólogos de paisagem integrem visões temporais e espaciais dos fatores ecológicos. Profissionais podem também contar com as redes mundiais de comunicação eletrônica e com o acesso de banco de dados e trocar informações científicas. No nível micro, cientistas da conservação tem técnicas apuradas de identificação e habilidades taxonômicas (PIMBERT & PRETTY, 2000, p. 201).

O nível intermediário da práxis fica sob responsabilidade das especificidades étnicas tradicionais:

(...) Mas o conhecimento coletivo que a população rural tem das águas, florestas, pastos, faixas costeiras e áreas úmidas lhes dá distintas vantagens no nível intermediário – onde o esquema de manejo das áreas protegidas são de fato almejados. Isto é, antes de tudo, o contexto ecológico e social em que a população rural experimenta, adapta e inova (idem).

A elaboração cognitiva dos *saberes* tradicionais, tomados como pontos de referência para o planejamento da conservação e uso dos recursos devem estar atrelados, também, aos *fazeres* tradicionais, a partir da priorização do uso das tecnologias locais, caracterizadas historicamente como de menor impacto à biodiversidade do que a tecnologia científica.

(...) Preferência deve ser dada para as tecnologias locais, pondo-se ênfase nas oportunidades de intensificação de uso dos recursos disponíveis. Soluções mais baratas e sustentáveis podem, freqüentemente, ser encontradas quando grupos ou comunidades são envolvidos na identificação das exigências tecnológicas, planejamento e teste dessas tecnologias, sua adaptação às condições locais, e finalmente, sua extensão para outros grupos e comunidades (PIMBERT & PRETTY, 2000, p. 206-207).

O ato decisório sobre os métodos de conservação deve, assim, deixar de ser monopolizado pelos agentes técnicos, organizações ambientalistas e órgãos governamentais. Seu ponto de partida deve emergir dos interesses da comunidade local envolvida, a partir de um deslocamento de poder para a constituição de processos de gestão compartilhada.

Desse modo, habilidades e vantagens dos profissionais (em nível micro e macro) precisam ser efetivamente combinadas com a força do conhecimento e experimentação locais, pela atribuição de poder à população nativa mediante a

modificação de papéis e das atividades convencionais. Essa abordagem participativa permitiria a geração de distintos programas de conservação, localmente negociados, possivelmente mais sustentáveis a longo prazo que os projetos correntes. O desenho e o manejo de áreas protegidas baseia-se, portanto, em processos que objetivem dar mais força às comunidades locais (idem, p.201-202).

A concessão de poder às comunidades tradicionais deve ser um dos pontos centrais para a constituição de formas de conservação e uso pautadas pela etnoconservação. Colchester endossa esse posicionamento, afirmando que

(...) o desafio é encontrar meios para fazer as organizações conservacionistas responsáveis pelo que para elas é algo não familiar – as comunidades tradicionais – de tal forma que sejam obrigadas a tratar as preocupações dos povos tradicionais com a seriedade que merecem. (...) A reconciliação entre os objetivos da autodeterminação das comunidades tradicionais e os da conservação é possível se as agências conservacionistas cederem poder a quem é marginalizado pelos modelos atuais de desenvolvimento e conservação (COLCHESTER, 2000, p. 250).

Porém, a inversão das relações de poder por si só não garante a efetividade da proposta em questão. Alguns autores afirmam que se a posse efetiva das terras não for garantida às comunidades, o projeto coloca-se em risco. A insegurança de não contar com a certeza de permanência na localidade faz as populações perderem a identificação sócio-cultural constituída a partir da relação com o território. Pimbert & Pretty citam um exemplo bem sucedido de “direitos locais de acesso aos recursos naturais”:

Um sucesso notável é a reserva do Monte Arfak, em Papua ocidental que reconhece tanto os direitos ancestrais do direito do povo Hatam quanto o fato de que as leis indonésias não garantem esses direitos. Ainda que a definição legal da área de reserva natural estrita torne teoricamente ilegal qualquer uso dos recursos naturais, o projeto, com aprovação do governo local, permite que as comunidades locais continuem a usar a área até que a lei seja mudada a seu favor. Conscientes dos benefícios os nativos começaram a se comportar como guardiões da reserva florestal (...) (PIMBERT & PRETTY, 2000, p. 206).

Apesar do tom rousseauiano, fica claro que a reafirmação da posse da terra considerada território ancestral pelas comunidades fortalece o seu comprometimento com as diretrizes da gestão compartilhada. Além disso, garante um dos principais elementos de produção e reprodução de sua identidade cultural decorrente da lógica de ação etnicamente distinta, tão valorizada pela etnoconservação.

Sem a segurança dos direitos de acesso às áreas protegidas, as comunidades rurais sempre as considerarão como recursos comunitários perdidos e que não vale a pena serem conservados por eles a longo prazo. Políticas de áreas protegidas precisarão ser, conseqüentemente, reformuladas para permitir que as populações tenham papel mais central na determinação do que deve ser conservado, como e para quem (idem, p. 210).

Pode-se agora, como um primeiro momento-síntese da reflexão estimulada nesse texto, delinear os traços constitutivos fundamentais da etnoconservação. Configura-se como uma proposta político-acadêmica que, de maneira geral, defende a ação conservacionista a partir de uma implicação indissociável entre *populações tradicionais e ecossistemas*. Trata-se, portanto, de uma *gestão compartilhada dos recursos naturais* entre Estado, entidades ambientalistas e populações locais. Seu princípio determinante é a *orientação do manejo desses recursos regidos pela lógica, saberes, práticas e usos específicos das comunidades e povos tradicionais* presentes nesses contextos territoriais. Para tanto, é necessária (1) a *complementaridade de relações entre o conhecimento técnico-científico e o tradicional-mitológico*; (2) a constituição de formas de articulação de *relações de poder provenientes das comunidades*, tornado-se assim gestoras privilegiadas; e, (3) por fim, a *garantia legal de posse* da terra por parte das comunidades em questão.

Historicamente, pode-se afirmar que o amadurecimento das categorias constitutivas do conceito aconteceu no contexto dos debates da ECO-92 – Conferência Das Nações Unidas para o

Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro. Mas, as condições sócio-políticas que propiciaram seu aparecimento surgem no início da década de 70. Seus postulados nascem de um movimento político-acadêmico que tem forte presença no México, mas principalmente na Índia denominado de ecologia social.

Seus maiores representantes, segundo Diegues, são Murray Bookchin, ecólogo e ativista, Arturo Gómez-Pompa, botânico e Ramachandra Guha, historiador e ativista (DIEGUES 1994, 2000). A ecologia social propõe

que as sociedades tradicionais requerem alta diversidade dos recursos naturais e que essas sociedades sobreviveram porque desenvolveram práticas culturais de manutenção dessa diversidade. Conseqüentemente, conservar essas práticas é o método ideal para conservar a diversidade biológica (SARKAR, 2000, p.49).

A etnoconservação pode ser considerada, portanto, uma expressão específica, relativa ao conservacionismo, do movimento mais amplo da ecologia social. A proposta de uma forma de conservação, que contemple tanto a bio quanto a sociodiversidade, levando-se em consideração a indissociabilidade de suas relações, surge no confronto e luta com outras propostas preservacionistas que se sintetizaram na assim denominada *biologia da conservação*. A etnoconservação nasce como uma possibilidade alternativa ao modelo dominante e, principalmente, pela oposição político-acadêmica aos seus pressupostos teóricos e sua decorrência na práxis.

É muito difícil encontrar um adepto da *gestão compartilhada dos recursos naturais* que não elabore uma crítica contundente aos pressupostos teórico-práticos da biologia da conservação. A definição do conceito pode ser um ponto de partida para a análise do confronto entre as duas propostas:

A biologia da conservação é uma ciência multidisciplinar que foi desenvolvida como resposta à crise com a qual a diversidade biológica se confronta

atualmente (...). A biologia da conservação tem dois objetivos: primeiro, entender os efeitos da atividade humana nas espécies, comunidades e ecossistemas, e, segundo, desenvolver abordagens práticas para prevenir a extinção de espécies e, se possível, reintegrar as espécies ameaçadas ao seu ecossistema funcional (PRIMACK & RODRIGUES, 2001, p. 5).

A biologia da conservação, segundo seus defensores, nasce do desejo de manutenção e recuperação da biodiversidade decorrente, por sua vez, de duas necessidades básicas: conter a ação destrutiva do homem; e aperfeiçoar/articular estratégias preexistentes de conservação a partir de um norteamento comum e coerente de pesquisa científica e atividade prática.

A biologia da conservação surgiu uma vez que nenhuma das disciplinas tradicionais aplicadas são abrangentes o suficiente para tratar das sérias ameaças à diversidade biológica. (...) A biologia da conservação complementa as disciplinas aplicadas fornecendo uma abordagem mais teórica e geral para a proteção da diversidade biológica; ela se difere das outras disciplinas porque leva em consideração, em primeiro lugar, a preservação a longo prazo de todas as comunidades biológicas e coloca os fatores econômicos em segundo plano (idem, p. 6).

O caráter biocêntrico⁴ de suas proposições fica claramente evidenciado não só pela premência da conservação biológica em relação aos fatores econômicos, mas também pela hierarquização epistemológica de sua constituição como “ciência interdisciplinar”:

As disciplinas de biologia de populações, taxonomia, ecologia e genética constituem o centro da biologia da conservação e muitos biólogos da conservação procedem dessas disciplinas. Além disso, muitos dos experts em biologia da conservação saíram de zoológicos e jardins botânicos trazendo consigo experiência em manter e difundir espécies em cativeiro (ibidem, p. 7).

As ciências humanas e sociais são incorporadas de forma secundária, com o objetivo de adequar as atividades humanas no fim último da conservação biológica.

⁴ Segundo Diegues, biocentrismo é uma perspectiva ideológica que “pretende ver o mundo natural em sua totalidade, na qual o homem está inserido como qualquer outro ser vivo. Além disso, o mundo natural tem um valor em si mesmo, independente da validade que possa ter entre para os humanos” (1994, p. 42).

Uma vez que grande parte da crise da biodiversidade tem origem na pressão exercida pelo homem, a biologia da conservação também incorpora idéias e especificidade de várias outras áreas além da biologia. (...) As ciências sociais tais como antropologia, sociologia e geografia fornecem a percepção de como as pessoas podem ser encorajadas e educadas para proteger as espécies encontradas em seu ambiente imediato. Os economistas ambientais analisam o valor econômico da diversidade biológica para sustentar argumentos a favor da preservação (...) (ibidem, p. 7).

Segundo Sarkar (2000, p. 50-51), o nascimento da biologia da conservação tem data precisa. Em 8 de maio de 1985, como decorrência da Segunda Conferência da Biologia da Conservação, realizada na cidade norte-americana de Ann Arbor, Michigan, foi fundada a Sociedade para a Biologia da Conservação. Agente importante nesse processo foi Michael Soulé, responsável tanto pela organização da citada Sociedade quanto pela redação do manifesto “O que é a Biologia da Conservação?”, publicado, também em 1985, na Revista BioScience.

Nessa publicação, Soulé define cinco pressupostos básicos da nova ciência (idem, p. 51-52; PRIMACK & RODRIGUES, 2001, p. 5), a saber: (1) *a diversidade de organismos é positiva*, pressuposto que leva em consideração a idéia da consciência da humanidade na importância da biodiversidade; (2) *a extinção prematura de populações e espécies é negativa*, ou seja, a ação humana não concorre com a dinâmica natural de aparecimento e desaparecimento de espécies é uma ameaça não só para a biodiversidade biológica, mas para o próprio ser humano; (3) *a complexidade ecológica é positiva*, premissa que enfatiza a importância da conservação de ambientes naturais onde as interações ecológicas se dão em sua completude, longe da interação induzida ou restrita dos jardins botânicos, por exemplo; (4) *a evolução é positiva*, portanto a dinâmica evolutiva das espécies deve ser respeitada com o mínimo de ou nenhuma atividade humana que lhe perturbe; e, (5) *a diversidade biológica tem valor em si*, ou seja, um valor intrínseco que precede e transcende a valoração humana em bases econômicas. Essa valoração

per se encontra-se na funcionalidade e importância das interações ecológicas entre espécies ou pela sua existência única.

Para alguns autores, como Diegues (2000), a biologia da conservação tem como uma de suas bases um movimento surgido na década de setenta do século XX, denominado *ecologia profunda*. O biocentrismo latente da biologia da conservação é tributário das idéias cunhadas “(...) por Arne Naess, filósofo norueguês que teve a intenção de ir mais além do simples nível factual da ecologia como ciência, para um nível mais profundo de consciência ecológica (idem, p. 9)”. Aproximando-se de uma quase completa adoração da natureza pela natureza, “(...) Naess, Bill Devall e George Sessions (...) e Warwick Fox continuaram desenvolvendo uma série de princípios básicos dessa linha de pensamento (...) (ibidem)” que podem ser descritos a partir da idéia de que

(...) a vida humana e não humana tem valores intrínsecos independentes do utilitarismo; os humanos não têm direito de reduzir a biodiversidade, exceto para satisfazer as necessidades vitais; o florescimento da vida não humana exige um decréscimo substancial da população humana; a interferência humana na natureza é demasiada; as políticas públicas devem, portanto, ser mudadas, afetando as estruturas econômicas, tecnológicas e ideológicas (ibidem).

A biologia da conservação pode ser considerada, portanto, uma expressão específica, relativa ao conservacionismo, do movimento mais amplo da ecologia profunda. Por fim, a outra base pela qual floresceu a biologia da conservação foi o velho preservacionismo norte-americano. Ele pode ser descrito, ainda por Diegues, “(...) como a reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem (...). Ele pretende proteger a natureza contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano (1994 p.30)”. As idéias preservacionistas surgiram em meados do século XIX e seu resultado prático, a criação de parques e reservas pautada pela noção de intocabilidade dos recursos a partir da exclusão da presença humana, a não ser pela ação

turística contemplativa, foram fundamentais para a formulação do modelo vigente de conservação atual. Segundo Diegues,

é nessa perspectiva que se insere o conceito de parque nacional como área natural, selvagem, originário dos E.U.A. A noção de “*wilderness*” (vida natural/ selvagem), subjacentes à criação dos parques, no final do século XIX, era de grandes áreas não-habitadas, principalmente após o extermínio dos índios e a expansão da fronteira do oeste. Nesse período já se consolidara o capitalismo americano, a urbanização era acelerada, e se propunha reservarem-se grandes áreas naturais, subtraindo-as à expansão agrícola e colocando-as à disposição das populações urbanas para fins de recreação (idem, p. 24).

Pode-se afirmar – como um segundo momento-síntese da reflexão proposta – que a biologia da conservação tem como elementos constitutivos, a *busca pela conservação da biodiversidade* a partir da tentativa de contenção do caráter predatório da atividade humana, assim como do aperfeiçoamento/articulação de técnicas e práticas conservacionistas esparsadas em diferentes áreas do conhecimento; uma *perspectiva biocêntrica* que coloca em segundo plano tanto as necessidades econômicas quanto as bases epistemológicas das ciências humanas e sociais; a consideração de que a *natureza é dotada de um valor intrínseco* (ecologia profunda); e, finalmente, a *criação de parques e reservas intocáveis* onde o mundo natural pode ficar livre das perturbações humanas (preservacionismo norte-americano).

É possível perceber que as duas propostas – a biologia da conservação e a etnoconservação – tem orientações radicalmente opostas. Essa oposição nasce, justamente, da luta entre seus representantes e defensores para a definição de práticas de conservação também distintas. Não se pode pensar, porém, nesse antagonismo de forma simplificada. As duas propostas são, de uma forma geral, pontos de síntese e intersecção de diversas tendências do movimento ecológico em geral e do conservacionismo em particular que transitam entre o pólo biocêntrico para o antropocêntrico.

A biologia da conservação no estilo norte-americano e a versão indiana da ecologia social não são os únicos enfoques possíveis para a conservação biológica. Eles representam dois extremos de ideologias sobre as interações entre humano e a biota não humana, e ambos apresentam estruturas teóricas bem articuladas. A maioria dos outros enfoques cai dentro do espectro das possibilidades definidas por esses extremos (SARKAR, 2000, p.49).

A etnoconservação, foco central desse estudo, estrutura-se como discurso teórico articulado a partir da crítica à biologia da conservação. Para que seja possível compreender a emergência das linhas gerais constitutivas da prática discursiva de gestão étnica, pretende-se evidenciar esse diálogo crítico entre as duas perspectivas.

Em primeiro lugar, a idéia de que a *conservação da biodiversidade só pode ser efetivada com a contenção da atividade predatória humana*. Segundo Janzen, reconhecido defensor da biologia da conservação,

o objetivo aparente da humanidade é converter o mundo num pasto destinado a produzir e sustentar os humanos como animais de carga. O desafio, no qual o ecólogo tropical é um general, um pajem, um soldado de infantaria é impedir que a humanidade atinja esse objetivo. A verdadeira batalha é, no entanto, reprogramar a humanidade em direção a um objetivo diferente. Essa batalha está sendo levada a cabo por outras categorias de profissionais além dos ecólogos; no entanto, é uma batalha sobre o controle das interações e, por definição, a pessoa competente para reconhecer, entender e manipular essas interações é o ecólogo (JANZEN, apud. GUHA, 2000, p. 84).

De maneira geral, a biologia da conservação considera que toda atividade humana é inevitavelmente, destrutiva. Assim, seus articuladores não levam em conta qualquer possibilidade de atuação planejada por concepções culturais diferenciadas e não-destrutivas em relação à natureza. Numa pequena alusão ao pensamento de Boaventura de Souza Santos (2002), parece haver aí uma clara apropriação metonímica do que é considerado humano. Ao referir-se como objetivo humano “converter o mundo num pasto”, Janzen imprime à humanidade aquilo que é característica da civilização ocidental em um determinado momento histórico, a vigência da

lógica capitalista de produção. A ação de outras formas de organização sócio-econômicas não são, necessariamente, pautadas por essa lógica destrutiva e homogeneizante. Gómez-Pompa afirma que

Os conservacionistas tradicionais, (...) vêem o valor estético, biológico e ecológico da mesma terra, mas não vêem necessariamente as pessoas. Normalmente falham em perceber os efeitos das ações humanas passadas ou atuais; em diferenciar os tipos de uso pelo ser humano; ou em reconhecer o valor econômico do uso sustentável (GÓMEZ-POMPA, 2000, p. 131).

Pimbert e Pretty também criticam a miopia dos conservacionistas biocêntricos quanto à diversidade de formas de relação entre humano e natureza. Miopia que tornou-se o fator fundamental para propostas de criação de parques e reservas intocáveis.

As crenças conservacionistas têm sustentado que existe uma relação inversa entre ações humanas e a saúde (bem-estar) do meio ambiente. Os profissionais têm estado de acordo em que problemas tais como a erosão do solo, degradação das pastagens, desertificação, perda de florestas e a destruição da vida selvagem, exigem intervenção para prevenir deteriorização ainda maior. (...) Muitos esquemas de áreas protegidas não consideraram apropriadamente a importância das formas locais pelas quais as comunidades se abastecem em alimento, medicina, habitação, energia e suprem outras necessidades básicas. Profissionais externos e instituições têm falhado frequentemente em levar em consideração as várias formas e meios de satisfazer as necessidades humanas básicas. Ainda que as necessidades sejam universais, suas formas de satisfazê-las variam de acordo com cada cultura, região e condições históricas (PIMBERT & PRETTY, 2000, p. 183).

O segundo fundamento da biologia da conservação, ou seja, sua intenção de se apresentar como o *aperfeiçoamento/articulação de técnicas e práticas conservacionistas esparsadas em diferentes áreas do conhecimento* é criticada pela estreiteza de sua concepção de inter ou transdisciplinaridade. Ao que parece, a biologia da conservação tenta promover uma junção de disciplinas, mas não elabora uma concepção epistemológica que transcenda a fundamentação tradicional de cientificidade, ancorada na especialização, neutralidade, objetividade e crença na

verdade absoluta de seus resultados. Pimbert e Pretty dão especial atenção à crítica desses pressupostos.

Eles (os cientistas da conservação) argumentam que a melhor forma de estabelecer prioridades é reunir vários especialistas-chave, que são invariavelmente cientistas nacionais e internacionais. (...) Entretanto, nesse contexto, a 'interdisciplinaridade' é restrita às bem conhecidas tribos de botânicos, zoólogos e outros cientistas naturais: a ênfase é tornar a 'ciência' correta (idem, p. 188).

Mesmo restrito às ciências naturais, esses especialistas não contemplam uma visão integrada:

Os cientistas da conservação e agentes de campo tendem a olhar os ecossistemas pela perspectiva de sua disciplina profissional. Seu treinamento os ensinou a olhar somente o aspecto do ecossistema em que se especializaram, que pode ser de plantas medicinais, orquídeas raras, árvores (...). Esse aspecto se transforma no foco principal de sua atenção quando visitam uma área rica em diversidade biológica. Muito frequentemente, no entanto, a especialização disciplinar dos profissionais da conservação age contra o entendimento dos fatores que sustentam o êxito de sistemas nativos de manejo dos recursos naturais (ibidem, p. 186).

O resultado dessa interdisciplinaridade restrita e pouco eficaz é, segundo os críticos da biologia da conservação, a atribuição de poder aos técnicos/cientistas no planejamento e gestão das unidades de conservação de maneira incisivamente autoritária, bem disfarçada sob a capa da neutralidade científica.

(...) a ciência positivista da conservação e a ética da preservação do mundo selvagem estiveram juntas nesse modelo de transferência de tecnologia conservacionista. Elas são elementos constitutivos desse paradigma que ainda estrutura grande parte do planejamento e manejo das áreas protegidas nos países em desenvolvimento, (...) promovido seletivamente por amplas forças que podem apropriar-se de valores comerciais dos recursos biológicos dentro e no entorno das áreas protegidas (ibidem, p.189).

Guha refere-se explicitamente ao imperialismo conservacionista do universo científico (intrinsecamente ligado aos países do norte/ocidente) sobre as lógicas de conhecimento e manejo dos recursos naturais das especificidades étnicas (situadas no sul/não-ocidental).

Essa é uma versão ecológica moderna da ‘Responsabilidade (fardo) do Homem Branco’, em que os biólogos (mais que os funcionários ou militares) sabem que é do interesse verdadeiro dos nativos que eles abandonem seus lares e corações e deixam seus campos e florestas aos novos dominadores – não aos animais com os quais conviveram, mas aos biólogos, administradores de parques e da vida selvagem – a responsabilidade de determinar coletivamente como seu território deve ser manejado (GUHA, 2000, p. 86).

Assim, pode-se agora refletir sobre as críticas ao terceiro elemento constitutivo da biologia da conservação, ou seja, a *perspectiva biocêntrica*, que coloca em segundo plano tanto as necessidades econômicas, quanto as bases epistemológicas das ciências humanas e sociais.

Intimamente ligado ao segundo fundamento, a adoção de uma perspectiva em que a ‘natureza’ é o centro e referência de todas as abordagens e preocupações, coloca a biologia da conservação na “defesa” da preservação dos ecossistemas *per se*, sem qualquer preocupação com os fatores e intervenções humanas. Esse posicionamento, segundo seus críticos, leva duas atitudes práticas: (1) a desconsideração das ciências humanas e sociais no conjunto de saberes aplicados ao planejamento e gestão das unidades de conservação; e, (2) o menosprezo com as atividades conservacionistas de uso sustentável, por enquadrá-las como atividades humanas que, como vimos, são sempre consideradas laboração degradante.

Numa avaliação recente da conservação global, o biólogo norte-americano Michael Soulé queixa-se de que a linguagem de políticas de conservação ‘tenha se tornado mais humanista em valores e mais economicista em substância e, portanto, menos naturalista e ecocêntrica’. Ele está preocupado com que, em teoria (e certamente não na prática), alguns governos e algumas organizações internacionais dêem mais atenção aos direitos das atividades humanas que à vida selvagem. Uma prova dessa mudança é que ‘os administradores seniores da maioria das organizações conservacionistas são economistas, advogados e especialistas em desenvolvimento, e não biólogos’. ‘Ele alega que’ os cientistas

sociais, particularmente os economistas, tenham tomado o movimento conservacionista internacional (idem, p. 85).

Pimbert e Pretty afirmam que esse biocentrismo se apresenta nos seguintes pressupostos:

- (1) A conservação da vida selvagem somente pode funcionar ao se adotar uma posição totalmente contrária ao uso dos recursos.
- (2) A conservação da biodiversidade pode ser conseguida se não se comprar os produtos originados dessa vida selvagem, mesmo que tenham sido produzidos por esquemas de manejo aprovados.
- (3) A conservação nos países em desenvolvimento pode ter êxito sem gerar retorno econômico para os proprietários da terra, e para os que protegem tradicionalmente a diversidade biológica.
- (4) Toda população natural é constituída por seres frágeis, levados à beira da extinção por qualquer uso humano (PIMBERT & PRETTY, 2000, p. 187).

As críticas a esses pressupostos são, talvez, os pontos centrais de constituição do discurso da etnoconservação contra o da conservação biocêntrica e, ao mesmo tempo, o ponto de partida de constituição do seu arcabouço de propostas. Sarkar usa um exemplo empírico para a elaboração de sua denúncia:

Evidências (que) desafiam o pressuposto de que os parques nacionais resultaram em diversidade biológica sustentável também foram ignoradas (...). Um dos melhores exemplos é o da Planície de Serengeti na Tanzânia e no Quênia. O ecossistema Serengeti e a cratera vizinha de Ngorongoro são habitats para cerca de 20% de todos os grandes mamíferos da África, incluindo muitas espécies herbívoras, quase todas as espécies carnívoras africanas, assim como 450 espécies de pássaros. Pesquisas detalhadas mostram que os pastores, o gado e a vida selvagem coexistiam na área por mais de 2000 anos e que o pastoreio e as técnicas de queimada criaram e mantiveram a paisagem que hoje é tão valorizada pelos conservacionistas, e que a presença dos pastores não causaram impacto negativo mensurável nas populações de animais selvagens ou na erosão do solo (SARKAR, 2000, p. 48-49).

A argumentação dos adeptos da etnoconservação, ou dos defensores de uso sustentável dos recursos naturais de uma maneira geral, aponta para a idéia de que a biodiversidade não é fruto apenas da tendência à variabilidade intrínseca dos ecossistemas, mas também efeito da ação

humana orientada por modos de organização produtivos não degradantes ao longo da história, assim como da presença de culturas não-ocidentalizadas na contemporaneidade.

A composição atual da vegetação madura bem pode ser o legado das civilizações passadas, a herança dos campos cultivados e das florestas manejadas, que foram abandonados centenas de anos atrás. A tardia compreensão dessa possibilidade foi causada pela crença antiga de que apenas as áreas limpas e plantadas são manejadas como acontece nos campos arados que conhecemos e pela crença de que vegetação madura representa uma comunidade no seu clímax – final estável refletindo a ordem da natureza sem interferência humana. Até entendermos e ensinarmos que as florestas tropicais são ‘tanto artefatos como habitats’ (...) continuaremos a advogar políticas para um meio miticamente original que só existe em nossas imaginações. (...) À medida que aumenta o nosso conhecimento e entendimento sobre as influências antropogênicas na composição da vegetação madura, é necessário redefinir e qualificar o que se quer dizer por habitat não modificado (GOMEZ-POMPA & KAUS, 2000, p. 133).

Portanto, o biocentrismo conservacionista – ao propor a secundarização da presença humana, tanto na hierarquia epistemológica dos saberes aplica à gestão, quanto na viabilidade econômica sustentável das UC’s – desconsidera que a preservação dos territórios se fez com e a partir da presença humana de culturas não formatadas pela lógica capitalista de produção. É justamente nessa premissa que reside a defesa de que as unidades de conservação estejam “protegidas” pelo mecanismo jurídico da intocabilidade. É, também, nesse mesmo princípio que se estrutura a crítica do conservacionismo antropocêntrico e a sua proposta de inclusão das lógicas/práticas sócio-econômicas não-capitalistas e sustentáveis na política de conservação.

O quarto elemento constitutivo da biologia da conservação refere-se à dimensão “metafísica” presente em seu discurso: *a natureza é dotada de um valor intrínseco*. Primack & Rodrigues (2001), discorrendo sobre os princípios éticos da biologia da conservação afirmam que:

(...) todas as espécies representam soluções biológicas singulares para o problema de sobrevivência. Com base nisso, a sobrevivência de cada espécie deve ser garantida independente de sua abundância a importância para nós. Isto

é verdadeiro se a espécie é grande ou pequena, simples ou complexa, velha ou recentemente surgida, de grande importância econômica ou de pequeno valor imediato. Todas as espécies são parte da comunidade dos seres vivos e tem tanto direito de existir quanto qualquer ser humano. Toda espécie tem seu próprio valor, um valor intrínseco às necessidades humanas. Além de não ter o direito de destruir as espécies, as pessoas têm a responsabilidade de agir para evitar que as espécies entrem em extinção como resultado das ações do homem. Este argumento apresenta os humanos como parte de uma comunidade biótica maior, na qual nós respeitamos e reverenciamos todas as espécies (PRIMACK & RODRIGUES, 2001, p. 63).

Argumento central da ecologia profunda, a idéia de um valor intrínseco se apresenta como um apelo emocional e quase divinizador da diversidade biológica, na medida em que lhe confere uma valoração apriorística e autônoma em relação à ação humana. Pimbert e Pretty, no contexto de formulação de propostas de conservação etnicamente orientadas, formulam a seguinte crítica à idéia de valoração intrínseca da natureza:

Mais recentemente, essa ideologia preservacionista se estende mais radicalmente por uma versão norte-americana do movimento da ecologia profunda (...). Para os ecologistas profundos, preservar a natureza tem um valor intrínseco sem levar em conta benefícios que a preservação possa ter para as gerações futuras. Propostas radicais de política têm sido apresentadas pelos ecólogos profundos com base nesse argumento. Intervenções na natureza, dizem, devem ser guiadas primariamente pela necessidade de preservar a diversidade biológica e a integridade e não pelas necessidades humanas. Alguns desses militantes argumentam que uma extensa área do globo deve ser isolada dos seres humanos (...). As conclusões radicais da ecologia profunda têm sido criticadas tanto nos Estados Unidos e pelos pesquisadores do Terceiro Mundo preocupados com as consequências dessa obsessão pela vida selvagem (PIMBERT & PRETTY, p.187).

Colchester enfatiza a filiação da noção de valoração intrínseca da natureza ao caráter dualista/maniqueísta do pensamento ocidental, que deseja a conservação biológica apartada da humanidade, mas que, ao mesmo tempo, foi a matriz geradora da ação altamente degradante da civilização ocidental, judaico/cristã e capitalista.

Assim como lançaram as bases para um programa de parques nacionais nos Estados Unidos, essas visões de natureza influenciaram poderosamente os padrões globais de conservação. Nos Estados Unidos essa visão de conservação

e natureza permanece tão profundamente enraizada como nunca. O mundo selvagem é ainda reverenciado pelos norte-americanos como um lugar para se descobrir o sentido da vida, ainda que, para muitos ele seja também “biodiversidade” (...). A noção de que a natureza e sociedade humana são essencialmente antagônicas e incompatíveis racionaliza o profundo sentido de alienação que fundamenta muitas versões norte-americanas da ecologia profunda (...). Para esses ecologistas profundos o mundo selvagem significa grandes áreas de vegetação nativa em vários estágios de sucessão fora dos limites da exploração pelo homem (...) (COLCHESTER, 2000, P.227).

A percepção da fragilidade da noção de valor intrínseco da natureza encontra eco nas críticas do processo de simplificação e compartimentação do mundo, promovido pelos excessos do cientificismo. Existe mesmo a possibilidade de algo ter “valor” fora da apropriação cognitiva do ser humano? A idéia de uma natureza com valor em si, não é, em “si” mesma, uma valoração humana que tenta se desprender da sua própria humanidade, para talvez, legitimar certo tipo de ação humana?

(...) o mito introduziu-se no pensamento racional no momento em que este o expulsava do universo (e talvez por causa disso mesmo), enquanto as ideologias e doutrinas abstratas dissolviam as narrativas e lendas concretas das mitologias antigas. A idéia torna-se mito quando nela se concentra um formidável “animismo” que lhe dá vida e alma; impregna-se de partições subjetivas quando nela projetamos as nossas aspirações e quando identificando-nos com ela lhe consagramos a nossa vida; assim as noções soberanas das grandes ideologias modernas (...) adquirem uma aura adorável e as noções descritivas ou explicativas transformam-se em seres-sujeitos (...); as críticas racionais transformam-se em condenações éticas (...). os conceitos chave das grandes doutrinas racionalistas e até científicas (...) tornam-se palavras chave concentrando em si todo o sentido e toda a verdade operando assim uma apropriação quase mágica do real (...) A própria razão e a própria ciência tornam-se mitos ao tornarem-se entidades supremas que se encarregam da salvação da humanidade (MORIN, 1996, p.157).

A transposição analógica de uma significação antropomórfica para os elementos exteriores naturais é próprio da inteligibilidade mítica. Ou seja, é próprio do pensamento mítico promover diálogos entre o que é humano e o que é natural como forma de classificação, ordenação e inserção no mundo para a maioria das sociedades humanas. Longe de considerar o mito uma forma inválida de entendimento do mundo, vale ressaltar que essa divinização da

natureza, com vontade e valoração própria, não se distingue em nada de outras concepções de natureza como a das populações indígenas e/ou não-ocidentais de um modo geral. Nada é intrínseco, tudo é relacional.

A compreensão do mundo por oposições, como na civilização ocidental, leva ao extremo que rompe o equilíbrio dinâmico das relações e formata propostas excludentes de interação entre bio e sociodiversidade. Nietzsche revolta-se contra o antropomorfismo incapaz de compreender a riqueza das interações:

A observação inexata comum vê na natureza por toda parte oposições (como por exemplo quente e frio) onde não há oposições, mas apenas diferenças de grau. Esse mal hábito nos induz também a querer entender e decompor a natureza interior, o mundo ético-espiritual, segundo tais oposições. É indizível o quanto de dor, pretensão, dureza, estranhamento, frieza, penetrou no sentimento no sentimento humano, por se pensar ver oposições em lugar das transições (NIETZSCHE, 1983, p. 146).

Sobre a idéia de valorar a natureza com uma dimensão própria, o filósofo alerta:

O caráter geral do mundo é, (...), por toda eternidade o caos, não no sentido da falta de necessidade, mas da falta de ordem, articulação, forma, beleza, sabedoria, ou como se chamem todos esses humanismos estéticos. (...), mas como poderíamos censurar ou louvar o todo! Guardemo-nos de lhe imputar falta de coração e irrazão ou seus contrários: ele não é perfeito, nem belo, nem nobre, e não quer tornar-se nada disso, nem se quer se esforçar no sentido de imitar o homem! E nem é atingido por nenhum de nossos juízos estéticos e morais! Também não tem um impulso de autoconservação nem em geral qualquer impulso; também não conhece nenhuma lei. Guardemos-nos de dizer que há leis na natureza (...) (idem, p. 199).

É perceptível que todos os elementos constitutivos anteriores da definição de biologia da conservação convergem para a afirmação e reprodução da prática do seu quinto e último elemento estruturante – *a criação de parques e reservas intocáveis*.

A premissa orientadora é a tese de que as unidades de conservação devem ser espaços onde a presença humana esteja radicalmente separada da natureza “selvagem”. As atividades

humanas nesses espaços estão restritas à intervenção de técnicos especializados na ação conservacionista e de pesquisa (fundamentalmente formados nas ciências naturais) e, num limite de tolerância, à observação contemplativa fomentada pelo ecoturismo. Diegues argumenta que essas diretrizes decorrem de uma longa tradição cultural arraigada na civilização ocidental, segundo a qual a *natureza humana* e a *natureza selvagem* são duas realidades antagônicas e divergentes.

A noção de mito naturalista, da natureza intocada, do mundo selvagem diz respeito a uma representação simbólica pela qual existiram áreas naturais intocadas e intocáveis pelo homem, apresentando componentes num estado “puro” até anterior ao aparecimento do homem. Esse mito supõe a incompatibilidade entre as ações de quaisquer grupos humanos e a conservação da natureza. O homem seria, desse modo, um destruidor natural e, portanto, deveria ser mantido separado das áreas naturais que necessitariam de uma “proteção total” (DIEGUES, 1994, p.53).

“Desde que o conceito de ‘parque nacional’ foi criado, ele vem espalhando-se pelo mundo – com sua premissa básica de que a natureza deve ser preservada de toda interferência humana”, afirma Colchester (2000, p. 228). A diretriz de implantação de reservas intocáveis representa, portanto, a conclusão das ciências naturais de que o afastamento do ser humano é fundamental para a conservação da diversidade biológica.

Contudo, os críticos dessa concepção insistem que a necessidade de “ausência humana” escamoteia a presença de determinados tipos de interesses humanos. A intocabilidade, de um lado, e a perspectiva de um manejo étnico, de outro, são apresentados, dessa forma, como os discursos representantes da luta política sobre a preponderância do sujeito da conservação.

O problema central de todos esses argumentos é o conceito de conservação e proteção da natureza utilizado. A conservação, nessa concepção, é um bem global, um benefício para a humanidade e, tipicamente, uma dívida para com as populações locais. Um modelo econômico muito citado de utilidade do parque mostra um valor crescente para o parque em relação à distancia da população, generalizando esse princípio (...). São os cientistas, ou mais precisamente os

biólogos da conservação (ou talvez zoólogos) que falam no interesse global em oposição à população local, cujo comportamento míope seria o problema. O sujeito da conservação, nesse enfoque, é o cientista, como representante do interesse planetário. A possibilidade que os “nativos” possam ser os sujeitos da proteção ambiental não ocorre ou é explicitamente rejeitada. (...) – eles “significam algo diferente” para a conservação da biodiversidade. Conservação pura é algo denso, por definição, algo a ser imposto do exterior, ou comprado por incentivos financeiros (SCHWARTZMAN, 2000, p. 265-266).

Nesse sentido o conservacionismo biológico não pode ser considerado uma ação que visa, tão somente, priorizar a preservação dos recursos em detrimento do seu uso social, mas sim como “um conjunto de escolhas sobre visões de mundo e relações de poder. Essas escolhas não são entre áreas naturais virgens e uso humano, mas entre diferentes tipos de uso e diferentes formas de controle político (...)” (PIMBERT & PRETTY, 1994, p.191). Decisões que beneficiam interesses bem distantes das assim chamadas populações tradicionais.

Em um mundo com uma superpopulação e com restrições econômicas, é necessário estabelecer prioridades para a conservação da diversidade biológica. (...) As questões fundamentais que devem ser tratadas pelos conservacionistas são: o *que* precisa ser protegido, *onde* deve ser protegido e *como* deve ser protegido (...). Três critérios podem ser usados para estabelecer as prioridades de conservação para a proteção das espécies e comunidades. (1) **Diferenciação** – é dada a maior prioridade conservação a uma comunidade biológica quando ela se compõe basicamente de espécie endêmicas raras do que quando é composta basicamente de espécies comuns disseminadas. (2) **Perigo** – as espécies em perigo de extinção preocupam mais do que as espécies que não estão ameaçadas. (3) **Utilidade** – as espécies que tem um valor atual ou em potencial tem mais importância para a conservação do que as espécies que não tem nenhum uso evidente para as pessoas (PRIMACK & RODRIGUES, 2001, P.207).

Como pode ser observado acima, o conservacionismo biocêntrico projeta seus interesses e objetivos nas dimensões universais ancoradas numa suposta neutralidade científica. Quando se refere à utilidade da econômica da conservação, orienta-se por dimensões globalizantes e generalizantes da dinâmica social. Será que as espécies relevantes em contexto sócio-cultural local são as mesmas a que se referem os conservacionistas profissionais? Quem são as “pessoas”

levadas em consideração no critério “utilidade” apontado por Primack & Rodrigues? Guha responde:

Cinco maiores grupos sociais alimentam a conservação da vida selvagem no terceiro mundo: em primeiro lugar estão os moradores das cidades e turistas estrangeiros que tomam algum tempo de férias para visitar o mundo selvagem. Seus motivos diretos são prazer e recreação. O segundo grupo são as elites governantes que vêm na proteção de um animal (tigre, por exemplo) a veneração de um símbolo de prestígio nacional. O terceiro grupo é formado pelas organizações ambientalistas internacionais, como IUCN e WWF, que trabalham para “educar” os indivíduos nas virtudes da conservação biológica. O quarto grupo é formado pelos funcionários dos serviços dos parques. Ainda que uma minoria deles esteja motivada pelo amor à natureza (...) a maioria deles está motivada pelos privilégios que podem extrair (...). Finalmente, o último grupo é o dos biólogos que acreditam na importância da vida selvagem e na preservação da das espécies por causa da “ciência” (GUHA, 2000, p. 82).

Assim, demonstradas as concepções, posicionamentos e as divergências entre o biocentrismo e antropocentrismo conservacionista, parece lícita a interrogação: é possível uma *síntese* entre epistemológica entre *biologia da conservação* e *etnoconservação*?

O que talvez seja mais promissor sobre dialética entre a ecologia social e a biologia da conservação é que suas diferenças podem ser, potencialmente, utilizadas para enriquecer as tradições da conservação. Para a biologia da conservação, enquanto a consistência entre os valores intrínsecos e antropocêntricos pode ser impossível, um compromisso para os valores das espécies não humanas não deveria impedir o respeito adequado aos interesses humanos. A experiência da ecologia social prove duas lições importantes. Uma estratégia geral de começar com o modelo de hábitat que inclua os humanos pode levar a uma descrição *biológica acurada* de um ecossistema ameaçado; e o reconhecimento dos interesses humanos pode levar a resoluções construtivas de conflitos políticos sobre a conservação – parques nacionais não funcionam sem apoio local. (...) a biologia da conservação tem duas lições específicas. Primeira, a ecologia social assume muito facilmente que o uso tradicional é sustentável. A ecologia social terá de emprestar técnicas da biologia da conservação de ecologia para ser capaz de avaliar os efeitos de longo prazo das atividades desenvolvidas pelas comunidades locais. E segunda, até agora a ecologia social se fundamenta basicamente em modelos qualitativos. Se as populações decrescerem muito, a ecologia social poderá ter de adotar técnica de análise quantitativa (...), no esforço de prevenir extinções (SARKAR, 2000, p. 63-64).

Se a síntese, como quer Sarkar, se apresenta como uma saudável, porém difícil, ousadia no presente momento, a possibilidade de se contemplar as duas visões de conservação é o que está determinado na legislação brasileira relativa à conservação da natureza.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC – (2002) coloca como seus objetivos fundamentais tanto a conservação da biodiversidade quanto a elaboração de estratégias de utilização sustentável dos recursos. Além disso, encontra-se explicitamente declarada a preocupação de garantir às comunidades tradicionais, as possibilidades de reprodução de sua especificidade sócio-cultural, assim como a incorporação de seus saberes na gestão das unidades de conservação. No Capítulo II, Art. 4º do seu texto, estão expressos os seguintes objetivos:

I – contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais; II – proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional; III – contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais; IV – promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais; V – promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento; VI – proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica; (...) XI – valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica; (...) XIII – proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente. (SNUC, 2002. p. 3-4).

Além disso, no artigo 5º do mesmo Capítulo, determina-se que as práticas conservacionistas no Brasil devem regidas por diretrizes que:

(...) II – assegurem os mecanismos e procedimentos necessários ao envolvimento da sociedade no estabelecimento e na revisão da política nacional de unidades de conservação; III – assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação; (...) V – incentivem as populações locais e as organizações privadas a estabelecerem e administrarem unidades de conservação dentro do sistema nacional; (...)VIII – assegurem que o processo de criação e a gestão das unidades de conservação sejam feitos de forma integrada com as políticas de administração das terras e águas circundantes, considerando as condições e necessidades sociais e econômicas locais; (...) IX – considerem as condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de

métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais; (...) X – garantam às populações tradicionais cuja subsistência dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior das unidades de conservação meios de subsistência alternativos ou a justa indenização pelos recursos perdidos; (...) (idem, p. 4-5).

Em seus objetivos e diretrizes, portanto, é assegurada a importância da conservação biológica, assim como a manutenção das culturas tradicionais que estão presentes nas áreas destinadas à proteção. É bem perceptível, também, a ênfase em princípios democráticos de implantação e gestão dessas unidades. Assim, o objetivo conjunto da conservação da bio e da sócio diversidade saltam aos olhos do leitor em suas orientações gerais.

Porém, quando a legislação refere-se aos aspectos específicos de normatização, a equidade desaparece. Os aspectos conservacionistas biocêntricos se sobrepõem às preocupações sociais e a autoridade única do universo técnico-científico surge de maneira sutil, mas decisiva. A dicotomia mais importante é a diferenciação entre dois modelos básicos de conservação, a saber: *unidades de proteção integral*, orientada pela noção da intocabilidade; e as *unidades de uso sustentável*, orientada pela tolerância com a presença humana. No Capítulo III é determinada a seguinte diferenciação:

§ 1o O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei. § 2o O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais (idem, p. 6).

Nas unidades de proteção integral existem cinco categorias diferenciadas: estação ecológica; reserva biológica, parque nacional; monumento natural e refúgio de vida Silvestre. Salvo suas especificidades de objetivos, a todas elas estão excluídas as possibilidades de presença permanente de populações tradicionais ou existem sérias restrições de atividade e permanência.

Nas unidades de uso sustentável existem, por sua vez, sete categorias diferenciadas de conservação: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural. Nelas, de uma maneira geral, a presença humana sofre uma série de medidas reguladoras em relações às práticas de uso dos recursos. Assim, mesmo contemplando as duas perspectivas de conservação – o biocentrismo e o antropocentrismo – não existe a preocupação de constituir-se um modelo integrado de gestão dos recursos naturais e sociais.

Mas, é no Capítulo IV – Da Criação, Implantação e Gestão das Unidades de Conservação – que a preponderância da intocabilidade se materializa e a autoridade cientificista nas decisões de implantação e gestão se confirma. Demonstrando aparente preocupação com as formas participativas, o parágrafo 2º define que a decisão sobre a criação das unidades de conservação deve ser “(...) precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade” (ibidem, p. 13). No entanto, a equidade decisória entre a *análise técnica* e *consulta pública* é tornada vazia de sentido, pelo Parágrafo 4º: “Na criação de Estação Ecológica ou Reserva Biológica não é obrigatória a consulta de que trata o § 2º deste artigo”.

A reflexão mais atenta aos meandros da determinação pode revelar aspectos muito importantes na práxis conservacionista. Se a decisão sobre a criação de estações ecológicas e reservas biológicas cabe exclusivamente à avaliação técnico-científica, a ela cabe, portanto, decidir o que deve ser conservado de uma maneira geral. São os recursos metodológicos científicos – e, conseqüentemente, aqueles que controlam sua discursividade – que detêm o poder de decidir se os territórios devem ser destinados à proteção integral ou ao uso sustentável. Que poder decisório cabe, então, à consulta pública?

Por fim, dessa pequena e parcial análise do SNUC, pode-se ponderar sobre a incongruência entre seus princípios e suas determinações efetivas. Em seu aspecto generalizante, a sociedade de uma forma geral e as comunidades tradicionais de forma específica são convocadas à decisão “participativa”. Porém, nos termos efetivos de atribuição de poder, as diretrizes biocêntricas regem a implantação das unidades de conservação. Mesmo se a decisão de implantação de unidade de conservação seja para orientada para a constituição do “uso sustentável”, a decisão passa, anteriormente, pelos resultados dos laudos elaborados pelos cientistas naturais sobre o “valor” da biodiversidade encontrada.

Finalmente, pode-se considerar que a implantação dos modelos de conservação pautadas pela gestão étnica encontra-se possível no Brasil a partir dos parâmetros da lei vigente. Essa possibilidade, certamente, é resultado de muitos anos de disputas políticas que não se restringem aos aspectos acadêmicos de elaboração das formas de conservação com a presença humana, seja ela “tradicional” ou “moderna”. As discussões e propostas acadêmicas nascem, obviamente, dos conflitos e contradições inerentes à nossa realidade sócio-ecológica.

Mas a efetivação de uma perspectiva de equilíbrio de conservação da bio/sociodiversidade está condicionada, como vimos, ao cientificismo biocêntrico e aos seus beneficiários. Deve ser consentida por aqueles que estão treinados para a realização de levantamentos taxonômicos e para a tradução, em termos humanos, do “valor” que as espécies e interações ecológicas dão a si mesmas.

Capítulo IV – Etnoconservação e desenvolvimento sustentável

Este capítulo tem como objetivo discutir a noção tão amplamente invocada em nossos dias de desenvolvimento sustentável. Propõe-se demonstrar que o desejo de convergência entre uma perspectiva sustentável de uso dos recursos naturais e os “benefícios” da noção de desenvolvimento é incoerente do ponto de vista conceitual. Assim, procura-se demonstrar que o desenvolvimento sustentável (1) não rompe com a lógica capitalista de produção; e, (2) seus objetivos declarados são estruturalmente incompatíveis com a vigência da mesma lógica. A partir daí, a intenção (3) é argumentar que a propostas de manejo postulados pela etnoconservação não se guiam pelos princípios gerais da sustentabilidade defendida por documentos como a Agenda 21.

1 – Desenvolvimento sustentável e seus caminhos conceituais.

Para a elaboração do conceito de desenvolvimento sustentável, as referências utilizadas nesse estudo se concentraram em quatro documentos: O Nosso Futuro Comum (1991), a Agenda 21(1992), a Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável (2002) e o Plano de Implantação da Conferência de Joanesburgo (2002).

Para o Nosso Futuro Comum (Relatório Brundtland), a noção desenvolvimento sustentável implica em quatro premissas fundamentais inter-relacionadas: (1) desenvolvimento econômico responsável, (2) estratégias de “racionalização” de utilização dos recursos para que esses estejam disponíveis às gerações futuras; (3) a minimização das desigualdades sociais e redução da pobreza, e (4) o fortalecimento de esferas participativas de decisão política seja em nível nacional (eleições democráticas), seja no âmbito internacional (órgãos multilaterais). Assim, o relatório discute a primeira premissa nos seguintes termos:

Essa comissão acredita que os homens podem construir um mundo mais próspero, mais justo e mais seguro. Este relatório, (...), não é uma previsão de decadência, pobreza e dificuldades ambientais cada vez maiores num mundo cada vez mais poluído e com recursos cada vez menores. Vemos, ao contrário, a possibilidade de uma nova era de crescimento econômico, que tem de se apoiar em práticas que conservem e expandam a base de recursos ambientais (NOSSO FUTURO COMUM, 1991, p. 1).

A segunda premissa, por sua vez, julga “(...) a humanidade é capaz de tornar o desenvolvimento sustentável – de garantir que ela atenda as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem também às suas” (idem, p. 9). O terceiro ponto apresenta-se bastante otimista com as potencialidades de redução da pobreza, já que

(...) tanto a tecnologia quanto à organização social podem ser geridas e aprimoradas a fim de promover uma nova era de crescimento econômico. Para a comissão, a pobreza generalizada já não é inevitável. A pobreza não é um mal em si mesma, mas para haver desenvolvimento sustentável é preciso atender às necessidades básicas de todos e dar a todos a oportunidade de realizar suas aspirações de uma vida melhor. Um mundo onde a pobreza é endêmica estará sempre sujeito a catástrofes, ecológicas ou de outra natureza (ibidem p. 9-10).

O relatório reconhece que “muitos dos atuais esforços para manter o progresso humano, para atender às necessidades humanas e para atender as ambições humanas são simplesmente insustentáveis” (idem, p. 8), ou seja, que ações político-econômicas direcionadas para o crescimento/desenvolvimento são as grandes responsáveis pelo enorme desequilíbrio ecológico que assistimos. Mas responsabilizar a “pobreza endêmica” por qualquer tipo de catástrofe, não deixa de ser um erro grosseiro de interpretação, a partir da confusão entre as causas e os efeitos dos problemas do mundo contemporâneo.

Por fim, a quarta condição de sustentabilidade se concentra no processo político de busca da equidade, que, segundo o relatório, seria “(...) facilitada por sistemas políticos que assegurassem a participação efetiva dos cidadãos na tomada de decisões e por processos mais

democráticos na tomada de decisões em âmbito internacional” (ibidem, p.10). Talvez seja importante salientar aqui a importância dada às instâncias de participação e cooperação internacional, como possibilidade de projetos de ação conjunta entre os países em busca de condições sustentáveis de ação econômica.

Talvez nossa tarefa mais urgente hoje seja persuadir as nações da necessidade de um retorno ao multilateralismo. (...) O desafio de encontrar rumos para um desenvolvimento sustentável tinha de fornecer o ímpeto – ou mesmo o imperativo – para uma busca renovada de soluções multilaterais e para um sistema econômico internacional de cooperação reestruturado. Esses desafios se sobrepunham às distinções de soberania nacional, de estratégias limitadas de ganho econômico e de várias disciplinas científicas (ibidem, p. XII).

A Agenda 21 (1992), longo documento redigido a partir das discussões elaboradas no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO/92 ou RIO/92), não escapa das orientações propostas pelo Relatório Brundtland. A tríade desenvolvimento econômico/redução da pobreza/ conservação dos ecossistemas a partir da preocupação com as gerações futuras continua como princípio norteador da noção desenvolvimento sustentável.

(...) caso se integrem, as preocupações relativas a meio ambiente e desenvolvimento e a elas se dedique mais atenção, será possível satisfazer às necessidades básicas, elevar o nível da vida de todos, obter ecossistemas melhor protegidos e gerenciados e construir um futuro mais próspero e seguro. São metas que nação alguma pode atingir sozinha; juntos, porém, podemos – em uma associação mundial em prol do desenvolvimento sustentável (idem, p. 3).

Assim como no relatório Brundtland, o documento de 1992 estabelece que a responsabilidade maior de realização de esforços políticos para o desenvolvimento sustentável é das nações, por meio do regime de cooperação internacional. O elemento novo da Agenda 21 é o convite para que instituições e grupos (como as organizações não-governamentais) participem da construção do desenvolvimento sustentável.

A Agenda 21 está voltada para os problemas prementes de hoje e tem o objetivo, ainda, de preparar o mundo para os desafios do próximo século. Reflete um consenso mundial e um compromisso político no nível mais alto no que diz respeito a desenvolvimento e cooperação ambiental. O êxito de sua execução é responsabilidade, antes de mais nada, dos Governos. Para concretizá-la, são cruciais as estratégias, os planos, as políticas e os processos nacionais. A cooperação internacional deverá apoiar e complementar tais esforços nacionais. Nesse contexto, o sistema das Nações Unidas tem um papel fundamental a desempenhar. Outras organizações internacionais, regionais e sub-regionais também são convidadas a contribuir para tal esforço. A mais ampla participação pública e o envolvimento ativo das organizações não-governamentais e de outros grupos também devem ser estimulados. (ibidem, p. 4)

Quando trata de aspectos estritamente econômicos, a Agenda 21 aposta, também, na dinamização das atividades produtivas como condição fundamental para a implantação da sustentabilidade. Além disso, defende uma relação de compromisso, cooperação e “tolerância” entre as economias desenvolvidas com as “em desenvolvimento”. Aqui está implícita a idéia de que todos os países têm condições e direitos de atingir padrões de desenvolvimento apresentados pelos os países do norte.

Tanto as políticas econômicas dos países individuais como as relações econômicas internacionais têm grande relevância para o desenvolvimento sustentável. A reativação e a aceleração do desenvolvimento exigem um ambiente econômico e internacional ao mesmo tempo dinâmico e propício, juntamente com políticas firmes no plano nacional. A ausência de qualquer dessas exigências determinará o fracasso do desenvolvimento sustentável. A existência de um ambiente econômico externo propício é fundamental. O processo de desenvolvimento não adquirirá impulso caso a economia mundial careça de dinamismo e estabilidade e esteja cercada de incertezas. Tampouco haverá impulso com os países em desenvolvimento sobrecarregados pelo endividamento externo, com financiamento insuficiente para o desenvolvimento, com obstáculos a restringir o acesso aos mercados e com a permanência dos preços dos produtos básicos e dos prazos comerciais dos países em desenvolvimento em depressão. A década de 1980 registrou números essencialmente negativos para todos esses tópicos, fato que é preciso inverter. As políticas e medidas necessárias para criar um ambiente internacional marcadamente propício aos esforços de desenvolvimento nacional são, conseqüentemente, vitais. A cooperação internacional nessa área deve ser concebida para complementar e apoiar – e não para diminuir ou subordinar – políticas econômicas internas saudáveis, tanto nos países desenvolvidos como

nos países em desenvolvimento, para que possa haver um avanço mundial no sentido do desenvolvimento sustentável (ibidem, p.4).

Portanto, guardadas as diferenças que refletem as transformações político-ideológicas dos anos 80 para os anos 90 do século XX, tanto o Relatório Brundtland quanto a Agenda 21 sedimentam a noção de desenvolvimento sustentável nos mesmos fundamentos. É nítido que no documento mais recente não se encontram expressões como “crescimento”, “pobreza endêmica responsável por catástrofes”, etc. Encontram-se agora, expressões consideradas éticas como “reativação e a aceleração do desenvolvimento”, “dinamismo”, além da inclusão cooperativa de novos atores sociais como as organizações não-governamentais.

Porém, é inevitável reconhecer que os postulados do conceito são os mesmos: continuidade e expansão do dinamismo capitalista, porém em padrões responsáveis; preocupação com a redução da pobreza; conservação dos recursos naturais e ação política voltada para a cooperação internacional.

Recentemente (2002), a Conferência de Joanesburgo (Rio+10) ratificou o seu compromisso com a noção de desenvolvimento sustentável por meio de dois documentos – a Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável (2002) e o Plano de Implementação (2002). O primeiro, inclusive, assume o caráter histórico de continuidade e revisão das duas conferências mundiais anteriores.

Trinta anos atrás, em Estocolmo, concordamos na necessidade urgente de reagir ao problema da deterioração ambiental. Dez anos atrás, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, concordamos em que a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento social e econômico são fundamentais para o desenvolvimento sustentável, com base nos Princípios do Rio. Para alcançar tal desenvolvimento, adotamos o programa global Agenda 21 e a Declaração do Rio, aos quais reafirmamos nosso compromisso. A Cúpula do Rio foi um marco significativo, que estabeleceu uma nova agenda para o desenvolvimento sustentável (DECLARAÇÃO DE JOANESBURGO SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2002, p. 1).

Amparada num discurso de tom notadamente populista, a Declaração de Joanesburgo reafirma as bases conceituais já discutidas sobre desenvolvimento sustentável. O olhar sobre as novas gerações é colocado nos seguintes termos:

No início desta Cúpula, crianças do mundo nos disseram, numa voz simples, porém clara, que o futuro pertence a elas e, em conseqüência, conclamaram todos nós a assegurar que, através de nossas ações, elas herdarão um mundo livre da indignidade e da indecência causadas pela pobreza, pela degradação ambiental e por padrões de desenvolvimento insustentáveis. (...) Como parte de nossa resposta a essas crianças, que representam nosso futuro coletivo, todos nós, vindos de todos os cantos do mundo, formados por diferentes experiências de vida, estamos unidos e animados por um sentimento profundo de que necessitamos criar, com urgência, um novo e mais iluminado mundo de esperança. (idem, p.2).

A clássica convergência entre desenvolvimento econômico, luta contra a pobreza e conservação dos recursos naturais:

Por conseguinte, assumimos a responsabilidade coletiva de fazer avançar e fortalecer os pilares interdependentes e mutuamente apoiados do desenvolvimento sustentável – desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental – nos âmbitos local, nacional, regional e global (ibidem, p. 2).

O documento não esquece do quarto pilar fundamental para o desenvolvimento sustentável: a cooperação internacional.

Para alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável, necessitamos de instituições multilaterais mais eficazes, democráticas e responsáveis. (...) Reafirmamos nosso compromisso com os princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas e do Direito Internacional, bem como com o fortalecimento do multilateralismo. Apoiamos o papel de liderança das Nações Unidas na condição de mais universal e representativa organização do mundo, e a que melhor se presta à promoção do desenvolvimento sustentável (ibidem, p. 2).

Há alguns elementos novos. O reconhecimento de que a busca por sustentabilidade implica numa ação em todos os níveis de sociabilidade – do local ao global – é uma delas. A noção de diversidade de povos culturas e experiências também está presente.

Na Cúpula de Joanesburgo muito se alcançou na convergência de um rico tecido de povos e pontos de vista, numa busca construtiva por um caminho comum rumo a um mundo que respeite e implemente a visão do desenvolvimento sustentável. Joanesburgo também confirmou haver sido feito progresso significativo rumo à consolidação de um consenso global e de uma parceria entre todos os povos de nosso planeta (ibidem, p. 3).

Por fim, num tom mais técnico e menos apelativo, o Plano de Implantação da RIO+10 confirma os componentes fundamentais do que se compreende por sustentabilidade.

O presente plano de implementação tem como base os resultados obtidos desde a CNUMAD⁵ e busca acelerar o cumprimento dos demais objetivos. Neste sentido, comprometemo-nos a atuar e a adotar medidas concretas em todos os níveis, bem como a ampliar a cooperação internacional, levando em consideração os princípios da Conferência do Rio(...). Esses esforços promoverão ainda a integração dos três componentes do desenvolvimento sustentável, ou seja, o crescimento econômico, desenvolvimento social e proteção do meio ambiente, como três pilares interdependentes que se reforçam mutuamente. A erradicação da pobreza e a modificação dos padrões insustentáveis de produção e consumo, assim como a conservação e gerenciamento dos recursos naturais necessários ao desenvolvimento econômico e social, constituem objetivos gerais e um requisito essencial para o desenvolvimento sustentável (PLANO DE IMPLANTAÇÃO, 2002, p. 1).

Guardadas as diferenças de linguagem, de pequenos temas e preocupações específicas do momento histórico no qual foram elaborados, a revisão conceitual em torno dos quatro documentos permite-nos concluir que suas linhas gerais praticamente não se alteraram ao longo dos últimos anos do século XX e no início do século XXI.

Apesar do processo de fortalecimento das relações capitalistas de produção, seguido do processo de pauperização dos países do Sul e da situação de degradação ambiental do planeta, o

⁵ Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

discurso manteve o otimismo na tríade desenvolvimento responsável/ redução da pobreza/ eficiência ecológica. Apesar do processo de globalização das relações e mundialização do capital convergente com o crescimento da arrogância unilateral dos Estados Unidos da América; da fraqueza da ONU em resolver os conflitos entre terrorismo fundamentalista e terrorismo de Estado, a fé no multilateralismo e na cooperação entre as nações mantêm-se como condição estruturante para a viabilidade do desenvolvimento sustentável.

Talvez os fatos históricos sejam suficientes para demonstrar que os debates políticos em torno da construção do desenvolvimento sustentável não foram eficazes para conter minimamente a dinâmica destrutiva que as relações da sociedade capitalista imprimem no mundo. Assim, o próximo passo é realizar uma reflexão teórica que permita o questionamento do conceito de desenvolvimento em relação à sustentabilidade. Sua vigência é incompatível tanto com a possibilidade da erradicação das desigualdades sociais, quanto com o respeito à renovabilidade da natureza e da viabilidade da presença humana no planeta.

2 – A noção de desenvolvimento e sua inseparabilidade da lógica de produção capitalista.

Discutir o conceito de *desenvolvimento* talvez seja um dos empreendimentos mais amplos das ciências sociais. Não há espaço muito menos intenção de empreender uma discussão aprofundada sobre o tema nesse estudo. O propósito aqui é fundamentar a idéia de que a noção desenvolvimento é inseparável do caráter expansionista das relações capitalistas. Assim como das condições de alargamento das desigualdades sociais/degradação ecológica que vigoram no mundo contemporâneo.

Para isso, busca-se aqui a fundamentação teórica do conceito a partir da teorização clássica sobre o tema, o que nos leva inevitavelmente ao pensamento marxiano. Em 1848, início do período em que Marx volta suas atenções para a lógica de produção e reprodução capitalista, a

noção de desenvolvimento aparece intimamente associada à especificidade do caráter de autodestruição criadora e ao mesmo tempo expansionista de suas relações. Essas duas características estão fortemente ancoradas, por sua vez, do desenvolvimento tecno-científico da modernidade. Encontramos esse ponto de vista com impressionante clareza em seus escritos:

A burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção, portanto, todo o conjunto de relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção era, ao contrário, a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. O contínuo revolucionamento da produção, o abalo constante de todas as condições sociais, a incerteza e a agitação eternas distinguem a época burguesa de todas as precedentes (MARX & ENGELS, 1977, p. 24).

A condição de “contínuo revolucionamento” da produção capitalista aparece como condição básica do seu processo de expansão, na medida em que antigas formas de organização da produção, circulação e troca de mercadorias são rapidamente superadas por novas.

(...) A necessidade de mercados cada vez mais extensos para seus produtos impele a burguesia para todo o globo terrestre. Ela deve estabelecer-se em toda parte, instalar-se em toda parte, criar vínculos em toda parte. Através da exploração do mercado mundial, a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países. Para grande pesar dos reacionários, retirou debaixo dos pés da indústria o terreno nacional. As antigas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas a cada dia. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão de vida e morte para todas as nações civilizadas – indústrias que não mais empregam matérias-primas locais, mas matérias-primas provenientes das mais remotas regiões, e cujos produtos são consumidos não somente no próprio país, mas em todas as partes do mundo. Em lugar das velhas necessidades, satisfeitas pela produção nacional, surgem necessidades novas, que para serem satisfeitas exigem os produtos das terras e dos climas mais distantes. Em lugar da antiga auto-suficiência e do antigo isolamento local e nacional, desenvolve-se em todas as regiões um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações (idem p.24-25).

Esse caráter autodestruidor e expansionista age, como nos mostra Marx, de maneira avassaladora sobre o conjunto das relações sociais e sobre a reconfiguração da dinâmica sócio-espacial. Mas, nos interessa ressaltar que mesmo de maneira implícita, o autor vislumbra que a

expansão da escala mundial da industrialização incide diretamente sobre a apropriação dos recursos naturais, na medida em que a busca de matéria-prima necessária ao desenvolvimento capitalista deixa de ser explorada no âmbito “local” para ser encontrada nas regiões mais “remotas” do planeta.

Além disso, Marx evidenciou uma relação indissociável entre desenvolvimento das forças produtivas e o recrudescimento das desigualdades sociais no processo de acumulação capitalista a partir da produção da mais valia, tanto relativa quanto absoluta⁶.

Dentro do sistema capitalista, todos os métodos para a elevação da força produtiva social do trabalho se aplicam à custa do trabalhador individual; todos os meios para o desenvolvimento da produção se convertem em meios de dominação e exploração do produtor, mutilam o trabalhador, transformando-o num ser parcial, degradam-no, tornando-o um apêndice da máquina; aniquilam, com o tormento de seu trabalho, seu conteúdo, alienam-lhe as potências espirituais do processo de trabalho na mesma medida em que a ciência é incorporada a este último como potência autônoma. (...) Mas todos os métodos de produção de mais valia são, simultaneamente, métodos da acumulação, e toda expansão da acumulação torna-se, reciprocamente, meio de desenvolver aqueles métodos. Segue, portanto, que à medida que se acumula capital a situação do trabalhador, qualquer que seja seu pagamento, alto ou baixo, tem de piorar. Finalmente, a lei que mantém a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva sempre em equilíbrio com o volume e a energia da acumulação prende o trabalhador mais firmemente ao capital do que as correntes de Hefáisto agrilhoaram Prometeu ao rochedo. Ela ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. A acumulação da riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital (MARX, 1984, p. 209-210).

Interessante notar a atualidade das citações acima. Nelas, é possível encontrar alguns componentes estruturais de constituição da dinâmica econômica contemporânea, a saber: autodestruição criadora, expansionismo das relações econômicas, organização do meio tecno-

⁶ Seleciona-se aqui a síntese de Harvey sobre esse conceito central na obra marxista: *mais-valia absoluta* “(...) apoia-se na extensão da jornada de trabalho com relação ao salário necessário para garantir a classe trabalhadora num dado padrão de vida. (...) Nos termos da segunda estratégia, denominada *mais-valia relativa* a mudança organizacional e tecnológica é posta em ação para gerar lucros temporários para firmas inovadoras e lucros mais generalizados com a redução dos custos dos bens que definem o padrão de vida do trabalho” (HARVEY, 1992, p. 174).

científico, alargamento dos abismos sociais, exclusão... Longe de proporcionar uma atualização forçada dos escritos oitocentistas de Marx, é coerente admitir que a dinâmica capitalista ainda está presente nos nossos dias. É claro que não se pode procurar em Marx um tom profético sobre os rumos do mundo, principalmente nos séculos XX e XXI. Mas, é inevitável reconhecer que essas características ainda persistem.

Harvey defende categoricamente que a transição anunciada entre a condição moderna e pós-moderna implica em mudanças que “quando confrontadas com as regras básicas de acumulação capitalista, mostram-se mais como transformações de aparência superficial do que como sinais do surgimento de alguma sociedade pós-capitalista ou mesmo pós-industrial inteiramente nova” (HARVEY, 1992, p.10). Assim, segundo o autor, deve-se refletir, com muito cuidado e posicionamento crítico, sobre a pós-modernidade como algo que se estrutura para além dos limites da própria modernidade e modernização de tipo capitalista.

O autor fundamenta sua argumentação a partir da análise do processo transição do modelo de produção fordista para o da acumulação flexível (também denominado toyotismo) a partir da afirmação de que há muitos “sinais de continuidade, em vez de ruptura, com a era fordista” (idem. p. 160). Parte de três pontos que considera relevantes para sua tese. O primeiro, centra-se no caráter expansionista do capital:

O capitalismo é orientado para o crescimento. Uma taxa equilibrada de crescimento é essencial para a saúde de um sistema econômico capitalista, visto que só através do crescimento os lucros podem ser garantidos e a acumulação do capital, sustentada. Isso implica que o capitalismo tem de preparar o terreno para uma expansão do produto e um crescimento em valores reais, pouco importam as consequências sociais, políticas, geopolíticas ou ecológicas (ibidem, p.166).

O segundo argumento refere-se à exploração do trabalho como condição de acumulação que ainda persiste na atualidade, pois, segundo o autor

O crescimento em valores reais se apóia na exploração do trabalho vivo na produção. Isso não significa que o trabalho se aproprie de pouco, mas que o crescimento sempre baseia na diferença entre o que o trabalho obtém e aquilo que cria. Por isso o controle do trabalho, na produção e no consumo é vital para a perpetuação do capitalismo. Como o controle do trabalho é essencial para o lucro capitalista, a dinâmica da luta de classes pelo controle do trabalho e pelo salário de mercado é fundamental para trajetória do desenvolvimento capitalista (ibidem, p. 169).

Por fim, o dinamismo tecnológico.

O capitalismo é, por necessidade, tecnológica e organizacionalmente dinâmico. Isso decorre em parte das leis coercitivas, que impelem os capitalistas individuais a inovações em sua busca de lucro. Mas a mudança organizacional e tecnológica também tem papel-chave na modificação da dinâmica da luta de classes, movida por ambos os lados, no domínio dos mercados de trabalho e do controle do trabalho (ibidem, p. 169).

O modelo de acumulação flexível contemporâneo – segundo Harvey – reproduz a lógica do desenvolvimento capitalista tal como compreendida por Marx. Suas bases constitutivas, a exploração do trabalho produtor de mais-valia, o dinamismo autodestruidor e criativo, assim como o caráter expansionista de suas atividades sustentam o processo de acumulação.

Ou seja, a dinâmica capitalista tende ao crescimento e à expansão como condição inevitável de existência. Se essa tendência é, na perspectiva teórica adotada, parte constitutiva da lógica capitalista, como estabelecer bases de conservação e renovabilidade dos recursos naturais em padrões ecologicamente aceitáveis? Como acreditar na possibilidade de um desenvolvimento que tenha capacidade de erradicar ou atenuar as desigualdades de nossa sociedade? É possível, como pretendem muitos pensadores contemporâneos, desvincular crescimento de desenvolvimento? Quais experiências sociais podem servir de estímulo para uma reflexão teórica que proponha o questionamento do conceito desenvolvimento sustentável? Apesar da boa intenção, é possível pensar que somente a ‘racionalização’ dos métodos produtivos voltados para as técnicas de “produção mais limpa”, o “tratamento de dejetos” e a “reciclagem” são capazes de

garantir uma sustentabilidade aceitável? Por fim, é possível pensar o equilíbrio econômico/ecológico na forma de organização societária vigente do mundo contemporâneo?

3 – A Etnoconservação orienta-se pelos princípios do desenvolvimento sustentável?

O desenvolvimento sustentável, a partir das reflexões apresentadas, parece não garantir as bases efetivas da sustentabilidade. Pela ótica marxista, como vimos, é impossível dissociar produção capitalista da expansividade de suas relações sociais; e estas são inevitavelmente orientadas para a reprodução e alargamento das desigualdades e pela dependência cada vez maior dos recursos naturais. Além disso, o contexto histórico de emergência do conceito desenvolvimento sustentável coincide com o fortalecimento da unilateralidade dos Estados Unidos da América no cenário político internacional. Portanto pode-se afirmar que as bases fundamentais de edificação do desenvolvimento sustentável – garantia de renovabilidade dos recursos naturais, promoção da equidade social, dinamismo econômico responsável e multilateralismo político nas relações internacionais – são estruturalmente inviáveis num mundo regido pela lógica de organização capitalista.

Assim o objetivo nesse momento, é demonstrar que os elementos constitutivos da etnoconservação não se adequam aos princípios comumente aceitos para formulação do desenvolvimento sustentável. Não se trata, contudo, de colocar a etnoconservação como o mais adequado modelo de gestão da relação entre paisagens e culturas. Mas procurar nela – assim como nas diversas experiências que possibilitam relações não-capitalistas de produção – subsídios empíricos e teóricos para a superação da noção insustentável de desenvolvimento sustentável.

A etnoconservação consiste em estruturar o campo de possibilidades das populações tradicionais, através da ação política das organizações governamentais e não-governamentais,

para o uso sustentável. Esse uso advém da garantia de continuidade dos seus próprios modos de vida e do afastamento de sua incorporação à práticas e relações sociais degradantes. Conta-se, ainda com a proteção jurídico-institucional do Estado, ou pelo menos com sua tolerância em relação ao processo. Se a centralidade da práxis conservacionista, segundo a proposta conceitual, pertence às populações tradicionais, é coerente afirmar que a lógica a presidir a gestão seja a não-ocidental e a não-capitalista.

Portanto, aquilo que propõe o desenvolvimento sustentável como princípio de uso-conservação não é o que a etnoconservação almeja para o mesmo pressuposto. O primeiro acredita que a sustentabilidade pode ser alcançada nos limites da lógica capitalista, a partir da readequação de sua dinâmica. Não ousa, contudo, tocar em seus elementos constitutivos fundamentais. O segundo conceito não se configura numa ação revolucionária – longe disso –, mas reconhece em certas práticas não-capitalistas estratégias adequadas para a sustentabilidade da relação humano-natureza.

Sabe-se, contudo, que a lógica de produção capitalista tem como uma de suas características, a incorporação de modelos organizativos estranhos as suas relações de produção. Desde que esses modelos não coloquem em xeque sua reprodução enquanto relação social dominante. Pode-se afirmar, portanto, que, geralmente, as singularidades sociais ou são absorvidas ou tornam-se subservientes às relações de produção capitalista.

Por outro lado, isso não significa que as experiências não-capitalistas não possam sobreviver sem o consentimento do modelo hegemônico. Para alguns autores, como Santos (2002) trata-se de reconhecê-las e evidenciar suas potencialidades, através da busca de um duplo movimento sociológico.

Enquanto a sociologia das ausências expande o domínio das experiências sociais disponíveis, a sociologia das emergências expande o domínio das

experiências sociais possíveis. As duas sociologias estão estreitamente associadas, visto que quanto mais experiências estiverem hoje disponíveis no mundo mais experiências são possíveis no futuro. Quanto mais ampla for a realidade credível, mais vasto é o campo dos sinais ou pistas credíveis e dos futuros possíveis e concertos (idem, p. 27).

Desse modo, parte-se da premissa que em todo fenômeno social não-capitalista reside tanto as potencialidades de sua inserção, quanto a capacidade de elaboração de novas formas de vida. Nesse sentido, o jogo das forças políticas que nelas incidem é fundamental para destinação rumo à inserção ou à resistência. No contexto da etnoconservação enquanto modo de atuação política, a relação entre as organizações não-governamentais e as populações tradicionais pode ser um elemento muito importante na determinação desse destino.

Como orientadora da práxis envolvida pela etnoconservação, essas entidades ambientalistas podem servir muito bem à incorporação das comunidades tradicionais à lógica de expansão capitalista. Podem, contudo, contribuir para a emergência de modelos de organização social que possibilitem, em longo prazo, elementos para novas concepções de produção, circulação e trocas não-capitalistas. Talvez resida nessa potencialidade um traço importante da contemporaneidade das populações “tradicionais”.

É nesse sentido que se justifica a análise de modelos alternativos de gestão não orientados pela concepção de desenvolvimento sustentável, mas, como afirma Diegues (1992), na busca de “sociedades sustentáveis”.

A questão de fundo, no entanto, permanece válida e atual, isto é, como construir sociedades ecológica e socialmente mais justas? Nesse sentido, a conceituação de “sociedades sustentáveis” ainda está num “canteiro de obras”, exigindo a elaboração de novos paradigmas (...). A conceituação de sociedades sustentáveis, baseada na necessidade de se manter a diversidade ecológica, social e cultural dos povos, das culturas e dos modos de vida nos parece não somente mais substantiva, mas portadora de grandes desafios. Ela relança, de alguma forma, a necessidade de se criarem novas utopias para o século XXI. Ela acena para a necessidade de se pensar na diversidade de sociedades sustentáveis, com opções econômicas e tecnológicas (...) (idem, p. 29)

Mesmo não pretendendo a constituição de práticas revolucionárias e muitas vezes interessados em reproduzir a lógica vigente, essas propostas podem permitir a emergência de gotas subversivas que minam demoradamente as gigantescas rochas estruturantes da sociedade capitalista contemporânea. Para avaliar as potencialidades de construção de “sociedades sustentáveis” ou da mera inserção das diferenças étnicas tradicionais nas relações capitalistas de produção, busca-se, no próximo capítulo, refletir sobre a relação entre as organizações não governamentais e populações tradicionais no contexto do ambientalismo e da etnoconservação.

Capítulo V – Organizações Não-Governamentais e Populações tradicionais como sujeitos constitutivos da etnoconservação

Este capítulo tem por preocupação central discutir os dois conceitos que permeiam e estruturam a presente proposta de análise sobre a etnoconservação: organizações não-governamentais e populações tradicionais. Essas noções amplamente utilizadas na esfera acadêmica e ambientalista, referem-se aos grupos sociais pela qual a proposta da etnoconservação transita no seu caminho de postulado teórico à práxis conservacionista. Dada à amplitude do tema, a opção aqui apresentada é refletir de forma panorâmica sobre os elementos sociais e intelectuais constitutivos dos referidos conceitos. A intenção é elaborar uma reflexão mínima de contextualização histórica e epistemológica dos surgimentos dos movimentos sociais, para uma fundamentação adequada da análise central desse trabalho: a etnoconservação como possibilidade política para as populações tradicionais, residentes em unidades de conservação, por meio da ação de organização não-governamentais ambientalistas.

Pretende-se problematiza-los no contexto da dinâmica de formação do ambientalismo enquanto movimento social, principalmente no Brasil. Assim, além de vislumbrar suas potencialidades e limitações teóricas, o objetivo é criar os subsídios necessários para a observação empírica das relações entre a FVA e os ribeirinhos residentes no Parque Nacional do Jaú, no processo de formação do plano de manejo participativo.

1 – O conceito de organizações não-governamentais.

O termo “organização não-governamental” ganhou grande visibilidade a partir dos anos 70, mas principalmente, nos anos 80 do século XX, como decorrência do aparecimento de instituições e organizações não-estatais e não-lucrativas que se propunham à defesa de direitos das mais diversas áreas de atuação política, mas que colocavam em xeque a dimensão de

centralidade do trabalho como propulsor das lutas contra a exploração capitalista. Porém, o termo permite uma abrangência quase infinita de entidades que não se encontram atreladas à ação do Estado, de um lado, e à do mercado, de outro. Também por isso a dimensão das ONG's é denominada de "terceiro setor", ou seja, a sociedade civil organizada.

Genericamente, a literatura agrupa nessas denominações todas as organizações privadas, sem fins lucrativos, e que visam à produção de um bem coletivo. O termo "terceiro setor" foi utilizado pela primeira vez por pesquisadores nos Estados Unidos na década de 70, e a partir da década de 80 passou a ser usado pelos pesquisadores europeus. Para eles, o termo sugere elementos amplamente relevantes. Expressam uma alternativa para as desvantagens tanto do mercado, associadas à maximização do lucro, quanto do governo, com sua burocracia inoperante. Combina a flexibilidade e a eficiência do mercado com a equidade e a previsibilidade da burocracia pública (COELHO, 2000, p. 58).

Encontram-se, portanto, sob essa mesma designação, desde entidades de interesses coletivos privados – associação de orquidófilos, criadores de pássaros, liga das senhoras católicas, etc. –, passando por organizações comunitárias, até grupos de ação internacional na defesa de áreas de atuação pública (idem). Em busca de uma maior especificação e diferenciação das entidades do assim chamado terceiro setor, Scherer-Warren afirma que as instituições que atuam no âmbito da sociedade civil são denominadas de "formas de associativismo civil" e estão classificadas em: (1) associações comunitárias, (2) mútua-ajuda, (3) associações de classe, (4) organizações não-governamentais, (5) Organizações de defesa da cidadania e (6) associativismo de base religiosa (2000 p. 41-44).

O refinamento conceitual da autora é adotado nesse trabalho. A diferenciação entre ONG e associação comunitária é útil para a análise da relação política entre os grupos sociais envolvidos no âmbito do ambientalismo e da etnoconservação: os cientistas/técnicos conservacionistas e as populações tradicionais. Assim, segundo Scherer-Warren, as organizações não-governamentais

(...) trabalham a serviço de outros grupos carentes ou em prol da defesa ou conquistas em torno de problemas específicos (meio ambiente, mulher, negro, direitos humanos, etc), normalmente fazendo mediações de caráter educacional, político, assessoria técnica, apoio material ou logístico para desenvolvimento socioeconômico, o bem estar social ou a construção da cidadania de populações-alvo. Têm institucionalidades próprias, com registro civil como entidades sem fins lucrativos, públicas, porém não estatais (...) (idem, p. 44).

A partir de um ponto de vista histórico, o surgimento das ONG's, como fenômeno político de expressão organizadora dos movimentos sociais, está atrelado ao conjunto de transformações que a sociedade ocidental moderna atravessou (e atravessa) no último quartel do século XX e início do século XXI: a globalização. Litsz Vieira, com uma posição otimista sobre o papel das ONG's, afirma:

(...) nas condições atuais, em face das graves implicações sociais da globalização econômica, o Estado não parece interessado em incentivar a mobilização popular, mantendo a cidadania passiva e apolítica. Como ao mercado não interessa outra coisa, coube à sociedade civil, agrupada em torno do interesse público, a tarefa de mobilizar as energias cívicas da população para defender, no plano transnacional, os princípios da cidadania fertilizados com os ideais de democracia política, diversidade cultural e sustentabilidade ambiental (VIEIRA, 2001 p. 28-29).

A flexibilização do modelo fordista-taylorista para os padrões do toyotismo japonês, a crescente mundialização produtiva e do capital, além da disseminação da informatização – ou seja, a reestruturação das relações capitalistas de produção – promoveram um sobre um intenso processo de reorganização o conjunto de relações constitutivas da sociedade moderna. No âmbito político, essas transformações foram acompanhadas pelo questionamento sobre a dimensão da ação do Estado.

Com o desmoronamento das hostilidades constitutivas da Guerra Fria, acompanhado pelo período de crise que assolou as economias nacionais na década de 1970, o Welfare State começa ser questionado em seus objetivos de constituição de um Estado protetor e promovedor de

políticas sociais. A partir daí, inicia-se uma série de reformas na ação estatal em escala mundial que promovem o enxugamento das máquinas estatais a partir dos princípios oriundos da lógica de mercado. A esse conjunto de reformas dá-se a denominação genérica de neoliberalismo. Montañó, numa perspectiva crítica ácida sobre o papel do terceiro setor, discute da seguinte forma sua contextualização histórica:

Nosso caminho para abordar o tema foi diametralmente oposto ao seguido pela maioria dos autores do “terceiro setor”. Aqui o ponto de partida não foi o próprio conceito em tela, mas o processo de reestruturação do capital pós-70, orientado pelos princípios neoliberais – e para a América latina a partir dos ditames do Consenso de Washington –, de flexibilização dos mercados nacional e internacional, das relações de trabalho, da produção, do investimento financeiro, do afastamento do Estado das suas responsabilidades sociais e da regulação social entre capital e trabalho, permanecendo, no entanto, instrumento de consolidação hegemônica do capital mediante seu papel central de desregulação e (contra-) reforma estatal, na reestruturação produtiva, na flexibilização produtiva comercial, no financiamento ao capital, particularmente o financeiro (MONTAÑO, 2001, p. 16).

A partir do momento em que o Estado, paulatinamente, deixa de se ocupar com as suas “responsabilidades sociais”, constitui-se, então, o terreno fértil para o florescimento das organizações não-governamentais. Montañó é, talvez, o representante mais incisivo de uma tendência de análise das organizações não-governamentais como braços operacionais desse processo de desarticulação do papel social do Estado pelo neoliberalismo.

(...) O Estado, que comandado pelo capital se reestrutura, desvencilha-se progressivamente da atividade social (e alivia o capital na co-responsabilidade do seu sustento), recortando financiamentos, precarizando, focalizando, centralizando, diminuindo a abrangência, ou diretamente eliminando políticas sociais assistenciais. Como então ocultar e mascarar esse processo, tornando-o aceitável pela população? Como evitar a rejeição social que ponha limites a esse processo de verdadeira perda dos direitos universais e de evidente desresponsabilização estatal e do capital? Procura-se, ideologicamente, que esse processo seja percebido como de “transferência de um setor “falido”, o Estado, para outro mais eficiente, empreendedor, livre, a “sociedade civil” (que alguns chamam de “terceiro setor”) (...). A parceria entre o Estado e o “terceiro setor” tem a clara função ideológica de encobrir o fundamento, a essência do fenômeno – ser parte estratégica de reestruturação do capital –, e fetichizá-lo

em transferência, levando a população a um enfrentamento/aceitação desse processo dentro de níveis de conflitividade institucional aceitáveis para a manutenção do sistema, e ainda mais, para a manutenção da atual estratégia do capital e seu projeto hegemônico: o neoliberalismo (idem, p. 226-227).

Segundo os autores que refletem sobre o assim denominado terceiro setor, no processo de reorganização da modernidade capitalista na virada do século XX para o século XXI formula-se, também, uma nova concepção de cidadania. A condição de exercício e consciência dos direitos adquiridos pelo ser social ganha, a partir de agora uma dimensão transnacional.

Diante desse quadro, a grande maioria da população dos diversos Estados, marginalizada social e economicamente pela globalização, perde interesse e energia para participar das lutas políticas internas, que percebe como secundárias, mergulhando em passividade e alienação. À parte dessa maioria inerte, surge, entre outros, um grupo desorientado que vai servir de massa de manobra para políticas direitistas e, de outro, uma minoria de militantes idealistas que oferece resistência à globalização dominante, propondo uma globalização alternativa, um projeto emergente de construir uma sociedade civil global visando à democratização das relações internacionais. Esse projeto de uma democracia cosmopolita é entrecortado pelas diversas identidades ligadas a gênero, raça, meio ambiente, concepções espirituais etc. Nesse contexto, a cidadania clássica, definida no interior de um Estado territorial, afigura-se marginal a essa agenda, que expressa, de certa forma, a necessidade de enfrentar a globalização econômica no plano global, isto é, além das fronteiras territoriais do Estado-Nação (VIEIRA, 2001, p. 28).

Por outro lado, é preciso atentar para o fato de que a partir da década de 1960, há uma reestruturação do campo ideológico de luta dos movimentos sociais. A centralidade da orientação economicista do marxismo para o confronto do trabalho contra o capital sofre um processo de “relativização”, ou seja, pulveriza-se em diversos campos específicos de luta orientados para a dimensão cultural. O movimento negro, estudantil, feminista e ecológico são os precursores dessa descentralização da luta revolucionária para o imediatismo das lutas de causas específicas. Esse fenômeno tem sido comumente denominado como “novos movimentos sociais”.

A idéia diretriz da argumentação é de que tem surgido “novos movimentos sociais” (NMS) que almejam atuar no sentido de estabelecer um novo equilíbrio

de forças entre o Estado (aqui entendido como o campo da política institucional: do governo, dos partidos e dos aparelhos burocráticos de dominação) e sociedade civil (campo da organização social que se realiza a partir das classes sociais ou de todas outras espécies de agrupamentos sociais fora do Estado enquanto aparelho), bem como no interior da própria sociedade civil nas relações de força entre dominantes e dominados, entre subordinantes e subordinados (SCHERER-WARREN, 1993, p. 49-50).

Apesar da autora discutir o contexto brasileiro de organização e articulação desses movimentos, não deixa, por sua vez, de enfatizar o caráter universalizante do fenômeno.

Assim os denominados NMS não são um fenômeno exclusivo da sociedade brasileira, pois estes têm surgido em diferentes países (capitalistas mais avançados ou mais atrasados, principalmente a partir da década de setenta) e compartilham alguns aspectos comuns de um mesmo modelo cultural – ou contracultural ao existente (idem, p. 51).

Nesse sentido, as organizações não governamentais se configuram como a expressão institucionalizada desses movimentos, característica intensa presente, principalmente, nas décadas de 80 e 90 do século XX. Scherer-Warren enfatiza a impossibilidade de um movimento social ser abarcado em sua totalidade por uma entidade, dando-lhe uma perspectiva transcendente em relação à cristalização institucional.

Podemos falar de Movimentos Sociais quando começam a surgir práticas de lutas pela cidadania que transcendem as reivindicações específicas de cada associação. O movimento social transcende a prática localizada e temporal de uma organização. É um conjunto mais abrangente de práticas sócio-político-culturais, resultante de múltiplas redes de relações sociais entre sujeitos e associações civis, que visam à realização de um projeto de mudança: social (a partir do cotidiano), sistêmica ou civilizatória (ibidem, 2002, p. 45).

O caráter descentralizado da movimentação social a partir da década de 70 do século XX parece estar ancorado, também, a um conjunto de transformações epistemológicas em relação à produção do conhecimento científico. Produção que lhe dá legitimidade e condições objetivas de ação política. A partir das décadas de 50 e 60 do século passado, a condição totalizante das

análises científicas – em particular das ciências sociais – começa ser colocada em avaliação crítica.

A produção do conhecimento filiada à concepção *marxista*, pautada em interpretações ortodoxas dos conceitos *marxianos* passa a ser veemente criticada. A determinação monista das infra-estruturas sobre as super-estruturas é recusada tanto por autores não-marxistas quanto por uma parte dos próprios marxistas. Desse processo crítico, que não se restringe somente às bases do marxismo, mas aos princípios gerais do racionalismo científico, nasce uma tendência à descentralização e à polissemia das determinações causais. Gohn enfatiza a rejeição

do marxismo como campo teórico capaz de dar conta da explicação da ação dos indivíduos e, por conseguinte, da ação coletiva da sociedade contemporânea tal como efetivamente ocorre. Apesar da simpatia dos teóricos dos NMS pelo neomarxismo, que enfatiza a importância de consciência, ideologia, lutas sociais e solidariedade na ação coletiva, o marxismo foi descartado porque trata da ação coletiva ao nível das estruturas, da ação das classes, trabalhando num universo de questões que prioriza as determinações macro da sociedade. Por isso, ele não daria conta de explicar as ações que advêm de outros campos, tais como o político e, fundamentalmente o cultural; (...) É importante destacar que a negação do marxismo refere-se à sua corrente clássica, tradicional, vista como ortodoxa. Mas algumas categorias básicas, como o da ideologia, influenciaram a fundamentação de um conceito central dos NMS, o de cultura (1997, p.122).

Assim, nasce um processo de “antropologização” da sociologia e a política. A incorporação dos componentes culturais – as mentalidades, as idealidades, as oralidades – no processo de reconstrução dos conceitos sociológicos tais como “classe social” e “consciência de classe” tendem à valorização do cotidiano e da experiência como fatores fundamentais de análise.

(...) o novo sujeito que surge é um coletivo difuso, não hierarquizado, em luta contra as discriminações de acesso aos bens da modernidade e, ao mesmo tempo, crítico de seus efeitos nocivos, a partir da fundamentação de suas ações em valores tradicionais, solidários, comunitários. Portanto, a nova abordagem elimina a centralidade de um sujeito específico, predeterminado (...) (idem).

No âmbito da ciência política, surgem perspectivas teóricas que possibilitam a reflexão das relações de poder disseminadas *nas* e não somente *sobre* as relações sociais. Ou seja, inicia-se um processo de valorização da pluralidade de possibilidades no exercício do poder para além da centralidade estatal.

(...) a política ganha centralidade na análise e é totalmente redefinida. Deixa de ser um nível numa escala em que há hierarquias e determinações e passa a ser uma dimensão da vida social, abarcando todas as práticas sociais (Laclau e Mouffe). Esta perspectiva abriu possibilidades para pensar a questão do poder na esfera pública da sociedade civil nos termos de Foucault, e não apenas na esfera do Estado (idem, p. 123).

No interior da própria antropologia os resultados da dialética entre o relativismo funcionalista e universalismo estruturalista permitem uma abertura da ciência para a influência das outras ciências sociais, assim como sua politização. A valorização das particularidades proporcionada pelas análises funcionalistas permitiu a possibilidade de afirmação da diferença enquanto possibilidade humana legítima. Por outro lado, o reconhecimento de uma base estrutural comum entre as diversas realidades sócio-culturais específicas, conferindo assim universalidade à condição humana, possibilita/obriga a racionalidade ocidental descer de sua auto-atribuída superioridade.

Apesar das duas dimensões antropológicas constituírem-se em contraposição dialética, o fato do reconhecimento da *diferença* como condição de *universalidade* e de não-inferioridade, garante legitimidade epistemológica à luta tanto das especificidades étnicas não-ocidentais, quanto dos setores inferiorizados da própria sociedade moderna, frente à tendência homogeneizante da lógica racional-capitalista.

A partir das décadas de 60/70 do século passado, o discurso antropológico incorporou da sociologia os debates marxistas e da ciência política as reflexões sobre poder configurando-se,

por exemplo, no marxismo antropológico que, como será discutido, foi fundamental para a formulação do conceito de populações tradicionais.

Desse modo, a reconfiguração epistemológica da ciência – e das ciências sociais em particular – permitiram a atuação política contestadora agir para além da superação da contradição capital/trabalho, preocupando-se com problemas sócio-culturais relacionados às identidades étnicas, às relações de gênero e à dimensão ecológica. Nesse sentido, é possível perceber um resfriamento da intencionalidade revolucionária para a resolução imediatista de problemas localizados. Em concordância com esse processo, há também uma transição na forma de organização estratégica do ato político. A prática denunciatória, herdada pelas primeiras ONG's (anos 70) dos movimentos revolucionários da década de 50/60 do século passado, gradativamente cede espaço a formas de atuação educativa de práticas de inclusão produtiva, sócio-cultural e política.

Referindo-se ao desenvolvimento do ambientalismo entre as décadas de 80 e 90 do século XX, Viola sentencia:

A denúncia, muitas vezes radical, da degradação ambiental foi o motor implícito ou explícito das entidades ambientalistas do período formativo (1970-80). As organizações profissionais (1980-90) não têm como objetivo a denúncia. Elas têm como objetivo central a firmação de uma alternativa viável de conservação ou restauração do ambiente danificado (1995, p.86).

É necessário ressaltar, ainda, que no processo de rearticulação epistemológica das ciências e da politização dos temas culturais, o meio técnico-científico articula-se como a fonte de reflexão e elaboração de propostas de ação sobre a sociedade civil. As organizações não-governamentais configuram-se em instituições com grande potencial de implantação de propostas político-acadêmicas – tais como a etnoconservação. Assim pode-se constatar uma relação estreita

entre as demandas dos nichos de produção científica e este tipo possível de organização da sociedade civil.

Assim, a partir da discussão teórica exposta acima, pode-se propor a construção dos elementos constitutivos do conceito de organização não-governamental. Trata-se, pois (1) *organizações não-estatais e não-lucrativas* que desenvolvem *ações políticas para a resolução de problemas específicos* (ecológicos, de gênero, étnicos, sobre direitos humanos, etc); (2) *originam-se no espaço da sociedade civil*, e (3) desenvolveram-se historicamente como *decorrência do processo de globalização econômica e/ ou mundialização do capital*, (4) da *retração do papel social do Estado na emergência do neoliberalismo*, (5) da *formação de uma concepção de democracia/cidadania transnacional ou global* e, por fim, (6) tem como *base teórica de ação o amplo processo de rearticulação epistemológica da ciência – em particular, as ciências sociais – a partir da segunda metade do século XX*.

Pode-se considerar, então, que as organizações não-governamentais são formas de institucionalização da ação política, como práxis transformadora, que transitam do global ao local num discurso que, aparentemente, pretende agir nas fissuras corroídas da ação estatal. Tanto os críticos quanto os defensores concordam que o Estado, em seu processo de retração em relação às políticas sociais, permitiu a proliferação das ONG's. A diferença está na constatação de que alguns interpretam essas entidades como instrumento neoliberal para a deteriorização do papel social do Estado. O outros consideram as organizações não-governamentais como a reação da sociedade civil ao mesmo processo de deteriorização.

A partir da discussão sobre a premissa de atuação, parece lícito indagar quais são as condições possíveis das organizações não-governamentais se apresentarem como uma alternativa viável ao papel social Estado. A problematização exposta acima, por certo, carece de grande atenção por parte do mundo acadêmico. Porém ela não encontra ressonância direta nesse

trabalho. Pretende-se aqui, a inversão do foco: observar a ação das organizações não-governamentais sobre os territórios específicos de atuação dos seus projetos.

Assim, recorre-se aqui a um outro tipo de problematização. Ou seja, o questionamento das possibilidades de ação das ONG's sobre os grupos sociais em situação de exclusão. Pretende-se compreender como essas entidades intermediam as relações da desses grupos com a sociedade moderna e capitalista. Num certo sentido, se o objetivo fundamental é construir sujeitos dotados de autonomia, pode-se prever a construção de uma potencialidade dos grupos sociais assistidos em se apropriar do papel próprio das ONG's. O quanto de transitório há no fenômeno sócio-político das organizações não-governamentais?

Pretende-se, também, contextualizar essas potencialidades e limites de ação no interior do ambientalismo, a partir de sua relação com o conceito de populações tradicionais. O esforço de promover um diálogo entre os conceitos visa dimensionar a viabilidade de programas e estratégias que possam produzir, efetivamente, diferentes formas de relação humano/natureza. Ou seja, para além das propostas de sustentabilidade que não rompem com as diretrizes das relações capitalistas de produção, levando-se em consideração a perspectiva de que não é possível discutir sustentabilidade no interior da lógica capitalista.

Além disso, essa problematização tem como objetivo dotar o pesquisador de instrumentos para observação da relação entre a Fundação Vitória Amazônica e os moradores do Parque Nacional do Jaú. Relação que visa equacionar a presença dos ribeirinhos na unidade de conservação.

2 – O conceito de populações/comunidades tradicionais.

O conceito de populações tradicionais tem configuração relativamente recente tal como se apresenta na dinâmica do ambientalismo. É resultado, porém, de um longo processo de discussão

antropológica que se confunde com o seu próprio histórico de formação. Basta lembrar o título de uma das obras clássicas da antropologia, *Ancient society*, de Morgan. Pode-se afirmar, com grande segurança, que a antropologia construiu-se como ciência a partir da dicotomia tradicional/moderno.

Essa oposição atravessou as suas sucessivas perspectivas teóricas, a partir da re-significação dos seus termos segundo a imagem construída sobre a alteridade entre o não-ocidental e o ocidental. Primitivo e civilizado sob o olhar evolucionista; simplicidade e complexidade sob as lentes funcionalistas; a-historicidade e historicidade de uma mesma matriz cognitiva, sob a interpretação estruturalista.

Com a notória exceção do evolucionismo, discurso que justificou o processo de construção do jugo não-ocidental pela modernidade capitalista ocidental, a teorização antropológica caracterizou-se pela constituição de um aparato conceitual capaz de reconhecer a humanidade das diversas realidades sócio-culturais existentes no mundo contemporâneo. Isso não significa afirmar que o discurso antropológico não tenha sido utilizado, e muitas vezes formulado, em proveito do imperialismo ocidental. Mas, de forma geral, seu sentido, ou pelo menos seu resultado, caminhou para uma capacidade de dotar o não-ocidental de instrumentos possíveis de construção sua autonomia enquanto existência legítima.

Desse modo, o funcionalismo operou uma incursão metodológica sobre as alteridades, a observação participante, que possibilitou uma valorização *per se* dessas realidades. As diversas formas de humanidade são ressaltadas em suas particularidades internas. Esses elementos endógenos articulam-se em funcionalidade da totalidade sócio-cultural do grupo estudado. Apesar do êxito em seu empreendimento metodológico, a observação participante, houve uma preocupação excessiva com a reprodução interna dos diversos grupos não-ocidentais. Ênfase que não permitiu aos funcionalistas construir elementos teóricos que rompessem com o processo de

dicotomização estruturante da antropologia. Uma tendência exagerada à relativização que contribuiu para a compreensão das diversas formas de humanidade como realidades excludentes.

A resposta relativista (funcionalista) aponta que o outro era, na verdade, um ser tão diverso que nada nele poderia lembrar um eu sobre si mesmo. Um outro que não poderia ser medido de maneira alguma em relação ao um. O relativismo representou uma forma de redenção da antropologia, que passou a ser visualizada como uma ciência que, em nome do 'respeito à diferença', poderia remediar todos os danos causados pela visão etnocêntrica. Isso fez do antropólogo um sujeito que procurava agir como se não estivesse sujeitado à sua própria realidade cultural, despido de toda possibilidade crítica e que paradoxalmente, teria como missão preservar o outro de si mesmo, uma vez que tratava-se de preservá-lo da civilização ocidental, da qual, quisesse ou não ele fazia parte. O um (eu) e o diverso (outro) tornam-se, ambos diversos (CARVALHO, 1997, p. 23).

A abordagem estruturalista, por seu turno, mirou seus esforços metodológicos na tentativa de encontrar humanidade nos grupos sociais não-ocidentais por meio de busca da matriz cognitiva comum, universalizante e estrutural, subjacente à diversidade de práticas sócio-culturais. O imenso arcabouço intelectual levi-straussiano, principalmente, demonstrou de forma decisiva as fissuras interpretativas que os outros modelos explicativos antropológicos deixaram como legado. Ao mesmo tempo, conseguiu elaborar formas adequadas de explicação para essas deficiências. Do evolucionismo, ultrapassou finalmente a concepção de inferioridade cognitiva do mundo não-ocidental, com a comprovação de que o pensamento mitológico-mágico é diferente, mas não desigual, em relação ao pensamento lógico-científico.

Entretanto, não voltamos à tese vulgar (e aliás inadmissível, na perspectiva estreita em que se coloca) segundo a qual a magia seria uma forma tímida e balbuciante da ciência, pois privar-nos-íamos de todos os meios de compreender o pensamento mágico se pretendêssemos reduzi-lo a um momento ou a uma etapa da evolução técnica e científica. Mais uma sombra que antecipa seu corpo, num certo sentido ela é completa como ele, tão acabada e coerente em sua imaterialidade quanto o ser sólido por ela simplesmente precedido. O pensamento mágico não é uma estréia, um começo, um esboço, a parte de um todo ainda não realizado; ele forma um sistema bem articulado; independente, nesse ponto, desse outro sistema que constitui a ciência, salvo a analogia formal que os aproxima e que faz do primeiro uma espécie de expressão metafórica do

segundo. Portanto, em lugar de opor magia e ciência, seria melhor coloca-las em paralelo, como dois modos de conhecimento desiguais quanto aos resultados teóricos e práticos (...), mas não devido à espécie de operações mentais que ambas supõe e que diferem menos na natureza que na função dos tipos de fenômenos aos quais são aplicadas (LEVI-STRAUSS, 1989, p. 28).

Do funcionalismo, superou a excessiva relativização de humanidades excludentes, ao demonstrar que as práticas culturais organizam-se de formas diferentes a partir dos mesmos elementos estruturais.

Se, como cremos, a atividade inconsciente do espírito consiste em impor formas a um conteúdo, e se as formas são fundamentalmente as mesmas para todos os espíritos, antigos e modernos, primitivos e civilizados – (...) – é preciso e basta atingir a estrutura inconsciente, subjacente a cada instituição ou a cada costume, para obter um princípio de interpretação válido para outras instituições e costumes, sob a condição, naturalmente de estender bastante a análise (idem, 1970, p.38-39).

Assim, a antropologia estrutural tem o mérito de equacionar aquilo que era tomado por tons hierárquicos de inferioridade e superioridade. Além disso, possibilitou pensar as diferenças a partir de uma base universal do que é considerado humano em sua realidade sócio-cultural. Contudo, não conseguiu transcender o eixo dicotomizador da visão antropológica. Levi-Strauss, em uma das reflexões-síntese de sua obra estabeleceu a diferenciação entre o mundo moderno e tradicional a partir da ideia de que as sociedades americanas indígenas são sociedades “sem história” ou com uma historicidade fria, enquanto o mundo moderno é caracterizado por “ter história” ou com uma historicidade quente.

Não se trata de saber se as sociedades ditas “primitivas” têm ou uma história, no sentido que atribuímos a este termo. Estas sociedades estão na temporalidade como todas as outras, e com os mesmos direitos que elas, mas diferentemente do que acontece entre nós, recusam-se à história, esforçam-se para esterilizar em seu seio tudo o que poderia constituir o esboço de um devir histórico. (...) Nossas sociedades ocidentais são feitas para mudar – é o princípio de sua estrutura e de sua organização. As sociedades ditas primitivas nos parecem como tais, sobretudo porque foram concebidas por seus membros para durar.

Sua abertura para o exterior é muito reduzida, e o que se chamaria de “espírito endógeno” as domina (LEVI-STRAUSS, 1985 p. 326).

A antropologia, na perspectiva adotada nesse trabalho, só reuniu as condições necessárias de superação da dicotomia tradicional/moderno a partir da emergência do assim denominado marxismo antropológico. Além disso, fato de suma importância na reflexão aqui apresentada, foi um dos eixos constitutivos da concepção de populações tradicionais, tal como utilizada na proposta da etnoconservação.

Maurice Godelier, dentre outros autores, responsabilizou-se por desenvolver uma teorização que fosse capaz de promover uma interação dialética entre o estruturalismo e o materialismo histórico. Pretende dotar, dessa maneira, o discurso antropológico de instrumentos metodológicos capazes de compreender a constituição das relações de produção e reprodução inerentes aos povos não-ocidentais. Assim como o papel das idealidades mitológicas e das relações de parentesco nessas relações. Além disso, preocupou-se por interpretar a relação de encontro/confronto desses povos com a expansividade dominadora da sociedade moderna. Um dos méritos do marxismo antropológico parece ter sido a capacidade metodológica de encontrar a historicidade inerente das relações constitutivas dos povos não-ocidentais. A partir de uma análise do estruturalismo, Godelier parte de um duplo movimento crítico. De um lado, demonstra a relevância da generalização levi-straussiana para a superação dos limites de interpretação funcionalista e de compreensão da complexidade do mundo não-ocidental.

Diremos, primeiramente, que sua obra subverteu dois domínios, a teoria do parentesco e a teoria das ideologias, e que todo o progresso nesses domínios far-se-á com ajuda de seus resultados, como de seus fracassos. Problemas fundamentais como o da proibição do incesto, da exogamia e endogamia, do casamento de primos cruzados, das organizações dualistas, que foram tratadas separadamente e sem êxito, foram postos em relação com os outros e explicados a partir do fato fundamental de que o casamento é uma troca, a troca de mulheres; e que as relações de parentesco, antes de serem relações entre indivíduos, são relações entre grupos (GODELIER, 1978, p. 65).

Em relação à teoria do pensamento, Godelier afirma:

Já mostramos com Levi-Strauss provocou grande progresso na teoria das ideologias que pretendia desenvolver após Marx, quando, tratando dos mitos dos índios da América, de um lado fez aparecer com precisão minuciosa todos os elementos da realidade ecológica, econômica e social que nele são transpostos e que fazem nesses mitos o pensamentos de homens que vivem em relações materiais e sociais determinadas; e, de outro, evidenciou a presença e o fundamento no âmago desse pensamento social, de um lógica formal de analogia; ou seja, da atividade do pensamento humano que raciocina sobre o mundo e organiza o conteúdo da experiência da natureza e da sociedade nas formas simbólicas da metáfora e da metonímia (ibidem, p. 67-68).

Por outro lado, enfatiza os limites da obra de Levi-Strauss em compreender o resultado de suas pesquisas sobre o parentesco e o pensamento selvagem, em articulação com as instâncias de produção no decorrer do processo histórico das sociedades não-ocidentais. Articulação que, na visão de Godelier, é necessária para a antropologia firma-se como a esfera do conhecimento que dá conta da dimensão de complexidade das diversas formas de humanização. Sobre a análise do parentesco, afirma que

Entretanto, a análise estrutural, ainda que não negue a história não pode incorporá-la porque, desde o início, separou a análise das “formas” de relação de parentesco da análise de suas “funções”. Não que essas funções sejam ignoradas ou negadas, mas jamais são exploradas enquanto tais. Assim, jamais analisou o problema da *articulação real* das relações de parentesco com outras estruturas sociais que caracterizam as sociedades concretas, historicamente determinadas: Levi-Strauss limitou-se a retirar desses dados concretos o “sistema formal” das relações de parentesco, sistema que em seguida estuda em sua lógica interna e compara com outras “formas” semelhantes ou opostas (...). Nesse sentido pode-se dizer que Levi-Strauss, opostamente aos funcionalistas, não estuda jamais sociedades reais e não procura dar conta de sua diversidade e complexidade internas. Não ignora, bem entendido, esses problemas, mas jamais os tratou sistematicamente (idem, p. 67).

Do mesmo modo, o autor critica o deslocamento da compreensão da lógica formal do pensamento em relação a outras instâncias da realidade social.

Mas, o que ficou ausente e impensado no fim desse imenso esforço teórico foi a análise da articulação da forma e conteúdo do pensamento em estado selvagem e dos pensamentos dos selvagens, assim como as funções sociais dessas representações e das práticas simbólicas que as acompanham, as transformações dessas funções e desse conteúdo e as condições dessa transformação (idem, p. 68).

Evidenciado os êxitos e limitações do estruturalismo de Levi-Strauss, Godelier empreende o esforço teórico-metodológico de incorporação do materialismo histórico no interior da antropologia.

(...) diante de nós se distingue um caminho que conduz a outras partes e que nasceu além e aquém do funcionalismo e do estruturalismo, fora dos seus limites. A outras partes quer dizer em direção à possibilidade de fazer aparecer e estudar “a ação das estruturas” sociais umas sobre as outras e à possibilidade de pensar as relações de causalidade estrutural entre os diversos modos de produção e as diversas formas de organização social (as relações de parentesco, as mitologias e as diversas formas jurídico-políticas) (ibidem, p. 69).

Para Godelier, as diversas sociedades não-ocidentais articulam os modos de produção com as instâncias provenientes da super-estrutura, de modo que essas instâncias passam a controlar tanto as relações de produção quanto as forças produtivas como forma de garantir a reprodução da totalidade social. Esse controle dos fatores de produção pode ser operacionalizado desde o parentesco, das idealidades míticas, das diferenças geracionais ou outra forma de relação social – de acordo com a especificidade de cada grupo.

O parentesco domina a organização social quando não regula apenas as relações de descendência e aliança que existem entre os grupos e os indivíduos, mas também regula seus direitos respectivos sobre os meios de produção e os produtos do trabalho, define as relações de autoridade e obediência, dominando as relações políticas no interior dos grupos (ou entre eles) e, eventualmente, serve de código, de linguagem simbólica para exprimir as relações do homem entre si e com a natureza. Esse não é o caso dos caçadores-coletores Mbuti do Congo, onde as relações entre gerações sobrepõem-se às relações de parentesco. Não é igualmente o caso dos incas, entre os quais a instância político-religiosa funciona como relação de produção, posto que, de bom ou mal grado as tribos índias consagram parte de sua força de trabalho a entreter os deuses, os mortos

e membros da classe dominante, personificados pelo inca Schinti, o filho do sol (ibidem, p. 49).

O autor enfatiza que a dominância e controle das relações residentes no nível superestrutural sobre as forças produtivas e relações de produção de cada grupo social não implica, contudo, numa inversão do paradigma marxista da determinação irreduzível das relações econômicas sobre a totalidade das relações. Antes, é necessário uma incursão metodológica sofisticada para compreender a complexidade dialética de interações entre infra e super-estrutura, na medida em que muitos antropólogos fazem objeção ao primado do econômico em sociedades não-ocidentais.

Na verdade, a objeção cai por terra a partir do momento em que se constata não ser suficiente que uma instância assuma *várias e não importa quais* funções para ser dominante, se assumir a função de relações de produção, o que não quer dizer necessariamente, o papel de esquema organizador do processo concreto de trabalho, mas o controle do acesso dos meios de produção e aos produtos do trabalho social. Esse controle significa, igualmente, autoridade e sanções sociais, portanto, relações políticas. São as relações de produção as responsáveis pela dominância de determinada instância. Têm, portanto, eficácia determinante geral sobre organização da sociedade, uma vez que determinam a dominância e através da dominância a organização geral da sociedade (ibidem, p. 50).

Desse modo, Godelier propõe, a partir da adoção do materialismo histórico e dialético, que as diversas populações não-ocidentais são passíveis de intensa historicidade, decorrente das suas particularidades internas definidoras dos termos de produção e reprodução da totalidade social. Assim, o autor problematiza a reflexão antropológica nos seguintes termos:

Em que condições e por quais razões uma instância assume as funções de relações de produção e controla a reprodução dessas relações, assim com a de relações sociais em seu conjunto? Vemos de imediato, que essa problemática é a de Marx, e retoma a hipótese, colocada por ele, da determinação, em última instância, do processo de vida social e intelectual pelo modo de produção da vida material. Vemos, igualmente, que essa hipótese não é contestada pela análise das sociedades sem classes ou das sociedades de classe não capitalistas

e que não há, portanto, razão alguma para opor antropologia e história (ibidem, p. 50).

É possível interpretar que o marxismo antropológico defendido por Godelier consegue, portanto, transcender a limitação estruturalista em conceber as sociedades não-capitalistas como sociedades *sem história*. Se essas sociedades se nutrem, em suas relações constitutivas, de uma dinâmica interna repleta de historicidade, a dicotomia tradicional/moderno tem suas bases de sustentação corroídas. Finalmente, podem existir condições de superá-la através reflexão antropológica. Portanto, podemos pensar as sociedades não-ocidentais ou não-capitalistas como tão contemporâneas quanto às sociedades regidas pelas relações capitalistas de produção.

Isso não significa, contudo, homogeneizar diferentes realidades sócio-culturais, tampouco, reduzir a especificidade da civilização ocidental e capitalista em sua dinâmica avassaladora e auto-destrutiva. É importante, desse modo, compreender a percepção que Godelier tem das diferenças entre o mundo ocidental e não ocidental para atingir sua contribuição na formulação do conceito de populações tradicionais.

Ao criticar a dificuldade dos funcionalistas em compreender as relações de produção em interação com as demais instâncias da vida social das sociedades não-ocidentais, Godelier nos dá uma importante pista:

(...) todo o problema está no fato de que os antropólogos funcionalistas e, freqüentemente, aqueles que se pretendem marxistas, acreditam, mas de maneira espontânea e não científica, que as relações de produção só podem existir sob uma forma que as diferencie e as separe de outras relações sociais, como é o caso das relações de produção no modo de produção capitalista. Não nos espantemos, pois, se (...) muitos antropólogos tratem de maneira deformada e insuficiente a análise das bases econômicas das sociedades que estudam. Na verdade, a economia se reduz a seus olhos ao que diretamente visível como tal. Ora, sabendo-se que, freqüentemente, uma parte das relações de parentesco e das relações político-religiosas, o estudo da economia fica necessariamente reduzido (...) (ibidem, p. 47).

Assim, o autor ressalta a concepção de que as sociedades capitalistas têm na compartimentação dos níveis estruturais – econômico, político, jurídico e cultural – uma de suas bases constitutivas. Essa compartimentação permite uma relativa independência dos mesmos níveis ao mesmo tempo em que a esfera econômica torna-se superlativa e auto-valorativa e, portanto, fetichizada. A mercadoria substitui impiedosamente as concepções sagradas de reprodução social. Por outro lado, as sociedades não-capitalistas estão, para Godelier, organizadas a partir de um entrelaçamento dos níveis estruturais que permitem que as instâncias superestruturais – parentesco, gênero/geração, mitologia, etc – constituem-se em responsáveis pela orientação das relações de produção. Nesse sentido, o autor revela a sua filiação, também, a Marcel Mauss. Este autor formulou o conceito de “fato social total” para analisar as formações econômicas de grupos não-ocidentais. Foi possível, assim, assinalar a especificidade das relações não compartimentadas dos modos de produção não-capitalistas. O sistema de prestações totais seria, para o Mauss, a forma de circulação não só de bens “economicamente úteis”. Sua abrangência se estende para todos os níveis de sociabilidade.

Nesses fenômenos sociais “totais”, como nos propomos chamá-los, exprime-se, ao mesmo tempo e de uma só vez, toda espécie de instituições: religiosas, jurídicas e morais (...); econômicas – supondo formas particulares de produção e consumo, ou antes de prestação e de distribuição, sem contar os fenômenos estéticos nos quais desembocam tais fatos e os fenômenos morfológicos que manifestam essas instituições (ibidem, 41).

Godelier incorpora as reflexões de Mauss em relação à forma de organização das sociedades não-ocidentais ao discutir o *potlach* nos seguintes termos:

As características do *potlach* são, portanto, características multifuncionais, como sublinha Piddocke, “fatos sociais totais”, com dizia Mauss, “fatos de economia política” no sentido pleno do termo; ou seja, fatos que, por receberem explicação científica, exigem que se lhes reconheçam as funções econômicas das relações de parentesco e das relações político-ideológicas; portanto que se lhe reconstrua, pelo pensamento, a configuração exata do modo de produção

que permita a produção e o controle de vastos excedentes de bens e de prestígio (GODELIER, 1978, p. 55).

Assim, a diferença entre sociedades capitalistas e não-capitalistas não reside somente ao nível das idealidades. A diferença não se encontra, do mesmo modo, na historicidade das primeiras em detrimento da não-historicidade das segundas. A partir do auxílio de Marx e Mauss, pode-se perceber que Godelier as diferencia entre *compartimentação* (capitalistas) e *entrelaçamento* (não-capitalistas) dos níveis sociais estruturais constitutivos de toda e qualquer sociedade. Daí a tarefa árdua de se reconhecer a riqueza de interações das sociedades não-capitalistas, pois, na aparência da simplicidade reside um complexo jogo de relações de causalidade entre esses níveis. Garantindo-se, assim, a produção e reprodução de suas relações sociais.

É dos resultados do marxismo antropológico que se reúnem às condições para a superação da dicotomia entre tradição e modernidade. Ambas estão repletas de historicidade, movimento, transformação e contemporaneidade. O fato das “populações tradicionais” não apresentarem o padrão de inovação tecnológica apresentado pela “modernidade” não é argumento, como vimos, para considerá-las “estanques” e “atrasadas” como o termo tradicional inevitavelmente sugere.

Paradoxalmente, é junto ao marxismo antropológico que se dá a fundamentação para o termo população tradicional, tal como se difundiu o conceito no âmbito do conservacionismo e do ambientalismo. Desse modo, quais condições validam a utilização do termo?

A concepção de populações tradicionais ganhou força no Brasil pela obra *O Mito Moderno da Natureza Intocada* (1994) de Antonio Carlos Diegues. Nela, o autor estabelece uma ampla discussão teórica para a definição do termo populações tradicionais, com o objetivo de fundamentar a viabilidade da etnoconservação como proposta de práxis conservacionista.

Diegues utiliza-se dos elementos conceituais do marxismo antropológico para a construção do conceito.

Dentro de uma perspectiva marxista (especialmente dos antropólogos neomarxistas) as culturas tradicionais estão associadas a modos de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, onde há grande dependência dos recursos naturais em que a dependência do mercado já existe, mas não é total. Essas sociedades desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos que não visam diretamente o lucro, mas a reprodução social e cultural, como também percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pela idéia de associação com a natureza e dependência de seus ciclos. Culturas tradicionais, nessa perspectiva são as que se desenvolvem dentro do modo da pequena produção mercantil (DIEGUES, 1994 p. 82).

Como forma de fundamentar a idéia de que cada cultura tradicional desenvolve formas particulares de organização social e de relação com a natureza, Diegues recorre diretamente a Godelier.

Godelier (...) afirma que essas duas sociedades têm *racionalidades intencionais* diferentes, ou melhor, apresentam sistema de regras sociais conscientemente elaboradas para melhor atingir um conjunto de objetivos. Segundo esse antropólogo, cada sistema econômico e social determina uma modalidade específica de exploração dos recursos naturais e de uso da força de trabalho humana e, conseqüente mente utiliza formas específicas do “bom” e do “mau” uso dos recursos naturais (...) (idem, p. 82).

Em sua argumentação, Diegues define três eixos para a classificação de uma população ou cultura tradicional: a territorialidade, a identidade e a sustentabilidade. Para o autor a noção de território deve perspassar espaço físico onde se estruturam as relações sociais de produção/reprodução do grupo por formas particulares de concepção de posse e uso dos recursos nele disponíveis.

Além do espaço de reprodução econômica, das relações sociais, o território é também o lócus das representações e do imaginário mitológico dessas sociedades tradicionais. A íntima relação do homem com seu meio, sua dependência maior em relação ao mundo natural, comparada ao do homem

urbano-industrial faz com os ciclos da natureza (...) sejam associadas a explicações míticas e religiosas. As representações que essas populações fazem dos habitats em que vivem, também se constroem no maior ou menor controle de que dispõem sobre o meio-físico (idem, p. 85).

A identidade também é apresentada por Diegues como ponto fundamental de estruturação do conceito.

Um dos critérios mais importantes para a definição de culturas ou populações tradicionais, além do modo de vida, é, sem dúvida o *reconhecer-se* como pertencente àquele grupo social particular. Esse critério remete à questão fundamental da *identidade*, um dos temas centrais da antropologia. Esse *auto-reconhecimento* é frequentemente, nos dias de hoje uma *identidade construída* ou *reconstruída*, como resultado, em parte de processo de contatos cada vez mais conflituosos com a sociedade urbano-industrial, e com os neomitos criados por esta. Parece paradoxal, mas os neomitos ambientalistas ou conservacionistas explícitos na noção de áreas naturais protegidas sem população têm contribuído para o fortalecimento dessa identidade sócio-cultural em populações como os quilombeiros do Trombetas, os caiçaras do litoral paulista etc. Para esse processo tem contribuído também a organização de movimentos sociais, apoiados por entidades não-governamentais, influenciadas pela ecologia social, por cientistas sociais, etc. (idem, p. 88).

Por fim, a idéia de que a forma de organização das populações tradicionais é pautada pela sustentabilidade dos recursos naturais existentes em seus territórios.

Essas últimas informações nos remetem à questão das sociedades tradicionais e da *sustentabilidade*. É importante recordar que o modo de produção (que caracteriza essas formas sociais; isto é, ainda que produzam mercadoria para a venda, são sociedades que garantem sua subsistência por meio pequena agricultura, pequena pesca, extrativismo. (...) E a pequena produção mercantil, como bem lembrou Barel (...), é uma forma social que tem história muito mais longa que a dominante, como a feudal e a capitalista. Essa longa permanência histórica desse modo de produção se deve ao seu sistema de produção e reprodução ecológica e social. São sociedades mais homogêneas e igualitárias que as capitalistas, com pequena capacidade de acumulação de capital, o que dificulta a emergência de classes sociais. As relações sociais como o compadrio funcionam como verdadeiras relações de produção (...). Além disso, a tecnologia utilizada tem impactos ecológicos reduzidos sobre os ecossistemas que utiliza, permitindo a renovabilidade dos estoques e a sustentabilidade dos processos ecológicos fundamentais (idem, p. 90-91).

A percepção do conceito de populações tradicionais oferecida por Diegues traz, no ponto de vista aqui adotado, forte influência do assim chamado marxismo antropológico. Além disso, é necessário ressaltar que sua adequação à realidade brasileira exigiu, também, a fundamentação teórica na gênese das diversas matrizes culturais como a caipira, caiçara, gaúcha etc. A representação mais clara dessa fundamentação talvez se encontre em Darci Ribeiro. Daqueles grandes teóricos que tentaram explicar a alma brasileira – Gilberto Freire, Sergio Buarque de Holanda, Antônio Candido, entre outros – Ribeiro foi, no ponto de vista aqui adotado, o que aperfeiçoou uma explicação antropológica mais abrangente sobre a diversidade cultural brasileira.

A identidade étnica dos brasileiros se explica tanto pela precocidade da constituição dessa matriz básica de nossa cultura tradicional, como por seu vigor e flexibilidade. Essa última característica lhe permitirá, como herdeira de uma sabedoria adaptativa milenar, ainda dos índios, conformar-se com ajustamentos locais, a todas as variações ecológicas regionais e sobreviver a todos os sucessivos ciclos produtivos, preservando sua unidade essencial. A partir daquelas proto-células, através de um processo de adaptação e diferenciação que se estende por quatro séculos, surgem as variantes principais da cultura brasileira tradicional (RIBEIRO, 1999, p. 272).

O ponto de vista apresentado por Darci Ribeiro torna-se interessante para a constituição do termo populações tradicionais, justamente por alcançar a construção de diversas formas culturais, a partir dos mesmos elementos constitutivos, conferindo-lhes como o autor afirma, “vigor e flexibilidade” com a preservação de “sua unidade essencial”.

O que tenham os brasileiros de singular em relação aos portugueses decorre das qualidades diferenciadoras oriundas de suas matrizes indígenas e africanas; da proporção particular em que elas se congregaram no Brasil; das condições ambientais que enfrentaram aqui e, ainda, da natureza dos objetivos de produção que as engajou e reuniu. Essa unidade étnica básica não significa, porém nenhuma uniformidade, mesmo porque atuaram sobre ela três forças diversificadoras. A ecológica, fazendo paisagens humanas distintas onde as condições de meio ambiente obrigaram a adaptações regionais. A econômica, criando formas diferenciadas de produção, que conduziram a especializações

funcionais e aos seus correspondentes gêneros de vida. E, por último, a imigração, que introduziu, nesse magma, novos contingentes humanos, principalmente europeus, árabes e japoneses. Mas o encontrando formado e capazes de absorvê-los e abrasilairá-los (...) (idem, p. 20-21).

Dessa lógica formativa nasce a unidade pluralística da cultura brasileira.

Por essas vias se plasmaram historicamente diversos modos rústicos de ser dos brasileiros, que permitem distingui-los hoje, como *sertanejos* do Nordeste, *caboclos* da Amazônia, *crioulos* do litoral, *caipiras* do Sudeste e Centro do país, *gaúchos* das campanas sulinas, além de ítalo-brasileiros, teuto-brasileiros, nipo-brasileiros etc. Todos eles muitos mais marcados pelo que têm de comum como brasileiros, do que pelas diferenças devidas a adaptações regionais ou funcionais, ou de miscigenação e aculturação que emprestam fisionomia própria a uma ou outra parcela da população (idem, p. 21).

Ainda que o processo de modernização capitalista tenha solapado em grande medida a rusticidade dessa dinâmica de formação cultural, as populações tradicionais continuaram a fundamentar-se nela, a partir da ocupação dos interstícios entre os grandes centros urbano-industriais e dos espaços homogeneizados pela ação da agroindústria exportadora. Como bem ilustra Arruda,

(...) as populações alijadas dos núcleos dinâmicos da economia nacional ao longo de toda a história do Brasil, adotaram o modelo da *cultura rústica*, refugiando-se nos espaços menos povoados, onde a terra e os recursos naturais ainda eram abundantes, possibilitando sua sobrevivência e a reprodução desse modelo sociocultural de ocupação do espaço e exploração dos recursos naturais, com inúmeros variantes locais determinados pela especificidade ambiental e histórica das comunidades que nele persistem (2000, p. 277-278).

Nesse esboço de constituição do conceito de populações tradicionais, vê-se que a proposta de ampla abrangência sobre as diversas realidades sócio-culturais encontra eco na literatura antropológica, tanto na caracterização das relações sociais constitutivas (através do marxismo antropológico), quanto na especificação da realidade brasileira (através de alguns pensadores clássicos de nossa ciência social). Vê-se, também, que no encontro entre as perspectivas teóricas,

não há espaço para a não-historicidade, ou para uma historicidade fria na caracterização das assim chamadas populações tradicionais. Essa dinâmica histórica própria é, certamente, posta em enfrentamento com o avanço da sociedade ocidental capitalista. No que, então, consiste a persistência da denominação tradicional?

Por enquanto, achamos melhor definir as “populações tradicionais” de maneira “extensional” isto é, enumerando seus “membros” atuais, ou candidatos a “membros”. Essa abordagem está de acordo com a ênfase que daremos à criação e à apropriação das categorias, e, o que é o mais importante, ela aponta para a formação de sujeitos por meio de novas práticas. Isso não é nenhuma novidade. Termos como “índio”, “indígena”, “tribal”, “nativo”, “aborígene” e “negro” são todos criações da metrópole, são frutos do encontro colonial. E embora tenham sido genéricos e artificiais ao serem criados, esses termos foram sendo aos poucos habitados por gente de carne e osso. (...) Não deixa de ser notável o fato de que com muita frequência os povos que começaram habitando essas categorias pela força tenham sido capazes de apossar-se delas, convertendo termos carregados de preconceitos em bandeiras mobilizadoras (ALMEIDA & CUNHA, 2001, p. 2).

Inevitável constatar, para além da fundamentação “meramente” antropológica, a intensidade política que o conceito traz em sua argumentação. No interior do conceito pretende-se englobar uma infinidade de realidades sócio-culturais muito distintas entre si. A busca de um conjunto de elementos comuns que possa constituir uma identificação comum tem o objetivo claro de construir o fortalecimento político dessas comunidades que, entregues à própria sorte, dificilmente teriam forças para elaborar estratégias eficazes de enfrentamento dos agentes político-econômicos que disputam o uso social dos recursos naturais disponíveis.

Assim, o termo população tradicional pode ser encarado como uma prática discursiva, construída a partir de uma concepção antropológica sobre os grupos sociais não-ocidentais. Colocada em atuação política no interior do movimento social ambientalista e com a assunção dos próprios grupos sociais que nele sentiram-se abrigados frente aos conflitos a que estão imersos. Um conceito exógeno a partir da observação dessas diversas realidades e assumidas por

elas como estratégia na defesa dos seus direitos de existências específica em relação à sociedade ocidental.

Nesse sentido é importante ressaltar que nas décadas de oitenta e noventa do século – momento de gestação da atual concepção de populações tradicionais – XX a politização dessas identidades étnicas ganhou ímpeto no Brasil. Carvalho, um dos defensores do marxismo antropológico nesse período coloca a questão nos seguintes termos:

Numa abordagem que se pretenda histórica, a identidade étnico-cultural e a formação da consciência que lhe corresponde não se reduz, nem se sustenta como a mera diferença constatada. Essa diferença tem que ser capaz de se expressar politicamente para que não seja folclorizada apenas no sabor de se sentir diferente e afirmar-se como tal. É aqui que o binômio língua/cultura se reinsere, não como código formal, nem como padrões singulares que permitem o exercício da diferença, mas como ação capaz de condicionar o surgimento de uma linguagem étnico-cultural que construa um novo sujeito coletivo, que se afirma no universo de uma identidade nacional mais inclusiva. Para isso, a identidade étnico-cultural deverá estar referida a uma história aberta para o acontecimento, simbolizada por uma herança cultural singular, constituída não apenas pela constatação empírica da diferença, mas também pela passagem de uma consciência étnica em si para uma consciência étnica para si, em que os traços diferenciais dariam lugar a um conjunto de reivindicações coletivas que permitissem a vivência real de uma identidade particular (CARVALHO, 1983, p.5).

Desse modo, podemos atentar para a complexidade contraditória que envolve o conceito de populações tradicionais. Trata-se, portanto, (1) de um conceito que é formulado na esteira da própria história de constituição interpretativa da antropologia, a partir da dicotomia tradicional/moderno; (2) conquista sua fundamentação teórica atual a partir dos autores filiados, principalmente ao marxismo antropológico; (3) está articulada sob o trinômio territorialidade, identidade, sustentabilidade; (4) ganha sua especificidade no contexto brasileiro a partir dos estudos pautados no conceito de rusticidade; (5) trata-se de um conceito exterior a realidade que pretende classificar – tanto pela fundamentação científica, quanto pela dinâmica política no qual

estão envolvidos – mas, (6) assumido em grande parte por grupos sociais, denotando, assim seu alto grau de politização.

Assim, pode-se perceber que a tensão em que se encontra na abordagem do conceito populações tradicionais reside no fato de que ele fundamenta-se cientificamente em posições teórico-metodológicas que não validam a dicotomia tradicional/moderno, por assegurar-lhes grande intensidade de dinâmica histórica. Mas, ao mesmo tempo, valida o termo tradicional pela sua necessidade de identificação étnica no contexto do ambientalismo e da etnoconservação com proposta também política.

Porém, há também dificuldades em assumir-se como tradicional. Ao mesmo tempo em que se constituem como sujeitos políticos, corre-se o risco do termo se apresentar como uma camisa de força no interior de políticas conservacionistas. Essas políticas podem tornar-se restritivas em relação aos processos inerentes de transformação dos grupos sociais assim classificados. Do mesmo modo, uma ação voltada para a revalorização dos aspectos tradicionais desses grupos pode levar a um processo de folclorização forçada, como teme Carvalho, levando-os a ossificação de seus elementos, ou, no sentido oposto, a transformação de seus aspectos culturais em mercadoria.

3 – Complementaridade, conflito ou superação?

A partir dos apontamentos conceituais evidenciados nesse capítulo, o objetivo dessa conclusão é dimensionar a potencialidades teóricas de instrumentalização e capacitação das populações tradicionais em sujeitos políticos, dotados de plena autonomia, por parte das organizações não-governamentais de maneira geral e no contexto da etnoconservação como práxis política de forma particular.

A partir da década de 1970, como uma das variantes dos assim denominados novos movimentos sociais, o ambientalismo surgiu como força política atuante num mundo em culminante processo de industrialização e assombrado por grandes impactos ambientais. Assim como outras expressões políticas do momento histórico, o ambientalismo foi impulsionado pela proliferação de organizações não-governamentais, dentre outras instituições, dispostas a denunciar o processo de degradação ambiental. Surgiram também organismos estatais e agências multilaterais orientados pra a formulação de políticas ambientais. Segundo Leis & Viola, muitos atores e processos

constituem o movimento ambientalista global cujos valores e propostas vão disseminando-se por estruturas governamentais, organizações não-governamentais, grupos comunitários de base, comunidade científica e empresariado (...). O ambientalismo, surgido como um movimento reduzido de pessoas, grupos e associações preocupados com o meio ambiente, transforma-se num capilarizado movimento multissetorial (1995, p. 76).

Esse incipiente movimento ambientalista setentista organizou-se a partir de visões sobre o problema da degradação em curso.

No início da década de 1970 havia duas posições polarizadas: uma minoria catastrofista (expressa pelo relatório “Os Limites do Crescimento” elaborado pelo Clube de Roma) pensava que era necessário para imediatamente o crescimento econômico e populacional; e uma maioria gradualista (expressa pela declaração da Conferência de Estocolmo em 1972) pensava que era necessário estabelecer imediatamente mecanismos de proteção ambiental que agisse corretivamente sobre os problemas causados pelo desenvolvimento econômico e reverter a dinâmica demográfica para atingir a médio prazo (idem, p. 76).

É perceptível, nas posições descritas acima, a bifurcação básica do ambientalismo entre as perspectivas biocêntrica e antropocêntrica. Importante salientar que, no caso das ONG’s, na sua orientação, independentemente das opções conceituais, a pratica denunciatória predomina em suas ações políticas.

A partir dos anos 1980, o biocentrismo se expressa através de grupos que se propõem defender medidas radicais de contenção da presença humana, orientados por premissas ético-espirituais em relação à natureza. Grupos como o Earth First! Defendiam medidas coercitivas para a diminuição dos níveis demográficos (idem, p.76). A ecologia profunda se encontra amplamente difundida nesse ponto de vista.

Por outro lado, surge uma outra vertente, de caráter antropocêntrico, que transita, por sua vez, entre duas propostas políticas. A primeira, de transformação radical do modelo de organização sócio-econômica vigente, considerado não só degradante, mas também excludente (o eco-socialismo⁷). A segunda, baseada numa perspectiva de reforma das diretrizes do modelo de desenvolvimento, voltado para a construção de um “desenvolvimento sustentável” (expressa pela primeira vez, de forma consistente, no relatório Nosso Futuro Comum/Brundtland, em 1987) (idem, p. 77).

Na década de 1990, o ambientalismo como movimento social ganha tanto projeção quanto legitimidade. A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD-ECO/92) realizada no Rio de Janeiro, estabelece definitivamente as preocupações relativas ao meio ambiente como questão prioritária, seja nas relações internacionais, intranacionais, estatais, civis e até mercadológicas. Ou seja, do âmbito global ao local, o discurso ambientalista atinge uma multiplicidade de espaços sociais. Obviamente, há também um processo de banalização da temática. A partir de 1992 até as empresas de papel e celulose tornam-se sustentáveis e “ecologicamente corretas”. Este é, segundo Ferreira, um momento de crise para o movimento.

⁷ Segundo Löwy, o eco-socialismo é “uma corrente de pensamento e de ação ecológica que faz suas aquisições fundamentais do marxismo (...). Para os ecossocialistas a lógica do mercado e do lucro – assim como a do autoritarismo burocrático de ferro e do “socialismo real” – são incompatíveis com as exigências de preservação do meio ambiente natural” (2005, p. 47).

È curioso notar a quantidade de eventos patrocinados pelo próprio ambientalismo, cujo objetivo central é a auto-avaliação, seja ela de um período específico, seja do processo de constituição do “movimento” como um todo (...). A grande motivação dessa conduta pode ser resumida em uma preocupação em avaliar suas origens, características, seu desempenho e o rumo tomado (2002, p. 59).

Além disso, importante para os objetivos aqui delineados, é digno de nota o processo de fortalecimento e proliferação generalizada das organizações não-governamentais ambientalistas.

Milhares de ONG's emergiram em todos os continentes; algumas movimentam milhões de dólares e contam com contribuições pelo mundo afora. O European Environmental Bureau, por exemplo, congrega 120 ONG's ambientalistas; tem 20 milhões de sócios, distribuídos em 12 países europeus, e dispõe de acesso à Comissão da Comunidade Européia. Na América Latina e no Caribe há cerca de 6 mil ONG's e na Índia são mais de 12 mil, que se ocupam com temas ligados ao desenvolvimento. Entre 1983 a 1981 a renda da World Wildlife Found (WWF) cresceu de 9 milhões de dólares para 53 milhões de dólares, e seus membros aumentaram de 94 mil para mais de um milhão. Hoje, a WWF tem 4,7 milhões de filiados em todo o mundo e dispõe de um orçamento anual de 293 milhões de dólares (idem, p. 69-70).

O ambientalismo no Brasil, entre as décadas de 1970 e 1990, é dividido em dois momentos distintos: O bissetorial (1971-1985) e o multissetorial (a partir de 1986). Sobre o primeiro:

A profundidade (e até a violência) das mudanças modernizadoras dos anos 70 brasileiros explica inclusive, o maior espaço de atenção que aqui tiveram as novas questões ambientais (...). Essas circunstâncias marcam a força e a origem do ambientalismo brasileiro que, promovido por “cima” e por “baixo”, estrutura-se no seu período formativo como um movimento bissetorial constituído por associações ambientalistas e agências estatais de meio ambiente. Esses dois atores terão uma relação complementar e contraditória confluindo ambos na definição da problemática ambiental recortada pelo controle da poluição urbano-industrial e agrária e pela preservação dos ecossistemas naturais (Leis & Viola 1995, p. 81-82).

O segundo momento, afinado ao processo de redemocratização da política brasileira, é caracterizado pela diversificação dos sujeitos partícipes do movimento ambientalista.

A progressiva disseminação da preocupação pública, interna e externa ao Brasil, com a deteriorização ambiental transforma o ambientalismo num movimento multissetorial e completo, na segunda metade da década de 80 (...). Esse ambientalismo está constituído por cinco setores (...): 1) as associações e grupos comunitários ambientalistas; 2) as agências estatais de meio ambiente; 3) o socioambientalismo constituído por organizações não-governamentais e movimentos sociais que outros objetivos precípuos, mas incorporam a proteção ambiental como uma dimensão relevante de sua atuação; 4) os grupos e as instituições que realizam pesquisas sobre a problemática ambiental; 5) um reduzido setor dos gerentes e do empresariado que começa a pautar seus processos produtivos e investimentos pelo critério da sustentabilidade ambiental (idem, p.85).

Nesse processo de pulverização de agentes sociais ambientalistas, o grupo com preponderância de atuação política na sociedade civil – e que interessa a essa proposta de análise – é o socioambientalismo. Essa vertente “abrange uma vasta variedade de organizações não-governamentais, movimentos sociais e sindicatos, que têm incorporado à questão ambiental como uma dimensão importante de sua atuação” (ibidem, p. 88). É no interior desse grupo que a etnoconservação transita entre a condição de proposta teórica à prática política conservacionista. É nesse contexto, portanto, que há o encontro entre as populações tradicionais e as organizações não-governamentais.

As organizações não-governamentais, com equipes de profissionais compostas de forma hegemônica pelo grupo quatro descrito por Leis & Viola, é descrita como grupo de grande relevância por tais autores.

Um setor cada vez mais importante das organizações não-governamentais de desenvolvimento social e apoio aos movimentos sociais, de enorme responsabilidade e capacidade para formar opinião e intervir no espaço público, que com diferentes ritmos mas com velocidade crescente a partir de 1990 é motivo pelos movimentos sociais e pelo ambientalismo, a propósito da Rio-92, a tomar posição e vincular a questão do desenvolvimento, frente a suas preocupações, com a questão ambiental (ibidem, p. 89-90).

Ferreira aponta, também, a especificidade de ação das ONG's no âmbito socioambiental, na formulação de propostas de ação conservacionista junto a diversas formas de especificidades étnicas.

Há ainda uma consequência da ação atual das ONG's que merece ser ressaltada, porque talvez seja a de maior impacto para a compreensão das mudanças sociais em curso. Essa consequência é representada pelo diálogo intenso e pelo estabelecimento de acordo visando a implementação de projetos conjuntos entre categorias extremamente diferenciadas de sujeitos: do lado das ONG's, grupos sociais oriundos das classes médias intelectualizadas, muitas vezes sem uma importante experiência prévia na vida política; do lado do público-alvo preferencial dos projetos encontram-se categorias sociais apartadas da vida cidadina, algumas previamente mobilizadas, como é o caso, por exemplo, de ex-sem-terra assentados ou ribeirinhos ligados ao movimento de seringueiros. Outros estão penetrando o sistema político graças à presença de seus novos parceiros urbanos, como é o caso de pescadores, roceiros e extratores que habitam a faixa litorânea da mata atlântica (FERREIRA, 2002, p. 74).

As ONG's têm-se configurado em importantes agentes de disseminação de propostas de ações sustentáveis juntos aos grupos tradicionais. Ferreira, em sua perspectiva otimista, afirma que

As ONG's ambientalistas têm contribuído para transmitir o conhecimento técnico científico interdisciplinar a coletividades anteriormente apartadas do direito de usá-lo em seu benefício. Em um mesmo movimento, sua atuação tem propiciado a pesquisadores e estudiosos uma nova compreensão das metas populares, seus anseios, crenças e interpretações sobre o que seria um futuro viável. Mesmo sem objetivo imediato, muitas delas têm contribuído em grande medida para o delineamento de uma linguagem pactuada entre sujeitos sociais diferenciados que dê conta de uma possível inteligibilidade do mundo contemporâneo (idem, p. 73).

Assim, parece claro que, a partir dos autores supracitados, as organizações não-governamentais têm papel fundamental na disseminação de propostas de organização e capacitação das populações tradicionais. Mas, ao contrário do que possa parecer, muitas dessas populações não são passivas politicamente. De forma geral, elas detêm, paralelamente ao

processo de proliferação das ONG's ambientalistas, um histórico intenso de luta fundiária na defesa dos seus territórios.

Como vimos, antes de se tornarem “populações tradicionais” – no sentido que a literatura antropológica lhes classifica – eram grupos que se organizavam para a luta isolada frente aos agentes sócio-econômicos da expansão capitalista de apropriação dos recursos naturais. Buscaram um processo de fortalecimento político estabelecendo alianças tanto entre as comunidades locais, que pereciam com a mesma situação de conflito, quanto com outros grupos que reconheceram no discurso ambientalista a legitimidade de luta pelos seus direitos.

Os seringueiros que, poucos anos antes, formavam uma categoria que se supunha condenada ao rápido desaparecimento assumiram no final da década de 1980 uma posição de vanguarda em mobilizações ecológicas. No final de 1988, emergiu no Acre uma aliança para a defesa das florestas e de habitantes com o nome de Alianças dos Povos da Floresta, abrangendo os seringueiros e grupos indígenas por meio das duas organizações nacionais que se haviam formado nos anos anteriores: o Conselho Nacional dos Seringueiros e a União das Nações Indígenas. A reunião de Altamira, organizada pelos Kayapó contra o projeto da represa do Xingu, tinha uma conotação ambiental explícita. No final do decênio de 1980, a conexão ambientalista tornara-se inevitável (CUNHA & ALMEIDA, 2001, p. 187).

A intensificação das relações entre populações tradicionais e organizações não-governamentais durante a década de 1990, tem como característica a constituição de uma linguagem comum entre modos diferentes de lutas – a fundiária e a conservacionista – incorporadas ao movimento ambientalista. ONG's ambientalistas enxergaram, no modo de vida das populações tradicionais, formas de sustentabilidade que contrastam com o modelo degradante de ação ocidental. Assim como, as populações tradicionais encontraram, na sociedade envolvente, aliados capazes de promover a visibilidade de sua luta contra os seus oponentes no conflito pelo uso social dos recursos naturais. Essa complementaridade, contudo, dá conta da compreensão das relações entre os sujeitos em questão? Fica evidente que, a ação das

organizações não-governamentais sobre as populações tradicionais, tem como objetivo a construção de um processo emancipatório de sustentabilidade e de autonomia política.

As ONG's ambientalistas com atuação no território nacional tem levado a cabo inúmeros tipos de projetos: dentre eles merecem destaques os de diagnóstico participativo dos recursos naturais e dos usos a que se destinam, popularização de técnicas de agroecologia ou de manejo de espécies e sistemas, alternativas de geração de emprego e renda para moradores de Unidades de Conservação e seu entorno, incluídos os cursos de capacitação, técnicas sustentáveis de abastecimento de água para zonas semi-áridas, mutirões para reposição florestal, além de projetos de co-gestão de áreas protegidas em parceria com órgãos governamentais. O público-alvo preferencial desses projetos é constituído por índios, seringueiros, ribeirinhos, sertanejos, pescadores (...) (FERREIRA, 2002, p.72).

Uma das ações freqüentes das ONG's tem sido o estímulo de criação das associações comunitárias, como forma de incitar a organização coletiva e cooperativa das populações tradicionais. Segundo Scherer-Warren,

(...) é por meio delas que os moradores encaminham reivindicações para a melhoria da infra-estrutura do bairro ou das comunidades de referência; para a melhoria da qualidade de vida (na saúde, educação, lazer, meio ambiente, etc.); para reconhecimento de suas tradições culturais (pela promoção de eventos, festas, festivais, etc.). Pode-se incluir nessa categoria desde as antigas Sociedades Amigos de Bairro, os conselhos comunitários (criados por iniciativas governamentais, mas que na prática muitas vezes se confundem com as associações criadas por iniciativa da sociedade civil), as mais recentes associações de Bairro, Moradores ou de Favelados e grupos locais de defesa cultural (2002, p. 42).

Levando-se em consideração que o objetivo, de forma geral, das organizações não-governamentais é contribuir para a autonomia das populações tradicionais, é admissível pressupor que quando esta autonomia se materializa, esses grupos assistidos tendem a conquistar para si a condição de proponentes das ações políticas controladas por essas entidades. As comunidades tradicionais, através da construção de sua autonomia podem tornar-se articuladoras de suas próprias demandas sócio-políticas. É possível questionar, então, se esse processo de

emancipação tem gerado conflitos entre os grupos tradicionais e as organizações não-governamentais que lhe assistem. Por outro lado, plausível que essas organizações busquem construir as ações estratégicas para a reprodução do seu papel político. Essa contradição entre promoção da autonomia e reprodução da suas condições de existência parece ser umas das mais difíceis questões a serem resolvidas pelas ONG's.

Por fim, quando a proposta de ação política envolve um processo de reorganização territorial através da etnoconservação, é necessário um forte comprometimento com estratégias contemplem a efetividade do projeto de emancipação dos grupos tradicionais. Nesse sentido é relevante para esse estudo analisar a estratégias que as organizações não-governamentais elaboram para a consolidação de uma etnoconservação junto a populações tradicionais que habitam unidades de conservação. Importa, também compreender como essa consolidação coaduna-se com as estratégias de manutenção das relações de poder que permitem reproduzir o papel político das ONG's.

Capítulo VI – A Fundação Vitória Amazônica e o Parque nacional do Jaú.

Este capítulo tem como objetivo abordar as atividades da Fundação Vitória Amazônica (FVA) no processo de consolidação do parque nacional do Jaú (PNJ), unidade de conservação sediada nos municípios de Novo Airão e Barcelos, Estado do Amazonas. As atenções são voltadas para a ação da FVA no caminho de elaboração do plano de manejo do PNJ, entre 1993 e 1998, a partir de uma cooperação técnica com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA).

A análise aqui realizada pretende compreender as estratégias que a FVA elaborou para a efetivação da sua proposta de adequação da presença humana no interior do PNJ. Presença problematizada em vários aspectos, levando-se em consideração que o modelo de conservação previsto na legislação vigente para a categoria “parque nacional” não admite a permanência de moradores. Assim pretende-se, também, dimensionar as possibilidades de diálogo entre as atividades da FVA – junto ao poder público e aos ribeirinhos residentes no PNJ – e a proposta teórica da etnoconservação.

1 – O Parque Nacional do Jaú e seus sujeitos.

Nesse primeiro tópico, analisam-se os três sujeitos sociais relevantes para a reflexão proposta, ou seja, (1) os moradores do parque nacional do Jaú, (2) o IBAMA e (3) a Fundação Vitória Amazônica. O fio condutor da análise é a elaboração de um breve histórico de formação do PNJ, no qual fica evidenciado o entrelaçamento entre os sujeitos em questão, assim como as relações conflitantes decorrentes desse processo.

O parque nacional do Jaú é uma das maiores unidade de conservação do território Brasileiro, com 2.272.000 hectares. Foi criada no dia 24 de setembro de 1980, pelo decreto nº

85.200 e abrange os rios Unini (limite norte), Carabinani (limite sul) e Jaú (região central). Seu único acesso é pelo rio Negro, já que os rios que compõe o PNJ fazem parte de sua bacia hidrográfica. É, portanto, uma região que integra o sistema de rios de água preta, com variação anual no nível da água de 6 a 10 metros entre o seu período de seca/verão (julho a dezembro) e cheia/inverno (janeiro a junho).

A criação do parque nacional do Jaú está contextualizada politicamente no quadro integração da Amazônia ao cenário econômico brasileiro proposto pelos governos militares. Nesse sentido é possível compreender o surgimento de uma política preservacionista no contexto amazônico durante os anos 1970/80, como um componente do processo de ocupação territorial e da concepção de desenvolvimento levado a cabo no período da ditadura militar.

Verifica-se, (...), um grande progresso de medidas conservacionistas, tanto administrativas quanto jurídicas, ao tempo do governo Figueiredo, o último do regime militar. Essa coincidência é tanto mais significativa quanto aparentemente contraditória, pois, (...), esse é o período de expansão induzida da fronteira agrícola para a Amazônia – via projetos de colonizações oficiais – e de criação de localizações privilegiadas para a valorização de capitais privados e o crescimento “polarizado” – subsídios e investimentos públicos no setor de infra-estrutura regional. Foi, portanto, o mesmo contexto histórico em que o regime militar levou adiante as políticas que têm sido responsabilizadas por efeitos sociais e ambientais deletérios na região, aquele em que mais avançou em termos de medidas conservacionistas por meio de criação de UCs de uso indireto. (...) essa relativa facilidade em se estabelecerem UCs de uso indireto nos regimes militares é mais do que o resultado de um mero concurso favorável de circunstâncias, devendo-se a um conjunto complexo de fatores, entre os quais se destaca a gestão estatal estratégica do território – a politização da estrutura espacial do país – como instrumento e condição da via brasileira, eminentemente autoritária, para a modernidade (BARRETO FILHO, 2001, P. 160-162).

A política preservacionista, como um dos elementos do projeto de modernização brasileiro proposto pelo regime militar, foi estabelecida, em grande parte, a partir da pressão internacional pelo tratamento desprezível dado aos problemas relacionados à degradação

ambiental. Além disso, há que se considerar o apreço dos militares pela linguagem “cientificista” e “racionalizada” amplamente utilizada pelo discurso conservacionista de caráter biocêntrico.

(...) as UCs criadas na Amazônia pelo IBDF entre meados da década de 1970 e início da de 1980, teriam sido fruto, em larga medida, da astúcia política dos planejadores da conservação, conjugada ao ambiente tecnocrático do governo federal no regime militar – que favorecia as iniciativas cientificamente orientadas – e às oportunidades que assim se apresentavam nas propostas de criação de áreas – sopesando a força e a influência de outros atores e agências com presença na Amazônia naquele momento (os colonos e o INCRA, a FUNAI e as populações indígenas, os especuladores, o grande capital privado e os próprios projetos de desenvolvimento articulados pelo Estado) (idem, p. 177).

Favorecidas por um ambiente político favorável, justificativas de cunho científicista foram fundamentais para a criação de unidades de conservação de uso indireto na Amazônia. No contexto de criação do PNJ – ainda sob a administração do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) – utilizou-se como referencial teórico a *teoria dos refúgios*, desenvolvida por Haffer, para a explicação da grande diversidade de espécies em regiões tropicais.

Em 1969, o pesquisador Jürgen Haffer (...) propôs uma abordagem teórica para o tema. Haffer sugere que durante o Quaternário a floresta amazônica foi fragmentada em “blocos” de florestas separadas por vegetação não florestal (...) durante os períodos climáticos mais secos. Nesse cenário, as populações de aves estariam isoladas nos “refúgios” de matas úmidas, o que poderia iniciar um processo de divergência evolutiva. Quando o clima retornou às condições úmidas, a floresta começou a dominar a paisagem. As populações de aves poderiam novamente entrar em contato. Entretanto, novas espécies poderiam ter se originado durante o processo de isolamento provocado pela fragmentação da paisagem amazônica. A teoria dos refúgios foi estendida a outros grupos taxonômicos (...) sendo considerada um importante modelo de especiação da Amazônia. As políticas de conservação no Brasil na década de 1970 foram amplamente influenciadas pela teoria dos refúgios, uma vez que a maioria das UC's existentes hoje na Amazônia coincide com os postulados dos refúgios do Pleistoceno (FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA, 1998b, p.5).

Atualmente, a teoria dos refúgios não parece mais ser a grande orientadora do processo de criação e consolidação das unidades de conservação.

Os estudos sobre a distribuição e o uso da diversidade biológica na Amazônia, como forma de gerar subsídios para ações de implementação de UCs, devem ser planejados levando-se em conta a alta diversidade de espécies, a grande heterogeneidade dos ecossistemas e as complexas formas de interação entre populações locais e recursos naturais (BORGES et. alli, 2004, p. 4).

De uma maneira geral, as características do PNJ parecem contentar os dois discursos biológicos justificadores da proposta conservacionista. A região do rio Jaú foi recomendada como área prioritária para preservação pelo IBDF a partir da cooperação com pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas (INPA).

Realizou-se uma expedição à região do rio Jaú, coordenada pelo Dr. H. O. Schubart, com os alunos do Curso de pós-graduação em Ecologia e em Botânica Tropical do INPA. O relato dessa expedição, e algumas informações locais, deu impulso para a criação do PNJ. O relatório menciona ainda que a região coincidiria com refúgios do Pleistoceno mapeados por Haffer (...) e Prance (...), apesar de não existirem, na época, dados de distribuição de fauna e flora de toda a região do PNJ (FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA, 1998b, p.6).

Vê-se que o embasamento científico utilizado para a criação do parque carece de consistência metodológica, já que a determinação da área como local dos tais refúgios foi afirmada sem um levantamento prévio da fauna e da flora existente. O posicionamento baseado na premissa da diversidade biológica parece, ao menos, encontrar uma legitimação maior, na medida em que define o Jaú como uma área que abriga diversos ecossistemas característicos do bioma de floresta tropical úmida, tais como floresta densa tropical, floresta aberta tropical, capinarama, dentre outras (idem, p. 3).

É interessante notar, ainda, que a criação do PNJ, além de ter o impulso a partir de uma constatação científica pouco fundamentada, não levou em consideração a presença humana

dentro de seus limites. Assim seu ímpeto formador parece ter sido gerado mais por facilidades político-administrativas do que pela sua relevância ecológica.

Não parecia haver no Jaú, àquela época, nada de singular do ponto de vista biológico nem de cenicamente excitante – embora o relatório da equipe do INPA mencionasse a rara beleza da paisagem. Contudo, o Jaú apresentava grandes vantagens do ponto de vista do administrador: era um vácuo interessante, não havendo índios, depósitos de ouros conhecidos, planos de desenvolvimento para a região ou preocupações com a questão da segurança. A ocupação humana parecia rarefeita, com poucos títulos definitivos de posse e/ou propriedades privadas a serem adquiridas (FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA, 1998a, p. 22)

Parecia rarefeita, mas não era. Em 1992, elaborou-se uma estimativa de que existiam 1149 pessoas residindo no interior do PNJ (Carvalho e Sizer, 1992, p. 14). A baixíssima densidade demográfica (0,04 hab/km²) não deixa transparecer a intensidade das relações sócio-ecológicas existentes naquele território. Além disso, esses grupos humanos, por não serem considerados “indígenas” sofriam e sofrem uma situação perniciosa de não-existência, na qual Darci Ribeiro explica criticamente na sua “teoria da ninguendade” (1995). Quem são esses moradores? De uma forma geral esses grupos são considerados de caboclos ou ribeirinhos. No plano de manejo são definidos da seguinte maneira:

A forma como tais populações relacionam-se com a natureza imprime singularidades a seu modo de vida, o que as caracteriza como populações tradicionais – pois possuem um corpo de conhecimentos tradicionais do ambiente e de seus recursos. Tais conhecimentos visam à subsistência da unidade familiar, e os vínculos com o mercado são permeados por uma teia de relações não somente econômicas como também sócio-culturais (FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA, 1998b, p. 22).

Como nos lembra Ribeiro, a população amazônica nasceu a partir de uma dinâmica cultural relativa ao processo de ocupação empreendida pela Coroa Portuguesa, no século XVI e XVII, com objetivo de afastar invasores estrangeiros e garantir o estabelecimento de uma organização econômica de exploração dos recursos da floresta.

Ao longo de cinco séculos surgiu e se multiplicou uma vasta população de gentes destribalizadas, deculturadas e mestiçadas que é o fruto e a vítima principal da invasão européia. Somam hoje mais de três milhões aqueles que conservam sua cultura adaptativa original de povos da floresta. Originaram-se principalmente das missões jesuíticas, que, confinando índios tirados de diferentes tribos, inviabilizaram as suas culturas de origem (...). No curso desse processo de transfiguração étnica, eles se converteram em índios genéricos, sem língua, nem cultura próprias, e sem identidade cultural específica. A eles se juntaram, mais tarde, grande massa de mestiços, gestados por brancos em mulheres indígenas, que também não sendo índios e nem chegando a serem europeus, (...), se dissolveram na condição de caboclos (RIBEIRO, 1995, p. 319).

O que é caracterizado de forma generalizante pelo autor encontra eco nas descrições mais específicas sobre a ocupação humana na região do baixo rio Negro.

Em 1693, os padres mercedários fundaram o primeiro povado do rio Negro na foz do rio Jaú, sendo por isso denominado de Santo Elias do Jaú. Essa área serviu de base aos trabalhos dos missionários de preparação de mão-de-obra indígena. Para esse local eram trazidos inúmeros indígenas de várias tribos do alto rio Negro, pois os missionários acreditavam que com a distância de seus habitats naturais diminuía-se o risco de fuga. Os relatos de viagens de historiadores que estiveram na região, nos séculos XVII e XIX, mostram que o extrativismo, a agricultura e a criação de alguns animais eram as principais atividades efetivadas pelos moradores do lugar, que constituíam a base da economia local. Embora predominasse a produção de subsistência, as principais atividades econômicas eram: comercialização de óleos de copaíba, tamariz e andiroba para utilização medicinal; extração de madeira breu; pesca; produção de manteiga de tartaruga e coleta de ovos. (...) a produção de borracha no início do século XX constituiu-se na principal atividade econômica, absorvendo a força de trabalho disponível e atraindo maior contingente de imigrantes do Nordeste brasileiro (FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA, 1998b, p. 138).

Localizada muito próxima à foz do rio Jaú, nas margens do rio Negro surgiu o município de Airão, que

A partir da década de 1950, por um complexo de motivos não de todo compreendido, a população Airão foi aos poucos se dirigindo ao povoado de Tauapessassu, onde hoje se localiza a cidade de Novo Airão. O último morador, da outrora opulenta da família Bezerra, retirou-se de Velho Airão em 1985, quando a mata já tomava conta de boa parte da cidade (...) (FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA, 1998a, p. 26).

Esse “complexo de motivos” deve estar relacionado ao longo processo de decadência da economia da Borracha, levando ao despovoamento da região. De qualquer forma, nota-se que a região que se pretende intocável para a consolidação do parque nacional foi uma área intensamente habitada, muito longe dos sonhos dicotômicos – de radical separação entre humano e natureza – dos biólogos conservacionistas.

Desse modo, no início da década de 1980, a população ribeirinha foi totalmente desconsiderada no processo decisório de criação do PNJ. Fatores políticos, administrativos e científicos se coadunaram para a sua concretização e a presença humana foi considerada um pequeno entrave a ser resolvido. A partir de 1982, o então IBDF começou a tentar solucionar esse pequeno entrave. Uma série de medidas restritivas/repressoras foram utilizadas para forçar a saída dos grupos de moradores da área.

Em 1985, cinco anos decorridos desde a publicação do decreto de criação do Parque Nacional do Jaú, O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (...) contratou o Instituto de Terras da Amazônia (o extinto ITERAM) para realizar um levantamento fundiário e um cadastramento das famílias residentes dentro do perímetro desta unidade de conservação. Nos mesmos moldes dos formulários do INCRA, foi feito o trabalho nos rios Jaú, por inteiro, e no Carabinani, até a cachoeira. Segundo relato de moradores, esse fato desencadeou um êxodo de várias famílias residentes do Parque. A partir de 1987, o antigo IBDF proibiu a entrada de regatões⁸ no Rio Jaú, para conter o comércio ilegal de caça e outros produtos, e proibiu também a expansão do cultivo de subsistência em áreas de floresta primária. (CARVALHO & SIZER, 1990, p.3).

Segundo relatos de ex-moradores do PNJ – em entrevistas realizadas por ocasião da presente pesquisa – o episódio do levantamento fundiário acima descrito ficou marcado pela incompreensão e espanto sobre a notícia de criação do parque. Até então, cinco anos após o

⁸ Regatão é o termo utilizado para a caracterização do comerciante que trafega pelos rios e igarapés da região empreendendo trocas comerciais com a população ribeirinha. É o regatão que traz os produtos que não podem ser extraídos na floresta, como sal, açúcar, roupas, panelas, etc. Em troca recebe com a produção a produção extrativista dos ribeirinhos. Em muitos casos existe uma relação de dependência entre o regatão e o ribeirinho devido através das dívidas contraídas pelo último. Denomina-se essa relação de dependência de *sistema de aviamento*.

decreto de criação – os moradores não haviam sido comunicados que aquela região tornara-se uma unidade de conservação. Além disso, segundo os mesmos relatos, a forma de abordagem dos técnicos responsáveis pelo levantamento foi marcada pelo não esclarecimento da situação e direitos dos moradores. Tampouco ficou esclarecido para os ribeirinhos o que era o IBDF e quais as suas eram as atribuições; muito menos o significado da expressão “parque nacional”. Ficou claro, apenas que deveriam sair da área.

Durante os anos de 1985 a 1990 muitas famílias deixaram de viver área do parque num processo muito controverso de ação estatal via IBDF/IBAMA.

No ano de 1985, o IBAMA (IBDF) instalou na foz do rio Jaú um uma base flutuante iniciando a fiscalização da área do Parque, e também começou a pressionar os moradores a abandonarem suas posses. Logo, subentende-se que, a partir de 1985, os moradores saíram sob pressão, coagidos, sem o reconhecimento de seus direitos sobre a terra em que trabalhavam e viviam, o que caracteriza uma ilegalidade (FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA, 1998b, p. 19).

Barreto Filho, em estudo comparado sobre o processo de criação da Estação Ecológica de Anavilhanas e do Parque Nacional do Jaú, aborda as proibições empreendidas pelo então IBDF através da descrição da atuação do primeiro chefe do PNJ, Vivaldo Campbell de Araújo, um dos responsáveis pela proibição do comércio dos regatões. Engenheiro agrônomo, com carreira acadêmica (mestrado em ecologia pelo INPA), Vivaldo é descrito como “o mais longo chefe do parque que fez história e a memória da falta de civilidade e descortesia – para não dizer truculência – no tratamento com os moradores está estritamente vinculada à sua figura” (BARRETO FILHO, 2001, p. 402). O autor utiliza as próprias palavras do técnico para caracterizar as medidas restritivas impostas aos moradores.

(...) eu encontrei uma figura dentro do Parque do Jaú que eu achei simplesmente horrósa, chamada regatão. (...) Além de ter o seringalista que já explorava o

cara, ainda chegava esse outro comprando os produtos que o seringalista não se interessava. Porque o seringalista aviava o seringueiro para a produção de borracha. Agora, couros e peles e outros produtos o seringalista não se interessava. Então, os caras tinham que vender para alguém. O que eles faziam: vendiam esses couros e peles, vendiam sorva, balata e outras coisas que eles tiravam paralelamente, para esses camaradas que eram os regatões. Trocavam por querosene, por leite, por açúcar, sal – esses produtos de primeira necessidade que o homem tem e que não se encontra em nenhum interior (...). Ah, eu me queimei! Proibi a entrada do regatão no rio. Porque a primeira vez que eu encontrei com ele, ele vinha abarrotado de produto. (...) Inclusive com o barco cheio de quelônios (...) Tudo quanto é bicho ele vinha trazendo (...). Rapaz, aquilo me deixou numa tristeza, numa agonia. (...) Eu disse, ‘Eu acabo com essa figura’. (...) Ora, então isso é um Parque ou uma área de exploração? (...) Então nós proibimos a entrada do regatão. Com a proibição do regatão, todo o pessoal se melindrou. Então, o que eles fizeram? Tinham que descer o rio e ir comprar suas necessidades na cidade de Novo Airão, que era o lugar mais perto que eles tinha pra comprar. E isso gerou, na população um mal estar para comigo. (Vivaldo Campell de Araújo, 65, Pça 14 de Janeiro, Manaus, 02.08.1999) (idem, p. 402-403).

Assim, Barreto Filho considera a atuação do IBDF – via técnico Vivaldo – sobre as relações preexistentes na região onde foi estabelecido o PNJ:

Foi com essa determinação, esse sentido de propósito e de responsabilidade, essa pertinácia, olhando para o Jaú como se ele sempre tivesse sido um Parque – unidade destacada da paisagem inclusiva – e para as pessoas que lá residiam como intrusos, invasores e criminosos – invertendo a cronologia dos fatos –, que Vivaldo administrou o PNJ por sete anos. (...) Não obstante, foi a partir de, fundamentalmente, de ações repressivas que a existência do Parque chegou ao conhecimento da maioria das pessoas que lá residiam (ibidem, p. 403).

A partir de 1989, o IBDF, submetido ao Ministério da Agricultura, e o SEMA (Secretaria do Meio Ambiente), ligado ao Ministério do Interior, fundiram-se para a criação do IBAMA, atrelado, agora, ao Ministério do Meio Ambiente. Apesar da reforma administrativa, o IBAMA parece não ter se desvinculado totalmente da postura restritiva/repressora típica do extinto IBDF.

A interpretação dos técnicos da FVA sobre a dinâmica interna do órgão é digna de nota.

O fato do IBAMA resultar da acomodação administrativa de órgãos governamentais que tiveram origens, trajetórias, formas de atuação e prerrogativas distintas na gestão da natureza e na modulação do espaço

territorial nacional – e que, em alguma medida, competiam entre si – parece ter contribuído para a constituição de uma “cultura institucional” marcada por rivalidades internas e interpretações divergentes sobre o sentido da política de proteção à natureza. (...) O contexto histórico que propulsiona a criação do IBAMA também é significativo para compreender um pouco o sentido de propósito de seus membros, bem como a persistência de certas desconfianças. O final da década de 1980 é caracterizado pela estrondosa repercussão internacional do aumento da taxa de desmatamento e queimadas na Amazônia brasileira, e pelo movimento dos seringueiros em defesa dos recursos naturais de que dependem. Em 1988, o assassinato de Chico Mendes alcança grande ressonância mundial. Diante da forte pressão internacional e da emergência de propostas de gestão compartilhada do bioma amazônico por governo de outros países e entidades não governamentais do país e do exterior (algumas delas articuladas ao movimento social dos seringueiros), o governo Sarney responde com uma reação nacionalista, por meio do Programa ‘Nossa Natureza’. É nesse contexto que se dá a criação do IBAMA. (...) De lá para cá foram incontáveis os presidentes do IBAMA – uma situação de instabilidade e descontinuidade administrativa que representou mais um obstáculo ao bom desempenho das atribuições do órgão. Ao mesmo tempo, o IBAMA, como de resto todos os órgãos governamentais de formulação e execução de políticas públicas nos marcos da redefinição do papel do Estado em países da semiperiferia do capitalismo internacional, sempre foi assombrado pela carência crônica de recursos humanos qualificados e financeiros. Isso repercutiu numa situação de quase abandono das Unidades de Conservação (UC) na última década e meia (FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA, 1998b, p. 3-4).

A citação acima aponta tanto para uma situação de “cooperação conflitante” entre o IBAMA e a FVA (que será analisada mais adiante), quanto para a dificuldade de organização interna do órgão estatal, que parece refletir diretamente na ação junto aos moradores do PNJ.

(...) A conseqüência imediata desse problema não resolvido é a existência de uma confusão enorme sobre o que os moradores podem ou não fazer. Há três anos atrás, a entrada de “regatões” (barcos comerciais) foi proibida (a aplicação da ordem de proibição não tem validade apenas para os regatões de propriedade dos moradores do Parque); o IBAMA vem tentando evitar o corte da mata virgem, mas tem liberado as áreas de mata secundária para serem utilizadas para a plantação de roças; a caça de alguns animais está proibida, mas não queda claro para os moradores quais estes animais; há incerteza também em saber se está proibida toda espécie de caça ou somente caça comercial. A impressão do observador é a de que os próprios guardas localizados no Parque, no flutuante do Rio Jaú, também não têm certeza dos direitos dos moradores, uma vez que a indenização ainda não foi paga (SIZER, 1991, p. 10).

Como se vê, a situação de conflito entre moradores/ex-moradores e IBAMA desenvolveu-se a partir de um conjunto de descasos político-administrativos – em relação à presença humana no interior do PNJ – que remontam ao processo de criação da unidade de conservação e que, como veremos, persistem até hoje. Esse conflito agravou-se, também pela controvérsia das indenizações que deveriam ser pagas àqueles que deixaram o parque pela pressão exercida pelo IBDF/IBAMA nos anos de 1985-1990. Segundo Barreto Filho,

Em 1989, foi providenciado junto à Coordenadoria de Orçamento da Diretoria de Ecossistemas – DIREC do IBAMA, a transferência de recursos do Projeto Calha Norte (...) no valor de NCz\$ 480.000,00 (...) para indenização das famílias que se viram inseridas na unidade. (...) Ocorre que a equipe do IBAMA que deslocou-se até a cidade de Novo Airão para viabilizar as referidas indenizações nos contatos mantidos com a população do município, tomaram conhecimento “de que a prefeitura de Novo Airão tinha realizado uma reunião com aproximadamente 100 moradores do Parna-Jaú, no sentido de ser viabilizada uma decisão conjunta de não recebimento das respectivas indenizações” (...). Esta informação indica que a posição final dos moradores, do prefeito e dos vereadores foi a seguinte: “as famílias do Parna-Jaú retiram-se do seu interior mediante os valores da avaliação atual [atualização monetária do valor supracitado], desde que concomitantemente seja efetuada a realocação para um Projeto de Assentamento já elaborado pelo INCRA”. O “Projeto de Assentamento Pacatuba” estava sendo proposto à margem direita do rio Negro, na localidade homônima, adjacente à estrada projetada que lhe daria acesso à sede do município de Novo Airão. Os objetivos do Projeto de Assentamento eram: (a) o “remanejamento de centenas de famílias que habitam o Parque Nacional do Jaú, Estação Ecológica de Anavilhanas e a Reserva Indígena Waimiri Atroari”; (b) a “incorporação de novas áreas ao processo produtivo”; e (c) a “ordenação das ocupações, invasões e especulações quanto a posse e uso da terra”. (...) Em função, por um lado, da morosidade do processo de regularização fundiária da área do Parque, e por outro, da resistência dos moradores articulada pelo poder público municipal, não se desintrusou nem se demarcou a área do Parque até hoje. Isso produziu uma situação de instabilidade e insegurança quanto ao destino dos moradores e do trabalho materializado em suas posses/ocupações (BARRETO FILHO, 2001, p. 19-20).

Através de entrevistas realizadas com ex-moradores e com lideranças comunitárias de associações de Novo Airão, constatou-se que há uma opinião generalizada de que a verba destinada às indenizações foi desviada pelas autoridades municipais e pelos próprios técnicos do

IBAMA, sendo o acordo referido na citação acima uma forma de manipulação política com o fim último da corrupção. Nessa situação de oposição e conflito entre moradores e ex-moradores de um lado e IBAMA de outro, quais seriam as condições de consolidação do parque nacional do Jaú? As dificuldades político-administrativas articuladas a uma visão biocêntrica simplista sobre a conservação, foram elementos fundamentais para a constituição de uma postura restritiva/repressora do IBAMA junto às famílias residentes no PNJ. Assim, o órgão construiu para si uma representação extremamente negativa de sua ação na região do baixo rio Negro. O IBAMA tornou-se um entrave para a continuidade das relações sócio-econômicas existentes no mundo amazônico. O extrativismo engendrado ao mercado nacional e internacional através do sistema de aviamento foi o padrão básico de relação econômica desde o período colonial. Representando novos interesses político-econômicos por parte do Estado brasileiro em relação à Amazônia a partir dos anos 1970, o IBAMA interrompeu drasticamente esse conjunto de relações historicamente estabelecidas.

A população ribeirinha, base fundamental sobre o qual se assentava o processo de exploração anterior, sofreu a ação repressora de maneira direta. Seu modelo de extrativismo não foi visto a partir da especificidade de relações com o conjunto de interações ecológicas, tornando-se, aos olhos do IBAMA, tão destruidores quanto à indústria madeireira ou da pesca. Contudo, estavam lá, residindo/resistindo no interior dos limites do parque. A presença humana que parecia “rarefeita” adquiriu status de problema real e de grandes proporções. A criminalização das atividades cotidianas dos moradores do parque colocou os dois sujeitos em situação de enfrentamento. De modo contraditório, a presença desses grupos se faz, não obstante, necessária ao processo de consolidação do parque. Levando-se em consideração a magnitude da área (2.270.000 ha.) e as dificuldades de reconhecimento e localização da paisagem amazônica, quem teria condições de orientar técnicos e cientistas no processo de investigação científica para o

reconhecimento da biodiversidade inerentes naquela paisagem? Se o ribeirão, por um lado, é visto como um intruso que “mancha” o ideal de intocabilidade do parque, por outro, ele é o único que detém o conhecimento das espécies biológicas, assim como de suas interações ecológicas. Ademais, sem ter uma perspectiva clara de resolução dos problemas relativos à remoção, indenização e reassentamento dos moradores, a convivência com eles é, em certo sentido, inevitável. Malgrado os esforços para gerar as condições de saída “voluntária” dessas famílias, elas continuam residindo no interior do parque.

É nesse contexto que a *Fundação Vitória Amazônica* inicia suas atividades no Parque Nacional do Jaú. A entidade se identifica com uma

Organização Não-Governamental, sem fins lucrativos, baseada em Manaus. Fundada em 1990, tem por objetivos a conservação do meio ambiente aliada à melhoria da qualidade de vida dos habitantes da região amazônica, em particular da bacia do rio Negro, mediante o uso sustentável dos recursos naturais de seus ecossistemas e com respeito às culturas e à diversidade étnica regional (FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA, 1998a, contracapa).

De forma geral, a FVA pretende atuar no âmbito do socioambientalismo, na medida em que se declara promotora das possibilidades de adequação da conservação biológica e uso sustentável na região do baixo rio Negro. Essa inclinação, porém, pode ter surgido não por uma opção político-ideológica apriorística, mas sobretudo pela situação sócio-ecológica a qual a entidade se deparou ao pretender atuar na consolidação do PNJ.

As primeiras atividades da FVA se dão sem um plano de ação mais definido, atendendo a necessidades pontuais (...). Nos primeiros momentos de sua existência, a entidade é vista, no cenário local, como conservadora, associada às elites políticas locais do Amazonas, não se relacionando com outras organizações não governamentais. (...) A entidade assume um perfil mais estritamente conservacionista, que é posto em cheque no confronto com a realidade da região quando da realização do censo e levantamento socioeconômico dos residentes do Parque Nacional do Jaú, em 1992. A nova equipe de profissionais montada por (Carlos) Miller irá encontrar uma situação que aponta para a viabilidade de associar a conservação da biodiversidade na

área do Parque com a presença de uma “população tradicional” local (idem, p. 1-2).

Esse perfil conservacionista estrito é expresso pela primeira ação da FVA, o projeto Campanha Sauim-de-Coleira entre 1991 e 1992, na cidade de Manaus. O projeto “(...) de educação ambiental, ajudou no processo de criação do Parque Municipal do Mindu, um dos maiores fragmentos de floresta localizados na capital amazonense onde ainda existem populações naturais do sauim-de-coleira” (FVA, www.fva.org.br). A eleição de uma espécie específica como objeto de conservação é uma estratégia bastante usual do conservacionismo biocêntrico. Esses são os totens da conservação biológica, sacralizados pela valoração biológica (GUHA, 2000, p. 88). A assunção de um perfil sócio-ambientalista coincide com a consolidação da entidade no cenário regional.

Há, ao longo desse período, um amadurecimento da noção de ambientalismo da instituição, passando da fase conservacionista para uma visão mais abrangente, em que a antinomia natureza/homem é revista à luz de novas interpretações da relação sociedade/natureza nos trópicos (...). Esse amadurecimento é acompanhado pela consolidação físico-financeira da instituição e sua inserção na cena nacional por meio da participação nos debates das políticas públicas ambientais e dos projetos de desenvolvimento da região amazônica (...) (FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA, 1998a, p. 2).

Importante salientar que a FVA se compromete a atuar em prol da conservação da biodiversidade e da melhoria da qualidade de vida das populações locais, no entanto, esses objetivos se dão através – ou para a viabilidade – de sua vocação primordial que é a pesquisa científica: “A Fundação Vitória Amazônica (FVA) foi fundada em janeiro de 1990 para atender às necessidades de grupos de pesquisadores de Manaus que buscavam alternativas mais ágeis à burocracia estatal para o financiamento de suas pesquisas (idem, p.1)”. Como veremos, a ênfase dada aos trabalhos de elaboração do plano de manejo do PNJ até 1988 foi relacionado a um montante considerável de pesquisas científicas das mais diversas áreas sobre a sua paisagem.

Essa vocação para a pesquisa parece persistir até a atualidade, através do seu maior projeto após a conclusão do plano de manejo: o projeto “Janelas para a Biodiversidade”.

Ampliar o atual nível de conhecimento da biodiversidade regional, talvez seja um dos maiores desafios das pesquisas a serem desenvolvidas na região amazônica. Foi com este objetivo que o Projeto Janelas para a Biodiversidade foi concebido. O projeto foi elaborado por técnicos da Fundação Vitória Amazônica (FVA), contando com estreita colaboração de pesquisadores de várias entidades, com vistas a dar continuidade aos estudos da biodiversidade de uma das maiores áreas protegidas do Brasil – o Parque Nacional do Jaú (BORGES, et al., 2004, p.1).

Parece ser bem claro para o corpo técnico da FVA que a constituição de um conjunto de pesquisas sobre a paisagem ecológica e social é determinante para a elaboração de estratégias de ação política de conservação e uso sustentável.

A Fundação Vitória Amazônica nasceu, em 1990, da vontade de cidadãos amazonenses, de fato e de coração, de reverter o processo de destruição da região e oferecer, através do conhecimento de ecossistemas e do respeito às culturas locais, propostas concretas para o desenvolvimento sustentável da região. O conhecimento da Amazônia foi considerado fundamental para que ações de proteção fossem suficientes para que o desenvolvimento realmente gerasse qualidade de vida e não destruição dos recursos naturais (idem, p.IX).

Desse modo, a FVA se apresenta como uma alternativa às instituições tradicionais de produção de pesquisa.

A pequena equipe da FVA não tinha, no entanto, a pretensão de fazer o que as grandes instituições de pesquisa da e na região já faziam. O diferencial ao que a FVA se propôs era servir de catalisador para recursos financeiros, materiais e humanos, e gerar métodos inovadores de abordagem das questões científicas que permitissem potencializar a atuação dos pesquisadores (ibidem).

A entidade se apresenta, portanto, como uma instituição de pesquisa que – a partir de um corte temático específico, o PNJ – pretende constituir-se como um “catalisador” de condições para a produção do conhecimento sobre a biodiversidade. Nesse sentido, a FVA atribui para si

mesma a responsabilidade de estruturar a intersecção de pesquisas e pesquisadores das mais diversas instituições que voltam os seus interesses para a região do baixo rio Negro.

Além disso, vale destacar a presença maciça dos pesquisadores do INPA no conjunto de expedições científicas que deram subsídio à elaboração do plano de manejo do PNJ. Dos 57 pesquisadores participantes, 23 estavam ligados ao INPA. O número de pesquisadores de outras instituições é bem inferior. 13 pesquisadores são da própria FVA e todas as outras instituições participaram com menos de cinco pesquisadores. A participação dos pesquisadores do INPA denota a grande influência da instituição nas diretrizes ambientalistas da Amazônia de uma forma geral. Sugere, também, que esses pesquisadores estiveram receptivos à possibilidade de intervenção política na territorialidade da região, assim como às organizações não-governamentais como instrumentos eficazes de ação na dinâmica conservacionista.

É assim, como, antes de tudo, uma instituição de pesquisa, que a FVA se lança na dinâmica política relacionada ao Parque Nacional do Jaú e ao baixo rio Negro. Sua primeira ação junto ao parque foi a realização de um levantamento sócio-econômico por amostragem em 1990 (Carvalho & Sizer, 1990). Esse documento, com dados de natureza demográfica, esforça-se por apresentar uma visão panorâmica sobre as atividades dos habitantes do PNJ, tais como saúde, educação, condições de moradia, agricultura, e extrativismo (animal e vegetal). Além disso, aborda a problemática da presença humana na unidade de conservação de forma que, na perspectiva aqui adotada, foi fundamental para a construção do posicionamento da FVA sobre a questão.

Moradores do Parque e habitantes das áreas circunvizinhas vêm com desconfiança toda e qualquer ação do IBAMA na área, temerosos de ocorrer com eles o mesmo tipo de ação de realocação, vista como traumática, que sofreram alguns dos ex-moradores da atual Estação Ecológica das Anavilhanas. Esse tipo de receio torna-os opositores de toda e qualquer ação conservacionista na região. Eles convivem também com um total desconhecimento técnico

acerca do impacto real das atividades desempenhadas no Parque. É imperativo conhecer, avaliar e compreender a natureza e a intensidade dos impactos antrópicos resultantes das atividades desempenhadas pelos moradores atuais sobre a conservação da biodiversidade do Parque Nacional do Jaú. Somente o conhecimento dessas variáveis e a projeção do impacto das mesmas no futuro permitirá a elaboração de propostas para a realocação dessas famílias ou, quiçá, a integração de parte delas ao esforço de conservação efetiva do Parque (idem, p. 4).

Há, na citação acima, o reconhecimento claro das tensões que envolvem a relação entre IBAMA e população, assim como a interpretação de que esse conflito pode colocar em xeque a consolidação do projeto conservacionista. Por outro lado, ao apresentar o “total desconhecimento técnico” da população sobre suas próprias atividades e enfatizar a prioridade de se conhecer o “impacto” dessas atividades, as autoras reconhecem no conhecimento científico duas possibilidades mais ou menos implícitas: a função educativa de “conscientização” do ribeirinho sobre sua intervenção nas interações ecológicas e, dessa maneira, o surgimento da possibilidade de integração dos mesmos na prioridade de conservação biológica. Mesmo colocando claramente a possibilidade da realocação, a premissa “de integrar a conservação, proteção do meio ambiente e uso adequado dos recursos pelas populações locais” (BORGES et. alli., 2004, contracapa), orientadora da ação da FVA, pode ser pela primeira vez fundamentada. O documento ressalta, de forma intensa, a necessidade da comprovação científica das possibilidades de adequação da presença humana. Ênfase que, como veremos, foi uma das características da elaboração do plano de manejo.

As atividades predominantes que desempenham os moradores do Parque nacional do Jaú – se são representativas de todos os caboclos e ribeirinhos amazônicos – são certamente muito adaptadas à área e, no geral, não são prejudiciais à conservação dos recursos naturais (...). Se isso é certo ou não só o monitoramento científico pormenorizado, continuado e de longo prazo poderá comprovar; contudo, estudos preliminares podem servir para identificar áreas que apresentem ameaças potenciais e para produzir recomendações preliminares para a elaboração de planos de manejo e orientação de futuras

pesquisas a serem desenvolvidas dentro do Parque (CARVALHO E SIZER, 1990, p. 10).

Apesar de atestar o baixo nível de intervenção da ação antrópica sobre os recursos naturais existentes no Jaú, o documento sempre considera essa ação como “impacto”, exterior ao equilíbrio ecossistêmico da composição biológica. Desse modo, persiste a noção de que o humano é sempre um intruso degradante no meio harmonioso da natureza.

Ao discutirmos acerca das relações entre “homem e conservação”, no contexto da Amazônia Brasileira, é útil especularmos até que ponto a modificação da natureza é aceitável, no âmbito de nossa finalidade de conservação ambiental. Quando um homem entra na mata, torna-se um elemento integrante e, inevitavelmente, suas ações provocam alterações. Mas qual o nível de ações que pode ser considerado aceitável? E o que fazer para minimizar estas alterações? (idem, p.10).

Portanto, mesmo tendo evidenciado o baixíssimo “impacto” da intervenção do ribeirão na paisagem do PNJ, a concepção eminentemente negativa sobre a “ação antrópica” leva à interpretação de que a presença humana deve ser levada em conta pelo fato de ser inevitável. Parece ter ficado bem claro, naquele momento, que a possibilidade de realocação/indenização das famílias era muito difícil de ser efetivada em curto prazo. Tratava-se, então, de considerar a presença dos moradores, para desse modo, adequá-los a gestão territorial conservacionista.

O problema então, é: como podemos criar mecanismos de manejo da área que permitam compatibilizar a presença de populações humanas com a conservação da biodiversidade do Parque Nacional do Jaú? Não queremos com isso dizer que devemos excluir a possibilidade de remoção total ou parcial dos moradores. O que queremos é aceitar o desafio de trabalhar com a realidade dos fatos: um plano de manejo para o Parque Nacional do Jaú terá que levar em conta a necessidade das populações ribeirinhas locais desde o início do planejamento, porque, do contrário falhará em conseguir o que mais almeja – a efetiva conservação de sua formidável diversidade biológica (ibidem, p. 36).

Finalmente, aceitar a realidade dos fatos significa considerar que

Para diminuir o impacto humano, a mera remoção dos habitantes dentro da área do Parque não será suficiente. As necessidades das populações ribeirinhas terão que ser consideradas desde o planejamento. Ademais, o desenvolvimento de programas de educação ambiental, e o incentivo de alternativas econômicas à caça, à pesca, e ao extrativismo predatórios serão indispensáveis (ibidem, p. 38).

Pode-se considerar que, além da inevitabilidade da presença de seres humanos no PNJ, outros fatores pesaram na decisão da FVA em propor uma política de adequação entre “conservação e gente”. No documento intitulado “Parque Nacional do Jaú: sugestões para integração da população humana local com a conservação da biodiversidade” (1991), a consultora Nigel Sizer, responsável pela realização do “Levantamento Sócio-econômico do Parque Nacional do Jaú” (1990), ressalta rapidamente o surgimento de uma crise social decorrente dos problemas do fechamento do parque: “Concluimos que a média de uma família por dia está deixando o Jaú. E dado que a maioria dos moradores é analfabeta, com pouca experiência sobre a convivência no meio urbano, a chance de que possa melhorar seu padrão de vida é muito pequena” (SIZER, 1991, p. 12). Nesse mesmo documento, a autora apresenta algumas “razões explicativas” para a permanência dos moradores. (1) a diminuição do conflito entre IBAMA e habitante; (2) a veiculação de imagem “moderna” do IBAMA em âmbito nacional e internacional; (3) a utilização do “conhecimento e mão-de-obra” dos moradores como viabilidade para a consolidação do parque; (4) melhoria de renda dos moradores as serem incorporados como mão-de-obra (5) integração dos moradores como fator de interesse para turista e pesquisadores; e (6) a importância de se experimentar novas formas de conservação (idem, p. 14-15).

A presença do ribeirinho considerada é importante, também, pelos seus conhecimentos e mão-de-obra para a elaboração do plano de manejo.

Conhecimento e mão-de-obra serão recursos necessários para implementar o plano de manejo do Parque. Os moradores são ao melhor fonte desses recursos. Eles, mais que ninguém, conhecem bem a geografia e a ecologia do Parque, atributos vitais para o desenvolvimento de pesquisas científicas, ecoturismo e manejo (ibidem, p.14).

Pode-se, portanto, evidenciar através da presente análise que a inserção da FVA nos problemas relacionados à consolidação do parque nacional do Jaú se deu nas seguintes premissas: (1) enquanto uma instituição de pesquisa, sua preocupação básica era oferecer condições viáveis à pesquisa científica sobre a biodiversidade no baixo rio Negro e, a partir delas, reunir subsídios estratégicos para a intervenção na política conservacionista local; (2) a incorporação da problemática social do PNJ foi realizada por uma intersecção de fatores, tais como a inevitabilidade da presença humana, a preocupação com uma crescente crise social relacionada à saída não planejada dos moradores e, por fim, a consciência de que sem o conhecimento e o trabalho dos ribeirinhos era impossível efetivar os objetivos de pesquisa, turismo e gestão; e, (3) finalmente, a inserção dos moradores deveria ser feita de modo que o “impacto” de suas atividades fosse interrompido para não comprometer a reprodução da biodiversidade do PNJ, através de uma adequação do seu modo de vida aos princípios conservacionistas.

Nesse sentido, pode-se perceber que há uma configuração complexa de causalidades que explica a inserção da FVA ao contexto sócio-ecológico do parque nacional do Jaú. O trânsito de um posicionamento biocêntrico para uma postura sócio-ambientalista não se explica unicamente por um pragmatismo político. Também não é suficiente explicar essa inserção pela via da preocupação única quanto à problemática social e seus “impactos” à biodiversidade. A opção pela defesa da presença humana, portanto, deve ser buscada na interação dos fatores acima relacionados. Trata-se de não dicotomizar esses fatores em “aparência” e “essência”. Mas, antes,

compreendê-los como “emergência”, tal como nos propõe Foucault (1984, p. 24-25) e Morin (2003, p.139).

Assim, em 1991, a FVA desenvolve o conjunto de propostas para as suas atividades na região, através da elaboração do Programa Rio Negro,

que tinha como principal objetivo encontrar soluções criativas e inovadoras, para consolidar as unidades de conservação da bacia do rio Negro. Este programa foi um marco importante no estabelecimento do atual perfil da FVA. É neste projeto que se explicita a decisão de ter nossa atuação focada na Bacia do rio Negro, tendo como justificativas, a grande diversidade biológica e cultural, além do impacto antrópico relativamente baixo na região. Este cenário, torna a bacia do rio Negro uma região privilegiada, para implementar formas alternativas de associar a conservação da biodiversidade à melhoria da qualidade de vida de seus moradores (FVA, www.fva.org.br).

Em abril de 1992 foi realizada, como umas das primeiras atividades do já formulado Programa Rio Negro, a Expedição Multidisciplinar ao Parque Nacional do Jaú. A expedição, composta por pesquisadores e técnicos da FVA, IBAMA, INPA e UFMG, tinha como razão fundamental “(...) a necessidade de dotar o Parque Nacional do Jaú de um documento que viesse a preencher o vácuo de planejamento que se estabelece no interregno desde o instante da criação da unidade até o momento da publicação do seu Plano de Manejo” (FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA, 1992, p. 2-3). Ou seja, o objetivo da expedição foi delinear o conjunto de diretrizes para a constituição de planejamento e elaboração do plano de manejo, assim como as atividades a serem empreendidas enquanto este fosse confeccionado.

O conjunto de trabalhos realizados pela expedição foi orientado pela metodologia ZOPP⁹.

De forma geral, a conclusão da expedição foi de que o problema fundamental a ser resolvido

⁹ Segundo o próprio relatório o Método ZOPP (*Ziel Orientiert Projekten Planung* – Planejamento de Projetos Orientado Por objetivos) “é um sistema muito eficaz de planejamento, utilizado correntemente pela *Deutsche Gesellschaft für technische Zusammenarbeit* – GTZ Agência Alemã de Cooperação técnica) desde 1983” (FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA, 1992, p. 6). De maneira geral, o método consiste, através da visualização por imagens/quadros e do trabalho em equipe, em reconhecer os problemas, propor objetivos de ação e analisar possibilidades de resolução dos problemas.

consistia na afirmação “o Parque Nacional do Jaú não foi implementado” (idem, p. 13). Como causas do “problema-chave” foram enumeradas as seguintes sentenças: (1) o “IBAMA não prioriza a implementação do sistema U.C.”; (2) “não são alocados recursos humanos financeiros”; e (3) a existência de uma grande “centralização do IBAMA”. Como “efeitos” do “problema-chave” foram evidenciados: (1) “situação fundiária complexa”, por haver “moradores no Parna-Jaú”, além da entrada de “novos moradores” e de haver “propriedade privada no PNJ”; (2) as informações científicas não são suficientes; (3) “deprecação da biodiversidade” com “perigo de extinção de espécies raras”; e (4) “não há Plano de Manejo” (idem, p. 13).

A descrição da identificação dos problemas acima permite identificar as diretrizes de ação promovidas pela expedição. Há que se considerar que seus integrantes definiram de forma bastante clara que era muito importante evitar “dar peso excessivo às questões sociais, em detrimento da questão central que é a conservação da biodiversidade do Parque”. Talvez seja por isso que o “problema-chave” foi considerado a não-implementação do parque, e a “situação fundiária complexa” foi tomada como “efeito”. Se a questão social fosse, numa possibilidade remota a prioridade, muito provavelmente os componentes poderiam chegar a conclusão que a não implementação do parque é, ao contrário, consequência de um conflito que tem suas raízes na questão político-fundiária não resolvida.

Assim, a partir da definição do objetivo fundamental – “ver o Parque Nacional do Jaú implementado” (ibidem, p. 14), ficou decidido que a expedição deveria confeccionar um esboço para um plano de ação para a consolidação do parque nacional do Jaú. As discussões centraram-se em dois temas fundamentais: a “questão fundiária e da população do entorno, e aos problemas da fiscalização e da administração do Parque” (ibidem, p. 15). Com respeito à questão fundiária, foco de interesse da pesquisa nesse momento,

Quedou claro para os participantes que o regulamento de Parques Nacionais do Brasil não permite (...) que os recursos do Parque sejam usados de forma direta, seja por moradores seja por forasteiros. Os participantes também concordaram que conformar-se à legislação, provendo os meios de indenizar os atuais ocupantes e proprietários de forma justa, deve ser sempre um objetivo prioritário dentro das ações voltadas para o manejo da área. O Plano de Ação deve ser desenhado de forma que, de imediato, já encaminhe soluções para o problema fundiário (ibidem, p. 15).

Conscientes de que o problema fundiário não teria resolução a curto prazo e preocupados em “encaminhar soluções realistas para o problema, o Plano de Ação deve contemplar ações que ajudem o manejo dos atuais ocupantes, considerando o cenário mais conservador possível, isto é, que a população não vai ser retirada dentro do prazo de vigência deste Plano de Ação (até junho de 1994) (ibidem, p. 15-16)”.

Desse modo duas possibilidades de remoção foram aventadas: a priorização do problema na dinâmica política interna do IBAMA, como forma de orientação de recursos para tal fim, e a possibilidade de captação de recursos externos a partir de uma ONG, para assim, comprar a terra dos moradores, de forma “lenta e gradual”. Para fundamentar as alternativas possíveis de resolução, o relatório da expedição aponta que “o primeiro passo para resolver o problema é realizar o recadastramento dos ocupantes, o que deverá ser realizado ainda este ano pelas seguintes instituições: IBAMA/IMA/FVA. O recadastramento será acompanhado de um levantamento que subsidiará a elaboração de um programa para o encaminhamento de soluções para a questão fundiária” (ibidem, p. 16).

Dessa forma, a formulação do plano de ação para a consolidação do PNJ foi constituída pelas seguintes linhas de ação: (1) montagem de um banco de dados com vistas ao plano de ação e plano de manejo; (2) promover alternativas para mitigar a destruição dos recursos naturais do parque; (3) implantar o parque nacional do Jaú; e (4) avaliar e monitorar periodicamente o plano de ação.

O Plano de Ação, fruto da expedição de 1992, parece ser o documento que legitima a FVA no contexto de planejamento e atuação no PNJ junto com o IBAMA. Por ser a primeira atividade elaborada em conjunto pelas duas entidades, pode-se perceber, nesse momento, um processo de aproximação que vai culminar na assinatura do termo de co-gestão e cooperação técnica, no ano de 1993. Quais são as condições que propiciam essa aproximação? O próprio relatório de 1992 nos dá uma pista interessante, ao relatar a preocupação dos seus participantes com a “imagem” da expedição junto aos moradores devido à participação dos técnicos do IBAMA.

(...) se percebessem que havia pessoas do IBAMA na Expedição, talvez não fossem tão francos e tentariam ocultar dados ou exagerar outros (por vigorar ainda no local uma imagem pouco favorável do IBAMA, já que o que a comunidade conhece do IBAMA é só o aspecto policialesco da atuação de alguns dos seus fiscais). (...) Ao final das discussões, o grupo concordou que deveríamos nos apresentar como uma expedição organizada pela Fundação Vitória Amazônica com cientistas e autoridades de diversas áreas e instituições para fazer o reconhecimento do Parque Nacional do Jaú e entender seus problemas (ibidem, p. 9).

A citação acima ilustra as dificuldades pela qual o IBAMA criou para si mesmo, a partir de um histórico de atuação simplista e autoritária em relação ao PNJ. Para que os resultados da expedição não fossem colocados em risco, foi necessário esconder-se sob a capa da FVA e de uma designação generalizante – “autoridades de diversas áreas” –, diante da possibilidade de oposição dos moradores. Portanto, é lícito dimensionar que a incorporação da FVA no quadro de planejamento e gestão do PNJ se fez pela incapacidade do IBAMA promover uma política de consolidação da unidade de conservação levando em consideração a complexidade da presença humana.

Por outro lado, a FVA parece ter, em comparação aos documentos anteriores, arrefecido seu discurso de defesa da permanência dos moradores no interior do parque. Torna-se evidente

que ao aceitar conformar-se à legislação prevista para a classificação “parque nacional”, a entidade restringiu-se, ao menos temporariamente, à possibilidade única da remoção. Nos documentos anteriormente analisados, sempre se levou em consideração a possibilidade de realocação dos moradores, mas, de forma geral, a postura era de construir subsídios para a argumentação da permanência. Aqui, contudo, essa hipótese é levada em conta até que se reúnam as condições efetivas para a retirada da população.

Enfim, a FVA, para cumprir seus objetivos quanto à construção científica da biodiversidade do Jaú, aproxima-se dos moradores, ciente da importância destes para o acesso à paisagem natural, tanto pelo conhecimento geográfico, quanto pelo seu conhecimento “etno-ecológico”. Contudo, essa aproximação não pode efetivar-se sem uma sensibilização mínima da situação calamitosa dos ribeirinhos frente ao autoritarismo conservacionista do IBAMA. Fatores que pesam na definição do posicionamento socioambientalista da FVA. O IBAMA, por sua vez, encontra na FVA o canal possível de intermediação da sua emperrada relação com os moradores dos rios que compõem o PNJ. Do mesmo modo a FVA, ao aproximar-se do IBAMA, vê-se fortalecida nas suas intenções de articulação entre pesquisa científica e capacidade de atuação sobre a dinâmica política conservacionista no baixo rio Negro. É nessas condições que se efetiva a co-gestão IBAMA/FVA para a elaboração do plano de manejo do Parque Nacional do Jaú.

2 – O processo de elaboração do plano de manejo do Parque Nacional do Jaú.

O objetivo desse tópico é analisar o processo de elaboração do plano de manejo do parque nacional do Jaú, entre os anos de 1993 e 1998, a partir das atividades da Fundação Vitória Amazônica. A partir da reflexão realizada no tópico anterior, é possível estabelecer as linhas fundamentais que constituem a FVA como entidade conservacionista. Trata-se, portanto, (1) de uma organização não-governamental que tem por objetivo a articulação entre pesquisa científica

e política conservacionista no baixo rio Negro; que (2) fez sua opção pelo socioambientalismo por uma conjugação de fatores tais como: a inevitabilidade da presença humana no PNJ, a sensibilização frente a uma situação de opressão e injustiça enfrentada pelos moradores dos rios que compõe a UC, a consciência da impossibilidade de realização de pesquisa e gestão do parque sem moradores, além de uma conjuntura internacional favorável a esses pressupostos; e, por fim, (3) visa promover o processo de consolidação do PNJ através da construção do seu plano de manejo.

Como pode se evidenciar até o presente momento, a entidade mergulhou num processo marcado pela ruptura das relações historicamente constituídas pelo extrativismo, a partir da imposição de uma nova ordenação territorial orientada pelo conservacionismo biocêntrico, via ação estatal. As comunidades ribeirinhas, fortemente exploradas pelo modelo anterior, passaram a ser criminalizadas por suas atividades de subsistência¹⁰, qualificadas agora como degradantes à biodiversidade. A inserção fortemente autoritária do conservacionismo, via IBDF/IBAMA, suscitou uma situação de conflito e enfrentamento entre este e a população residente. É na intersecção desse campo de conflito que a FVA propõe-se a desenvolver suas atividades de pesquisa e, a partir delas, promover uma intervenção política sobre o campo de possibilidades inerentes ao próprio conservacionismo.

Diante das dificuldades apresentadas para a consolidação do PNJ, a FVA, como vimos, apresenta-se como uma entidade que visa contribuir para “soluções criativas” de estabelecimento da conservação da biodiversidade. Essas soluções nascem da percepção de que a referida consolidação passa necessariamente pela inclusão das comunidades nas estratégias de sua

¹⁰ Entende-se por subsistência o conjunto de atividades minimamente necessárias para a produção e reprodução vida social. Nesse sentido, não se considera aqui apenas aquelas atividades em que o ribeirinho desenvolve de forma endógena ao seu território, ou seja, caça, coleta e pesca. Mas, também, o comércio de parte de sua produção para a obtenção de produtos exógenos à sua territorialidade imediata, tais como o sal, açúcar, tecidos, etc.

efetivação. Seja de forma provisória – até o surgimento das possibilidades de realocação – ou de forma permanente, é imprescindível levar em consideração as interações sócio-ecológicas da região do Rio Jaú.

Assim, pretende-se evidenciar, através da análise do processo de elaboração do plano de manejo, quais foram as estratégias desenvolvidas pela FVA para inserção das comunidades ribeirinhas ao campo de possibilidades interno aos limites das diretrizes conservacionistas. Espera-se, dessa maneira, reunir as condições para estabelecer um diálogo entre as proposições teóricas da etnoconservação com as evidências de uma situação concreta de presença humana em unidades de conservação.

Como foi demonstrado, entre 1992 e 1993 reuniram-se as condições para a concretização da co-gestão/cooperação técnica entre IBAMA/FVA para a consolidação do PNJ. Segundo os documentos da ONG, a assinatura do “convênio” foi realizada entre as atividades que constituíram o relatório “Os Moradores do Parque Nacional do Jaú: Censo e Levantamento Sócio-Econômico” (1994), no ano de 1993. O “Censo” foi a concretização de umas das principais atividades previstas no plano de ação para a consolidação do parque nacional do Jaú. É, também, o início oficial das atividades para a elaboração do plano de manejo.

O levantamento de dados atingiu 90% dos residentes e usuários do PNJ. Esse contato marcou o início de uma aproximação maior entre a FVA e os moradores. O documento relatando os resultados preliminares do censo e do levantamento sócio-econômico favoreceu as relações políticas da FVA e contribuiu principalmente para a concretização do convênio de co-gestão com o IBAMA (FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA, 1998a, p. 64).

Trata-se de um momento muito importante. A primeira atividade de grande porte da FVA no PNJ que atingiu praticamente todos os moradores. Entrevistas realizadas com lideranças de associações do interior e entorno do PNJ, sugerem que a ação da FVA foi compreendida pelos

ribeirinhos de forma bastante diferenciada da atitude do IBAMA. Os relatos coincidiram em afirmar que na ocasião da coletas dos dados pelos técnicos houve, pela primeira vez, a preocupação de explicar e explicitar as condições colocadas pela “nova” situação da área constituir-se numa unidade de conservação. Esse posicionamento pode ter sido fundamental para o estabelecimento de uma relativa confiança dos moradores para com a FVA. Por outro lado, é conveniente lembrar que o Censo e Levantamento foi realizado num quadro de comprometimento declarado com a “conformidade legal” de retirada da população, assumido na Expedição de elaboração do Plano de Ação de 1992. Portanto, nesse momento, a FVA parece ter iniciado um processo de construção de legitimidade junto aos dois sujeitos em oposição no interior do PNJ: IBAMA e moradores. É curioso notar, contudo, que a redação final do relatório do Censo e Levantamento, em 1994, apresenta um discurso mais radical em defesa da permanência dos moradores. Logo na apresentação do documento, encontra-se um manifesto contra o conservacionismo excludente e biocêntrico.

O Parque Nacional do Jaú (PNJ) é um típico “parque de papel”, ou seja, é uma daquelas Unidades de Conservação (UC's) criadas na intenção, desenhadas no mapa, contabilizadas como “área protegida”, mas que no campo se revelam meras ficções, não implantadas, abandonadas, a sua própria sorte, áreas públicas onde o poder público não chega. O que muitas vezes é melhor. Pois quando este se manifesta revela-se um “fardo” para a população tradicional dos ribeirinhos, habitantes históricos do interior da Amazônia. Reclamam sobre essas populações as “proibições”, as “autoridades”, os “doutores”, figuras que esporadicamente aparecem por lá, ditando regras e distorcendo normas, como representantes de uma sociedade que assim estão “Conservando a Natureza”. Ainda parece ser amplamente aceita a idéia que: a presença de moradores em um PN, é um problema por si só, pois atividades como caça, pesca, agricultura e coleta de produtos, no dia-a-dia, seriam sinônimo de destruição. Como se a Conservação da Natureza fosse a busca redentora do tão falado “vazio demográfico” da Amazônia (mito persistente de que a floresta seria desabitada). Ou ainda, imaginar ser possível criar ou manter “ilhas” de natureza, onde não vivam pessoas. Unidade de Conservação como redomas, parecem ser fantasias tentadoras e recorrentes em muitas discussões de sobre a conservação da natureza, mas fora do imaginário só parecem possíveis em pequenas áreas. Pensar numa área como o PNJ (23.300 km²) desabitada, além de torná-la

inadministrável, ainda implica em remover moradores (FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA, 1994, p. 1-2).

Na continuidade do discurso, o documento é colocado quase como um instrumento de denúncia de uma situação social crítica.

Este trabalho serve não apenas para orientar planejadores e satisfazer nossa curiosidade, mas também para mostrar a dramática situação dos moradores. O PNJ é uma área pública, mas a população não tem acesso a serviços básicos. Isto é um paradoxo, por que não dá para implantar uma UC desse tamanho sem moradores permanentes, e as pessoas que já moram precisam de melhores condições para permanecer. Como implantar uma UC com moradores? O que é implantar uma UC, afinal? São questões que precisam ser respondidas pela sociedade pela sociedade brasileira (especialmente pelos ambientalistas e pesquisadores), pelo governo (especialmente pelos setores responsáveis pelas políticas ambientais) e pelos moradores de UC's (idem, p.2).

O Censo e Levantamento Sócio-Econômico contou com a participação de 13 pesquisadores. Os trabalhos de campo foram realizados entre 12 de novembro e 05 de dezembro de 1992. Num total de 404 perguntas e 3 tipos de questionários (inclusive marcado por diferenças de gênero), a pesquisa procurou guiar-se por três objetivos básicos: “(a) estimar a população residente e mapear a sua distribuição, (b) diagnosticar o funcionamento da economia dos moradores e os eventuais impactos decorrentes, e (c) consultar os moradores sobre as possíveis soluções para a questão fundiária” (ibidem, p. 6).

Através da resposta ao primeiro objetivo o censo identificou a presença de 1030 moradores, distribuídos em 156 famílias, com 56% de homens e 54% de mulheres. Identificando uma população bastante jovem (média de 17 anos). Demonstrou uma densidade demográfica baixíssima (0,04 hab/Km²). Foram identificadas oito comunidades¹¹ no interior do PNJ. Cinco comunidades no Rio Unini e três no rio Jaú. No rio Carabinani, Igarapés Papagaio e Guariba, apesar de existem moradores, não foram identificadas comunidades.

¹¹ Por comunidade, o documento citado compreende um “conjunto de casas mais ou menos próximas, com mais de 30 moradores” (FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA, 1994, p. 9-10).

Para segundo objetivo, foram levantadas informações sobre todas as atividades executadas pelos moradores, além da relação destes com os “Regatões” e “Patrões”. De forma geral o documento avaliou que “(...) os moradores do PNJ, como outras populações de ribeirinhos, são adaptadas à Amazônia. A variedade de produtos que compõe a base de sua economia é não só uma evidencia do conhecimento da floresta e dos rios, mas também do ajuste ao ambiente” (ibidem, p. 41). Contudo, como em outros documentos (Carvalho & Sizer, 1990 e Sizer, 1991) há uma tendência de se analisar as atividades extrativistas a partir de uma bifurcação entre o “bom” (autoconsumo) e o “mau” (fins comerciais). Nesse sentido, considera-se que os principais problemas parecem ser consequência das atividades dos comerciantes, não necessariamente dos moradores.

Vale ressaltar, que o que foi considerado “econômico” para o documento centrou-se em informações essencialmente quantitativas. Talvez, pela excessiva preocupação em dimensionar o “impacto” da ação dos ribeirinhos sobre a “biodiversidade”, a quantificação ganhou um peso excessivo no levantamento. Essa tendência foi objeto de debate interno sobre as diretrizes na confecção do relatório.

Já manifestei que há uma ênfase excessiva no registro quantitativo do volume da produção, talvez refletindo uma preocupação com os “eventuais impactos decorrentes” das atividades produtivas desenvolvidas pelos moradores do PNJ. Isso expressa uma visão segmentada do domínio das atividades econômicas. Estas são sempre inseridas em contextos sociais e históricos precisos que lhe dão sentido, que configuram prioridades e que constituem valores segundo os quais se semiotiza o ambiente, a natureza, a terra e os recursos naturais. Nesse sentido, estudos antropológicos sobre a organização social da produção e sistemas econômicos, têm apontado recorrentemente para a relação existente, nas sociedades tradicionais entre economia e outros domínios da vida social, i.é., do parentesco. (...) É imperativo realizar uma investigação sobre a lógica de organização e das relações sociais de produção nessa área, levando em conta todas as variáveis intervenientes (relações de endividamento e comprometimento dos patrões, pressão difusa do poder público, relações com agente econômicos “de fora do PNJ”, etc.) e buscando integrar na análise estes diferentes níveis de determinação (BARRETO FILHO, 1993 p. 13).

Sobre a questão fundiária – o terceiro objetivo – o documento apresenta, essencialmente, a visão dos moradores. Assim considera que,

ninguém sabe ao certo se pode ou não haver moradores no PNJ. Na possibilidade de poder ficar no PNJ, mesmo cercado de proibições sobre o uso dos recursos, muitos se interessariam em continuar lá se puderem trabalhar. Se fossem retirados da terra em que vivem, e pudessem esperar algo do governo, a maioria gostaria de ir principalmente para as cidades (inclusive Manaus), locais onde seu modo de vida de agricultores e extratores não teria muita utilidade para sobrevivência (FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA, 1994, p. 42-43).

De forma geral, o documento aponta a necessidade de organização sócio-política da população como pré-condição para a elaboração do plano de manejo da unidade, seja da perspectiva da remoção ou da permanência.

Melhorar a educação, criando e mantendo escolas, treinando monitores de saúde e educação, pode levar, a longo prazo, a reduzir a população, diminuindo eventuais impactos. (...) uma boa educação no interior provocaria um esvaziamento da floresta, pois jovens educados vão migrar para as grandes cidades. Outra consequência conhecida é a redução na taxa de natalidade se as mulheres forem à escola (...). Dá pra supor ainda que a população iria tender a se agregar, a discutir seus problemas e a se organizar em associações ou cooperativas. Os moradores do PNJ hoje se ressentem da falta de escolas, posto de saúde e instrumentos de expressão coletiva, e não há outra forma possível para que a população possa participar do plano de manejo e sua implementação (e não apenas ser “participada” do plano). Mesmo um plano realista só será efetivo se os moradores participarem desde a sua concepção, e seu produto possa melhorar as condições de vida da população. Um trabalho de ordenamento das atividades, com ampla participação dos moradores pode reduzir ou eliminar a exploração predatória sobre alguns recursos. (...) Além de um primeiro zoneamento, definindo áreas intocáveis (exclusivas), áreas de manejo (com uso intensivo tipo hotel/barco/serviços; e uso suave tipo camping selvagem, turismo de aventura) e áreas de uso coletivo (comunidades, escolas, postos de saúde, posto do ibama, e os “portões” do PNJ) (idem, p.48-49).

A citação acima demonstra importantes diretrizes para a construção do plano de manejo. Nela encontra-se – para além de um amargo tom malthusiano – a nascente idéia de que a participação efetiva dos moradores passa por um processo educativo e de organização

comunitária. Além disso, identifica-se a primeira proposta de zoneamento do parque por parte da FVA.

Por fim, o documento aponta para uma definição maleável de ‘parque nacional’ como forma de ratificar sua proposta de permanência dos moradores.

Em princípio nenhum dos recursos que são hoje explorados devem ter seu uso proibido, ao contrário, é uma excelente oportunidade de manejá-los experimentalmente, envolvendo moradores, comerciantes, universidades e institutos de pesquisa. Desencadeando uma rica experiência de uso sustentado dos recursos naturais nessa área da Amazônia. O fato de uma experiência como essa vir a se realizar num PN não me parece ser incompatível com a categoria de manejo. Uma vez que um PN prevê a pesquisa como atividade fim, portanto tal experiência incluiria um conjunto de experimentos numa área pública. (...) Essa aparente subversão da definição de PN permite encarar de forma realista as questões de conservação da natureza na Amazônia, sem ignorar seus moradores e as lições que eles podem dar, e tem dado, da posse e uso coletivo da floresta (ibidem, p. 49-50).

Proposta muito ousada para o IBAMA. Em 1995, técnicos do órgão denunciam: “Alguns técnicos da FVA envolvidos no processo têm procurado trabalhar com as populações residentes no interior do Parque, no sentido de criar condições para que as mesmas se sintam cada vez mais incentivadas a permanecer na área, apesar da mesma constituir-se em Unidade de Conservação de uso indireto” (FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA, 1998a, p. 7).

A partir desse momento, a relação FVA/IBAMA parece ser caracterizada por uma ambivalência entre a cooperação e o conflito. De qualquer modo, até o presente momento, a relação parece render frutos para ambos os lados, pois, apesar das discordâncias, completam-se 14 anos de co-gestão/cooperação técnica. Segundo a FVA,

(...) as principais divergências centram-se em questões conceituais sobre a permanência dos grupos locais residentes no Parque e o entendimento mesmo da co-gestão (parceria ou terceirização das ações?). Some-se a isso a dificuldade em lidar com a burocracia do poder público federal. Tudo isso emperrou o pleno desenvolvimento das atividades propostas. A centralização

das decisões em Brasília também se apresentou como um entrave (...) (FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA, 1998a, p. 7).

Assim, finalmente, o relatório do Censo e Levantamento (1994) sugere uma readequação dos termos do Plano de Ação (1992) por conta da impossibilidade de se cumprir os prazos de elaboração do plano de manejo (previsto para 1996), a partir de um entendimento mais realista da complexidade da situação do PNJ.

(...) o PA (plano de ação) ainda tem muitos problemas que não são fáceis de resolver. A alocação de pessoal treinado deve ser feita com cuidado e reduzida ao máximo. A fiscalização incide mais sobre os moradores, do que sobre invasores, aumentando conflitos. Educação ambiental apenas, é pouco, os moradores precisam de educação de qualidade. O ecoturismo tem que ser bem controlado e de dispor de uma infra-estrutura mantida pelos moradores, se eles concordarem com isso. A realocação voluntária de moradores só será uma hipótese plausível se realizada num contexto onde haja condições de escolha e não como produto de uma política de “estrangulamento e esvaziamento” (seria a tal desintrusão?). O plano de manejo deve ser produto de ampla participação dos moradores. E, finalmente, o PA necessita de um calendário de revisão (FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA, 1994, p. 47).

Paralelo a esse processo de discussões sobre a presença humana entre os anos 1992-1994, iniciaram-se as atividades de pesquisa relacionados aos esforços de se conhecer a biodiversidade do PNJ. A partir de 1993, “a FVA reuniu pela primeira vez o grupo multidisciplinar de pesquisadores – especialistas em ecologia aquática, peixes, répteis, aves e botânica – que iriam trabalhar no PNJ pelos três anos seguintes e cujos estudos subsidiam o (...) Plano de Manejo” (FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA, 1998b, p. 8). Assim, o estabelecimento de duas linhas de ação passou a orientar o processo de construção do plano de manejo. De um lado, a abordagem sócio-econômica, de outro, a abordagem bio-ecológica. Se nos primeiros anos as energias foram canalizadas para problemática da presença humana, a partir desse momento, as prioridades incorporam também o reconhecimento da biodiversidade do PNJ. Nesta última, houve o envolvimento de 60 pesquisadores.

Interessante notar que o empreendimento científico bio-ecológico só se estabeleceu após certo desenvolvimento da “questão sócio-econômica” no interior da FVA. Somente após o reconhecimento mínimo da vida social dos ribeirinhos é que as levas de pesquisadores se estabeleceram no parque. Sem ignorar o processo gradativo de fortalecimento institucional da entidade, referente à capacidade de financiamento e organização da estrutura logística para as pesquisas, é possível compreender uma estratégia coerente de inserção da FVA no PNJ.

Informação correta e em linguagem acessível parece ser um dos elementos chaves de aproximação com a população local. A compreensão das atividades da FVA e dos resultados (para eles ou não) destas atividades também é fundamental para uma convivência pacífica. Cuidado, pois rapidamente os comerciantes (líderanças econômicas) da região vão se sentir ameaçados por vocês. O conhecimento das redes de poder atuantes na região podem ser muito úteis (líderes religiosos, políticos, sociais, matriarcas ou patriarcas, “donos” de rios ou região): com o mapa na mão é mais difícil se perder (SARAGOUSSI, s/d, p.2)

Desse modo, a combinação pesquisa científica/ política conservacionista (premissa de atuação da FVA) pode finalmente estabelecer o objetivo claro de determinar as diretrizes constitutivas do plano de manejo. As pesquisas relacionadas à configuração bio-ecológica do PNJ foram articuladas a partir da preocupação de um norteamento metodológico.

A princípio, a participação dos pesquisadores como atores políticos no processo de planejamento da Unidade se deu de modo individual, seguindo o padrão acadêmico tradicional. Rapidamente, contudo, as discussões sobre os critérios para estimar a biodiversidade da área e as metodologias para integrar as diferentes linhas de pesquisa (como instrumento de planejamento) levaram à definição de uma posição de respeito às culturas e aos conhecimentos tradicionais encontrados no PNJ, sem que isso impedisse o desenvolvimento de projetos capazes de identificar impactos ou avaliar a sustentabilidade dos recursos naturais apropriados pelos residentes na área do Parque (FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA, 1998a, p. 27).

Na impossibilidade de configuração de um referencial metodológico totalizante sobre a magnitude dos recursos naturais do parque, a decisão foi de promover uma articulação entre três

perspectivas metodológicas: (1) o conceito de rio contínuo¹² (CRC), relacionado as espécies e ecossistemas passíveis de serem abordados de uma forma geral pelo sistema aquático; (2) geomorfologia, relacionado a estudos que exigem escala de abordagem ampla; e (3) a topografia, compreendendo estudos sobre espécies e interações ecológicas em escala local. Os dois últimos instrumentos metodológicos referem-se principalmente a ambientes terrestres não abordados pelo CRC. Esse esforço investigativo resultou no fato de que o PNJ é uma das unidades de conservação com maior número de pesquisas sobre as espécies e interações ecológicas da Amazônia (Fundação Vitória Amazônica, 1998a, p. 29-30). No entanto, a proposta metodológica foi considerada pela FVA insuficiente para dar conta das magnitudes do PNJ.

A utilização do CRC, da geomorfologia e da topografia como abordagens integradoras produziu resultados parciais em termos da generalização sobre a distribuição da biodiversidade no PNJ. Parte da frustração em não conseguir extrapolar as informações amostradas sobre biodiversidade para toda a região deve-se a grande heterogeneidade de habitats encontrada, relacionada à extensão do Parque (idem, p. 29).

A articulação entre as informações sócio-econômicas e bio-ecológicas levantadas durante as pesquisas da FVA foram fundamentais para o processo de elaboração do plano de manejo. Essa articulação foi concretizada através da estruturação do SIG – sistema de informações geográficas. Sua concepção está vinculada à preocupação da FVA em reconhecer detalhadamente as atividades da população, para a avaliação dos “impactos” sobre as interações bio-ecológicas, assim como para determinar as possibilidades de zoneamento do parque.

¹² O conceito de rio contínuo “foi proposto por um grupo de pesquisadores norte-americanos trabalhando em sistemas aquáticos temperados (...). Numa bacia hidrográfica, as variáveis físicas como distância entre as margens, velocidade e volume do fluxo d’água, profundidade e temperatura, entre muitas outras, apresentam um gradiente contínuo das cabeceiras até a boca dos rios ou dos igarapés (...). O CRC mostra que muitos dos atributos das comunidades bióticas (diversidade e composição de espécies) são continuamente ajustados a essas variações físicas do ambiente, especialmente às características geomorfológicas e hidrológicas (...) (FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA, 1998b, p. 92).

Os mapas disponibilizados para esta região pelo Radambrasil foram digitalizados e incorporados a um Sistema de Informações Geográficas (SIG). Isto possibilitou a obtenção de mapas das bacias hidrográficas, da geologia, vegetação, geomorfologia e dos tipos de solo da região do Parque na escala de 1:250.000. Paralelamente à construção do SIG, os técnicos da FVA realizaram uma detalhada caracterização sócio-econômica dos grupos sociais residentes na área do Parque e entorno, incluindo informações sobre o uso de recursos, demografia, migração, história de vida e grau de parentesco. As informações coletadas junto aos moradores deram uma visão geral sobre quais eram os recursos naturais utilizados no PNJ (...). Para integrar essas informações em uma base geográfica, foi desenvolvida uma metodologia de mapeamento participativo do uso dos recursos naturais pelos moradores (BORGES et. alli, 2004, p. 4).

Esse momento parece ter sido marcado, também, pela tentativa de reorientação das pesquisas sócio-econômicas para uma vertente mais qualitativa do que o modelo essencialmente quantitativo utilizado até então. Esse fato coincide com a incorporação do pesquisador e professor Hênio Trindade Barreto Filho ao corpo do conselho curador e também técnico da FVA. Segundo o próprio,

De membro do conselho curador a participante da equipe de pesquisa coordenada pela FVA foi uma questão de tempo. Os objetivos gerais da proposta que eu elaborei então não eram distintos dos das demais coordenadorias de pesquisa: contribuir, no âmbito da equipe, com o levantamento de dados para subsidiar a elaboração do plano de manejo e reunir elementos sobre o “modo de vida” dos “moradores” do PNJ, (...). Os objetivos específicos previam: (a) uma etnografia dos processos produtivos e do sistema econômico; (b) um mapeamento das representações, concepções, práticas e atitudes “nativas” em torno do espaço, da terra, do meio ambiente e dos recursos naturais; (c) um estudo genealógico e de organização social; (d) uma investigação do modo como se dava a intervenção do IBAMA; e (e) a integração dos resultados da pesquisa de campo qualitativa com as informações disponíveis na base de dados na FVA, sobre “a situação sócio-econômica dos moradores” (...). Tratava-se, assim, de verdadeiro projeto bastidiano de engenharia social, fundado no modelo cartesiano de concepção das relações entre teoria e prática nas ciências sociais. Previa, inclusive, arroubos etnometodológicos do tipo *ethnografic decision tree modeling*, para estabelecer modelos de como as pessoas tomavam decisões quanto à exploração de recursos, na tentativa de prever o desdobramento de seu comportamento futuro, a partir da introdução do novo conjunto de variáveis representado pela limitação do acesso a recursos. No papel, tudo muito bonito, porém, limitações de tempo, dinheiro, logística e o próprio tamanho da área a ser investigada impediram a continuidade do projeto. (BARRETO FILHO, 2001, p. 481-482).

Reconhecendo a não continuidade do “subprojeto de Ciências Sociais no PNJ” (Fundação Vitória Amazônica, 1998b, p. 8), Barreto Filho nos dá a possibilidade de interpretar os limites de compreensão sobre os ribeirinhos não como sujeitos da conservação, mas antes, como um dado a ser dimensionado para conservação da biodiversidade, a partir do gerenciamento científico-fiscalizador da parceria FVA/IBAMA. Isso não desconsidera a participação da população no processo de consolidação do PNJ, mas restringe as possibilidades de ação conservacionista àquelas determinadas pelos sujeitos exógenos. Ao não captar, pela perspectiva antropológica, a interação sócio-ecológica ali existente, não foi possível dimensionar a riqueza de elementos que compõe a condição de sustentabilidade da referida interação. Ficou claramente evidenciado o baixo “impacto” da presença humana no PNJ, porém não foi alcançada a compreensão dessa presença como partícipe às relações ecológicas.

Assim, pode-se perceber que entre os anos 1990 e 1993, a FVA conseguiu reunir as condições necessárias para legitimar-se como sujeito da consolidação do PNJ. Entre 1993 e 1995, a entidade estruturou-se a partir do conjunto de informações sócio-econômicas e bio-ecológicas para a formulação do plano de manejo. A partir de 1995, as atividades da FVA concentraram-se efetivamente na sua elaboração.

Em novembro de 1994, foi realizado o seminário de planejamento para a elaboração do Plano de Ação Emergencial (PAE), em Manaus/AM. A necessidade de um documento norteador de ações qualificado como “emergencial”, nasceu do reconhecimento de que as atividades previstas para a elaboração do plano de manejo até 1995 não tinha condições de concretizar-se. Dessa maneira, o seminário de planejamento foi realizado com a presença de 21 integrantes de diversas instituições e representantes políticos. Apesar da presença de somente um morador, mas não como representante legal das comunidades, o seminário teve a participação de 3 técnicos do IBAMA, 5 técnicos da FVA, além de representantes da FNS, INPA, EMBRAPA, UA, INCRA e

Capitania dos Portos. Contou, também, com representantes das instituições políticas municipais (Novo Airão e Barcelos) e um empresário da área de celulose/papel e turismo (IBAMA, 1994, p.15). Mais uma vez a orientação das atividades deu-se pela utilização do método ZOPP de análise e planejamento de projetos.

Desse modo, foram identificados os seguintes problemas: (1) não existe um modelo de manejo adequado às características da UC; (2) capacidade administrativa insuficiente (3) o PNJ não tem plano de manejo elaborado; (4) os recursos naturais não estão sendo protegidos; (5) questão fundiária não resolvida; (6) reduzido número de visitantes no PNJ; e (7) parque não é apoiado pela sociedade local.

A elaboração das propostas de ação do PAE guiou-se pelo diagnóstico e preparou elementos importantes para o plano de manejo. Sua estrutura de organização pode ser considerada um “ensaio” para o próprio plano.

O Plano de Ação Emergencial é um instrumento que tem como objetivo estabelecer ações de curto prazo a serem implantadas nas Unidades de Conservação (UC), para assegurar proteção à área e possibilitar o processo de gestão. Com isso busca-se iniciar da UC no contexto regional, para que a unidade possua um instrumento de planejamento até que se elabore o Plano de Manejo. As atividades devem se restringir as medidas emergenciais para a viabilização do trabalho, dentro de um planejamento de curto prazo, de no máximo dois anos (FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA/IBAMA, 1995, p. 1).

O documento está estruturado em três “momentos”: (1) uma caracterização geral do Parque, que inclui informações técnicas, caracterização biofísica, fatores antrópicos, contextualização regional e aspectos institucionais; (2) o levantamento dos problemas que envolvem o parque; e (3) as propostas de ação emergencial. Foram definidas dez linhas de ação: administração, infra-estrutura, proteção, uso público, educação ambiental, integração

comunitária, regularização fundiária, pesquisa, relações públicas e monitoramento. Das ações que interessam para o presente esforço de análise destacam-se as ações de educação ambiental, integração comunitária, regularização fundiária e pesquisa.

Na proposta de ação para a educação ambiental encontra-se a seguinte diretriz: “apoiar e promover a implementação de projetos de educação ambiental na área de entorno e no Parque” (idem, p.46). A responsabilidade da ação ficou a cargo da FVA e da Superintendência Estadual do IBAMA (SUPES), a partir da realização de oficinas, palestras e material didático. A educação ambiental parece não ter sido uma prioridade no planejamento apresentado no PAE, pois, suas propostas se apresentam como uma mera continuidade das atividades já empreendidas. Não há, dessa maneira, qualquer indício de incremento de esforços para fortalecimento dessa diretriz.

As ações de integração comunitária têm como característica geral a preparação da população para a retirada do PNJ. A elaboração do “projeto comunitário” tem o “objetivo de reassentar os moradores, minimizar os impactos ambientais causados pelos moradores e para implantar pequenos projetos de conservação sustentáveis na área de entorno, até que haja o reassentamento (...) (ibidem, p. 47)”. Desse modo, as linhas de ação foram definidas em : (1) diagnosticar as sistemas agrícolas e extrativistas praticados pelos moradores do PNJ e área de entorno; (2) diminuir o impacto das atividades dos moradores no PNJ; (3) promover com instituições de saúde tratamento aos moradores do Parque e entorno; (4) articular com instituições de educação a alfabetização dos moradores do PNJ e entorno; (5) identificar projetos de interesse para a população do Parque e entorno; (6) apoiar a organização do Parque e entorno; e (7) incentivar a integração entre IBAMA e moradores (ibidem, p.48-49).

As justificativas para a integração comunitária demonstram uma certa visão sobre a presença dos moradores. A justificativa do item 2, por exemplo, afirma que

Muitas técnicas de manejo e utilização dos recursos naturais que não causam impacto são conhecidas e utilizadas com sucesso na região amazônica. Ter os moradores do Parque e entorno utilizando estas técnicas iria contribuir para uma maior participação nas atividades a serem implantadas (ibidem, p. 48).

No item 6 a organização da população é justificada nos seguintes termos:

A organização da população deverá ser incentivada para que se esclareça quais medidas deverão ser tomadas pela população para minimizar impactos ambientais e sociais. A criação de Associações auxiliará os contatos com os moradores e à implantação de projetos que visem minimizar impactos (ibidem, p. 49).

Nos termos colocados pelo PAE, a população é vista, de forma apriorística, como um fator de degradação dos recursos naturais do parque. A organização comunitária é compreendida como forma de garantir um processo de adequação de uma sustentabilidade exterior ao seu modo de vida. Não existe a preocupação de se encontrar na própria comunidade os caminhos para a adequação de um comportamento conservacionista. Quando se propõe a compreensão das atividades realizadas pelos ribeirinhos, esta é direcionada para as possibilidades futuras de realocação para fora dos limites do PNJ.

O item 1 (diagnóstico das atividades agrícolas e extrativistas) tem com objetivo “contribuir para se entender como os moradores utilizam os recursos naturais do parque, e dará suporte ao mapeamento dos recursos utilizados e à elaboração de propostas em áreas de futuros assentamentos de moradores” (ibidem, p. 47). Essa visão manipuladora sobre a organização comunitária dos ribeirinhos fica evidente nas palavras do relatório de planejamento do PAE: “os moradores do Parque, apesar de não estarem formalmente representados durante a oficina, devem ser mobilizados para apoiar o Plano de Ação Emergencial e buscar alternativas que minimizarem (sic) os impactos de sua atividade sobre o Parque” (FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA/IBAMA, 1994, p. 26).

As ações de regularização fundiária foram organizadas pelas seguintes diretrizes: (1) realizar o levantamento fundiário do Parque; (2) promover a demarcação do PNJ; (3) fazer gestões para assentar famílias da UC em projetos do INCRA; (4) fazer gestões junto ao Congresso para alocar recursos financeiros para a regularização fundiária; (5) firmar convênios ou termos de cooperação com o INCRA e Secretaria de Assuntos Fundiários do Estado; e (6) regularizar a situação das famílias que desejam sair do Parque de imediato (Fundação Vitória Amazônica/IBAMA, 1995, p. 50-51).

As ações de pesquisa foram, por sua vez, delimitadas nos seguintes termos: (1) inventariar os recursos naturais do PNJ; (2) apoiar as atividades em andamento no Parque; e (3) formar banco de dados informatizados sobre os recursos naturais do PNJ (idem, p. 51-52). De forma geral, as diretrizes sobre a ação de pesquisa parecem legitimar as atividades pré-estabelecidas pela FVA e sua predisposição para a catalisação de esforços para pesquisa. Interessante notar que as atividades de pesquisa são consideradas quase exclusivamente para a elaboração do plano de manejo.

Para que este resultado seja atingido, faz-se necessário aumentar o número de pesquisas relativas a inventários e levantamento de fatores bióticos e abióticos da Unidade; ampliar o apoio institucional, conforme matriz de planejamento, para se organizar uma base sólida de informações científicas e mapear recursos. Pesquisas científicas devem ser constantes no Parque e se deve buscar pesquisadores para suprir as áreas ainda não investigadas (ibidem, p. 38).

Pode-se perceber que as linhas de ação do PAE, nas diretrizes aqui analisadas, foram elaboradas de forma excessivamente segmentadas em atividades que poderiam ser integradas. As áreas de integração comunitária, educação ambiental e de pesquisa poderiam ter uma forte vinculação não só no sentido “conscientizar” as comunidades sobre a importância da biodiversidade e sua conservação, mas, sobretudo, como forma de valorizar os conhecimentos

que os próprios ribeirinhos apresentam sobre a paisagem na qual estão imersos. Mas parece que, de forma geral, o PAE prevê uma solução em curto prazo para a retirada dos moradores. Por isso as ações ou excluem a participação dos ribeirinhos ou os integram no seu próprio processo de expulsão. O fim último é a regularização fundiária, desde que o fator “presença humana” seja rapidamente removido.

Os documentos até aqui analisados permitem dimensionar uma linha de interpretação relevante. Pode-se perceber que os documentos “normativos” (aqueles que estabelecem diretrizes de ação política) apresentam grande diferença dos documentos “propositivos” (aqueles que oferecem subsídios para a ação da FVA junto ao PNJ), quando a questão é a presença humana no Parque.

O Plano de Ação (1992) e o Plano de Ação Emergencial (1995) são documentos normativos que tratam a questão fundiária sempre da perspectiva da remoção dos moradores. Suas diretrizes se empenham em fortalecer as ações que facilitem a retirada das famílias residentes no interior do PNJ. Por outro lado, os documentos propositivos, como o Levantamento Sócio-Econômico (1990) e o Censo e Levantamento Sócio-Econômico (1994) sempre apresentam argumentos e soluções para a permanência dos moradores, a partir da demonstração de que suas atividades causam mínimo impacto e podem oferecer um outro modelo de conservação da natureza.

É lícito dimensionar, portanto, que a FVA encontrou dificuldades, até aqui, em fazer valer sua argumentação em favor da presença humana junto às instituições que contribuíram para o processo decisório para a consolidação do PNJ – principalmente, o IBAMA. Por outro lado, o aspecto científico da atuação da FVA parece ter grande legitimidade junto às mesmas instituições. Sua proposta de investigação científica sobre a biodiversidade foi colocada, como vimos, de forma prioritária para a elaboração do plano de manejo.

Foi sob a égide das diretrizes do PAE que as atividades para a elaboração do plano de manejo ganharam ímpeto. Nesse momento, as atividades da FVA concentraram-se em construir os subsídios necessários para o zoneamento da área do parque. Como as ações previstas pela regularização fundiária voltadas para a “desintrusão” do PNJ dificilmente sairiam do papel no período de vigência do PAE, a FVA parece ter se cercado de ações que garantissem uma margem de ação para as atividades dos ribeirinhos no interior do plano de manejo.

Desse modo, foi realizado em julho de 1995 a I Reunião com Moradores do Parque Nacional do Jaú sobre Manejo e Conservação de Bicho de Casco (Quelônios). Contado com a presença de 150 pessoas de 22 comunidades do PNJ, além de representantes da FVA, INPA e IBAMA, o evento teve como objetivo de “resgatar o modo de uso de bichos de casco pelos moradores, apresentar aos moradores diferentes opiniões sobre isso (inclusive do IBAMA) e propor soluções (...)” (FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA, 1995, p. 2). A atividade de captura de quelônios é considerada a mais crítica em relação ao uso dos recursos pelos moradores. É também onde se concentra atividade mais rentável para os ribeirinhos, sendo considerada uma atividade ilegal com sérias restrições por parte do IBAMA. O relatório da reunião apresenta a justificativa do encontro nos seguintes termos:

Quelônios são capturados sobretudo para comer, mas há um comércio clandestino que se abastece dos estoques naturais, que permanecem abertos, pois o PNJ ao invés de ser uma “área pública” parece “terra de ninguém”. A curto e médio prazo vai se confirmando a tendência ao esvaziamento do PNJ pela população humana, que levaria à redução da pressão sobre os principais produtos extrativistas, entre eles os quelônios. O atual sistema de manejo favorece sobretudo comerciantes e intermediários, penalizando os moradores que manejam o recurso se valendo do seu conhecimento tradicional. A permanência de moradores na área não pode significar sua manutenção no nível de subsistência em que se encontram, preservando sua pobreza extrema com um item exótico da biodiversidade. Por outro lado, manter os recursos livremente acessíveis aos moradores, comerciantes e pescadores levará necessariamente à “tragédia dos comuns” (o esgotamento dos recursos). Assim, para conservar o recurso (Quelônio) é preciso discutir seu uso com os moradores, sobre bases estabelecidas onde os recursos estejam disponíveis apenas para o seu uso e de

forma limitada, que é seguramente mais realista que a política legal de não uso, ou a política vigente de vistas grossas (idem, p.1).

A partir da utilização de várias técnicas de envolvimento, tais como dramatizações, exposições de fotos, oficinas de artesanato e até um “forroço animado”, a reunião sugeriu uma negociação que envolveu, inclusive, a questão da permanência dos moradores.

A permanência dos moradores no PNJ depende de vontade política e de modificações na legislação pertinente. Uma vez que sua permanência precisa ser viabilizada através do manejo adequado dos recursos do PNJ. O uso desses recursos precisa ser objeto de negociação entre os moradores, através de suas entidades representativas e o Estado, através de seu representante o IBAMA. O papel da FVA, como ONG é de auxiliar os moradores, para que atinjam seus objetivos de garantir o acesso à terra, ao uso dos recursos, à saúde, à educação, aos preços justos e às boas condições de comercialização. Em troca, os moradores além do privilégio de viverem num local de extrema beleza natural, ainda deveriam assumir o compromisso de zelar para que muitas áreas permaneçam intocadas no PNJ (ibidem, p. 4-5).

Na citação acima se encontra clarificada a proposta da FVA junto aos moradores. A conformidade a um campo de possibilidades restritas a uma concepção de conservação e sustentabilidade exógena ao seu modelo de organização sócio-econômica e de interação ecológica. Convidados a aceitar a intocabilidade de determinadas áreas, a restringir seu extrativismo ao autoconsumo, estariam aptos a continuar nos limites do parque. A FVA demonstra, assim, sua tentativa de equacionamento junto aos pólos antagônicos de relação sócio-política no PNJ. O IBAMA aceita uma população comportada e os moradores aceitam as diretrizes de um conservacionismo regido por alguns dos princípios biocêntricos. Desse modo a FVA apresentou suas três propostas de manejo de quelônios a serem incorporadas no plano de manejo:

1. Zoneamento de lagos e praias (...). Assim uma primeira tentativa seria recolher sugestões junto aos moradores sobre quais áreas seriam zoneadas e mapeá-las. Além de uma contribuição ao manejo de BC (bicho de casco), seria também uma contribuição ao Plano de Manejo do PNJ. Seriam 4 critérios

básicos de zoneamento: a) áreas de livre acesso (para moradores e visitantes). b) áreas de pesca de subsistência (para obter alimento). c) áreas de pesca para produção (capturas destinadas à venda). d) áreas de preservação e recuperação de estoques (acesso vedado a todos, moradores e visitantes).

2. Defeso de espécies ameaçadas ou de distribuição restrita – (...) nesse caso propusemos um período (ainda indefinido) durante o qual a captura de adultos e; ou a coleta de ovos de algumas espécies seja proibido ou drasticamente limitado.

3. Monitoramento da produção – (...) estatísticas confiáveis de produção, vão gerar séries temporais necessárias para avaliar as tendências de manejo (ibidem, p. 6-7).

Destaca-se aqui o caráter participativo do processo decisório em relação ao manejo de quelônio proposto aos moradores.

As 3 propostas são a base sobre a qual pode se assentar um programa de manejo realista para BC no PNJ. Nenhuma delas pode ser descartada, apenas ajustada. Essas idéias foram lançadas para discussão entre os moradores. Além disso, foram recolhidas outras propostas, produtos dos 2 dias de discussão, para serem encaminhadas para a próxima reunião da Câmara Técnica de Unidades de Conservação (...) (ibidem p. 7).

A participação dos moradores em relação ao manejo de quelônios foi colocada, como vimos, em uma margem de ação muito restrita, na medida que suas sugestões foram adequadas a um conjunto de propostas intocáveis. Essas propostas, oriundas das pesquisas biológicas empreendidas e organizadas pela FVA, deixam evidentes alguns dos fatores constitutivos da dinâmica política pela qual se construiu o plano de manejo. Não se trata aqui de contestar o laudo-técnico científico e sua conseqüente proposta de manejo. Nem demonstrar, pura e simplesmente o modelo de “participação passiva” proporcionado aos ribeirinhos. Trata-se de evidenciar o posicionamento dos três sujeitos em questão – e em especial da FVA – em relação ao conjunto de diretrizes determinadas por uma visão de conservacionismo restritivo/repressor de fundamentação biocêntrica.

Ao IBAMA cumpre assegurar as condições de interpretação da presença dos moradores como essencialmente nociva à biodiversidade. No entanto, ao não conseguir reunir os elementos necessários para uma remoção minimamente aceitável do ponto de vista legal, tolera a presença dos moradores a partir de uma série atos restritivos e fiscalizadores. Aos moradores, cabe a condição de vida criminalizada por insistir em relações econômicas de subsistência historicamente determinadas. À FVA, cumpre equacionar a presença dos moradores ao modelo de conservação sustentado pelo IBAMA, através da determinação de parâmetros de ação pautados no discurso cientificista. Linguagem aceita pelo IBAMA, no qual as comunidades de moradores precisam adequar-se e submeter-se se quiserem ter o “privilegio de viver num local de extrema beleza natural”.

A proposta de zoneamento elaborada pelos técnicos da FVA em relação aos quelônios demonstra, também, um arrefecimento do discurso sobre as possibilidades de ação extrativista no interior do PNJ. Por ocasião do “censo e levantamento de 1992” (1994), como vimos, a proposta da FVA era não limitar áreas intocáveis, dada a constatação de que o “impacto” das atividades era baixíssimo. Agora, ao aceitar a premissa da intocabilidade, é possível constatar tanto um abrandamento estratégico no discurso sobre a permanência dos moradores, quanto a influência da intensificação de pesquisas bio-ecológicas promovidas pela FVA no período de construção do plano de manejo.

Em documento redigido em 1995 para o estabelecimento de critérios de zoneamento do parque, Bruce Forsberg, pesquisador do INPA e coordenador do subprojeto de ecologia aquática da FVA, lamenta a impossibilidade de uma proteção integral do sistema fluvial.

O ecossistema fluvial do rio Jaú é um sistema contínuo onde água, energia orgânica e nutrientes essenciais passam em seqüência através de uma série de rios de tamanho crescente e uma série de comunidades biológicas (...). Esta interdependência entre diferentes partes do sistema fluvial dificulta o processo de

zoneamento, pois, no sentido mais básico, a integridade funcional do ecossistema requer a preservação de todos estes componentes (...) (FORSBERG, 1995, p. 3).

Sendo impossível a intocabilidade irrestrita no PNJ, o pesquisador limita-se a sugerir as “áreas críticas” a serem preservadas.

1. As cachoeiras, tanto pela função crítica que elas exercem na distribuição dos habitats aquáticos, quanto pela comunidade biológica distinta associada a elas, devem ser protegidas da ação humana.
2. Os igarapés de primeira e terceira ordem e as florestas marginais associadas a eles, pela diversidade de habitats e biota encontrado neles, pela influência que tem nos rios a jusante e por sua vulnerabilidade ao impacto humano também deve ser protegidas (...).
3. A floresta alagada nas margens dos rios de quarta ordem a sexta ordem também constituem um habitat crítico para o funcionamento do ecossistema fluvial (...) por esta razão o corte de florestas alagadas deve ser proibido no parque.
4. o ciclo anual de enchentes nos rios maiores e os ciclos mais freqüentes de enchente nos rios de menor ordem têm um papel crítico nos ciclos de vida de muitos animais aquáticos no Parque. O ciclo de desova de tartarugas ligada a formação das praias e a produção dos frutos (...) são dois exemplos claros desta interdependência. É essencial que as atividades humanas não interfiram com estes ciclos hidrológicos. Portanto, a criação de barragens artificiais de qualquer espécie e para qualquer fim deve ser proibido no parque¹³ (...) (idem, p. 3-4/ Apud SANTOS, s/d, p. 91-92).

As sugestões de Forsberg parecem ter sido importantes nas determinações do zoneamento, já que ele foi o defensor da adoção do conceito de rio contínuo (CRC) como um dos eixos metodológicos para o estudo da biodiversidade no PNJ. Desse modo, parece haver subsídios para compreender que o processo de construção do plano de manejo foi orientado por referenciais científicos e que estes, por sua vez, determinaram os limites da participação

¹³ A sugestão de Forsberg sobre a proibição de barragens artificiais parece incidir diretamente sobre a atividade extrativista de quelônios, pois uma das técnicas de captura consiste na construção de “currais de praia”: “esta técnica é utilizada anualmente de maneira intensa há pelo menos vinte anos durante o período de nidificação (verão) e os alvos são as fêmeas reprodutoras. As principais praias e barrancos utilizados por quelônios do rio Jaú (...) e Carabinani (...) são fechadas com estas armadilhas com varas de madeira amarradas com cipó. Quando o pescador regressa, a armadilha tem que ser desmontada para que os animais não permaneçam presos, morrendo ao sol” (BORGES, et. all. p. 217).

comunitária. A partir desses parâmetros, entre os anos de 1996 e 1997, o processo de inserção das populações nas discussões sobre o zoneamento do parque intensificou-se.

A atuação na área e a convivência com os moradores do PNJ resultaram na elaboração de uma metodologia participativa envolvendo diferentes linhas de pesquisa. A partir de 1996, centrado na Coordenadoria Sócio-Ambiental, efetuou-se um redirecionamento no trabalho da equipe da FVA. Com base na pesquisa-ação, articularam-se extensão rural, educação e organização comunitária. A partir da identificação das formas de organização sócio-cultural dos moradores do rio Jaú e do Rio Unini, buscou-se fortalecer a ampliar a prática organizativa destes por meio de mecanismos participativos e instrumentos didático-pedagógicos, com reuniões, visitas domiciliares atividades formativas e informativas (FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA, 1998a, p.66).

A pesquisa-ação, princípio norteador das atividades da FVA foi definido por seus técnicos nos seguintes termos:

(...) a pesquisa-ação é compreendida como uma prática científica que promove a interação entre pesquisadores e os sujeitos sociais envolvidos no caso concreto de estudo. Dessa interação resulta uma ação que intervém nos processos sociais em curso, promovendo a superação das condições de exclusão e/ou resolução de problemas coletivos, ao mesmo tempo que possibilita uma ampliação do conhecimento científico e do grau de politização dos envolvidos (ibidem, p. 66-67).

Além disso, foi utilizada uma intersecção de procedimentos metodológicos para a construção do envolvimento dos moradores: (1) entrevistas estruturadas e semi-estruturadas; (2) observação sistemática a assistemática; (3) reuniões comunitárias; (4) encontro de representantes; (5) trabalhos em grupo; (6) conversas informais; e (7) mapeamento comunitário participativo (ibidem, p. 67-70).

Parte das atividades acima relacionadas foram subsidiadas por informações levantadas no contexto de elaboração do censo e levantamento de 1992.

A primeira fase dos trabalhos ocorreu entre 1992 e 1994, com a definição da utilização dos recursos por grupo doméstico, nos locais de realização das atividades produtivas e de extrativismo (...). o resultado desse levantamento e o georreferenciamento dos principais lagos e igarapés utilizados possibilitaram o conhecimento preliminar das relações existentes nas áreas (...) e criaram condições necessárias para o retorno das informações organizadas aos seus protagonistas (ibidem, p. 70).

A partir de 1996, as atividades predominantes parecem ter sido as reuniões comunitárias, encontro de representantes e o mapeamento comunitário participativo, este último considerado “inovador” e “paradigmático” para construção do plano de manejo (ibidem, p. 70). Nesse sentido, já em 1997, realizou-se o II Encontro de Representantes do PNJ e Artesãos de Novo Airão¹⁴. O objetivo geral do encontro era

(...) contribuir para o fortalecimento da participação comunitária no processo de elaboração e execução do Plano de Manejo do referido Parque. Teve, ainda, como objetivos específicos: a) resgatar as discussões do I Encontro, especialmente aquelas referentes ao Zoneamento e à Questão fundiária, b) discutir uma proposta de fiscalização participativa e c) discutir a participação dos moradores no Seminário de Planejamento do (Plano de Manejo) (FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA, 1997b, p. 80).

De forma geral, o encontro se organizou em torno do estímulo para a compreensão, por parte dos representantes, de termos e conceitos básicos para a construção do plano de manejo, tais como: parque nacional, estação ecológica, zoneamento, zona intangível, zona primitiva, dentre outros. Além disso, foi apresentado aos representantes experiências bem sucedidas de envolvimento comunitário em unidades de conservação. Por fim, discutiu-se a forma de participação da comunidade no planejamento para o plano de manejo. Diante das grandes dificuldades de interpretação dos moradores sobre os conteúdos da linguagem conservacionista, o técnico responsável pelo relatório do encontro recorre à antropologia para encontrar as formas de interpretação que podem viabilizar a participação dos moradores no plano de manejo.

¹⁴ Infelizmente, não foi encontrado o relatório do I encontro para análise na presente pesquisa.

O II Encontro de Representantes dos Moradores do PNJ e Artesãos de Novo Airão constituiu-se certamente em mais uma etapa positiva no processo de organização e articulação destes atores sociais para melhor enfrentarem a dinâmica social do processo social no qual estão envolvidos. Todavia, deve-se compreender que, a forma que adquire o movimento social do PNJ tem um colorido próprio, ditado pela dinâmica político-cultural dos seus moradores e que se constitui em tarefa para FVA apreender sócio-antropologicamente as *estruturas internas* desta dinâmica e, assim, poder perceber como uma participação efetiva destes sujeitos sociais no manejo do Parque pode ser efetivada de acordo com tais estruturas. Será necessário, portanto, um olhar para as práticas de interação como um texto obscuro, cuja mensagem principal encontra-se subjacente e que, para fazê-lo emergir será, ainda preciso um esforço de interpretação. Finalmente, poder-se-á então articular os saberes produzidos por tal texto com a idéia de conservação e preservação do PNJ sem perder de vista um necessário relativismo cultural (idem, p. 22).

Paralelamente aos encontros, a FVA empreendeu o já referido mapeamento comunitário participativo junto aos moradores do PNJ.

A dinâmica de realização do mapeamento participativo de uso dos recursos naturais pelos moradores do PNJ iniciou-se com visitas domiciliares. Posteriormente, foram realizadas reuniões em locais estrategicamente definidas, durante as quais, além do mapeamento propriamente dito, ocorreram discussões sobre a questão fundiária e sobre o conteúdo e conceitos subjacentes ao Plano de manejo do PNJ. Em todas elas, a equipe era multidisciplinar, compostas por pesquisadores das áreas biológicas e sociais (FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA, 1998a, p. 70).

A atividade consistiu em desenvolver junto aos moradores uma forma de compreensão da sua territorialidade a partir através do uso de mapas. Foi possível identificar a área de uso de cada grupo doméstico através da utilização de bandeiras identificadoras dos recursos extraídos/cultivados em cada localidade.

Como forma de garantir a familiarização com mapas, representação em duas dimensões do rico mundo em que vivem, e com imagens de satélite, estas eram decodificadas e, a partir delas e de grandes mapas apenas com a rede hidrológica desenhada, nomeava-se os rios, lagos e outros acidentes geográficos das áreas próximas das comunidades. Sobre os mapas, agora com referências (nomes dos locais) por eles mesmos definidas, os grupos familiares espetavam bandeirinhas com ícones de um lado e cores do outro. Os ícones representavam

as diferentes atividades desenvolvidas pelos moradores, tais com a roça, a casa, a pesca e os diferentes produtos do extrativismo vegetal, ou seja, todas aquelas identificadas na primeira fase do trabalho. As cores representavam cada família. As bandeiras eram colocadas nos locais onde as atividades eram realizadas, buscando-se marcar no mapa o ponto mais longínquo da mesma, por exemplo, o local aproximado onde a última árvore de seringa havia sido cortada (idem, p. 72).

Esse modelo de visualização iconográfica referente ao mapeamento dos recursos, além de viabilizar a atividade com comunidades com altos índices de analfabetismo, contribuiu decisivamente para a intersecção entre uso social dos recursos e distribuição da diversidade bioecológica no interior do parque. A possibilidade do estabelecimento de uma base comum para o tratamento de dados diferenciados – a planificação geográfica – foi fundamental para o processo de zoneamento do PNJ.

O conjunto de bandeiras de uma comunidade permitia formar um mapa social da área, visualizando não somente o “território” de cada família, mas a distribuição do uso de cada recurso. A posterior integração de todos esses dados no sistema de informações geográficas (SIG) da FVA permitiu a compreensão do conjunto de atividades humanas no Parque e de sua configuração social, ou seja, da divisão espacial em seus ordenadores socioculturais. Essas informações foram completadas durante os anos de 1997 e 1998, atingindo 100% dos moradores. Os dados coletados mostraram consistência quando confrontados com outros dados do sistema de informações geográficas. A análise dos mapas assim gerados serviu para que os moradores e pesquisadores elaborassem a proposta final de zoneamento do PNJ (ibidem, p. 72).

Em conjunto com as atividades do mapeamento participativo, ocorreram outras ações tanto de assistência às famílias quanto ao levantamento de informações para regularização fundiária e o recadastramento dos moradores, previstas no Plano de Ação Emergencial de 1995. Os resultados do levantamento fundiário acabaram por constituir uma parte importante do plano de manejo.

Com o intuito de realizar o Plano de manejo e o levantamento fundiário do PNJ a Fundação Vitória Amazônica realizou em 1996 o recadastramento de todos os

moradores do Parque (...). Esses moradores formam o que podemos denominar de pequenos produtores rurais de base familiar fundamentada no agroextrativismo. Sob a ótica fundiária são posseiros, pois ocupam terras sem consentimento de terceiro, conseqüentemente, não possuem títulos legais que lhes garantem o domínio da terra que estão de posse, os únicos “títulos” que têm é o trabalho que realizam na terra para dar sustento a si e a suas famílias (BENATTI, 1997, p. 13).

Além de outros aspectos jurídicos, o levantamento preocupou-se em apresentar as visões jurídicas de compreensão sobre a posse de populações tradicionais para, desse modo a formulação das perspectivas de regularização fundiária. O relator do documento oferece três possibilidades: a visão civilista, agrarista e agroambiental. Sobre a primeira:

O Código Civil Brasileiro não definiu posse, mas sim possuidor. Em seu texto legal encontramos a definição no art. 458, ao dizer que “*considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de alguns poderes inerentes ao domínio, ou propriedade.*” Para a concepção civilista a posse é a exteriorização da propriedade, advém de um direito, de um título (idem, p.13).

A concepção agrarista de posse é definida nos seguintes termos:

A atividade agrária pode ser classificada como sendo “*a ação rurícola – que se cumpre através de um processo agro-biológico – sobre o conjunto de bens que integram a exploração rural a que se dedica profissionalmente, com o fito de lucro e para suprir as necessidades do ser humano*”. Portanto, é o conjunto de bens e ações que integram a exploração racional da área rural a que se dedica o posseiro (ibidem, p. 14).

E, por fim, a visão agroambiental.

Para que se configure a posse civil há a necessidade do elemento subjetivo e que o possuidor tenha o título do bem; ao passo que a posse agrária completa-se apenas com o fato objetivo de exploração da terra pelo possuidor. Na posse agroecológica, o fato objetivo é o uso sustentável da terra, pois para “ter” a posse é preciso interagir com o meio. É interessante notar que para esses segmentos de camponeses não tem o caráter mercantil, não se constitui em objeto de troca; assim como não é vista como um bem sujeito a apossamento individual, mas somente na forma familiar conjugada com a coletiva. Essa forma coletiva de apossamento dos recursos naturais e a presença de práticas de

trabalho familiar com base no agroextrativismo, são características da posse agroecológica (ibidem, p. 15).

A partir da definição de posse agroambiental ou agroecológica, o relator do documento oferece duas alternativas para a regularização fundiária com relação aos moradores: (1) a combinação reassentamento/indenização e (2) a reclassificação do PNJ em reserva extrativista ou reserva ecológico-cultural. A segunda proposta aparece pela primeira vez, dentro de um suporte legal¹⁵ como possibilidade política factível. De qualquer modo, apesar da possibilidade jurídica, A FVA parece não ter incorporado a possibilidade da reclassificação no espectro de ações políticas junto aos moradores. De qualquer modo, o documento por ora analisado revelou a construção das possibilidades de regularização fundiária que escapou à perspectiva jurídica utilizada até então pelo IBAMA, como instrumento de incentivo e convite para a retirada da população no interior do PNJ.

Assim, pode ser afirmar, que a partir de 1997, a FVA conseguiu reunir as condições e elementos necessários para a concretização do plano de manejo do PNJ. Entre 1993 e 1997, foi desenvolvida uma série de atividades no sentido de dimensionar a presença humana aos limites mínimos de concordância às diretrizes conservacionistas. Estabeleceu-se, também uma estrutura capaz de gerar um montante considerável de pesquisas bio-ecológicas, como forma de compreender incipientemente a biodiversidade do PNJ. Por outro lado, a FVA alcançou a articulação entre o conhecimento dos fatores antrópicos e das interações bio-ecológicas através de uma linguagem comum pautada pela geografia, ou seja, pela estruturação de um sistema de informações geográficas (SIG). Além desses fatores, através de uma ação pedagógica, a FVA desenvolveu também um processo de organização comunitária que visava a adequação do modo

¹⁵ A possibilidade estava fundamentada no Projeto de Lei nº2.282/92 – Sistema nacional de Unidades de Conservação. Atualmente a revisão da Lei nº 9.985, datada em 18 de julho de 2000, não extinguiu a categoria “reserva ecológico-cultural” pela de “reserva de desenvolvimento sustentável” e não permite mais a referida reclassificação.

vida dos ribeirinhos à nova ordenação político-territorial conservacionista imposta no PNJ. Por fim, foram apresentadas as condições jurídicas de regularização fundiária do parque.

Em agosto de 1997, foi realizada em Silves/AM a Oficina de Planejamento do Plano de Manejo do Parque nacional do Jaú. Os objetivos da oficina eram “buscar dos diferentes atores na consolidação do PNJ, fazer o zoneamento do PNJ, (e) estabelecer os programas de manejo para o PNJ, para os próximos cinco anos” (FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA, 1997b, p.2). Com a presença de 24 participantes entre técnicos da FVA, IBAMA, dentre outros órgãos governamentais/não- governamentais e moradores do PNJ.

De forma geral foram estabelecidos os consensos mínimos para o zoneamento e para plano de manejo.

- “As áreas de moradia e uso de recursos dos moradores ficam na zona especial.
- As atividades dos moradores da zona especial serão feitas com impacto mínimo.
- Polígonos de uso e calhas de rio servem de base para a definição da zona especial” (idem, p. 14).

Ficaram definidos, também, os objetivos específicos do plano de manejo:

- “Manter a integridade do PNJ como UC visando a proteção integral da bacia hidrográfica do rio Jaú.
- Proporcionar o conhecimento dos recursos naturais e arqueológicos do PNJ para sua proteção e manejo.
- Integrar o PNJ no sistema de proteção da bacia do rio Negro e no corredor central da Amazônia” (ibidem, p. 17).

A partir desse ponto, foi realizado um trabalho de detalhamento das atividades a serem contempladas no PNJ. Elementos que subsidiaram a redação final do plano de manejo. Além disso, foi apresentado à FVA, por parte do IBAMA, as diretrizes de construção do plano através

do Roteiro Metodológico para o Planejamento de Unidades de Conservação de Uso indireto (2002).

Assim, desse intenso processo de elaboração do plano de manejo do PNJ, foi construído um documento considerado pela FVA como “como inovador e de grande qualidade técnica”. Contendo 255 páginas apresenta não só as diretrizes de ação possíveis e planejadas para os anos de 1998 a 2002, mas um compêndio com o histórico de formação da unidade, análise dos problemas fundiários, uma farta contextualização do PNJ (em nível federal, estadual e regional), um demonstrativo sobre as pesquisas relacionadas aos fatores abióticos e bióticos, uma caracterização da população local e os aspectos institucionais da unidade.

Desse modo, os elementos que subsidiaram o plano de manejo ao longo de cinco anos encontram-se todos demonstrados no próprio plano. Isso certamente garante a satisfação de especialistas e estudiosos em conservação da natureza, mas não necessariamente tornou o plano de manejo mais factível. A parte relacionada ao planejamento efetivo do PNJ compreende por volta de 20% de todas as informações contidas no plano. Se por um lado, demonstra e oferece acesso a uma quantidade considerável informações sobre uma das mais importantes unidades de conservação do território nacional, tornou-se um documento de difícil acesso ao público diretamente afetado por ele.

Não obstante, o encarte 6 do plano de manejo, reúne as diretrizes básicas do planejamento do parque. Comporta dois itens fundamentais: o zoneamento e os programas de manejo. Sobre o primeiro item estão as definições das áreas e as respectivas formas de uso – ou em certos casos, de não uso – no interior do PNJ.

Para a elaboração do zoneamento foram admitidos seis tipos diferentes de áreas, quais sejam:

Zona primitiva. Definição. É a zona onde ocorreu pequena ou mínima intervenção humana e contém espécies da flora e da fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico. O objetivo geral de manejo é preservar o ambiente natural e ao mesmo tempo facilitar as atividades de pesquisa científica e de educação ambiental, e proporcionar formas primitivas de recreação (...).

Zona de uso extensivo. Definição. É aquela constituída por áreas naturais e pode apresentar algumas alterações. (...) O objetivo do manejo é a manutenção de um ambiente natural com mínimo impacto humano, apesar de oferecer acesso e facilidades públicas para fins recreativos e educacionais. (...) O objetivo geral do manejo é facilitar a recreação intensiva e educação ambiental em harmonia com o meio.

Zona de uso especial. Definição. É aquela que contém as áreas necessárias à administração, manutenção e serviços da Unidade de Conservação, abrangendo habitações, oficinas e outros (...).

Zonas de recuperação. Definição. É aquela que contam áreas consideravelmente alteradas pela presença do homem. É uma zona provisória, pois uma vez restaurada será incorporada a uma das zonas permanentes. O objetivo geral do manejo é deter a degradação dos recursos ou restaurar a área.

Zona histórico-cultural. Definição. É aquela onde se encontram manifestações históricas e culturais ou arqueológicas que serão preservadas, estudadas, restauradas e interpretadas para o público, servindo à pesquisa educação e uso científico. O objetivo geral do manejo é o de proteger sítios históricos ou arqueológicos em harmonia com o meio ambiente (...) (FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA, 1998b, p.180-183).

Um dos problemas do processo de zoneamento foi equacionar áreas em diferentes escalas de representação especial.

Numa unidade das dimensões do Parque Nacional do Jaú, a questão da escala espacial é de fundamental importância para a compreensão do zoneamento. Algumas áreas só são passíveis de serem mapeadas numa escala local, pois sua representação se perde num mapa de zoneamento que abrange toda a Unidade. Isso se aplica, em especial, às zonas de recuperação que cobrem pequenas extensões a ponto de poderem ser assinaladas na escala dos mapas utilizados no zoneamento (FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA, 1998b, p. 177).

Além disso, o plano apresenta outras dificuldades no estabelecimento no processo de construção do zoneamento. Não houve condições de determinação das áreas de uso extensivo e uso intensivo, sendo estas incorporadas à zona de uso especial. Além disso, esta última foi elaborada de forma a parcial e provisória, pelo fato de que o mapeamento das atividades dos moradores não foi completamente identificado.

O mapeamento dos usos de recursos serviu para sua delimitação especial. Os pontos conhecidos de usos dos recursos ao mapa da bacia de drenagem, determinado os rios de circulação interna. (...) A partir da calha desses rios, foram traçados limites a 1,5 km que definiram a área ocupada pela zona. A escolha da distância foi baseada na distância média percorrida pelos moradores, turistas e pesquisadores em suas atividades. (...) A delimitação da área está incompleta, pois exclui informações de aproximadamente 1/3 dos moradores e está superestimado em certas áreas (...) (idem, p. 179).

Determinante no processo decisório do zoneamento, o mapeamento participativo não contemplou um aspecto importante para a determinação da zona de uso especial: a intensa mobilidade geográfica dos moradores do PNJ. Em trabalho posterior ao plano de manejo (Borges et. alli, 2004), técnicos da FVA desenvolveram um completo estudo sobre esse tema.

Os pesquisadores que participaram das oficinas do Projeto Janelas para a Biodiversidade indicaram a análise demográfica da população residente no Parque Nacional do Jaú (PNJ) como um dos temas prioritários de pesquisa, já que estas informações são fundamentais para caracterização da população local e para o manejo do PNJ (idem, p. 44).

Ao que parece, essa lacuna apresentada no processo de zoneamento da área especial, foi compreendida pela FVA na sua importância de determinação na presença dos moradores do PNJ nos planejamentos futuros.

A construção das variáveis demográficas desta pesquisa permitiu fazer um rápido retrato de 10 anos da dinâmica populacional dos moradores do PNJ. (...) Estas informações demográficas podem contribuir para direcionar atividades de manejo, como o planejamento e elaboração dos termos de compromisso entre os moradores do PNJ com o IBAMA, previstos no recém aprovado Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (ibidem, p.60).

A definição da zona primitiva foi estipulada a partir do desenvolvimento das pesquisas bio-ecológicas e da incorporação das áreas que potencialmente seriam destinadas à zona intangível.

Todas as áreas do Parque, com exceção daquelas que abrigam as zonas de uso especial, extensivo, intensivo (no caso desta Unidade, sobrepostas) e a zona de recuperação, fazem parte da zona primitiva. Grande parte encontra-se nas áreas interfluviais intangíveis, sem intervenção humana. Porções significativas das áreas próximas à calha dos rios principais foram também incluídas nesta zona, assegurando maior proteção das comunidades bióticas presentes nos ambientes associados aos rios. Seguindo as recomendações do Roteiro Metodológico, decidiu-se nesta fase por não estabelecer zonas intangíveis, pois essa é a primeira vez que se realiza um zoneamento do Parque e grandes áreas da Unidade permanecem majoritariamente desconhecidas, não sendo prudente indicar áreas ainda tão carentes de pesquisas científicas como intangíveis (FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA, 1998b, p. 178).

Por fim, foi feita também a determinação inacabada das zonas de recuperação e histórico-culturais.

Devido ao tamanho do Parque, somente um conhecimento mais afinado das muitas realidades locais permitirá um zoneamento em escala menor que 1:250.000, não somente para uma definição mais apurada das zonas especiais, mas também para tornar visíveis de forma exata as zonas de recuperação e as zonas histórico-culturais que foram em parte identificadas. Esse zoneamento demandará um intenso trabalho de campo e deve em parte ser realizado nos próximos cinco anos (idem, p. 179).

Dessa maneira, a definição possível contemplada pelo plano de manejo estabeleceu 85,94% para a zona primitiva, 13,95% para a zona especial e 0,11% para a zona de recuperação. Os pontos recomendados para o zoneamento histórico-cultural não apresentaram representação estatística sobre a área do PNJ.

Os programas de manejo, por sua vez, foram definidos em cinco tópicos principais: (1) programa de conhecimento, (2) programa de uso público, (3) programa de integração com a área de influência, (4) programa de manejo do meio ambiente e (5) programa de operacionalização. O

programa de conhecimento, subdividido nos subprogramas de pesquisa e de monitoramento ambiental, prevê a continuidade do modelo de pesquisa até então empregado pela FVA: as pesquisas sócio-econômicas, que possam promover uma

Avaliação da utilização dos recursos naturais pelos usuários do Parque, seus atuais moradores e populações residentes nas zonas de transição e de influência, e dos impactos desse uso. Essa análise deve abranger a quantificação dos recursos utilizados, a sazonalidade das atividades, o valor dos produtos, uma avaliação de mercado, identificação de áreas de maior impacto e suas características, o desenvolvimento de indicadores para o monitoramento do estado de conservação dos recursos, (ibidem, p. 189).

As pesquisas bio-ecológicas, organizadas para prover a

análise da distribuição dos recursos naturais no Parque Nacional do Jaú, por meio da realização de inventários dos grupos taxonômicos ainda não avaliados e daqueles sobre os quais já foi desenvolvida alguma pesquisa, identificando e analisando os processos determinantes da distribuição e da abundância dos diversos organismos (...) (ibidem, p. 188).

Foi previsto, também a já conhecida integração dos dados sócio-econômicos aos bio-ecológico através do SIG: “O sistema de informações geográficas deve ser levado em conta em todas as atividades. A coleta de dados deve alimentar o SIG por meio de formulários específicos para cada linha de pesquisa (...)” (ibidem, p. 190). O SIG, a partir do plano de manejo, foi também designado para atuar pelo subprograma de monitoramento do parque. Tornou-se um instrumento poderoso de fiscalização, já que a maior parte das atividades previstas nesse subprograma refere-se ao acompanhamento das atividades humanas no PNJ (ibidem, p.191).

O *programa de uso público* volta suas prioridades para o planejamento da área visando as possibilidades do ecoturismo, articuladas às atividades de educação ambiental. O *programa de integração com a área de influência* estabelece diretrizes para o relacionamento com os moradores das cidades próximas e com os próprios moradores do parque. Seu eixo estruturante é

também as atividades de educação ambiental. Está dividido nos subprogramas de (a) relações públicas, (b) educação ambiental, (c) controle ambiental e (d) incentivo a alternativas de desenvolvimento.

O *programa de manejo de meio ambiente* está prioritariamente orientados para os mecanismo de proteção da biodiversidade do parque. Está dividido nos subprogramas (a) manejo de recursos e (b) proteção. O primeiro subprograma não tem atividade prevista. O segundo articula métodos tradicionais de fiscalização com o envolvimento das comunidades através da formação de agentes ambientais voluntários.

O *programa de operacionalização* está organizado nos subprogramas de (a) regularização fundiária, (b) administração e manutenção (c) infra-estrutura e equipamentos e (d) cooperação institucional. Sobre a regularização fundiária, tema importante para a presente pesquisa, o plano de manejo estabelece, pela primeira vez, uma proposta respeitosa quanto aos destinos dos moradores em relação ao parque. Desse modo, foi previsto a elaboração de um

(...) plano de transição socialmente conseqüente e culturalmente adequado para definição da sua situação; (...) por plano de transição entende-se a evolução da situação dos atuais moradores do PNJ, hoje caracterizada por comunidades sem vínculo oficial com a Unidade, para um cenário em que os moradores que permaneçam sejam incorporados ao manejo do parque (...) (ibidem, p. 202).

Assim, chega-se ao final da presente análise, com os subsídios necessários para interpretação da ação da Fundação Vitória Amazônica no processo de elaboração do plano de manejo do parque nacional do Jaú.

As estratégias da FVA para a consolidação do PNJ através da elaboração do referido plano organizaram-se: (1) por um processo inicial de reconhecimento da situação sócio-econômica dos moradores do parque; (2) acompanhado por mecanismos de construção de sua legitimidade frente aos mesmos moradores e ao IBAMA; (3) pela construção de uma vasta

compilação de pesquisas bio-ecológicas sobre a biodiversidade do parque. (4) a integração entre dados sócio-econômicos e bio-ecológicos numa base comum de interpretação geográfica (SIG); (5) a formulação de ações sócio-educativas com o objetivo de incorporar o modo de vida ribeirinho a um campo de possibilidades restrito às diretrizes conservacionistas; (6) a construção de uma proposta de adequação de presença humana com proteção integral de uma unidade de conservação; e, por fim, (7) a elaboração de um plano de manejo participativo, porém delimitado por parâmetros cientificistas.

3 – Os limites da mediação.

No mesmo ano de aprovação e publicação do plano de manejo do parque nacional do Jaú, 1998, a FVA colocava nos seguintes termos seu posicionamento frente às relações conflituosas inerentes aos conservacionismo:

A FVA reconhece hoje, explicitamente, que a consolidação de uma UC na Amazônia implica a negociação com distintos grupos de interesse (direto e indireto) conflitantes em torno da área (...). Construídas por uma combinação de definições jurídicas, planos governamentais, interpretações científicas, pressões setoriais e outros, as UCs de uso indireto em geral e o Jaú em particular não são objetos acabados. A sua abertura e a possibilidade que oferecem de múltiplas semiotizações e apropriações são as mesmas que caracterizam quaisquer artefatos socioculturais produzidos por membros de uma sociedade particular, vivendo num tempo particular. Somos obrigados a avançar na ressignificação do mundo contemporâneo e na superação dos paradigmas desenvolvimentistas e conservacionistas vigentes, construindo, pela prática, alternativas ainda não consolidadas juridicamente, isto é, a integração real de uma população residente ao manejo efetivo de um Parque Nacional, unidade de conservação de uso indireto (FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA, 1998a, p. 106-107).

O anúncio da escolha de um novo caminho para a conservação da natureza, como o feito acima, permeia a ação da FVA desde sua inserção no baixo rio Negro, e em especial, na região do Jaú/Unini/Carabinani. Através da análise do seu histórico de atividades, bem como pela presente citação, pode-se perceber que a proposta da FVA era, efetivamente, adequar a presença

humana em uma unidade de conservação de uso indireto. Não teve a pretensão de propor a reclassificação da unidade para uma reserva extrativista ou para uma reserva de desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, a classificação “parque nacional” nunca se apresentou como um entrave para a sua proposta. Sendo uma instituição de pesquisa, a experiência seria perfeitamente adequada à classificação da unidade, que tem como um dos seus objetivos, a conservação da biodiversidade para fins científicos.

Quais foram, então, os elementos estratégicos para a efetivação de sua proposta junto ao Parque Nacional do Jaú? Diante da situação de conflito estabelecida entre IBAMA e moradores, assim como das necessidades de legitimação como sujeito potencialmente capaz de consolidar a unidade, a opção da FVA foi a intermediação.

A crise do planejamento centralizado, pretensamente racional, e de feição hegemonicamente econômica (...) é o marco mais amplo da crise do “padrão de gestão” das Ucs de uso indireto na Amazônia. (...) os rastros territoriais deixados por aquele modelo vêm sendo apropriado de diferentes modos por diversos atores e agências com interesses distintos ou mesmo antagônicos. Algumas vezes esse interesses são coincidentes, gerando articulações do tipo “parceria ecológica”, com a identificada entre ONGs ambientalistas e organizações sociais locais na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (...) de Mamirauá (...). Outras vezes eles são conflitantes, como parece ser o caso das UCs de uso indireto na Amazônia brasileira, em particular o caso do Jaú até a entrada em cena de um novo agente mediador, a FVA, que reconhece os direitos de “soberania” (por assim dizer) dos grupos sociais locais, sugerindo, preparando e efetivando a sua inclusão no manejo da Unidade (idem, p. 103).

Desse modo, apesar do mérito de prover a inclusão das comunidades no processo de consolidação do PNJ, através da participação na elaboração do plano de manejo, a FVA não se configurou como uma defensora dos interesses dos moradores frente ao IBAMA. Não se colocou como defensora dos interesses do IBAMA frente aos moradores. Isso não significa afirmar que em muitos momentos, a entidade, não tenha se colocado em favor dos moradores face aos abusos do IBAMA. Por outro lado, a FVA contribuiu muito para o arrefecimento das hostilidades entre

moradores e IBAMA, com suas ações sócio-educativas e de organização comunitária. Nesse sentido, ela fortaleceu a legitimidade do IBAMA como órgão gestor e fiscalizador da unidade.

Além desses fatores, vale mencionar que o papel da intermediação situou a Vitória Amazônica numa posição muito privilegiada nesse processo. Deu a ela condições para a concretização do seu ambicioso empreendimento científico sobre a situação sócio-econômica e bio-ecológica do PNJ. As dificuldades do IBAMA em regularizar a situação fundiária dos moradores ao seu gosto – a “desintrusão” da área – possibilitaram muitos anos de pesquisa sobre o “impacto” da presença humana articuladas às pesquisas sobre a biodiversidade. Num certo sentido, o IBAMA, mesmo a contragosto, tem criado as condições para a experiência pretendida pela FVA.

Essas condições não se restringiram ao processo de elaboração do plano de manejo. Na continuidade das suas atividades, entre 1997 e 2007, a FVA empreendeu experiências de organização comunitária e de capacitação de lideranças em Novo Airão, contribuindo para o aparecimento de diversas associações. A AANA – Associação de Artesãos de Novo Airão, a APNA – Associação dos Pescadores de Novo Airão, a Comissão de Ex-moradores do Rio Jaú são exemplo de organizações que estabelecem intensa relação com a FVA. Do mesmo modo, no Rio Unini, área limítrofe do Parque Nacional do Jaú e trabalhada pela FVA, duas associações atuam no processo de fortalecimento comunitário, a AMORU – Associação dos Moradores do Rio Unini e a AMOTAPI – Associação dos Moradores de Tapiira. Além da organização das comunidades para a conquista de benefícios e direitos junto à prefeitura de Barcelos, a AMORU, com o apoio da FVA, GTA e WWF, conseguiu junto ao governo federal a implantação da reserva extrativista do rio Unini, em 21 de junho de 2006¹⁶.

¹⁶ Informações coletadas nas observações de campo realizadas para a presente pesquisa, nas cidades de Manaus e Novo Airão, durante o mês de janeiro de 2007.

No aspecto científico, a FVA desenvolveu um projeto subsequente à elaboração do plano de manejo, “Janelas para a Biodiversidade¹⁷”, a partir de uma nova experiência metodológica para o estudo da biodiversidade, com base no parque nacional do Jaú. Entre 1999 e 2004, os estudos realizados no período de elaboração do plano de manejo foram redimensionados e completados com novas pesquisas. Atualmente, a FVA vem trabalhando para a elaboração da nova versão do Plano de Manejo do PNJ, previsto para o segundo semestre de 2007.

Assim, a condição de mediadora dos conflitos ofereceu condições efetivas para o processo de consolidação do PNJ em particular, assim como para a consolidação das diretrizes conservacionistas no baixo rio Negro de forma geral. Mesmo não sendo essa a sua vocação fundamental, a intermediação possibilitou à FVA a concretização em certa medida de seus objetivos enquanto instituição.

Contudo, no caso particular do PNJ, a mediação do conflito entre IBAMA e moradores não significou estabelecimento de uma ordem harmônica. Além da continuidade de atividades consideradas clandestinas no interior do PNJ, parece haver uma reordenação das estratégias de oposição ao IBAMA por parte das comunidades ribeirinhas. Esta reordenação traz o conflito para o interior das diretrizes e representações discursivas próprias do conservacionismo. A capacitação de lideranças, a organização comunitária e as atividades sócio-educativas, empreendidas pela FVA, parecem ter dotado os moradores de instrumentos capazes de elaborar mecanismos para a obtenção de conquistas políticas nos marcos da sustentabilidade e afirmação de sua identidade

¹⁷ “Janelas para a Biodiversidade é um projeto participativo elaborado pela Fundação Vitória Amazônica (FVA) para estabelecer estratégias para inventariar, monitorar e disseminar informações sobre a biodiversidade do Parque Nacional do Jaú (PNJ) com vistas a dar subsídios ao manejo desta unidade de conservação. Durante a primeira fase do projeto foram localizadas 12 áreas focais de pesquisas, denominadas Janelas, consideradas prioritárias para o estudo da biodiversidade do PNJ. Os critérios para delimitação destas áreas foram baseados em fatores que podem influenciar a distribuição da biodiversidade em escala regional e que foram identificados em oficinas de trabalho e reuniões técnicas com pesquisadores e técnicos de várias entidades conservacionistas. Além das áreas focais para estudos, foram identificadas as temáticas de pesquisas consideradas mais relevantes para ampliar o conhecimento e o manejo da biodiversidade do PNJ” (BORGES, et alli, 2004, p.3).

cultural. Desse modo potencializaram as condições de estabelecimento de luta desses grupos pelos seus direitos em uma linguagem inevitavelmente admitida pelo ambientalismo. Apesar da presença muito intensa de organizações (governamentais ou não) junto a esses sujeitos, é possível constatar uma grande dose de autonomia na formulação de suas diretrizes políticas.

Em 19 de maio de 2006, de forma surpreendente, tanto para o IBAMA quanto para a FVA¹⁸, a comunidade do Tambor, situada no rio Jaú, foi reconhecida pelo Diário Oficial da União como um “comunidade remanescente de quilombo”. Esse fato tem como um de seus articuladores o ex-morador da comunidade do Tambor, Sebastião Ferreira de Almeida, o “Bá”. Sob sua condução, organizou-se junto à comunidade a Associação de Moradores Remanescente de Quilombo da Comunidade do Tambor/AM. A ação teve apoio da FIOCRUZ e da Fundação Palmares. Em entrevista para a constituição da presente pesquisa, “Bá” afirmou ser filho adotivo de uma das famílias do Tambor, constituída por (ex) escravos que saíram de Sergipe por volta de 1910 para se abrigarem no interior do rio Jaú. “Bá” tem atuação reconhecida junto ao movimento de ex-moradores e é uma liderança construída no contexto de relações que se desenvolveram no processo de criação e consolidação do PNJ.

Além da questão antropológica de reconhecimento dos direitos de uma minoria étnica historicamente marginalizada pela sociedade brasileira, é possível reconhecer nesse processo a constituição de mecanismos legais de permanência da comunidade do Tambor em seu território.

Em seus aspectos jurídicos, é atribuída ao INCRA a responsabilidade de determinação do processo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades quilombolas, através do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Nesse sentido há uma possibilidade de reconhecimento pelo INCRA de posse da área do

¹⁸ Informação recolhida junto ao Diretor Executivo da FVA, Carlos César Durigan e ao Chefe do PNJ Marcelo Bresolin em entrevista nas observações de campo para essa pesquisa.

parque à comunidade, a partir de sua determinação como quilombola. O artigo 11 da referida lei trata da possibilidade de sobreposição de territórios quilombolas à unidades de conservação, dentre outras propriedades do Estado.

Art. 11. Quando as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos estiverem sobrepostas às unidades de conservação constituídas, às áreas de segurança nacional, à faixa de fronteira e às terras indígenas, o INCRA, o IBAMA, a Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional, a FUNAI e a Fundação Cultural Palmares tomarão as medidas cabíveis visando garantir a sustentabilidade destas comunidades, conciliando o interesse do Estado (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm).

Como se vê, a lei que trata do assunto traz dentro de si uma excessiva generalidade, deixando em aberto – portanto terreno fértil para uma disputa jurídico-política – as possibilidades de concretização do processo de demarcação das terras em favor da comunidade. É justamente nesse campo de possibilidades reconfiguradas pelo novo elemento “quilombo”, que se estabelece uma nova rede de oposições entre moradores e IBAMA no interior do PNJ. Assim, parece inevitável um recrudescimento desse conflito. Nesse sentido, a presença de um quilombo ganha uma simbologia muito intensa. É uma das maiores representações de resistência de nossa história, tão marcada por relações de dominação e opressão.

Nesse processo de reconfiguração das relações entre os sujeitos presentes no Parque Nacional do Jaú, é possível detectar as limitações do papel mediador da Fundação Vitória Amazônica. O gradativo fortalecimento político das comunidades envolvidas nesse contexto, assim como as atividades empreendidas na luta por seus direitos, coloca em questionamento a posição que a entidade construiu no processo de consolidação do PNJ. A apropriação do discurso da sustentabilidade, atrelado as ações afirmativas de caráter étnico-cultural, por parte das comunidades ribeirinhas pode ser considerada, em grande parte, fruto das atividades sócio-educativas desenvolvidas pela entidade. É justamente um desses frutos, a auto-identificação da

comunidade do tambor como remanescente quilombola, que expôs as limitações da proposta de ação política engendrada pela FVA. Desse modo, para manter-se fiel aos propósitos de adequar conservação da biodiversidade à presença humana, talvez seja necessária a redefinição de posicionamento frente à oposição que se estabelece entre os defensores do conservacionismo biocêntrico e excludente e as comunidades presentes na bacia do Baixo Rio Negro.

Capítulo VII – O diálogo entre o ideal e o possível.

Este último e conclusivo capítulo tem a responsabilidade de promover uma intersecção entre as duas dimensões até então abordadas nesse estudo. A intenção é estabelecer um diálogo entre os princípios conceituais da etnoconservação e uma experiência neles fundamentada. Pretende-se dimensionar as possibilidades de oxigenação da teoria a partir das evidências oferecidas pela práxis, assim como sugerir alguns possíveis direcionamentos a práxis, a partir da formulação teórica apresentada. Espera-se, desse modo, oferecer uma problematização que se constitua num estímulo para a continuidade dos estudos sobre sustentabilidade, em direção a uma visão abrangente das relações entre humanidade e natureza.

1 – A etnoconservação e a Fundação Vitória Amazônica

Em artigo intitulado “O Parque Nacional do Jaú e a Etnoconservação: A Insurreição dos Saberes Sujeitados”, o então técnico da FVA, Luis Fernando Souza Santos definiu nos seguintes termos a ação da entidade juntos aos moradores do PNJ:

(...) podemos perceber a inclusão dos agentes sociais locais nos cálculos de manejo e gestão, como resultado de uma insurreição de saberes sujeitos contra os efeitos de poder produzidos pelo discurso biológico preservacionista que fundamentou a criação desta uc. O discurso conservacionista da FVA, de pesquisadores não-alinhados ao modelo preservacionista de criação de uc's e dos agentes sociais residentes em localidades situadas às margens dos rios Jaú, Unini, Carabinani e Paunini, compõe o mosaico de saberes sujeitos que se insurgiram contra o discurso até então hegemônico e estão, aos poucos, desenhando um modelo de concepção de área protegida menos excludente e autoritário (SANTOS, 2001, p.2).

Santos reflete sobre a ação da FVA a partir do mesmo referencial teórico utilizado no presente estudo, ou seja, as relações de poder engendradas por saberes hegemônicos – os

discursos científicos –, sobre formas epistemológicas periféricas, denominadas de tradicionais. Assim, confere a FVA uma posição de aliada dos saberes sujeitados na construção de estratégias de insurgência frente ao conservacionismo biocêntrico. Algum tempo mais tarde, porém, o autor apresenta um ponto de vista diferente sobre a entidade em sua ação no Parque Nacional do Jaú.

Embora se propusesse a respeitar as especificidades culturais dos grupos sociais localizados no PNJ, a FVA apresentou um verdadeiro projeto de reinvenção destes, no qual todo o sistema econômico em que estavam organizados foi repensado, tendo em vista que “*o objetivo geral de todo este debate é a proteção do PNJ*” (...). O discurso construído em torno dos grupos sociais locais, o aprofundamento do conhecimento dos mesmos, a preocupação em tê-los presentes nas diversas etapas de elaboração do plano de manejo da unidade, não ultrapassou o umbral das preocupações biológico-ecológicas conservacionistas. (...) todo o aumento de conhecimento científico da área do PNJ – (...) – deve sempre ser situado, considerando a reflexão sociológica desenvolvida neste estudo, no contexto das práticas de saber e, uma vez que teoricamente o fio condutor passa pela analítica foucaultiana, práticas de poder. A construção de um quadro de diversidade biológica do Parque e da caracterização dos grupos sociais que nele residem, deste modo, é apenas um elemento que contribui para produção do mesmo. Indica o avanço inexorável do *bio-poder* no processo de ambientalização da bacia do rio Jaú (SANTOS, 2002, p.102).

Nesse momento, Santos compreende a FVA como a promotora privilegiada do conservacionismo biocêntrico e, portanto, responsável pela conformação das comunidades residentes no parque às suas diretrizes. O autor utiliza-se do mesmo referencial teórico, o saber-poder de Michel Foucault, para conclusões radicalmente opostas sobre a relação entre a organização e as comunidades do PNJ. Portanto, num primeiro momento, reconhece a FVA articulada à resistência dos ribeirinhos contra a premissa de uma conservação restrita e excludente. Num segundo momento, situa a entidade como articuladora principal do mesmo modelo conservacionista.

A exposição dessa aparente contradição tem como objetivo oferecer uma interpretação que permita transcender essas posições dicotômicas e excludentes, para assim compreender a

inserção da Fundação Vitória Amazônica em sua complexidade. Pretende-se demonstrar que as duas perspectivas integram-se num conjunto de relações no qual conflito e complementaridade transitam no mesmo campo de possibilidades.

Como foi esmiuçado no capítulo II, o estabelecimento de uma relação de poder gera as condições de surgimento de estratégias de resistência. Esse jogo de relações se dá no interior de um campo de ações estabelecido por quem domina, ou seja, quem age sobre a ação do outro. Aquele que é dominado elabora suas possibilidades de resistência e subversão a partir das concepções geradas pelo seu saber-fazer submetido. No entanto, o faz no interior dos limites impostos por aquele que exerce o poder de ação e a partir de instrumentos dominantes, apropriando-se de elementos exógenos a sua existência. Assim, redireciona esses elementos contra aquele que determina as relações de poder vigentes. Esse parece ser o caso das relações que se estabeleceram no processo de consolidação do PNJ. Para tanto, é preciso compreender que nessa situação em particular, a instituição que inseriu as comunidades aos limites do conservacionismo biocêntrico, também os instrumentalizou para a resistência contra ele.

A pesca e a caça ilegal apresentaram-se, num primeiro momento, como as formas de resistência mais comuns frente às imposições que acompanharam a criação do PNJ. Essas atividades intensificaram-se com a proibição do comércio dos regatões realizada pelo IBAMA, o que tornou mais difícil o acesso de mercadorias industrializadas por parte dos ribeirinhos. Para muitos moradores, a pesca e caça ilegal tornaram-se a garantia de sobrevivência e continuidade no interior do parque. Assim, essas atividades representam, também, uma forma de resistência política, na medida em que expressam a luta pela permanência na área.

Num segundo momento, o fortalecimento das estratégias de resistência foi diversificado através da incorporação dos signos de sustentabilidade e autodeterminação cultural por parte das comunidades. Porém, utilizadas de forma criativa e autônoma. Os primeiros frutos dessa

dinâmica aparecem incipientemente na região do Jaú, com a auto-declaração como remanescente quilombola realizada pela comunidade do Tambor. A FVA, portanto, situa-se nessa tensão entre complementaridade e conflito. Foi do seu esforço para a organização comunitária que surgiu a instrumentalização necessária para que a comunidade e seus líderes buscassem no passado os seus elementos de resistência. A mesma organização comunitária que possibilitou a consolidação da autoridade do IBAMA, assim como a incorporação das concepções conservacionistas junto à cultura ribeirinha rio-negrina.

O estabelecimento dessa dinâmica de relações de poder e estratégias de resistências, implica na reflexão sobre a interação entre organizações não-governamentais e as populações tradicionais. As ONG's têm sido articuladoras privilegiadas na constituição de práticas políticas ambientalistas e conservacionistas. No caso aqui estudado, a Fundação Vitória Amazônica assumiu o papel de mediadora entre ação estatal e a comunidade tradicional. Não há evidências para a interpretação da referida ONG no sentido de agir em *substituição ao Estado*, mas como *alternativa para o Estado*. É importante lembrar que a FVA surgiu da iniciativa de, principalmente, pesquisadores do INPA, como uma forma de garantir maior rapidez e menor sofrimento burocrático para o financiamento de suas pesquisas. Assim como, para agilizar a relação entre produção de conhecimento e ação conservacionista. Como foi demonstrado, a presença institucional do INPA e de outras instituições públicas de pesquisas foi constante nas atividades da FVA. Além disso, como já foi exaustivamente salientado, a FVA contribuiu para a legitimidade da ação estatal, via IBAMA, no processo de consolidação do PNJ.

Por outro lado, como populações consideradas tradicionais, as comunidades ribeirinhas residentes no interior do PNJ foram um dos alvos principais de atuação da FVA. O elemento exógeno de identificação foi, após a criação do parque, o termo “morador”. Esse termo parece ter sido incorporado pelos ribeirinhos mesmo quando suas ações voltavam-se frontalmente contra o

parque. Como elemento de incorporação e identificação, serviu para adequar a presença humana ao processo de elaboração do plano de manejo. Tornou-se símbolo de resistência quando, por exemplo, foi utilizado para a construção de instâncias para a conquista de direitos, como a “Comissão do Ex-Moradores”. Postas em relação, a ONG “FVA” e a população tradicional “moradores” estabeleceram uma reciprocidade permeada, fundamentalmente, pela questão da regularização fundiária.

Colocando-se a favor da permanência dos moradores, a FVA alimentou um desejo de resistência que acabou por não excluir a resignação de uma possível retirada, sucessivamente marcada na memória dos moradores por ondas de levantamentos e recadastramentos. Na condição de, ao mesmo tempo, aliada da população na questão fundiária e parceira do IBAMA na consolidação do parque, a FVA engendrou-se num posicionamento intermediário, vedada à possibilidade de colocar-se ao lado dos moradores na assunção de uma luta aberta em defesa da posse da terra. Diante do conflito entre os agentes do conservacionismo estrito e os grupos extrativistas residentes no Jaú, a opção pela conservação étnica realizada pela Fundação Vitória Amazônica foi coerente, num primeiro momento, com a perspectiva mediadora de sua atuação. Assim, a conservação da biodiversidade poderia, segundo essa proposta, coadunar com a presença desses grupos humanos. No entanto, esse posicionamento mediador foi suficiente para a adequação dos princípios da etnoconservação de forma efetiva?

Como proposta político-acadêmica que defende uma implicação indissociável entre *populações tradicionais* e *paisagens*, a etnoconservação apresenta-se como uma forma de gestão compartilhada dos recursos naturais entre Estado, entidades ambientalistas e populações locais. Prevê a orientação do manejo regido a partir da lógica, saberes, práticas e usos específicos dos povos tradicionais presentes em unidades de conservação. São condições para a sua efetividade, (1) a constituição de relações de poder provenientes das comunidades, tornado-se assim gestoras

privilegiadas; (2) a garantia legal de posse da terra por parte das comunidades em questão; (3) e a complementaridade de relações entre o conhecimento técnico-científico e o tradicional-mitológico. Cabe-nos refletir como o papel mediador da FVA relacionou-se com as condições propostas por esse ponto de vista teórico da etnoconservação.

O empoderamento das comunidades – primeira condição para a etnoconservação – não poderia ter-se realizado como uma cessão pura e simples do gerenciamento/manejo do PNJ às comunidades, no seu sentido burocratizado e administrativo. A atribuição de comando da gestão implica na garantia e fortalecimento do seu modo de vida tradicional, assim como a sua ação junto à paisagem.

A sustentabilidade apresentada por esses grupos, como se sabe, é definida pelo respeito à ciclicidade e sazonalidade da natureza. O que não significa, contudo, uma mera submissão ao domínio natural pela ausência de recursos tecnológicos, como sugere o simplismo biocêntrico e cientificista. Há uma outra lógica de relações nesse envolvimento, próximo daquilo que Morin sugere como a dupla pilotagem: a capacidade de guiar e, ao mesmo tempo, ser guiado pela natureza (Morin, 2002, p. 116). No entanto, sabe-se também que o extrativismo praticado pelas comunidades do Jaú está articulado, de forma submissa e oprimida, ao conjunto de relações capitalistas. A criação do Parque Nacional do Jaú não extinguiu essas relações, apenas tornou-as ilegais. Assim, promover uma efetiva gestão étnica implica num duplo movimento em articulação com as relações de produção econômicas da vida dos ribeirinhos. Esses dois movimentos se apresentam no âmbito endógeno (o conjunto de relações internas da reprodução social ribeirinha) e exógeno (o conjunto de relações externas que articulam os moradores do parque à dinâmica capitalista hegemônica).

O primeiro momento implica em viabilizar a reprodução da vida sócio-econômica das comunidades ribeirinhas, levando-as em consideração como um elemento presente e atuante nas interações bio-ecológicas.

A forma e o uso da terra pela população aborígine, e a seguir também pelas populações de ‘caboclos’ neobrasílicos imigrantes, foi e continua sendo a *shifting cultivation*, quer dizer, a do estabelecimento de pequenas áreas de derrubada e de queimadas, ‘roças’, bem distantes entre si. Em consequência da rápida exaustão, estas roças são, dois a três anos após, invariavelmente abandonadas, iniciando-se alhures, da mesma maneira, e por igual lapso de tempo, novas plantações. Nas áreas abandonadas cresce rapidamente uma mata secundária (‘capoeira’), a qual 30 ou 40 anos depois é reconhecível apenas por um botânico e por este distinguível da floresta primitiva, em vista de algumas espécies peculiares de árvores. As ‘alfinetadas’ na floresta primitiva, coesa, saram inteiramente no decorrer deste período (SIOLI, 1985, p. 216).

Esse modelo de organização descrito por Sioli de forma geral na Amazônia, pode ser encontrado também na região do Rio Jaú.

O sistema de agricultura tradicionalmente praticado na Amazônia, característico das populações indígenas e das unidades de produção familiares, é o sistema de pousio, no qual a fase de cultivo agrícola é regionalmente conhecida como roça. Os levantamentos agrícolas realizados no PNJ fornecem dados a partir do mapeamento e do inventário dos cultivos desenvolvidos (...). O sistema de roças (...) envolve uma integração ecológica sustentável entre a agricultura e o uso dos recursos florestais. (...) A plantação de roças é um processo desenvolvido não somente a partir de conhecimentos técnicos, mas também de um conjunto de conhecimentos tradicionais, crenças e costumes relacionados aos fenômenos da natureza (...) (FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA, 1998b, p.158-160).

Como a predominância das análises sobre as ações humanas concentra-se na linguagem quantitativa, foi determinado pelos estudos da FVA que essas atividades agroflorestais ocupavam 0,054% da área total do parque em 1992 (idem). Essa produção, quase totalmente voltada para o auto-consumo, está articulada ao extrativismo vegetal e animal, que, por sua vez, é utilizado tanto para o auto-consumo quanto para o estabelecimento de relações econômicas exógenas. É digno de nota que a FVA desenvolveu um intenso trabalho de zoneamento levando em consideração o uso das necessidades humanas no PNJ.

Ao considerar o ser humano como elemento partícipe da dinâmica natural, poder-se-ia compreender a contribuição da sua presença na dinâmica de reprodução das relações ecológicas. É preciso levar em consideração, a concepção de que a floresta amazônica não vive num eterno clímax estático, mas tende a uma estabilização – ou seja, ao clímax – por meio de irrupções e regenerações das próprias interações ecológicas. As ‘alfinetadas’ humanas na floresta podem fazer parte desse dinamismo.

(...) a qualidade eco-organizadora mais notável não é manter sem cessar, em condições iguais, por meio de nascimentos e mortes os estado estacionário do clímax, mas ser também capaz de produzir ou inventar novas reorganizações a partir de transformações que sobrevêm no biótopo e na biocenose. Assim aparece-nos a virtude suprema da eco-organização: não é estabilidade, mas a aptidão para construir novas estabilidades; não é o retorno ao equilíbrio, mas a aptidão da reorganização a reorganizar a si mesma de novas maneiras, sob o efeito de novas desorganizações. (...) Assim observa-se que as associações entre uma fauna e uma flora dadas atingem, após uma seqüência de estágios transitórios, o estado de maturidade que é o clímax. Uma perturbação desorganizadora rompe esse clímax, determina fenômenos ditos de ‘rejuvenescimento’, os quais conduzem, por etapas, a novo clímax (MORIN, 2002, p. 51).

Importa refletir que essas aberturas na floresta não se restringem a fenômenos antrópicos. Dentre outros, existe na região do rio Jaú um fenômeno de derrubada de árvores por fortes rajadas de ventos.

As quedas de árvores por causas naturais são responsáveis pela grande dinâmica das matas tropicais, que pode variar em diferentes escalas: indo desde pequenas clareiras, causadas pela queda de uma única árvore, até a derrubada de grandes áreas causadas por ventos fortes. Esse fenômeno (blowdowns) tem sido reportado em regiões da América do Sul e sudeste da Ásia. (...) a distribuição geográfica indica que são mais freqüentes no interflúvio dos rios Japurá e Negro, onde se localiza o Parque Nacional do Jaú. Na imagem de satélite de agosto de 1994, observa-se a ocorrência de 36 clareiras causadas por ventos fortes, totalizando uma área de 6.420 ha, a maior parte na região oeste do Parque. Essas perturbações catastróficas têm importantes implicações na dinâmica sucessional da floresta (FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA, 1998b, p.97-98).

A comparação entre o fenômeno natural de derrubada de árvores (0,28% da área total do parque) e das áreas utilizadas para agricultura (0,054%) demonstra que, na especificidade do Parque Nacional do Jaú, as atividades humanas têm um grau de abrangência mínimo em relações aos próprios fenômenos naturais, guardadas as especificações de cada fenômeno. O biocentrismo conservacionista considera, de forma geral, as clareiras por causas naturais fatores muito importantes para o processo de sucessão florestal. Mas, invariavelmente, tomam as roças e queimadas antropogênicas como fatores negativos para a biodiversidade. A relação agricultura-extrativismo enseja uma organização sócio-econômica que dificilmente apresentaria riscos efetivos para o processo de sacralização da biodiversidade. Portanto, o conjunto de relações econômico-ecológicas das comunidades ribeirinhas não engendra ameaças significativas a degradação da paisagem do PNJ. Delegar poder de gestão aos ribeirinhos implica em garantir essa dinâmica interna que integra o humano ao natural.

O segundo momento de relações – o exógeno – talvez apresente ameaças sérias a sustentabilidade da dinâmica sócio-ecológica do PNJ. A prática extrativista nos rios da Amazônia é a ponta produtiva de um complexo processo econômico de uso dos recursos naturais. Essas relações alcançam uma territorialidade internacionalizada. O modelo de exploração do trabalho ribeirinho é denominado de sistema de aviamento. Nele estabelece-se uma relação de dependência econômica entre o regatão e o morador extrativista das margens dos rios. Um endividamento contínuo atrela os dois agentes num padrão exploratório que tem suas raízes no período áureo da produção de borracha. A dependência moral entre os dois, no entanto, é fruto do antigo processo de catequização missionária que Amazônia é palco desde o século XVII. Pelo regatão, chegam as mercadorias do mundo exterior ao ribeirinho e os produtos da floresta ao atacadista de Manaus. Assim, esses produtos atingem o mercado nacional e internacional.

A relação que as populações locais mantêm com as esferas externas ao seu contexto – com o mercado através da comercialização dos seus produtos e na obtenção de mercadoria para manutenção de seu grupo – contribui para a geração de mudanças. Embora de forma mediatizada e não determinista, o mercado detém força até certo ponto imperativa ao incidir no plano local que exige o estabelecimento de vínculos diferentes dos tradicionais, seja na relação com a natureza, seja no interior do próprio grupo. Faz-se notória a relativa independência que os moradores possuem em relação às mercadorias, apesar da acentuada diminuição nas práticas de troca de produto entre os grupos domésticos e o aumento na troca dos produtos por mercadorias, se comparados às populações nativas em contextos similares. Observa-se a diversificação crescente nas formas de comercialização diante das restrições à entrada dos regatões no rio pelo IBAMA, que impede a entrada de comerciantes no rio Jaú desde 1982. Observa-se que eles utilizam diferentes formas para vender os seus produtos, sobretudo a venda direta (em Novo Airão), a negociação com o regatão e a troca entre vizinhos (BORGES et alli, 2004, p.74-75).

A pesca e caça ilegal são elementos contemporâneos que se incorporam às relações de produção e comercialização do extrativismo, atuantes sobre os ribeirinhos viventes no PNJ. As restrições ambientalistas ao comércio no parque podem ser, paradoxalmente, as responsáveis pela intensificação das práticas ilegais. O custo de locomoção para fora dos limites do parque até as cidades mais próximas para obtenção de mercadorias, fez da caça e da pesca para comercialização, atividades mais procuradas por serem mais rentáveis. Assim, por essas vias, as relações econômicas capitalistas engendram-se num ambiente não totalmente moldado por elas, mas que intensificam a produção de atividades não-sustentáveis e opressoras aos ribeirinhos. As relações capitalistas de produção impelem, desse modo, a procedimentos destrutivos junto à natureza, levando a uma espécie de “falha metabólica” nas relações entre a ação humana e os fenômenos naturais. Foster evidencia a constatação de Marx sobre esta falha.

Um componente essencial do conceito de metabolismo sempre foi a noção de que ele constitui a base que sustenta a complexa teia de interações necessária a vida e viabiliza o crescimento. Marx empregou o conceito de “falha” na relação metabólica entre os seres humanos e a terra para captar a alienação material dos seres humanos dentro da sociedade capitalista das condições naturais que formaram a base de sua existência – o que ele chamou “a(s) perpétua(s) condição(ões) da existência humana imposta(s) pela natureza”. Insistirem em que essa tal falha metabólica entre os seres humanos e o solo foi em larga

escala criada pela sociedade capitalista era afirmar que as condições de sustentabilidade impostas pela natureza haviam sido violadas. “A produção capitalista”, observou Marx, “volta-se para a terra só depois que esta foi exaurida pela sua influência e depois que as suas qualidades naturais foram por ela devastadas” (FORSTER, 2005, p.229).

A generalização do aspecto destrutivo da relação humano-natureza a todas as formas sócio-culturais de humanidade, realizadas pelos conservacionistas biocêntricos, portanto, é a generalização do *modus operandi* capitalista de produção. Especificidades étnicas podem exercer outras formas de relação metabólica com a natureza. É imperioso atentar, portanto, que as possibilidades de ruptura das relações sócio-ecológicas no Parque Nacional do Jaú residem, preponderantemente, no grau de articulação entre as comunidades ribeirinhas e as relações capitalistas de produção e troca.

Um papel reclamado pelas organizações não-governamentais, tem sido a tentativa de promoção de geração de renda para populações tradicionais através da comercialização de produtos sustentáveis. Essa tentativa de mediação entre o mercado capitalista e comunidades tradicionais tem como objetivo gerar alternativas para evitar atividades predatórias sobre a paisagem, assim como garantir a inserção desses grupos étnicos a partir de atividades adequadas às suas especificidades sócio-culturais. Experiências inovadoras de comercialização sustentável tem alcançado êxito nesses objetivos. A Fundação Vitória Amazônica também lança mão dessas estratégias.

A integração dos moradores de Novo Airão nas discussões e elaboração do Plano de Manejo do Parque, e o debate sobre a importância do desenvolvimento do ecoturismo e da comercialização do artesanato produzido pelos moradores como alternativas econômicas, colaboraram para a criação do Projeto FIBRARTE, da FVA. Como fruto de amplas discussões e estudos no âmbito desse projeto, criou-se a Associação dos Artesãos de Novo Airão. Buscou-se constantemente potencializar as organizações populares que estão se formando em Novo Airão e no interior do PNJ com vistas à melhoria de suas condições e da qualidade de vida, a partir de alternativas econômicas sustentáveis que

reduzam os impactos negativos sobre os recursos naturais pela incorporação de procedimentos adequados na relação com o meio ambiente, num processo que proporcione informações, favoreça a articulação das organizações e estimule o debate, elevando o nível do exercício da cidadania combinado ao compromisso ambiental com as gerações presentes e futuras – premissa fundamental de um desenvolvimento sustentável (FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA, 1998b, p.97-98).

Recentemente, a FVA sistematizou essas atividades com a criação do Programa de Alternativas Econômicas. Até o momento de redação desse texto, as afirmações contidas no site da instituição referem-se à primeira fase de desenvolvimento desse programa, denominado de Diagnostico Participativo.

O diagnóstico está sendo a ferramenta que guiará o recém criado Programa de Alternativas Econômicas da FVA no planejamento de uma estratégia de ação para a área do médio e baixo rio Negro (campo de atuação da FVA) referente à organização das atividades econômicas e a comercialização de produtos das comunidades e entidades locais que tiverem interesse em participar deste processo. Nesta primeira fase, o PAE se concentrará na realização do diagnóstico para atualização dos dados sobre a situação ecológica e econômica da exploração dos recursos naturais e das potencialidades das comunidades/grupos participantes. (...) Em uma segunda fase, mais ativa e propositiva, ainda a ser planejada ao final dos trabalhos, o objetivo do programa será trabalhar pesquisas participativas (economia, produção, comercialização, sustentabilidade, manejo etc.), implementação e viabilização das atividades econômicas surgidas no diagnóstico e buscar resolver, também de forma participativa, as questões relativas à comercialização dos produtos, busca e análise de mercado (www.fva.org.br).

De modo geral, projetos de inserção mercadológica das comunidades tradicionais têm alcançado frutos positivos no processo de geração de renda e de manejo sustentável. No entanto, essas atividades implicam necessariamente na formulação de estratégias que não pertencem ao conjunto de concepções do modo de vida dessas populações. É imperativo, para que esses projetos frutifiquem, a inserção de uma lógica produtivista e lucrativa exterior ao conjunto de princípios orientadores do modo de organização econômico-ecológica. É necessária, também, a fetichização da etnicidade desses grupos sociais, constituindo-os assim, em mercadoria. Por outro

lado, na medida em que a atividade de produção e comercialização sustentáveis torna-se um importante fator de geração de renda à população, o tempo de trabalho e o esforço coletivo de produção acabam por interferir na organização econômica. Numa terminologia marxiana, promove-se um processo de reestruturação das relações de produção internas às comunidades tradicionais e indígenas. Relações que, como vimos, são parte integrante fundamental da incorporação desses grupos ao conjunto de interações ecológicas em determinado bioma. Além disso, esse processo de inserção mercadológica pode provocar tendências de especialização de trabalho e produção em atmosferas onde a não-especialização configura-se como determinante na articulação da vida econômica endógena.

Em suma, grande parte dos programas e projetos de geração de renda por comercialização de produtos sustentáveis, solidários, étnicos, etc., não rompem com a lógica própria das relações capitalistas. Fazem parte do conjunto de atividades características do desenvolvimento sustentável. Por isso, não conseguem ultrapassar a lógica de produção de desigualdades e degradação que pretendem combater. A garantia de reprodução da sustentabilidade dos grupos étnicos envolvidos na etnoconservação encontra aí grandes dificuldades, pois a introdução de práticas capitalistas resulta no comprometimento da sustentabilidade efetiva.

Nesse sentido, é de importância fundamental discutir, não só emergências de organizações não-capitalistas e sustentáveis, mas também o estabelecimento de formas de circulação e troca igualmente não-capitalistas. Normalmente, essa discussão é considerada inviável e utópica. Reside nesse debate um processo de naturalização dos princípios de regulação mercadológicos do capitalismo. No entanto, as relações comerciais de troca de bens (materiais ou imateriais) não é um fenômeno unicamente capitalista; existem em todas as formas de organização econômica. Marcel Mauss contesta a idéia de que as culturas não-ocidentais limitavam-se ao

empreendimento de uma economia natural, voltada para o autoconsumo e para o escambo.

Demonstrou, também, a existência de uma lógica diferenciada de comercialização:

Descreveremos os fenômenos de troca e de contrato nessas sociedades que não são destituídas de mercados econômicos, como se tem pretendido – pois o mercado é um fenômeno humano que, ao nosso ver, não é estranho a nenhuma sociedade conhecida – mas cujo regime de troca é diferente do nosso (...). Em primeiro lugar, não são indivíduos, e sim coletividades que se obrigam mutuamente, trocam e contratam; as pessoas presentes ao contrato são pessoas morais – clãs, tribos, famílias – que se enfrentam e se opõem, seja em grupos face a face, seja por intermédio dos seus chefes, ou seja, ainda nas duas formas ao mesmo tempo. Ademais, o que trocam não são exclusivamente bens e riquezas, (...), coisas exclusivamente úteis. Trata-se, antes de tudo, de gentilezas, banquetes, ritos, serviços militares, (...), feiras em que o mercado é apenas um dos momentos e onde a circulação de riquezas constitui apenas um termo de um contrato muito mais geral e muito mais permanente. Enfim, essas prestações e contra-prestações são feitas de uma forma sobretudo voluntária, por presentes, regalos, embora sejam no fundo, rigorosamente obrigatórias (...). Propusemos chamar tudo isso de sistemas de prestações totais (MAUSS, 2002, p. 42-45).

Um dos aspectos mais interessantes dessa outra racionalidade econômica é que a circulação se opera por meio da concessão e da dádiva, formas opostas à comercialização capitalista, orientada pelo acúmulo, compra e expropriação. A obrigação de oferecer constitui um importante instrumento de socialização de bens e relações, possibilitando um processo não-cumulativo que restringe a possibilidade de edificação de desigualdades sociais. Uma economia da dádiva, portanto, se constitui a partir de uma inversão de sentido no processo de comercialização vigente; assim como, pela circulação de um complexo de significações e práticas que extravasam a simples troca de mercadorias. Num esforço coletivo de proporções históricas, a viabilidade de sobrevivência das configurações sócio-culturais não-capitalistas e sustentáveis, passa pela reinvenção de um paradigma de circulação e troca, no qual experiências de produção, tecnologias, alianças e compromissos sociais permitam articular essas configurações. A emergência de um novo modelo de circulação não é responsabilidade de uma única instituição ou

grupo social. Implica num processo amplo de reformulação sócio-econômica, que deve envolver movimentos sociais, instituições e grupos não-alinhados com o discurso dominante sobre a sustentabilidade. Isso não significa desprezar as necessidades imediatas de geração de renda e redução da pobreza, não reconhecer as exigências reais de sobrevivência desses grupos no complexo mundo contemporâneo. Contudo, é parte fundamental da reflexão sobre a sustentabilidade, buscar os caminhos que ultrapassem a noção limitada de desenvolvimento sustentável.

Desse modo, o estabelecimento de relações de poder a partir das comunidades tradicionais – como condição para a etnoconservação – articula-se à capacidade desses grupos em manter sua lógica de produção e reprodução econômico-ecológica do ponto de vista endógeno. Assim como, em resistir a um conjunto de relações exógenas que possa conduzi-los a um processo de proletarização e de degradação da paisagem da qual são partícipes. Constituir poder de decisão na gestão conservacionista implica em garantir o fortalecimento de sua identidade sócio-cultural, para tornarem-se sujeitos do processo no qual estão inseridos. Mas, como vimos, a constituição de relações de poder a partir das comunidades só pode materializar-se enquanto apropriação dos elementos exógenos para sua reordenação segundo a lógica endógena de cognição-ação.

Essa constatação advém, justamente, da reflexão sobre a segunda condição de estabelecimento da etnoconservação – a garantia legal de posse da terra por parte das comunidades. Esse ponto fundamental na relação entre FVA e moradores do PNJ, só conheceu conquistas significativas por parte da ação relativamente autônoma das comunidades, cristalizada no caso já comentado sobre a comunidade do Tambor. Essas considerações não minimizam a atuação da FVA no processo de discussão sobre a presença dos moradores no parque. Levando-se em consideração, ainda, as dificuldades inerentes a defesa de uma proposta que não conta com uma fundamentação jurídica, na medida em que a categoria “parque nacional” não admite a

presença humana na gestão conservacionista. Não despreza, também, as grandes resistências apresentadas pelo IBAMA, que é composto por técnicos que, de forma geral e com raras exceções, insistem numa visão de conservação “conservadora”, restritiva e fiscalizadora.

Finalmente, a complementaridade científico-mitológica – terceira condição para etnoconservação. No processo de consolidação do Parque Nacional do Jaú, o conhecimento científico agiu preponderantemente sobre o conhecimento tradicional, restringindo-lhe os limites de atuação e colocando-o como auxiliar na busca de elementos para observação da biodiversidade. Além disso, a composição saber-fazer dos ribeirinhos foi constantemente colocada como objeto da análise científica quase que exclusivamente do ponto de vista quantitativo. Um indicativo persistente dessa preponderância foi a utilização indiscriminada do termo “impacto” nos relatórios e documentos da FVA. Do ponto de vista da biologia da conservação, a palavra é utilizada para determinar toda e qualquer ação humana em relação à natureza. Terborgh, conhecido conservacionista biocêntrico, refuta, a partir de um evolucionismo grosseiro, a especificidade dos modos de vida não-ocidentais em relação ao uso humano dos elementos naturais. Para o autor, se populações indígenas e extrativistas não são destruidoras, isto se deve unicamente ao fato de se configurarem em “museus vivos”.

(...) é inevitável que mesmo as sociedades mais tradicionais venham eventualmente ser acordadas pelo mundo moderno e, quando isso acontecer, não existirá um ponto natural de parada além da completa assimilação da cultura dominante. O ponto final da acumulação é um estilo de vida como o nosso – repleto de cidades, infra-estrutura de comunicação e transporte e economia de mercado – um estilo de vida que é incompatível com o conceito de parque ou de preservação da natureza. As populações indígenas que vivem dentro de áreas protegidas não podem, então, se juntar ao principal fluxo econômico e social sem transgredir as definições legais e comprometer severamente a proposição de conservar a natureza da área (TERBORGH, 2002, P. 336).

A partir dessas considerações, o autor afirma que toda ação humana é inevitavelmente impactante para a natureza e pode ser mensurada por uma simples equação matemática.

(...) então o que propomos em relação a isso? Por questão de princípio, parques livres de pessoas devem ser sempre a meta final. (...) Mesmo que a presença de residentes dentro do parque não possa parecer ameaçadora, ela eventualmente se tornará, à medida que seu número crescer e seu estilo de vida mudar. Toda e qualquer medida proativa para minimizar impactos humanos dentro de áreas protegidas deve contar com a inevitável tendência das populações humanas de crescer ao longo do tempo. O impacto da população humana no ambiente é representada pela seguinte fórmula: Impacto = (número de humanos) x (o consumo *per capita* de recursos) x (um “fator tecnológico”) (idem, p. 337).

Esse libelo malthusiano demonstra a tendência dos conservacionistas biocêntricos em tomar a presença humana como impactante em relação às interações ecológicas. O ser humano é inevitavelmente e aprioristicamente considerado um elemento exógeno e perturbador das referidas interações. Desse modo, o que determina a nocividade da presença humana é a sua densidade demográfica. Poucos seres humanos, pouca degradação; muitos seres humanos, muita degradação. Os levantamentos sócio-econômicos empreendidos pela FVA sempre demonstraram a não-degradação das atividades ribeirinhas, porém essas sempre foram classificadas pelo termo “mínimo impacto”. Assim, essas pesquisas não ofereceram subsídios para compreender as múltiplas dimensões da ação humana no conjunto das interações ecológicas, nem das possibilidades de diversificação da biodiversidade através das atividades antrópicas.

Desse modo, é possível notar que a FVA desenvolveu uma *práxis orientada para a etnoconservação, porém, manteve-se atrelada a conceitos e concepções constitutivos da biologia da conservação*. A proposta de incluir a presença humana na conservação da natureza foi defendida a partir de concepções que tomam as duas dimensões como realidades antagônicas e excludentes. Essa não-correspondência entre concepção e ação, pode ter comprometido os esforços da FVA em construir argumentos capazes de demonstrar a viabilidade da presença

humana no PNJ, junto, principalmente, ao IBAMA. Assim como, ao conjunto de instituições, movimentos e sujeitos que compõem a legitimidade das atividades relacionadas ao ambientalismo.

Por fim, a análise sobre a relação entre a FVA e a população ribeirinha do PNJ a partir da ótica sobre o conflito entre saberes, permite um breve questionamento sobre a idéia de complementaridade entre mito e razão, presente na maior parte dos estudiosos da etnoconservação. A dinâmica sócio-ecológica imersa na história de formação e consolidação do PNJ demonstrou um intenso jogo de relações de poder e estratégias de resistência, no qual a *complementaridade* não teria sido produzida automaticamente. A *apropriação* do saber-fazer cientifizante e seus efeitos pelo saber-fazer mitológico, ou seja, a incorporação das concepções e práticas conservacionistas exteriores ao mundo dos ribeirinhos do Jaú nas suas estratégias de resistência, produziu as condições necessárias para as comunidades tornarem-se interlocutoras privilegiadas da presença humana na unidade de conservação. Nesse sentido, parece válida a máxima proposta por Morin: “Os antagonismos, sem deixar de ser antagonismos, tecem complementaridades” (2002, p. 77).

É possível, portanto, pensar em complementaridade como a constituição de uma relação harmônica? Talvez a complementaridade seja, antes, resultado de um jogo de relações conflituosas.

Bibliografia

ALEXANDRE, A. F. Etnoconservação como política de meio ambiente no Brasil: desafios políticos de resistência e integração ao mundo globalizado. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 3, jul/set. 2002a.

ALEXANDRE, A. F. A política que se apreende: Avaliando o processo de implementação das reservas extrativistas no Brasil à luz do ideário da etnoconservação. **Caderno de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 25, ago. 2002b.

ALMEIDA, M. W. B. & CUNHA, M. C. **Populações Tradicionais e Conservação Ambiental**. in: CAPOBIANCO, J. P. R. (coord.). **Biodiversidade na Amazônia Brasileira: Avaliação e Ações prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios**. São Paulo. Estação Liberdade/Instituto Socioambiental. 2001.

ARRUDA, R. S. V. **‘Populações tradicionais’ e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação**. In: DIEGUES, A. C. (Org) **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo. Hucitec, 2000.

BARRETO FILHO, H. T. **Considerações sobre a Versão Preliminar do Relatório “O Moradores do Parque Nacional do Jaú: Um Parque por Ele Mesmo” (Censo e Levantamento Sócio-econômico)**. Manaus. Fundação Vitória Amazônica. 1993.

BARRETO FILHO, H. T. **Da Nação ao Planeta através da Natureza: Uma Abordagem Antropológica das Unidades de Conservação de proteção na Amazônia Brasileira**. 2001 (Tese de Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo/ São Paulo.

BORDIEU, P. **A Miséria do Mundo**. Petrópolis. Vozes. 1997.

BORGES, S. H. et. alli. **Janelas para a Biodiversidade no Parque Nacional do Jaú: Uma Estratégia para o Estudo da Biodiversidade na Amazônia**. Manaus. Fundação Vitória Amazônica. 2004.

CARVALHO, B. SIZER, N. C. **Levantamento Sócio-econômico do Parque Nacional do Jaú**. Manaus. Fundação Vitória Amazônica. 1990.

CARVALHO, E. A. **Identidade étnico-cultural e movimentos sociais indígenas**. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais. São Paulo. 1983.

CARVALHO, E. A. **Polifônicas Idéias: Antropologia e Universalidade**. São Paulo. Imaginário. 1997.

COELHO, S. C. T. **Terceiro Setor: um estudo comparativo entre Brasil e Estados Unidos**. São Paulo. Ed. SENAC. 2000.

COLCHESTER, M. **Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas.** In: DIEGUES, A. C. (Org) **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** São Paulo. Hucitec, 2000.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum** Rio de Janeiro. FGV. 1991

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Agenda 21,** 1992. Disponível em: <http://bdt.fat.org.br/publicacoes/politica/agenda21>. Acesso em 20/08/2005.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável,** 2002 Disponível em: <http://www.ana.gov.br/açõesadministrativas/relatoriogestão/rio10> Acesso em 20/08/2005.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Plano de Implantação,** 2002 <http://www.ana.gov.br/açõesadministrativas/relatoriogestão/rio10> Acesso em 20/08/2005.

DIEGUES, A. C. **Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos.** In: _____.(Org) **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** São Paulo. Hucitec, 2000.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza Intocada.** São Paulo. Nupaub – Universidade de São Paulo.1994.

FERREIRA, L. C. **Ambientalismo Brasileiro nos Anos 1990: Crise e oportunidade de Mudança Social.** in: SORRENTINO, M. (coord.) **Ambientalismo e participação na contemporaneidade.** São Paulo. EDUC/FAPESP, 2002.

FOUCAULT, M. **O sujeito e o poder.** In: DREYFUS, H. L. & RABINOW, P. **Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica – Para além do estruturalismo e da hermenêutica.** Cidade. Forense Universitária, 2000.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Tradução de Roberto Machado. 4ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FORSBERG, B. R. **Criteria para Zoneamento** (sic). Manaus. Fundação Vitória Amazônica. 1995.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão.** Petrópolis. Vozes, 1987.

FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA. **A Gênese de um Plano de Manejo – O Caso do Parque Nacional do Jaú.** Manaus. FVA, 1998a.

FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA. **I Reunião com Moradores do Parque Nacional do Jaú sobre Manejo e Conservação de Bicho de Casco (Quelônios).** Manaus. 1995.

FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA. Os Moradores do Parque Nacional do Jaú: Censo e Levantamento Sócio-econômico. Manaus. 1994.

FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA/ IBAMA. Plano de Ação Emergencial do Parque Nacional do Jaú. Manaus. 1995

FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA/ IBAMA. Plano de Ação para Consolidação do Parque Nacional do Jaú. Manaus. 1992.

FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA. Plano de Manejo do Parque Nacional do Jaú. Manaus. FVA. 1998b.

FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA. Relatório da Expedição Multidisciplinar ao Parque Nacional do Jaú. Manaus. 1992.

FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA. Relatório do II Encontro de Representantes do PNJ e Artesãos de Novo Airão. Manaus. 1997b.

FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA/ IBAMA. Relatório do Seminário de Planejamento para a Elaboração do Plano de Ação Emergencial. Manaus. 1994.

GODELIER, M. Economias e sociedades: abordagem funcionalista, estruturalista e marxista. In: CARVALHO, E. A. **Antropologia econômica.** São Paulo. Ciências Humanas. 1978.

GOMEZ-POMPA, A. & KAUS. A. Domesticando o Mito da Natureza Selvagem. In: DIEGUES, A. C. (Org) **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** São Paulo. Hucitec, 2000.

GOHN, M. G. Teorias dos Movimentos sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. São Paulo. Edições Loyola. 1997.

GUHA, R. O Biólogo Autoritário e a Arrogância do Anti-Humanismo. In: DIEGUES, A. C. (Org) **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** São Paulo. Hucitec, 2000.

HARVEY, D. A Condição Pós-Moderna. São Paulo. Loyola. 1992.

IBAMA. Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Lei nº 9.985. IBAMA/ DIREC. Brasília. 2002.

LEIS, H. R. & VIOLA, E. J. A Evolução das Políticas Ambientais no Brasil, 1971-1991: do Bissetorialismo preservacionista para o Multissetorialismo orientado para o Desenvolvimento Sustentável. in: HOGAN, D. J. & VIEIRA, P. F. (orgs.) **Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável.** Campinas. Editora da UNICAMP. 1995.

- LEONEL, M. **A morte social dos rios**. São Paulo. Perspectiva. Instituto de Antropologia e Meio Ambiente. FAPESP, 1998 (Coleção estudos, 157).
- LEVI-STRAUSS, C. **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro. Tempo Universitário. 1970.
- LEVI-STRAUSS, C. **Antropologia Estrutural II**. Rio de Janeiro. Tempo Universitário. 1973.
- LEVI-STRAUSS, C. **O Pensamento Selvagem**. Campinas. Papirus. 1989.
- LÖWY, M. **Ecologia e socialismo**. Coleção Questões da Nossa Época, vol. 125. São Paulo. Cortez, 2005.
- MACHADO, Roberto. **Introdução: Por uma Genealogia do Poder** in FOUCAULT, Michel. **“Microfísica do Poder”**. Tradução de Roberto Machado. 4ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984, 295 p.
- MARX, K. **O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte**. São Paulo. Edições Mandacarú. 1990.
- MARX, K. e ENGELS. **O Manifesto do Partido Comunista**. in: **Obras Escolhidas**. São Paulo. Alfa-Omega. 1977.
- MARX, K. e ENGELS. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Coleção Os Economistas. São Paulo. Abril Cultural. 1984.
- MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia Alemã (Feuerbach)**. 10ª edição. São Paulo. Hucitec. 1996.
- MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo. EPU/EDUSP. 1992.
- MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e Questão Social: Crítica ao Padrão emergente de Intervenção Social**. São Paulo. Cortez. 2001.
- MORIN, E. **O método I/ A Natureza da Natureza**. Porto Alegre. Sulina. 2003.
- MORIN, E. **O método II/ A Vida da Vida**. Porto Alegre. Sulina. 2002.
- NIETZSCHE, F. 1983. **Obras Incompletas**. Coleção Os Pensadores. Abril Cultural. 1983.
- PIMBERT, P. M. e PRETTY, N. J. **Parques, comunidades e profissionais: incluindo ‘participação’ no manejo de áreas protegidas**. In: DIEGUES, A. C. (Org) **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo. Hucitec, 2000.
- PRIMACK & RODRIGUES, **Biologia da Conservação**. Londrina. E. Rodrigues. 2001.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo. Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, B. S. **Para Uma Sociologia das Ausências e Uma Sociologia Das Emergências.** Revista Crítica de Ciências Sociais nº 63. 2002.

SANTOS, L. F. S. **O Panóptico Verde: A Ambientalização da Amazônia Através do Parque Nacional do Jaú.** s/d (Tese de Mestrado). Instituto de Ciências Humanas e Letras – Universidade do Amazonas/ Manaus.

SANTOS, M. **Espaço e Método.** 4º ed. São Paulo. Nobel, 1997.

SARAGOUSSI, M. **Comentários sobre a Versão Preliminar do Levantamento Sócio Econômico Parque Nacional do Jaú.** Manaus. s/d.

SARKAR, S. **Restaurando o mundo selvagem.** In: DIEGUES, A. C. (Org) **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** São Paulo. Hucitec, 2000.

SCHERER-WARREN, I. **Movimentos sociais e participação.** in: SORRENTINO, M. (coord.) **Ambientalismo e participação na contemporaneidade.** São Paulo. EDUC/FAPESP, 2002.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de Movimentos Sociais.** São Paulo. Edições Loyola. 1993.

SCHWARTZMAN, S. **Florestas Cercadas: Lições do Passado, Propostas para o Futuro.** In: DIEGUES, A. C. (Org) **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** São Paulo. Hucitec. 2000.

SIOLI, H. **A Ecologia paisagística da Amazônia e as perspectivas de uma utilização racional dos recursos.** Petrópolis. Ed. Vozes. 1985.

SIZER, N. C. **Parque Nacional do Jaú: Sugestões para Integração da População Humana local com a Conservação da biodiversidade.** Manaus. Fundação Vitória Amazônica. 1991.

TERBORGH, J e PERES, C. A. **O Problema das Pessoas nos Parques.** In: Terborgh, J.; Schaik, C. V, DAVENPORT, L. e RAO, M. (orgs.). **Tornando os Parques Eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos.** Curitiba: Ed. Da UFPR/ Fundação O Boticário, 2002.

VIEIRA, L. **Os Argonautas da Cidadania.** Rio de Janeiro. Record. 2001.